




ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro:	SEED/NRE LDS		Protocolo:
Em:	03/02/2025 12:42		23.435.729-8
Interessado 1:	CMEI DONA LAURA YAROSLAVA RODOWANSKI SCHMIENG		
Interessado 2:			
Assunto:	AREA DE ENSINO	Cidade:	RIO BONITO DO IGUACU / PR
Palavras-chave:	PROJETO		
Nº/Ano	49/2024		
Detalhamento:	SEGUE O PPP DO CMEI DONA LAURA PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS.		
Código TTD:	-		

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>



Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguçu

E-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br - www.riobonito.pr.gov.br - CNPJ: 95.587.770/0001-99
Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - CEP: 85340-000 - Rio Bonito do Iguçu - PR - Telefax (42) 3653 1122



Of. nº 49/2024

Rio Bonito do Iguçu, 16 de dezembro de 2024.

Prezada Chefe,

O CMEI Dona Laura, do município de Rio Bonito do Iguçu, encaminha via E-protocolo a cópia do Projeto Político Pedagógico em PDF, juntamente com a ata de aprovação pelo Conselho Escolar e demais documentos de legalidade.

Atenciosamente,

Lucieli Vargas

Diretora

Port. nº 107/2023 13/04/2023

Ilma. Sra.

Adriane Schio de Almeida

Chefe do NRE de Laranjeiras do Sul

Laranjeiras do Sul - PR



ePROCOLO



Documento: **Oficio492024.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira (XXX.429.889-XX)** em 03/02/2025 12:46 Local: LDS223400469.

Inserido ao protocolo **23.435.729-8** por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira** em: 03/02/2025 12:43.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
d076fd28ed1754ade28e17047e2ae070.



**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
DONA LAURA YAROSLAVA RODOWANSKI SCHMEING**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**RIO BONITO DO IGUAÇU - PR
2025**

**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
DONA LAURA YAROSLAVA RODOWANSKI SCHMEING**

"É na Educação Infantil que cada pequena descoberta se torna um grande aprendizado".

Silvia M. Scantazzini

2

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	10
I. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	12
1.1 LOCALIZAÇÃO	12
1.2 DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	12
1.3 CARACTERIZAÇÃO DE ATENDIMENTO	12
1.3.1 Etapas da educação básica ofertada.....	12
1.3.2 Atos de autorização da instituição.....	12
II. ELEMENTOS SITUACIONAIS (DIAGNÓSTICO)	14
2.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	14
2.1.1 Objetivo da instituição	15
2.1.2 Perfil socioeconômico da comunidade escolar e as necessidades de avanços da prática pedagógica.....	15
2.1.3 Perfil da comunidade escolar.....	16
2.2 ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR	16
2.2.1. Regime de funcionamento	16
2.2.2. Quadro de turmas	18
2.3 ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL	18
2.3.1 Equipe gestora	18
2.3.2 Equipe docente	19
2.3.3 Equipe de funcionários.....	19
2.3.4 Apoio à docência.....	19
2.3.5 Outros.....	19
2.4 ESTRUTURA FÍSICA	20
2.4.1 Descrição do espaço físico	20
2.4.2 Infraestrutura: ambientes, equipamentos e materiais didático-pedagógicos.....	22
2.4.2.1 Descrição dos materiais e equipamentos.....	22
2.5 GESTÃO	23

2.6 INSTÂNCIAS COLEGIADAS	25
2.6.1 Conselho Escolar	25
2.6.2 Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF	27
2.6.3 Conselho de classe	28
2.7 INDICADORES EDUCACIONAIS	29
2.7.1 Rendimento escolar	29
2.7.2 Indicadores educacionais internos e externos	30
2.7.3 Índices de abandono, evasão e transferência.....	30
2.8 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA.....	31
2.8.1 Aprendizagem	31
2.8.2. Atendimento Educacional Especializado- AEE	32
2.8.3 A relação entre os profissionais da educação e discentes	34
2.8.4 Articulação entre as etapas de ensino - aprendizagem	35
2.8.4.1 Transição da educação infantil para o ensino fundamental dos anos iniciais.....	36
2.8.5 Articulação da instituição de ensino com os pais e/ou responsáveis	36
2.8.6 Formação continuada dos profissionais da educação	37
2.8.7 Acompanhamento e realização da hora atividade.....	39
2.8.8 Organização do tempo e do espaço pedagógico	40
2.8.8.1 Critérios para organização das turmas	42
III. ELEMENTOS CONCEITUAIS	44
3.1 PRINCÍPIOS.....	44
3.1.1 Princípios éticos.....	44
3.1.2 Princípios políticos	45
3.1.3 Princípios estéticos.....	45
3.1.4 Princípio legal	45
3.1.5 Princípio filosófico	46
3.1.6 Princípio metodológico	48
3.1.7 Didático-pedagógico.....	50
3.1.8 Objetivos da educação infantil	52
3.1.9 Direitos de aprendizagem – educação básica	53

3.2 CONCEPÇÕES	54
3.2.1 Conceção de infância	54
3.2.2 Conceção de desenvolvimento humano	55
3.2.3 Conceção de educação.....	57
3.2.4 Conceção de ensino e aprendizagem.....	57
3.2.5 Conceção de currículo.....	59
3.2.6 Conceção de mundo	61
3.2.7 Conceção de cidadania.....	62
3.2.8 Conceção de cultura e trabalho	62
3.2.9 Conceção de escola	63
3.2.10 Conceção de gestão escolar.....	63
3.2.11 Conceção de tecnologia	65
3.2.12 Conceção de cuidar e educar	65
3.2.13 Conceção de avaliação	68
3.2.14 Conceção de formação continuada	68
3.2.15 Conceção de educação inclusiva e diversidade	69
3.2.16 Conceção de educação remota	69
3.2.17 Conceção de ensino híbrido	71
3.2.18 Conceção de educação integral	72
IV ELEMENTO OPERACIONAL	74
4.1 PLANO DE AÇÃO DA INSTITUIÇÃO	74
4.1.1 Plano de ação: família e comunidade.....	77
4.1.2 Eventos da escola	77
4.2 AÇÕES DA GESTÃO	79
4.3 AÇÕES DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS	79
4.3.1 APMF	79
4.3.2 Conselho Escolar	80
4.3.3 Conselho de Classe	81
4.4 AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS	82
4.4.1 Programas	82

4.4.2 Projetos	84
4.4.3 Atendimento Educacional Especializado - AEE	87
4.4.4 Atividades em tempo integral ou atividades complementares em contraturno.....	89
4.4.5 Ações de formação continuada.....	90
4.5 PROCESSO DE AVALIAÇÃO	90
4.5.1 Intervenção didática pedagógica	91
4.6 MECANISMOS DE ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR.....	93
4.7 CALENDÁRIO ESCOLAR.....	94
4.8 MATRIZES CURRICULARES	97
4.8.1 Matriz curricular da educação infantil.....	97
4.9 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR PARA À EDUCAÇÃO INFANTIL	107
4.9.1 Eixos estruturantes.....	109
4.9.1.1 Interações.....	109
4.9.1.2 Brincadeiras.....	110
4.9.1.3 Direitos de aprendizagem	111
4.9.1.4 Campo de experiências.....	113
4.9.1.4.1 O Eu, o outro e nós	114
4.9.1.4.2 Corpo, gestos e movimentos.....	116
4.9.1.4.3 Traços, sons, cores e formas	119
4.9.1.4.4 Escuta, fala, pensamento e imaginação	123
4.9.1.4.5 Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	125
4.9.1.5 Metodologia e estratégias de ensino	129
4.9.1.6 Avaliação e estratégia de avaliação.....	132
4.9.2 Ampliação de Jornada Escolar com Atividades Curriculares complementares – Turno Regular Mais Contraturno (Curso 3024).....	136
4.9.2.1 Macrocampos e atividades da educação infantil.....	137
4.9.2.1.1 Explorar e expressar (546)	137
4.9.2.1.2 Conviver, participar e expressar-se (547)	150
4.9.2.1.3 Explorar e Conhecer (551) – Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.....	153
4.9.2.1.4 Conviver, brincar e expressar (550)	156

4.9.2.1.5 Conhecer-se e expressar (549)	159
4.10 CONCLUSÃO	162
4.11 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	163
4.12 PERIODICIDADE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	164
4.13 LEGISLAÇÃO VIGENTE.....	164
4.13.1 Constituição da República Federativa do Brasil 1988- Direito de imagem.....	165
4.13.2 Lei Federal nº 9.503/97- Educação para o trânsito	165
4.13.3 Lei Federal nº 9.795/99 - Educação Ambiental e Lei Estadual nº 17505/2013 Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental	166
4.13.4 Lei Federal nº 10.639/2003 - História e Cultura Afro-Brasileira e Lei Federal nº 11.645/2008 História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.....	167
4.13.5 Lei Federal nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso – Ed. para o envelhecimento Saudável	168
4.13.6 Lei Federal nº 12.764/2012 - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	168
4.13.7 Lei Federal nº 13.006/2014 – obrigação em exibição de filmes de produção nacional nas escolas de Educação Básica.....	169
4.13.8 Lei Federal nº 11.696/2008 e parecer CNE/CEB nº 12/2013 - Ensino de música na educação básica	170
4.13.9 Lei Estadual nº 18.447/2015 - Instituição da Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas - Combate à violência contra a Mulher.....	171
4.13.10 Deliberação CEE/PR 04/2006, artigo 6º- Formação de equipes multidisciplinares	172
4.13.11 História e Cultura Paranaense	173
4.13.12 Direitos humanos	174
4.13.13 Lei Federal nº 8.096/1990- Estatuto da Criança e do Adolescente - trate dos direitos das crianças e dos adolescentes	174
4.13.14 Lei Estadual nº 17482/2013 - Peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados do Estado do Paraná.....	175
4.13.15 Lei Estadual nº 17.335/2012 - Programa de combate ao bullying.....	175
4.13.16 Lei Federal nº 12.031/2009 - obrigatoriedade de execução semanal do Hino Nacional e Lei Federal nº 12.472/2011 incluindo os símbolos nacionais	176

4.13.17 Lei Federal nº 13.085/2015- Dia nacional de atenção à dislexia	176
4.13.18 Lei Federal nº 13722/18 - Lei Lucas	177
4.13.19 Decreto nº 177/2024 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira, africana e dos povos indígenas, no Município de Rio Bonito do Iguaçu/PR.....	178
4.13.20 Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023 – Político Nacional de Educação Digital.....	179
4.14 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181
VI. ATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....	184
7.1 LISTA DE VERIFICAÇÃO DO PPP - CHECKLIST - CONSELHO ESCOLAR.....	185
VII. DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGOGICO/PROPOSTA PEDAGOGICA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	186
VIII. PARECER DE LEGALIDADE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO/PROPOSTA PEDAGOGICA – NUCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO.....	187
IX. ATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2023 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	189

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing justifica-se a partir do contexto histórico de Educação, revelando seus contextos, sua história, seus desejos, crenças e valores, a partir disso orientam sua ação de cuidar e educar as crianças na faixa etária de 0 meses a 5 anos, amparadas na exigência legal expressa pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB 9394/96) e nas legislações estadual e federal que normatizam a oferta da educação infantil nas fases de Creche e Pré-Escola nesta instituição de educação.

Este Projeto Político Pedagógico apresenta-se como um elemento norteador das ações do Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing, na busca de ofertar uma educação de qualidade, observadas na legislação educacional vigente, com o intuito de observar a criança como centro de todo o processo de ensino e aprendizagem, aliados às ações de cuidar e educar, numa dimensão formadora para o desenvolvimento integral do educando da Educação Infantil.

Foram ainda considerados os pressupostos teóricos de diversos autores nos quais pautamos nossa intencionalidade pedagógica, assumindo a especificidade da Educação Infantil, buscando promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, sociais e cognitivos da criança, considerando-a um ser completo e indivisível.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico configura-se num conjunto de intencionalidades e princípios, cuja efetivação em todas as suas dimensões, depende do comprometimento de todos os sujeitos concretos que fazem a escola diariamente, desvelando aspectos da cultura local, bem como da comunidade a que pertence à instituição.

Neste sentido, o Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing busca apresentar no presente documento a sistematização de todos os aspectos que constituem a identidade desta instituição educativa, seus anseios, objetivos, metas, prevendo estratégias de organização e gestão, bem como articulando ações de cuidar e educar fundamentado nas Leis e Diretrizes específicas para cada etapa da Educação Básica, das quais citam-se DCNEIs (2009), Pareceres e Deliberações dos órgãos normativos do estado do Paraná.

Diante da perspectiva almejada o presente documento deve ser entendido como fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece através da reflexão as ações necessárias à construção de uma nova realidade, permeada pela organização do trabalho escolar como um todo, mas também elevado em suas especificidades.

Sendo assim este documento deve possibilitar a toda à comunidade escolar que fazem parte do Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing, situado no Município de Rio Bonito do Iguaçu, proporcionar uma visão ampla de todas as possibilidades, fragilidades e enfrentamentos que fazem parte do cotidiano educativo desta instituição, na perspectiva de um olhar redimensionado das ações a serem implantadas, tomada de consciência dos problemas apresentados e as possibilidades de soluções propostas, através do estabelecimento de responsabilidades de todos os envolvidos, educandos, professores e pais, num processo em movimento de construção e reconstrução, estando na criança nossa principal função de existência.

INTRODUÇÃO

A Legalidade e legitimidade do Projeto Político Pedagógico está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, nos seus artigos 12, 13, 14 e 15, nas Deliberações nº 02/2018 e 03/2018 ambas do – CEE do Paraná, e orientada pelas instruções 15/2017 da SEED/SUED e 04/2019 DEDUC/SEED-PR. A partir destes documentos orientadores, instituiu-se o presente documento, cuja importância se dá não somente porque orienta a organização desta instituição de Educação Infantil, mas principalmente porque é capaz de unir os segmentos escolares: pais, professores e gestores, com a responsabilidade de se articularem para as transformações educacionais necessárias.

A partir desse novo ordenamento legal, creches e pré-escolas passaram a construir nova identidade na busca de superação de posições antagônicas e fragmentadas, sejam elas assistencialistas ou pautadas em uma perspectiva preparatória a etapas posteriores de escolarização. (PARECER 20/2009, CNE/CEB)

Assim o Projeto Político Pedagógico (PPP), aqui apresentado, consiste em um documento sistematizador para nortear a educação ofertada por esta instituição de ensino, bem como servir de pressuposto na perspectiva de transformações, capaz de significar as ações escolares. O Projeto Político Pedagógico (PPP) considerado nessa ótica é analisado, avaliado e concluído coletivamente, apresentando formas de construir conhecimentos sistematizados e estruturados, com as informações do meio, criando condições de construir conhecimentos e elaborar ideias transformadoras sobre o mundo, os quais serão legitimados (a) pelo Regimento Escolar, o qual, da mesma forma, deve ser construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar e/ou entidade mantenedora, conforme previsto.

Nessa perspectiva, o presente Projeto Político Pedagógico está organizado em partes específicas, cujo teor aborda na parte inicial a apresentação da unidade educativa, apresentando seu espaço físico, os cursos, os quadros de turmas e de profissionais que nela atuam. A segunda parte apresenta o marco situacional o qual se refere à reflexão sobre as relações da educação/instituição em sua inserção histórica, e suas relações com contextos sociais da comunidade local, os modos de vida dos sujeitos que compõem seu coletivo, as formas organizativas e comunitárias, as culturas locais, bem como as fragilidades encontradas. A terceira está apresentando a parte teórica e legal da instituição de ensino, permeada com conceitos históricos e bases teóricas que balizam toda ação pedagógica da escola através das concepções apresentadas constituindo-se no marco conceitual. Concluindo o Projeto Político Pedagógico apresenta a parte operacional indicando todas as ações a serem realizadas, juntamente com a implantação da parte curricular e finaliza com a ata de aprovação do Projeto pelos membros que constituem o Conselho Escolar.

Portanto o presente Projeto Político Pedagógico sistematiza todas as ações que devem ser observadas no processo educativo do Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing.

I. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing

Código do INEP: 41152883

Logo da instituição:



1.1 LOCALIZAÇÃO

Endereço: Rua Joanita Kruger, Nº 144

Bairro: Vista Alegre

Telefone: (42) 3653-1122 Ramal: 3137

E-mail: apmf.donalaura.rbi@outlook.com

Município: Rio Bonito do Iguaçu - PR

Distância da escola até o NRE: 21 Km

Localização da Instituição: Área Urbana do Município de Rio Bonito do Iguaçu

1.2 DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Municipal

Entidade Mantenedora: Governo Municipal de Rio Bonito Iguaçu - PR

NRE: Laranjeiras do Sul - PR

1.3 CARACTERIZAÇÃO DE ATENDIMENTO

1.3.1 Etapas da educação básica ofertada

Educação Infantil - fase de creche de 0 a 3 anos e Pré-Escola para a faixa etária de 4 a 5 anos de idade, ou seja, segundo a BNCC (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas).

1.3.2 Atos de autorização da instituição

Autorização de Funcionamento da Educação Infantil:

Resolução nº1029 de 20/02/2014, publicada no DOE 28/02/2014.

Parecer 066/2018-SEF/NRE.

Última Renovação de Autorização de Funcionamento

Resolução nº1640 de 06/04/2018, publicada no DOE 19/04/2018.
Parecer 982/2018 com vencimento em 31/12/2019.

Credenciamento Educação Básica:

Resolução nº 1029 de 20/02/2014 publicada no DOE 28/02/2014.
Parecer 174/2014 SEED/CEF com vencimento em 28/02/2019.

Parecer de aprovação do Regimento Escolar nº 03 de 04/01/2022.
Ato Administrativo de aprovação do Regimento Escolar nº 003 de 19/01/2022.

II ELEMENTOS SITUACIONAIS (DIAGNÓSTICO)

O Diagnóstico da instituição ou elementos situacionais apresentados no presente documento refere-se à reflexão sobre as relações da educação/instituição em sua inserção histórica, e suas

relações com contextos sociais da comunidade local, os modos de vida dos sujeitos que compõem seu coletivo, as formas organizativas e comunitárias, as culturas locais, a ocupação e organização dos espaços comunitários, elementos que se apresentam de forma a possibilitar pautar permanências e/ou mudanças de concepções, condizentes com os princípios da escola pública visando à aprendizagem de todas as crianças. Partindo de um diagnóstico que deve ser pensado como ponto de partida para a realização do trabalho. Com esse intuito apresenta-se o diagnóstico da instituição de ensino denominada Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing.

2.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura – Yaroslava Rodowanski Schmeing foi criado pela Lei Municipal nº. 1040/2013, de 08 de outubro de 2013 e tem sua construção iniciada a partir do momento em que o Município de Rio Bonito do Iguaçu foi contemplado com a construção de uma Unidade de Educação Infantil, no âmbito do Programa Pró-Infância, do Governo Federal, com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), no ano de 2011.

O município, até o momento, contava com um Centro de Educação Infantil, porém a demanda era insuficiente, por isso a necessidade da criação de uma nova Instituição que venha a garantir o direito a Educação Infantil de qualidade para as crianças em idade de 0 a 6 anos em nosso município. Sendo assim, o Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura – Yaroslava Rodowanski Schmeing tem na sua intenção minimizar as demandas existentes.

À escolha do nome da Instituição optou-se pelo nome de Yaroslava Rodowanski Schmeing, mais conhecida como “Dona Laura”, deu-se pelo fato da mesma ter contribuído para a Educação de Rio Bonito do Iguaçu, por muitos anos.

Yaroslava Rodowanski Schmeing, mais conhecida como “Dona Laura”, nasceu em 11/11/1931, na cidade de Cruz Machado – Paraná, na data então este pertencente ao Distrito de União da Vitória.

Sua infância foi de muito sofrimento, para poder estudar teve que ir morar com um irmão, pois onde morava com os pais não havia escola na época. Segundo ela, seu irmão trabalhava no Tráfego Rodoviário e ficava dias longe de casa, contava ela que sua cunhada negava comida a ela, e assim muitas vezes tinha que pegar um pedaço de pão escondido para matar a sua fome. Para ir até a escola precisava atravessar um potreiro e muitas vezes tinha que subir em árvores para não ser atacada pelo gado bravo.

Na época o único meio de comunicação era por cartas e levava meses para receber. Quando sua mãe faleceu, ela não ficou sabendo, pois, sua cunhada escondeu a carta e somente depois de alguns anos ela veio a ficar sabendo que não tinha mais mãe. Sempre foi enérgica com seus alunos, combatendo os vícios e mantendo a ordem. Ninguém entrava em sala sem ficar em fila, cantar o Hino Nacional e rezar um Pai-Nosso e uma Ave Maria.

Mãe de quatorze filhos, destes seis já falecidos, aposentou-se por invalidez com 28 anos de serviço. Dona Laura veio a falecer no dia 11/10/2002, com 70 anos de idade.

2.1.1 Objetivo da Instituição

A instituição de ensino tem a finalidade de efetivar o processo de apropriação do conhecimento, respeitando o dispositivo constitucional Federal e Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996, garantindo o princípio democrático de igualdade de condições de acesso e de permanência na escola, de gratuidade para a rede pública municipal, de uma Educação Básica com qualidade em suas diferentes etapas de ensino, vedada qualquer forma de discriminação e segregação.

Atender crianças de 0 a 5 anos de idade, buscando o desenvolvimento integral em seus aspectos expressivo-motor, afetivo, cognitivo, linguístico, ético e sociocultural, bem como propiciar um ambiente seguro e agradável, valorizando as diferentes culturas e etnias existentes na comunidade escolar atendida.

2.1.2 Perfil socioeconômico da comunidade escolar e as necessidades de avanços da prática pedagógica

As famílias são constituídas por diferentes etnias e grupos sociais. A instituição atende crianças de 0 meses a 5 anos, que residem na zona urbana e rural do município, sendo filhos(as) de agricultores, trabalhadores da construção civil, de funcionários públicos, de trabalhadores da economia informal, cada um com suas singularidades, com suas histórias e um modo de vida específico. Isto é demonstrado na instituição por meio da cultura, dos valores e da origem de cada um, sendo estes respeitados. Dessa maneira, conhecendo a comunidade escolar e o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, aproveitam-se os conhecimentos prévios já adquiridos no convívio social, para aprimorá-los durante o processo de ensino-aprendizagem.

A relação entre escola e família tem se modificado nas últimas décadas, assim como a escola, a família e a sociedade também mudaram. Percebe-se que cada vez mais muitas crianças vêm para a escola sem ter sido trabalhado pelas famílias, valores humanos e limites, desta forma delegando a escola um papel que é da família.

Para que isto se efetive o Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura – Yaroslava Rodowanski Schmeing, propõe como linha de ação a parceria junto aos pais e comunidade, objetivando a conscientização sobre a importância do acompanhamento dos mesmos no aprendizado dos filhos, mantendo a frequência e a participação nas atividades propostas por essa instituição, cabendo à escola promover um diálogo aberto, considerando-os como parceiros no processo educativo, como também ensinando e aprendendo com as famílias.

Promovendo a formação integral das crianças, incentivando virtudes e características positivas. Pois nesta fase é fundamental que seja oportunizado o primeiro contato com o universo religioso, tendo como base o saber de si para que a criança consiga reconhecer as diferenças do contexto social que a cerca, porque é através deste processo que ela conseguirá crescer em seu aspecto social e cognitivo, sem carga de preconceito.

Analisando o país em que vivemos hoje, sente-se uma necessidade maior de pensar no amanhã, na formação do caráter e responsabilidades que estes pequenos terão para que se tenha uma nação mais justa e comprometida com o todo e não só com si próprio.

Busca-se avançar na qualidade do atendimento as crianças, sempre visando o cuidar e educar num sentido pedagógico valorizando o desenvolvimento individual e integral de cada sujeito e suas necessidades. Nesta faixa etária é primordial estar alinhado com as metodologias pedagógicas participativas, onde as interações e brincadeiras se façam presente em todo o processo, valorizando as experiências e vivências das crianças.

As lacunas deixadas pela pós pandemia é nitidamente sentida, verifica-se o quanto é fundamental as crianças estarem presentes no ambiente do CMEI, pois o desenvolvimento foi muito afetado, crianças com atraso na oralidade e no desenvolvimento motor, emocionalmente comprometidos e mais do que nunca se faz fundamental voltar o olhar para todo este processo e buscar priorizar o que realmente é o papel da educação infantil e da qualidade deste atendimento. Um esforço em conjunto entre escola, professor e a família é fundamental.

2.1.3 Perfil da comunidade escolar

O Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing, localizado no loteamento Drabescki, atende crianças de Creche e Pré-escola, oriundas de famílias que residem na zona urbana e rural do município, como também filhos de trabalhadores da construção civil, de funcionários públicos, de trabalhadores da economia informal que tem na instituição um lugar seguro para deixar seus filhos enquanto trabalham.

Na comunidade escolar é possível identificar que estes têm acesso aos bens de consumo, materiais e recursos tecnológicos. A minoria das crianças que residem na área rural utiliza o transporte escolar e as demais que moram em bairros próximos a instituição é trazida pelos pais.

2.2 ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

2.2.1 Regime de Funcionamento

A instituição funciona em período integral das 07:45h às 17:10h, para crianças na faixa etária de 0 meses a 5 anos de idade e também faz atendimento parciais das 07:45h às 11:55h e das 13:00 as 17:10h de segunda-feira a sexta-feira durante o período do ano letivo, conforme previsto em calendário escolar aprovado e homologado pelo NRE de Laranjeiras do Sul, constando os períodos letivos, períodos de recessos escolar, férias docentes e discentes, formações, com oferta de matrículas para turmas de: Berçário a partir de zero meses a um ano de idade, Creche I de um ano a dois anos de idade, Creche II de dois a três anos de idade, Creche III de três a quatro anos de idade, Pré Escolar com faixa etária de 4 e 5 anos. Com oferta de matrículas em regime parcial e integral para

todas as faixas etárias, com período semestral de organização pedagógica. As atividades de Ampliação de Jornada Escolar serão computadas através de parecer semestral.

A organização na Educação Infantil ocorre por faixa etária nas etapas de creche e pré-escolar, conforme prevê a legislação no que se refere à relação professor/aluno e considerando os condicionantes de espaços das salas de aula. Quanto à organização pedagógica apresenta períodos semestrais onde os resultados do desempenho das crianças apurados nos momentos de avaliação serão sistematizados e expressos em forma de Pareceres Descritivos Individuais, que serão elaborados pelo regente da turma, constando o desenvolvimento integral da criança e pela ficha avaliativa que demonstram os saberes e conhecimentos referentes a cada aluno serão representados na ficha avaliativa por cor.

As atividades serão trabalhadas no espaço escolar e também em espaços sociais, vinculados a cultura, esporte, etc. Se necessário também será utilizado o transporte escolar, para o deslocamento. Conforme § 4º nº da Portaria nº 1.495/2023:

§ 4º As atividade escolares de que trata o inciso I do parágrafo único do art. 2º são aquelas ocorridas dentro do espaço escolar, como de aula, biblioteca, laboratório, quadra, áreas externas, salas multiuso, entre outras, e fora do espaço escolar, como os espaços sociais, culturais, esportivos, científicos de meio ambiente, sempre resguardando o planejamento pedagógico, a finalidade educativa no uso dos espaços e os profissionais habilitados para a condução de processos de ensino e aprendizagem.

Para regulamentação dessa oferta, salientamos o disposto da resolução 07/2010, CNE/CEB:

Art. 37 A proposta educacional da escola de tempo integral promoverá a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, as famílias e outros atores sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis.

§ 1º O currículo da escola de tempo integral, concebido como um projeto educativo integrado implica a ampliação da jornada escolar diária mediante o desenvolvimento de atividades como o acompanhamento pedagógico, o reforço e o aprofundamento da aprendizagem, a experimentação e as pesquisa científica, a cultura e as artes, o esporte e o lazer, as tecnologias da comunicação e informação, a afirmação da cultura dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, a promoção da saúde, entre outras, articuladas aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, a vivências e práticas socioculturais.

2.2.2 Quadro de turmas

Educação Infantil – Fase Creche – Ano de 2024.

TURMAS	TURNOS	Nº DE ALUNOS	Nº de PROFESSORES
--------	--------	--------------	-------------------

BERÇÁRIO A 4 meses a 1 ano	INTEGRAL	12	01 PROFESSOR
			03 MONITORES/ ESTAGIÁRIOS
BERÇÁRIO B 4 meses a 1 ano	VESPERTINO	12	01 PROFESSOR
			02 MONITORES/ ESTAGIÁRIOS
CRECHE I C 1 a 2 anos	INTEGRAL	16	01 PROFESSOR
			03 MONITORES/ESTAGIÁRIOS
CRECHE I D 1 a 2 anos	INTEGRAL	16	01 PROFESSOR
			03 MONITORES/ ESTAGIÁRIOS
CRECHE I E 1 a 2 anos	VESPERTINO	16	01 PROFESSOR
			02 MONITORES/ ESTAGIÁRIOS
CRECHE II F 2 a 3 anos	INTEGRAL	16	01 PROFESSOR
			03 MONITORES/ ESTAGIÁRIOS
CRECHE II G 2 a 3 anos	INTEGRAL	16	01 PROFESSOR
			03 MONITORES/ ESTAGIÁRIOS
CRECHE II H 2 a 3 anos	MATUTINO	12	01 PROFESSOR
			02 MONITORES/ ESTAGIÁRIOS
CRECHE II I 2 a 3 anos	VESPERTINO	16	01 PROFESSOR
			02 MONITORES/ ESTAGIÁRIOS
CRECHE I J 1 a 2 anos	MATUTINO	11	01 PROFESSOR
			01 MONITORES/ ESTAGIÁRIOS

Educação Infantil – Fase Pré Escolar

Turmas	Turno	Número de Vagas	Número de matrículas - 2024
4 anos	Parcial	20	-
5 anos	Parcial	20	-

Neste ano não foi ofertado neste espaço essas turmas de pré-escola. Somente as turmas de berçário, creche I e II devido à grande demanda desta faixa etária.

2.3 ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

2.3.1 Equipe gestora

Nº de profissionais	Função	Formação
1	Diretora	Pedagogia
1	Coordenadora Pedagógica	Pedagogia

2.3.2 Equipe docente

Nº de profissionais	Função	Formação
09	Professor	Pedagogia

2.3.3 Equipe de funcionários

Nº de profissionais	Função	Formação
1	Merendeira	Ens. Fund. Incompleto
1	Merendeira	Ens. Médio Incompleto
5	Auxiliar de serviços gerais Auxiliar de serviços gerais Auxiliar de serviços gerais	Ensino Fundamental incompleto, Médio Incompleto Superior Completo,
1	Secretária	Superior Incompleto
5	Atendente	Pedagogia

2.3.4 Apoio à docência

Considerando a uni docência na Educação Infantil e o tempo destinado à hora atividade dos professores, as turmas tanto parcial como integral, serão atendidas por profissionais corregentes que complementarão o trabalho docente, com atividades voltadas aos Campos de Experiências: corpo, gesto e movimento; traços, sons e cores e o eu, o outro e o nós.

Nº de profissionais	Função	Formação
3	Atendentes	Pedagogia
1	Professor	Pedagogia

2.3.5 Outros

Nº de profissionais	Função	Formação
1	Acompanhantes	Estudante de Pedagogia

Para os alunos com Transtorno Espectro Autista - mediante laudo médico, segue-se um protocolo de atendimento/acolhimento formado por uma equipe técnica composta pela direção, coordenadora pedagógica, psicóloga e psicopedagoga, que analisa, investiga, observa e define se este aluno necessita de profissional acompanhante.

Para os alunos com Transtorno Espectro Autistas - mediante laudo médico, segue-se um protocolo de atendimento/acolhimento formado por uma equipe técnica composta pela direção, coordenadora pedagógica, psicóloga e psicopedagoga, que analisa, investiga, observa e define se este aluno necessita de um profissional para acompanhá-lo.

Após essa análise, caso o aluno autista necessite de acompanhamento, a instituição orienta o profissional para acompanhá-lo durante todo o tempo de permanência dele na instituição, colaborando com as atividades e ações propostas pelo professor da turma e no espaço escolar como: alimentação, higiene pessoal, movimentação no ambiente e atividades pedagógicas. Sempre visando

a autonomia, inclusão e a independência dos alunos autistas, bem como seu desenvolvimento em todos os aspectos.

2.4 ESTRUTURA FÍSICA

2.4.1 Descrição do espaço físico

Em se tratando do espaço físico, a Instituição é construída em alvenaria, contendo cinco blocos distintos sendo eles: bloco administrativo, bloco de serviços, bloco multiuso e dois blocos pedagógicos. Os cinco blocos juntamente com o pátio coberto são interligados por circulação coberta, na área externa estão o playground e a área de estacionamento.

Os blocos são compostos pelos seguintes ambientes:

Bloco Administrativo (entrada principal da escola):

- Hall de Entrada;
- Recepção;
- Secretaria;
- Circulação interna;
- Diretoria/equipe pedagógica;
- Sala de Professores;
- Almojarifado;
- Sanitários adultos (masculino e feminino).

Bloco de Serviços:

- Circulação interna;

Rouparia:

- Balcão de entrega de roupas limpas.

Lavanderia:

- Balcão de recebimento e triagem de roupas sujas;
- Bancada para passar roupas com prateleiras;
- Tanques e máquinas de lavar.

Copa Funcionários:

- Depósito de Material de Limpeza (D.M. L);
- Vestiário masculino e feminino;
- Hall;
- Dispensa.

Cozinha:

- Depósito de merenda;

- Bancada de preparo de carnes;
- Bancada de preparo de legumes e verduras;
- Bancada de preparo de sucos, lanches e sobremesas;
- Bancada de lavagem de louças sujas;
- Área de Cocção;
- Balcão de passagem de alimentos prontos;
- Balcão de recepção de louças sujas;
- Buffet.

Lactário:

- Área de higienização pessoal;
- Área de preparo de alimentos (mamadeiras e sopas) e lavagem de utensílios;
- Bancada de entrega de alimentos prontos.

Área de Serviço externa:

- Secagem de roupas (varal);
- Central GLP;
- Depósito de lixo orgânico e reciclável;
- Área de recepção e pré-lavagem de hortaliças.

Bloco Creche I e II – crianças de 04 meses a 3 anos:

- Fraldário (Creche I);
- Sanitário (Creche II);
- Atividades;
- Repouso;
- Alimentação (Creche I);
- Solário.

Bloco Creche III e pré-escola – crianças de 3 a 5 anos e 11 meses:

- Atividades;
- Repouso (Creche III);
- Solário.

Bloco Multiuso:

- Sala multiuso;
- 02 sanitários infantis, feminino e masculino;
- 02 sanitários para adultos e portadores de necessidades especiais, feminino e masculino;
- Biblioteca e brinquedoteca;
- Sala de Energia Elétrica (S.E. E);
- Sala de Telefonia (S.T.).

Pátio Coberto:

- Espaço de integração entre as diversas atividades e diversas faixas etárias, onde se localiza o refeitório, próximo ao Buffet.

Playground:

- Espaço não coberto destinado à instalação dos brinquedos infantis.

Castelo d'água:

- Elemento cilíndrico metálico, característico do Projeto Padrão, que abriga os reservatórios de água.

Espaços pedagógicos:

- Espaços destinados a atividades pedagógicas, quadra de areia, pátio de grama com balanços e 4 solários anexos as salas de aula.

2.4.2 Infraestrutura: ambientes, equipamentos e materiais didático-pedagógicos

A instituição dispõe de oito salas de aulas, sendo duas equipadas com mesinhas individuais, armário, bancada e solário, duas com mesinhas coletivas, armário, bancadas com pia, sala do repouso e solário, duas com espaço para atividades pedagógicas, armário, sala de repouso, sanitários adaptados, bancada com pia, lavatório para higienização bucal e das mãos, fraldário e solário, duas com espaço para alimentação e atividades pedagógicas, fraldário, armário, bancada com banheiras, prateleiras, bancada com pia, sala de repouso com berços.

O CMEI possui uma sala de leitura e brinquedoteca organizadas no mesmo espaço, com estantes para acondicionamento dos livros e prateleiras para disposição dos brinquedos e tapete para leitura. O espaço é utilizado por todas as turmas, há momentos em que o professor seleciona materiais e/ou brinquedos para trabalhar em outros espaços ou desenvolve a aula nesse espaço.

O saguão é amplo e coberto.

O refeitório é composto por buffet, mesas e bancos coletivos.

A instituição dispõe de ampla área para atividades ao ar livre, sendo gramado, caixa de areia, área com calçadas, paver, solário e balanço ao ar livre.

2.4.2.1 Descrição dos materiais e equipamentos

O Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura dispõe de materiais pedagógicos como: equipamentos/mobiliários, jogos, obras literárias, materiais esportivos (corda, bambolê, colchonetes, bolas diversas), brinquedos diversos em polietileno (túnel, escorregador, cama elástica, gangorra, gira-gira, caixa de areia, piscina de bolinhas).

AMBIENTES PEDAGÓGICOS	QUANTIDADE	CONDIÇÕES PARA USO
Salas de aula	8	ótima

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE	CONDIÇÕES PARA USO
--------------	------------	--------------------

Computador de mesa	1	regular
Computador de mesa	1	ótimo
Notebook	1	ótimo

AMBIENTES	QUANTIDADE	CONDIÇÕES PARA USO
Banheiros	9	ótima
Cozinha	1	ótima

MATERIAIS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	QUANTIDADE	CONDIÇÕES PARA USO
Livros de literatura infantil, pano e banho	600	boa

2.5 GESTÃO

A gestão é um fator de grande importância para qualquer organização. Alguns autores como Alonso (1976) e Libâneo (2003) enfatizam a importância do gestor na promoção da qualidade da educação, uma vez que o mesmo é considerado como um articulador neste processo.

A gestão de uma instituição de educação implica no ordenamento normativo e jurídico por meio de diretrizes comuns, caracterizado pelos documentos normativos que expressam que:

A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica aprendizado e vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão. Trata-se de um processo a ser construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino: Municipal, Distrital, Estadual ou Federal de cada escola. (BRASIL, 2004 vol. 5. p. 25).

Portanto ao tratar-se da organização e do funcionamento do Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às ações e atos e possibilitar à unidade escolar a gestão democrática tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nesta unidade educativa. Nesse sentido a gestão desta instituição, visa garantir processos coletivos de participação e decisão, considerando que esses pressupostos se encontram articulados e respaldados na legislação educacional vigente.

Sendo assim, a atividade de gestão de uma instituição de ensino é de extrema importância, pautada no diálogo aberto, auxiliando toda a equipe escolar a superar as necessidades que se apresentarem de forma a garantir que sejam atingidos os objetivos propostos no trabalho com as crianças pequenas. O gestor precisa estar estreitamente ligado no que ocorre em sua instituição para

assim poder desenvolver adequadamente seu trabalho, proporcionando um clima de respeito onde todos possam atingir uma ação pedagógica da escola com competência e excelência, bem como motivar o grupo para o trabalho coletivo.

Uma escola de qualidade e eficácia deve ser gerida com competência, agilidade, criatividade e entusiasmo, de forma participativa e coletiva. O gestor deve estar alerta às necessidades da comunidade; atento a atualização dos professores; conectado aos avanços científicos e tecnológicos; comprometido com a formação, integração e o sucesso das crianças e empenhado em planejar, coordenar e avaliar a dinâmica da escola diante da realidade atual.

A qualidade que se almeja na educação é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo e o gestor escolar é o mediador deste processo de qualificação, uma vez que tem autoridade e habilidades essenciais para motivar, influenciar e direcionar a comunidade escolar na busca da excelência da educação.

Nessa instituição de Educação a gestão democrática se efetiva através de ações, tais como: participação (abertura de espaço para pensar diferente), pluralismo (troca de ideias), autonomia (construção do PPP de forma coletiva, gerindo seus planos, programas e projetos, elaborando suas normas e orientações escolares em consonância com as legislações educacionais, organização curricular, etc.) e transparência (escolha consciente dos seus representantes) e a participação aberta dos pais e da sociedade, por meio da realização de reuniões e encontros por semestre ou sempre que for necessário, para estudos e análises das ações e atitudes de todos, seja em momentos coletivos como também individuais, promovendo a democracia participativa, dando direitos de participação iguais para a comunidade, professores e funcionários.

O gestor desta instituição tem função diretiva, exercendo a direção através de escolha de gestor escolar que se dá através de processo de seleção de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho conforme a Lei nº 1.403/2022, a qual responde civil, administrativamente e criminalmente por qualquer ação inflacionária que venha ocorrer na instituição.

Fazendo parte da gestão democrática as instâncias colegiadas, são instâncias deliberativas que se constituem em órgãos de representação nas tomadas de decisões das quais estão constituídas na instituição destacando-se a APMF e o Conselho Escolar.

Gestão escolar é fundamentada através de princípios democráticos e de forma colegiada e um dos pontos primordiais para a organização do CMEI é a gestão escolar. A finalidade da gestão escolar deve ser regida de forma democrática com a participação dos integrantes na organização administrativa e pedagógica, amparadas através de princípios legais que regulamentam as instituições.

Portanto é necessário para esta organização, de acordo com as orientações para a reelaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil “a participação deve ser um mecanismo democrático, qualificando o modo de participação que se almeja na educação infantil a que possibilita então o compartilhamento das decisões e do poder”. Isso necessita de diálogo, cooperação, liberdade de expressão e respeito às diferenças e, fundamentalmente, busca da convergência em torno dos princípios educacionais a que se deseja a instituição.

Sendo assim, para esse processo democrático e participativo, devemos considerar dois princípios fundamentais para seu funcionamento: o primeiro enseja a parte legal, ou seja, a fiscalização das normas legais. O segundo refere-se à parte e o processo educacional que vem sendo desenvolvido nos Centros de Educação Infantil.

Para que haja legalidade nesses princípios, faz-se necessário a parte designada então como colegiada. Os colegiados compreendem então o Conselho Escolar e a APMF. O Conselho Escolar de acordo com a Deliberação 16/99, Art. 4º. é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes, e/ou conselheiro.

Analisando este aspecto do Projeto Político Pedagógico sabemos que é de extrema importância para que as articulações políticas ocorram no CMEI. A gestão escolar bem como outras funções presente na constituição e organização da educação infantil são “termômetros” da gestão, levantando problemas e fazendo sugestões de estratégias de resolução.

Sendo assim o Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing trabalha a gestão democrática com a participação de toda comunidade escolar, com a finalidade de promover a cooperação, liberdade de opiniões e respeito, com o objetivo de proporcionar uma educação com ações pedagógicas eficientes que visem o desenvolvimento integral das crianças.

2.6 INSTÂNCIAS COLEGIADAS

As instâncias colegiadas são organizações compostas por representantes da comunidade escolar e local. Elas têm por finalidade fazer funcionar a gestão democrática no ensino público, ou seja, fazer com que sejam pensadas e decididas coletivamente as propostas de caráter educacional.

Neste sentido a instituição conta com instâncias de APMF, Conselho Escolar e Conselho de Classe, legalmente instituídas.

2.6.1 Conselho Escolar

O Conselho Escolar é o órgão máximo para a tomada de decisões realizadas no interior de uma escola. Este é formado pela representação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, como: professores, pais ou responsáveis, funcionários, pedagogos, diretores e comunidade externa.

Neste sentido, cabe aos conselheiros:

- Deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola;
- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, autorizar e acompanhar a execução;
- Analisar e aprovar o calendário escolar no início de cada ano letivo;

- Analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões;
- Acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola;
- Mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação.

É competência dos conselheiros orientarem: pais, crianças, professores, funcionários e movimentos sociais sobre o encaminhamento de problemas relacionados à escola, elaborar, estabelecer normas, aconselhar, fiscalizar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, tais como: a avaliação dos professores e funcionários, acompanhar as turmas quando necessário, as contas da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF).

Segundo os documentos normativos de funcionamento do Conselho Escolar, faz-se necessários alguns procedimentos para sua organização, os quais serão sempre consultados pois encontram-se disponíveis no portal Dia a Dia Educação.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, de natureza consultiva, deliberativa e fiscal, com o objetivo de estabelecer, para âmbito deste CMEI critérios relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as diretrizes e política educacional traçadas pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Bonito do Iguaçu. Tendo como membro nato (a) a Secretária Municipal de Educação, que deve ocupar, necessariamente, a função de presidente do colegiado. O Conselho Escolar reger-se-á por Estatuto próprio, onde estarão explicitados sua organização, funcionamento e atribuições de seus componentes.

Nesta instituição educacional a participação do Conselho Escolar é ativa e ampla, participa das decisões coletivas, das definições de ações e metas a serem construídas coletivamente pelos diferentes segmentos que compõem o CMEI.

Respeitando o estabelecido na legislação vigente, este Centro Municipal de Educação Infantil respeita o percentual de no máximo 80% de integrantes da comunidade escolar, e o percentual máximo de 20% de integrantes da comunidade local.

O Conselho Escolar deve ter o seu funcionamento normatizado por um estatuto homologado pela mantenedora, por meio da Secretaria Municipal de Educação. Tem como membro nato o(a) diretor(a) da instituição de ensino, que deve ocupar, necessariamente, a função de presidente do colegiado.

No processo de gestão democrática das escolas ressalta-se a importância do Conselho Escolar como órgão máximo na tomada de decisões, no âmbito da instituição de ensino. Sua formação prevê a representação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, dirigentes, docentes e equipe de suporte pedagógico, estudantes se (maiores de 18 anos). Pais ou responsáveis, funcionários e comunidade local.

Como regra, o Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos e seus dirigentes e Conselheiros não são remunerados. As normas para sua composição e funcionamento devem ser expressas no Regimento Escolar e o detalhamento de suas funções pode ser feito em regimento próprio ou em estatuto, de acordo com decisão da comunidade escolar que o compõe.

CONSELHO ESCOLAR	
NOME	SEGMENTO
Lucieli Vargas	Presidente do conselho
Rosemeri Immich	Coordenação Pedagógica
Angelita Maria Burei de Azevedo	Equipe Técnico Administrativo
Tereza de Fátima T. dos Anjos	Grupo Operacional
Ivonete Alves Fernandes	Grupo Operacional
Denise Demenech	Representante de professores
Glaci da Conceição de Brito Cunha	Representante de professores
José Sobrinho Ferreira	Representante de pais
Maria Luci do Nascimento Burato	Representante de pais
Ana Eduarda Berno	Representante de pais
Alessandra Fernanda Taborda	Representante de pais
Kassia Caroline Moretti	Representante da APMF
Josiane Dahmer Ferreira	Representante da APMF
Edineia Bieseche	Comunidade Local
Joseane Teodoro de Oliveira Rocha	Comunidade Local
Josimari P. Gonçalves de Oliveira	Comunidade Local
Amanda Caroline Hilgemann	Comunidade Local

2.6.2 Associação de Pais Mestres e Funcionários- APMF

Associação de Pais, Mestres e Funcionários, APMF é uma instância de pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos pais e profissionais da instituição, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros, sendo constituído por prazo expresso em estatuto próprio.

Esse elo constante entre pais, professores e funcionários com a comunidade, prima também pela busca de soluções equilibradas para os problemas coletivos do cotidiano escolar, dando suporte à direção e à equipe educacional, visando o bem-estar geral da instituição e a formação integral das crianças. Todos os envolvidos no processo são igualmente responsáveis pelo sucesso da educação gratuita e com qualidade nas escolas públicas do Paraná.

Tem como função primordial discutir ações que possam contribuir para a qualidade do ensino e integrar família, escola e comunidade, viabilizando a participação de todos na gestão da escola pública; colaborar com a manutenção e a conservação das instalações da escola, bem como conscientizar quanto às atitudes de preservação; realizar projetos envolvendo toda a comunidade, de forma a contribuir para o maior aproveitamento escolar da criança. É importante ressaltar ainda que as ações da APMF devem estar em sintonia com o Projeto Político Pedagógico da escola e com a realidade e interesses da comunidade escolar.

Segundo os documentos normativos de funcionamento da APMF, faz-se necessários alguns procedimentos para sua organização, os quais serão sempre consultados pois encontram-se disponíveis no portal Dia a Dia Educação, o qual rege as ações desta instância colegiada no estado do Paraná.

Nesta instituição a APMF participa diretamente dos eventos escolares, acompanhando, sugerindo e ajudando organizar, contribuindo na organização das promoções para angariar fundos que a escola promove, além de acompanhar, gestar e prestar contas dos recursos da escola como PDDE,

recursos oriundos de promoções. Promove reuniões trimestrais e/ou quando necessário. Os registros das reuniões são feitos em um livro ata específico para esse fim. No início do ano é feita reunião com os membros da APMF para montarmos um calendário anual de reuniões e eventos em que a escola irá promover e participar.

A eleição para os membros da APMF é realizada a cada 02 anos, sendo que são montadas chapas e feita uma assembleia geral, com prévia convocação, para a votação de todos os agentes da escola.

APMF	
NOME	SEGMENTO
Lucieli Vargas	Presidente
Josiane Dahmer Ferreira	Vice-presidente
Marielen Roling Ludvig	Primeira Tesoureira
Cristiane Rodrigues de Britto	Segunda Tesoureira
Rosemeri Immich	Primeira Secretária
Francieli Pereira de Freitas	Segunda Secretária
Kassia Caroline Moretti	Conselho Fiscal
Vanessa Martins Paim	Conselho Fiscal
Rosa Maria de Souza G. Marangoni	Conselho Fiscal
Ana Claudia Murinelli Giacomini	Suplentes do Conselho Fiscal
Leila Silva dos Santos	Suplentes do Conselho Fiscal
Leila Aparecida Knopf da Rosa	Suplentes do Conselho Fiscal

2.6.3 Conselho de classe

O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar. É o momento em que os professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem das crianças.

As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pela criança na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que a criança melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho da criança em todas as atividades propostas, o acompanhamento da criança no ano seguinte, as situações de inclusão, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes. Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Os relatos, as discussões e os encaminhamentos referentes ao conselho de classe serão registrados em livro ata próprio.

O Conselho de Classe pode ser organizado em três momentos de acordo com a Instrução (15/2017 SEED, SUED) sendo:

- Pré-conselho: levantamento de dados do processo de ensino e disponibilização para análise comparativa do desempenho das crianças das observações, dos encaminhamentos didático-metodológicos realizados e outros, de forma a dar agilidade ao Conselho de Classe.
- Conselho de Classe: momento em que todos os envolvidos no processo se posicionam frente ao diagnóstico e definem em conjunto as proposições que favoreçam a aprendizagem das crianças em momento de reunião específica por turmas em horários expressos no calendário escolar e nos momentos de hora atividade ou em outro momento em caráter extraordinário quando se fizer necessário.
- Pós-conselho: momento em que as ações previstas no Conselho de Classe são efetivadas.

As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pela criança na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que a criança melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho da criança em todos os eixos, o acompanhamento da criança no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros.

Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

O Conselho de Classe propicia a discussão coletiva sobre o processo de ensino e de aprendizagem, favorece a integração e sequência dos eixos estruturantes, constituindo-se assim de um importante momento de reflexão e ação da instituição.

No Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing o Conselho de Classe ocorre semestralmente, por turma, o qual é organizado da seguinte forma: Pré Conselho, Conselho e Pós Conselho, para discussão do desenvolvimento da criança juntamente com os educadores, coordenação pedagógica e direção da instituição. Os registros dos Conselhos são realizados em livro ata própria, que ficam na secretaria e pode ser visto pelos pais. Os encaminhamentos das crianças acontecem de acordo com sua necessidade educativa: relatório descritivo realizado pelo educador constando o desenvolvimento da turma, bem como, destacando as crianças com dificuldades educativas de aprendizagem que serve de Pré-conselho.

2.7 INDICADORES EDUCACIONAIS

2.7.1 Rendimento escolar

O rendimento escolar na educação infantil é realizado por meio do desenvolvimento de cada faixa etária que podem ser usados de guia para a avaliação e devem ser feitas com base no acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção. Dessa forma, os pequenos passam por observações e registros individuais que demonstram a capacidade nos aspectos qualitativos.

2.7.2 Indicadores educacionais internos e externos

A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos avaliativos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas da Educação Infantil.

A avaliação é contínua e processual, devendo refletir o desenvolvimento global da criança e considerar as características individuais desta no conjunto dos componentes curriculares.

A avaliação do processo ensino e da aprendizagem será o indicador da necessidade de intervenção pedagógica. A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pela criança.

O resultado da avaliação deve proporcionar dados qualitativos que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos/instrumentos/métodos de ensino.

Os avanços do desenvolvimento das crianças em todas as faixas etárias e eixos, contemplados na proposta curricular, são diagnosticadas por meio de atividades pedagógicas, orais e escritas e posteriormente registrados em pareceres descritivos que demonstram os avanços da criança em cada trimestre.

2.7.3 Índices de abandono, evasão e transferência

A instituição apresenta índices, referente aos últimos três anos, fazendo uma reflexão, a partir dos resultados obtidos:

ANO	ALUNOS MATRICULADOS	EVASÃO ABANDONO	TRANSFERÊNCIAS	ALUNOS CONCLUINTE
2022	131	25	2	131
2023	129	27	9	129
2024	140	20	5	140

Os professores ao constatar, comunicam a equipe pedagógica sobre a ausência não justificada nos casos previstos em lei, por 05 (cinco) faltas e/ou dias consecutivos, ou registro no LRCOM no campo anotações e preencher o controle interno de faltas injustificadas.

A equipe pedagógica investigará junto à família ou responsáveis legais tentando procedimentos que possibilitem o retorno imediato da criança na escola. As ações são: o contato via telefone, com os pais ou responsáveis legais, convocando os para uma reunião, a fim de verificar se a falta é justificada ou não, visitas na casa da criança caso não haja retorno pelo contato do whatsapp ou via celular. Caso a falta seja justificada ou amparada por lei deve-se solicitar aos pais ou responsáveis documentos comprobatórios, para que o mesmo seja arquivado na pasta individual do (a) estudante, como declaração ou atestado médico.

Em casos de reincidência, sem justificativa, a instituição acionará o Conselho Tutelar e por último o Ministério Público quando esgotadas todas as demais formas de acordo, conforme Programa de Abandono Escolar- Mobilização a Inclusão Escolar e Valorização da Vida.

A instituição tem um papel importante em relação ao abandono/evasão escolar, a qual toma iniciativas cabíveis, buscando a permanência e frequência da criança. Desenvolvendo um trabalho de

conscientização com a família no intuito de alertá-los sobre a formação da criança, onde manterá constante contato, verificando possíveis situações de vulnerabilidade social, violência familiar, entre outras situações. Havendo diagnóstico dessas situações, a escola buscará auxílio em outras redes/órgãos público a fim de solucionar esses problemas.

2.8 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

2.8.1 Aprendizagem

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96, a aprendizagem se caracteriza pela liberdade e responsabilidade para elaborar o Projeto Político Pedagógico atendendo às necessidades peculiares, incluindo currículo, organização escolar e zelar pela aprendizagem de seus alunos. Compreende-se a aprendizagem como a aquisição de competências básicas inerentes ao indivíduo para a sua inserção na sociedade de forma justa e igualitária, onde todos têm o direito de aprender.

De acordo com a lei no seu art. 13, os docentes incumbir-se-ão de:

- I - Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- II - Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo o Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - Ministrando os dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Partindo destes pressupostos legais, o gestor escolar em meio às inovações pedagógicas contemporâneas, buscará possibilidades proativas para delegar atividades pertinentes ao que concerne a gestão da aprendizagem significativa, tendo o Projeto Político Pedagógico da escola como norteador das ações, visando à consolidação do processo ensino aprendizagem.

Para que o processo de aprendizagem seja efetivado é preciso que a criança aprenda a aprender, que ela sinta a necessidade de continuar aprendendo. Para tanto, é preciso que a mesma tenha ao seu lado uma equipe de docentes comprometidos com o direito de aprender da criança e, assim, viabilizarem estratégias de ensino articulados com a prática e as especificidades com a comunidade escolar.

Assim é notório o esforço da gestão democrática em direcionar suas ações nos resultados de aprendizagem das crianças considerando que esta precisa acontecer de forma prazerosa, sendo essencial que o educador tenha a sensibilidade de perceber a sede de conhecimento da criança e proporcionar-lhes essa conquista.

Fazem parte do processo de ensino-aprendizagem:

- O planejamento;
- Cadernos diários ou planos de trabalho docentes;
- Registro no livro de Registro de Classe Online - LRCOM;
- Metodologias diversificadas, diferenciadas e lúdicas, permeadas por interações e brincadeiras;
- Estudos e reflexões – teoria e prática;
- Avaliação da prática pedagógica;
- Adequação dos tempos e espaços pedagógicos que atendam em diferentes momentos e com diferentes propósitos.

A aprendizagem deverá ser o foco principal nessa instituição de educação, para tal são elaborados pelos professores os planejamentos, com a intenção de organizar o processo de ensino/aprendizagem, o qual deve estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico, regimento escolar e a Proposta Curricular Municipal, bem como de acordo com as legislações vigentes.

O Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura os professores preparam suas aulas diariamente, desenvolvem projetos elaborados pela instituição que consta no PPP, e projetos que partem da Secretaria Municipal de Educação. O plano de trabalho docente é realizado no início do ano conforme previsto em calendário escolar. O planejamento é realizado por turmas, discutido e reelaborado a cada trimestre. Os livros registros de classe são orientados pelo NRE e pela Secretaria Municipal de Educação.

Os planejamentos são elaborados pelo professor com apoio da equipe pedagógica, estes são flexíveis e podem ser adaptados durante o desenvolvimento, e a intenção é de organizar o processo de ensino-aprendizagem os quais norteiam o plano de trabalho docente, selecionando conteúdos para desenvolver atividades durante o trimestre, com diários semanais onde ficarão registrados os planos de aula. Também são organizadas atividades sequenciadas, projetos didáticos, sequências didáticas, onde os conteúdos são registrados em Livro de Registro de Classe diariamente.

2.8.2 Atendimentos Educacionais Especializados- AEE

A educação inclusiva pressupõe uma reorganização no sistema educacional de forma a garantir acesso, permanência e condições de aprendizagem a toda população em idade escolar, mediante a um processo de normalização, até o momento atual que prevê direitos educacionais iguais e equidade educacional.

A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc. voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, em virtude de suas particularidades, por apresentarem necessidades educacionais que são especiais. Talvez o maior desafio esteja na prática pedagógica, que através da ação direcionada e intencional contribuirá em muito para a inclusão em seu sentido pleno.

A prática pedagógica na educação infantil tem sido analisada ultimamente no sentido de superar ações que eram baseadas no cuidar promovendo reflexões sobre seu papel de educar. No entanto, as concepções precisam ser modificadas na busca desse ideal, além da mudança conceitual sobre o papel da educação infantil no desenvolvimento global e integral da criança, quando se fala de construção de escola inclusiva.

Segundo o Parecer 20/2009 do CNE/CEB, o olhar acolhedor que se refere às crianças com transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tem direito a:

[...] à liberdade e à participação, tal como para as demais crianças, deve ser acolhido no planejamento das situações de vivência e aprendizagem na Educação Infantil. Para garanti-lo, são necessárias medidas que otimizem suas vivências na creche e pré-escola, garantindo que esses espaços sejam estruturados de modo a permitir sua condição de sujeitos ativos e a ampliar suas possibilidades de ação nas brincadeiras e nas interações com as outras crianças [...]. Isso inclui garantir no cotidiano da instituição a acessibilidade de espaços, materiais, objetos e brinquedos, procedimentos e formas de comunicação e orientação vividas, especificidades e singularidades das crianças com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (PARECER 20/2009 do CNE/CEB)

Enquanto o Parecer 20/2009 menciona que:

Intensificando o processo de inclusão e buscando a universalização do atendimento, as escolas públicas e privadas deverão, também, contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular.

Com o objetivo de ampliar o acesso ao currículo, proporcionando independência das crianças para a realização de tarefas e favorecendo a sua autonomia, foi criado, pelo Decreto nº 6.571/2008, o atendimento educacional especializado aos alunos da Educação Especial, posteriormente regulamentado pelo Parecer CNE/CEB nº 13/2009 e pela Resolução CNE/CEB nº 4/2009. Esse atendimento, a ser expandido gradativamente com o apoio dos órgãos competentes, não substitui a escolarização regular, sendo complementar a ela. Ele será oferecido no contraturno, em salas de recursos multifuncionais na própria escola, em outra escola ou em centros especializados e será implementado por professores e profissionais com formação especializada, de acordo com plano de atendimento aos alunos que identifique suas necessidades educacionais específicas, defina os recursos necessários e as atividades a serem desenvolvidas.

Dentro desta perspectiva de educação para toda a educação inclusiva torna-se um grande desafio, garantida pela Constituição Federal Brasileira, art. 208, III, aliada a declaração de Salamanca em 1994, reafirmou o direito de todos à educação, independente de suas diferenças, enfatizando que a educação para pessoas com necessidades educacionais especiais, também são parte integrante do sistema educativo, contemplando uma pedagogia voltada às necessidades específicas e adoção de estratégias que se fizerem necessárias em benefício comum. A LDB 9.394/96, artigos 58 e 59 têm também como finalidade de concretizar preceito constitucional e responder ao compromisso com a

“Educação para Todos.” Assume-se assim, o compromisso de uma educação comprometida para a cidadania, considerando sua diversidade.

A educação inclusiva baseia-se na educação condizente com igualdade de direitos e oportunidades em ambiente favorável, adaptação e flexibilização curricular, considerando a participação da família na Instituição, num esforço conjunto de aprendizagem compartilhada. Essa instituição trabalha as questões inclusivas no seu cotidiano através da adaptação de materiais, equipamentos e atividades, bem como realizando a adaptação curricular e disponibilizando de espaços, tempos e apoios diferenciados.

2.8.3 A relação entre profissionais da educação e discentes

Ao levar em consideração a escola como instituição demarcada, com a possibilidade da construção sistematizada do conhecimento pela criança, é de fundamental importância a criação de algumas possibilidades e condições favoráveis, nas quais alunos e professores possam refletir sobre sua prática e passaram a atuar num clima mais condizente com a realidade do CMEI.

O trabalho direto com crianças de 0 meses a 5 anos exige do professor o investimento emocional, conhecimento técnico pedagógico e compromisso com a promoção do desenvolvimento da criança, pois a criança tem o professor como alguém qualificado para medir seu desenvolvimento, auxiliando-a a ampliar as linguagens para usar, representar e exprimir sua forma de compreender o mundo e si mesma. Com isso o professor da Educação Infantil deve ter formação ética e competência na especificidade de sua tarefa, levando-se em conta o atual momento sócio histórico, que ocorre em um mundo complexo, contraditório, violento, consumista em constante mudança.

O importante é que os professores tenham o domínio de conceitos e habilidades necessárias para se ter uma atuação junto às crianças e que esta seja promotora de aprendizagens e de desenvolvimento das crianças no sentido de lhe garantir o direito à infância.

O professor deve ser capaz de construir uma relação que transmita segurança para a criança, valorizando seu potencial. Precisa ser sincero, autêntico, respeitando suas opiniões, tornando-se um parceiro dessa criança na busca do conhecimento de um mundo repleto de descobertas e interações, estabelecendo uma relação segura com a criança, em um clima carinhoso, considerando que o papel do professor é importante na formação das crianças. Mas, além disso, é preciso que o mesmo estimule a curiosidade das crianças, que seja comprometido e identificado com o trabalho da educação infantil.

A relação professor/aluno se dá de maneira harmoniosa baseada no respeito e afetividade, levando em consideração as individualidades existentes, com atendimento individualizado quando necessário para o enfrentamento das dificuldades existentes.

2.8.4 Articulação entre as etapas de ensino-aprendizagem

Do ponto de vista do trabalho da/do professora/professor ao término da primeira etapa da Educação Básica deve ser pensado e articulado formas significativas de as crianças vivenciarem o “ritual de passagem” da escola de Educação Infantil para a Escola de Ensino Fundamental, sem

compreender este ritual como ruptura no seu processo de escolarização. Esse é um marco importante, para as crianças e para as suas famílias, que costumam gerar nelas ansiedade e insegurança, uma vez que, geralmente, significa um momento de separação, de entrada em novos e desconhecidos espaços, de conhecimentos de pessoas diferentes, de vivência de novas rotinas. Todos se sentem inseguros diante da falta de referências em relação ao que não se conhece. Essa mudança pode gerar também, o desejo de conhecer o que é novo, o interesse pelos novos desafios e a curiosidade, em razão de ser o lugar onde estão as crianças mais velhas.

Nesse sentido vale destacar que a falta de articulação entre as turmas do pré-escolar da Educação Infantil e primeiro ano do Ensino Fundamental, pode comprometer a futura aprendizagem das crianças, especialmente por que elas sofrem uma ruptura no entendimento do que seja escola, aprender na escola e qual o status do brincar no cotidiano institucional.

Prever formas de articulação entre os docentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, através de encontros, visitas, reuniões e providenciar instrumentos de registro – portfólios de turmas, relatórios de avaliação do trabalho pedagógico, documentação da frequência e das realizações alcançadas pelas crianças, assim permitindo “aos docentes do Ensino Fundamental conhecer os processos de aprendizagem vivenciados na Educação Infantil, em especial na pré-escola e as condições em que eles se deram,” (BRASIL, 2009- Parecer 20/2009, CNE). Independentemente de essa transição ser feita no interior de uma mesma instituição ou entre instituições, para assegurar às crianças a continuidade de seus processos peculiares de desenvolvimento e a concretização de seu direito à educação.

É importante dizer que nesta fase de articulação, trabalhar com o lúdico nas práticas educacionais é essencial. As crianças precisam aprender brincando, pois assim ela está criando os alicerces de sua personalidade. A atividade lúdica é fundamental, pois contribui para sua vida afetiva e intelectual. Se tivermos crianças que brincam, se aventuram em algo novo, teremos alunos equilibrados e seguros no decorrer dos anos escolares.

A articulação entre a escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental, a/o professora/professor deverá, como pressuposto orientador de suas ações, buscar canais para discussão com o Ensino Fundamental sobre o redimensionamento, para além das questões instrucionais e cognitivas de suas expectativas em relação às crianças que frequentaram essa primeira etapa da educação básica. Além disso, vai explicitar suas próprias expectativas de que as crianças possam dar continuidade ao seu processo de formação humana no Ensino Fundamental, tendo a oportunidade de vivenciar, também nesse nível de ensino, a alegria, a brincadeira a arte, as múltiplas linguagens, enfim, que possam desenvolver todas as dimensões do humano.

Assim, devem ser pensadas estratégias que visem facilitar essa “passagem”, vivendo de forma plena a transição, promovendo sentimentos de confiança e tranquilidade nas crianças.

2.8.4.1 Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental dos Anos Iniciais

As instituições de ensino precisam lembrar que a criança não deixa de ser a criança quando passa a ser estudante. Essa ideia de dissociação é equivocada e muitas vezes podem causar consequências no desenvolvimento da criança. Sobre essa relação Kramer cita:

Educação infantil e ensino fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso [...]. Na educação infantil e no ensino fundamental, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos [...]. Nos dois, temos grandes desafios: o de pensar a creche, a pré-escola e a escola como instâncias de formação cultural; o de ver as crianças como sujeitos de cultura e história, sujeitos sociais (2007, p. 20).

Com o tempo, construiu-se o conceito de que ao passar para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a criança deixa de ser criança, como se houvesse uma ruptura na infância, as singularidades deste período de vida devem, na Educação Infantil, assim como no Ensino Fundamental, ser o foco do processo de ensino aprendizagem, pautados nos mesmos princípios

Como explicita o documento da BNCC, que deve “garantir integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos” (BRASIL, 2017, p. 51).

Conforme as orientações do documento é necessário que as instituições conversem entre si, dando continuidade ao processo, inclusive compartilhando as informações de vida da criança, como relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados por ela, dando oportunidade para que ela progrida em todos os seus aspectos (BRASIL, 2017). Sendo assim, é indispensável à articulação dos currículos e das práticas pedagógicas que envolvem essas etapas, de modo que as instituições de ensino sejam incentivadas a traçarem formas de tornar essa transição tranquila, pautada na relação e continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento humano.

2.8.5 Articulação da instituição de ensino com os pais e/ou responsáveis

A família constitui o primeiro contexto de educação e cuidado das crianças desde seu nascimento e é na família que as crianças recebem os primeiros ensinamentos e valores fundamentais, como respeito, amor, honestidade, empatia e constrói suas primeiras formas de significar o mundo. Sendo a família fundamental no processo de ensino e aprendizagem da educação infantil, pois é o primeiro ambiente onde a criança se socializa e aprende a se relacionar, se expressar e se compreender.

A articulação entre as duas instituições se torna essenciais para garantirem um desenvolvimento educacional saudável e completo, sendo ambas corresponsáveis pela formação da criança. Assim, trata-se de uma relação que requer a visibilidade e transparência da participação tanto da escola quanto dos pais, ou responsáveis no processo de educação e de qualidade. Pois, os pais podem exercer grandes influências no trabalho docente por causa do grande vínculo entre os entes da família e os problemas por ela derivados que reflete na vida escolar das crianças, assim o professor irá

conhecer a realidade através dos pais e responsáveis, resultando numa parceria de sucesso, ou seja, se não houver a participação efetiva dos pais, o processo educativo restrito à escola é insuficiente para uma educação completa. Cabendo a escola buscar estratégias para conhecer a família de um aluno, pois conhecer a família do aluno é conhecer e compreender o próprio aluno.

Portanto, à escola deve organizar momentos e formas para essa articulação, que segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente: “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (cap. IV, parágrafo único).

E pensando nesse princípio o CMEI organiza formas de articulação como reuniões, entrega de portfólios e pareceres, dia da família na escola, apresentações, festividades, envolvimento das estâncias colegiadas em todo processo de ensino aprendizagem.

2.8.6 Formação continuada dos profissionais da educação

A formação continuada para os professores de educação infantil é uma ferramenta estratégica que auxilia na relação entre a teoria e a prática pedagógica no contexto das diferenças. Pois, permite aos docentes refletir criticamente sobre os desafios encontrados no processo de ensino e aprendizagem. Os quais, em determinadas circunstâncias sentem-se inseguros para fazer certas intervenções, visto que as crianças diferem entre si, nos mais diversos aspectos e exigem olhares distintos. De forma geral, a formação continuada dos professores de educação infantil, busca conectar as necessidades do professor para atender o melhor possível, as singularidades das crianças. Com isso, a formação apresenta propostas e saberes que vão além das necessidades básicas exigentes. Vê-se que é importantíssimo, as estratégias serem traçadas conforme a realidade de cada unidade de ensino e ter embasamentos teóricos e práticos para identificar as causas dos problemas, sanar os desafios, valorizar as diferenças e intervir nos ambientes.

Andrade (2014) salienta que a formação continuada do professor de educação infantil tem propósitos diferentes e que os conhecimentos vão além da formação acadêmica por dar-se ao longo da prática. O autor afirma que a formação continuada vai além de estudos teóricos, pois possibilita a reflexão crítica dos professores a partir da socialização das experiências e desafios vivenciados na prática pedagógica com os colegas de trabalho. Pode-se observar que o papel da formação continuada para os professores da educação infantil é um processo contínuo que proporciona momentos de encontros entre os profissionais da unidade de ensino para estudar e refletir de forma crítica sobre os problemas encontrados a partir da prática pedagógica. E de modo consciente, planejar ações, para intervir nos contextos de suas salas de aula de maneira particular. E desse modo, aperfeiçoar a prática tendo como foco a aprendizagem e o olhar sensível para as particularidades das crianças.

Vale destacar, por exemplo, que a formação continuada é um processo contínuo e inacabado que deve ser alimentado pela troca de experiências práticas entre os professores, com discussões, a partir de saberes teóricos que dão embasamentos para planejar novas ações pedagógicas para intervir na prática. E assim, esse processo de ação-reflexão-ação deve seguir ao longo de sua carreira. Por esse motivo, conforme explicado acima, Miranda (2016), fala que a formação continuada é necessária para que os professores estejam em constante formação e atualização, buscando assim, construir

novos conhecimentos, necessários à sua prática de forma que efetive o seu trabalho para formar cidadãos ativos e críticos na sociedade. Pode-se constatar que o local mais indicado para que a formação continuada aconteça com regularidade é a instituição de ensino, onde o professor está vinculado por ser o espaço contextualizador. E que permiti reflexões críticas e éticas condizentes com prática, além de promover encontros nem sempre possíveis, entre os educadores. A qual deve ser significativa e contextualizada segundo as demandas apontadas pelos docentes. Outro fator importante é que os encontros devem ser aplicados com dinamismo pelo formador, de modo, que ele tenha conhecimento dos problemas e a partir de estudos planejar novos procedimentos para obviamente, o professor fazer as intervenções necessárias nos problemas que permeiam o cotidiano da sala de aula

Vale frisar, por exemplo, que a formação continuada do ponto de vista da Base Nacional Comum Curricular é uma pauta imprescindível a ser seguida nas escolas, fazendo com que as formações se tornem ainda mais importante para as instituições de educação infantil. Por essa razão, conforme explicado acima, Saviani (2000), fala que a escola deve ser o espaço para que a formação continuada aconteça, por possibilitar melhor articulação com as condições de trabalho e o tempo dos docentes. Pois, é no cotidiano escolar que as propostas de mudanças devem ser abordadas, debatidas e efetivadas. Desse modo, garante-se um grupo formativo consciente da importância de se construir a democratização da escola. Pode-se verificar também, que a formação continuada auxilia diretamente na relação entre a teoria e a prática pedagógica, pois esses dois elementos estão interligados à medida que a prática pedagógica se transfigura em conteúdo de reflexão e expande o entendimento sobre a própria ação de forma circular: ação-reflexão-ação. Desse modo, possibilita ao corpo docente refletir a sua prática à luz da teoria e conseqüentemente conhecer e testar novas maneiras de trabalho, recriar estratégias e novas metodologias para potencializar o processo de ensino e aprendizagem.

É importante reafirmar, por exemplo, que a formação continuada é fundamental para despertar mudanças na prática educativa, pois somente a partir dela os professores tornam-se capazes de contemplar a própria prática e buscar inovações sempre que for preciso. Conseqüentemente, conforme explicado acima, Imbernón (2009), fala que a formação é o momento de destampar a teoria para aprofundar, organizar, revisar, reconstruir o conhecimento e equilibrar os instrumentos teóricos e práticos. O que indica que "a formação docente assumiu sua função enquanto prática reflexiva construtiva de novos conhecimentos e capaz de propiciar a ressignificação dos conhecimentos e experiências [...]" (SILVA, 2019, p. 06).

Diante disso, é válido afirmar que, mesmo após vários períodos estudados nos cursos de nível superior, os conhecimentos adquiridos não são suficientes para preencher as lacunas que surgem na prática pedagógica. E que as diferenças existentes entre as crianças precisam ser vistas como ponto de partida para reflexões e busca de novos saberes, pois do ponto de vista da sociologia da educação, elas enriquecem o processo educacional. Afinal, se as crianças não fossem diferenciadas entre si, a teoria e a prática pedagógica seriam inertes e a formação continuada deixaria de cumprir seu papel enquanto ferramenta que auxilia na relação entre ambas para transformar a realidade.

Desta forma os docentes desta instituição participam de formação continuada no início do ano letivo e no meio do ano (julho), cursos, palestras, estudos direcionados em hora-atividade ou em outros momentos, que são disponibilizados conforme calendário escolar, pela Secretaria Municipal de

Educação, pelo Núcleo Regional de Educação (NRE) e Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) do Paraná, formação através de parcerias com outras entidades como universidades, programas do Governo Federal e Estadual. Os processos de formação continuadas que ocorrem advêm de participação em projetos de pesquisa e extensão das universidades, programas de formação continuada através de convênios do com os governos federal e estadual, além de estudos dirigidos dentro da própria escola buscando alternativa para suprir fragilidades apresentadas.

2.8.7 Acompanhamento e realização da hora atividade

As horas destinadas às horas atividades são períodos complementares ao exercício da docência, destinados para estudos, planejamento, avaliações e formação continuada. Objetivando mediar, organizar, integrar, interagir e articular o trabalho pedagógico com a comunidade para garantir a efetivação da função social da escola e deve ser cumprida preferencialmente na escola.

A hora atividade é um período já pronunciado na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, que garante ao professor tempo dentro da sua jornada de trabalho para a realização de atividades extraclasse, tais como: planejamento, organização e avaliação das atividades pedagógicas, além de estudos e atualização.

É um período reservado para formação docente, elaboração de meios para melhoria da aprendizagem, além de atendimento aos pais, correção de avaliação de atividades; diálogo com a equipe pedagógica sobre alunos, planejamento para ensino dos conteúdos, organização do livro registro de classe online LRCOM, descrição de pareceres, preparação de materiais didáticos e demais atividades necessárias para um bom andamento das aulas, bem como refletir sobre a prática pedagógica. E todos os encaminhamentos do docente devem ser pautados com base no diagnóstico da realidade escolar, tendo como subsídios o Projeto Político Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular, o Regimento Escolar, Plano de Ação da Instituição de Ensino, Referencial Curricular do Estado do Paraná e a BNCC.

2.8.8 Organização do tempo e do espaço pedagógico

A organização da rotina das atividades da criança na escola é um aspecto de suma importância, que possibilita à criança segurança e domínio do espaço e do tempo que passa na escola, devendo ser pensada a partir do planejamento feito pela equipe pedagógica e pelos professores, traduzida no plano de ação e no diário do professor. Sendo necessário ser adequada ao tempo de permanência da criança na instituição, ou seja, se período integral, com no mínimo de sete horas diárias (caracterizado pelo Ministério da Educação), ou em período parcial de 4 horas diárias, e a partir dessa definição, organizam-se as atividades propostas para a criança. Além disso, todas as atividades são estruturadas de acordo com as necessidades biológicas, psicológicas, sociais e históricas das crianças e tanto o tempo e o espaço devem promover o desenvolvimento integral das crianças.

Maria Carmen Silveira Barbosa e Maria da Graça Souza Horn afirmam que:

Organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades. É importante que o educador observe o que as crianças brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto, também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte. (BARBOSA; HORN, 2001, p. 67).

Especificamente, na sala de aula, essa relevância se dá no controle da duração das atividades, na realização não fragmentada dos conteúdos pedagógicos, no controle e no acompanhamento do ritmo e das atividades do aluno. Esses tempos estão relacionados entre si e diretamente ligados à prática do professor, o qual dirige as atividades na perspectiva do cuidar, educar, brincar e aprender.

A organização da rotina nas turmas orienta os educandos no tempo e no espaço e também, o trabalho do professor, quando por meio da mediação das atividades propostas, avalia a aplicação do que foi planejado e traduzido em seu planejamento diário.

Os diferentes momentos organizados que caracterizam a rotina na escola são de suma importância para avaliação do desenvolvimento do educando e da proposta pedagógica e curricular, pois é na execução das atividades que se cria a possibilidade de estabelecer a relação entre teoria e prática e ainda, na atuação dos diferentes profissionais que participam e propiciam esse desenvolvimento.

Segundo o Parecer 20/2009 do Conselho Nacional de Educação, as instituições de Educação Infantil devem tanto oferecer espaço limpo, seguro e voltado para garantir a saúde infantil, quanto se organizar como ambientes acolhedores, desafiadores e inclusivos, plenos de interações, explorações e descobertas partilhadas com outras crianças e com o professor. Elas ainda devem criar contextos que articulem diferentes linguagens e que permitam a participação, expressão, criação, manifestação e consideração de seus interesses. Junto com isso, há necessidade de uma infraestrutura e de formas de funcionamento da instituição que garantam ao espaço físico a adequada conservação, acessibilidade, estética, ventilação, insolação, luminosidade, acústica, higiene, segurança e dimensões em relação ao tamanho das turmas e ao tipo de atividades realizadas.

A organização dos horários para utilização dos espaços escolares externos e internos disponíveis para as crianças desenvolverem as atividades, segue de acordo com os cronogramas diários e semanais de cada turma e o cronograma estabelecido pela instituição.

Entrada	Organizar a sala para a recepção das crianças e respectivas famílias de forma interessante e acolhedora, aproveitando esse momento para apresentar um novo brinquedo, ensinar uma nova forma de brincar, de interagir com os colegas e com os pais. É o momento em que as crianças podem guardar seus pertences, pendurar as mochilas, identificar o próprio nome.
	Observar se as crianças sentam-se tranquilas, se tomam o café da manhã sozinho, com ou sem dificuldades e se interagem com os colegas. Com relação aos bebês,

Café da manhã	deve-se observar se eles experimentam os alimentos oferecidos, auxiliando-os sempre que necessário.
Roda	Música: cantar e ensinar cantigas de roda às crianças; resgatando no dia a dia escolar, a cultura infantil. Conversa: propor um tema para favorecer o desenvolvimento da linguagem oral e a participação em situações comunicativas, por meio de conversas e escutas com as crianças, e ainda observando como se expressam por meio do corpo. Leitura: contar e/ou ler uma história, uma poesia ou uma parlenda, a fim de convidá-las para a leitura, aguçando e estimulando a criatividade, o gosto pela leitura, bem como um espaço acolhedor e envolvente. Para esse momento especial as crianças podem sentar-se em roda ou no tapete do cantinho da leitura.
Propostas de atividades pedagógicas	O que o professor considera importante para o processo de ensino e aprendizagem de acordo com o estabelecido em seu plano de trabalho docente.
Brincadeira externa no espaço livre	Enquanto as crianças brincam no espaço externo da escola, deve-se observar suas brincadeiras e seus diálogos, pois nos revelam o processo de desenvolvimento infantil. Brincar livremente é fundamental para a criança pequena. É um momento que deve ser garantido diariamente na rotina escolar.
Cuidados e higiene	É importante propor diariamente para as crianças o cuidado de si. Para os bebês, é o tempo/espaço do banho, da troca da fralda e da roupa, da interação com o adulto e do reconhecimento de seu corpo. Para as crianças de 2 e 3 anos, é o tempo/espaço de lavar as mãos, o rosto e, se necessário, trocar-se.
Almoço	Observar se as crianças sentam-se tranquilas, se comem sozinhas, com ou sem dificuldade, e se conversam com os colegas. É um momento de aprendizagem: trabalhar com os procedimentos e ensiná-los (postura à mesa, autonomia, manuseio dos diversos utensílios, etc.). Com relação aos bebês, deve-se observar se eles aceitam os alimentos, a introdução de novos sabores e a quantidade oferecida.
Descanso	Organizar o espaço para as crianças que permanecem na unidade escolar em período integral e acompanhá-las no momento do sono, garantindo o repouso, a fim de reporem suas energias, respeitando a individualidade de cada uma. Ao acordar, cada criança deve ser acolhida e orientada para colocar os sapatos, ir ao banheiro e lavar as mãos e o rosto. Auxiliá-las em seus cuidados pessoais. Ensinando as crianças a ajudarem: guardar os lençóis, empilhar os colchões e abrir janelas e cortinas.
Suco e fruta	É um momento de cuidado, alimentação e experimentação dos sabores diferentes das frutas e sucos.
Propostas de atividades pedagógicas	O que o professor considera importante para o processo de ensino e aprendizagem de acordo com o estabelecido em seu Plano de Trabalho Docente/ Diário.

Janta	É a última refeição do dia, garantindo que as crianças se alimentem, incentivando-as.
Atividades externas dirigidas	Podem ser organizadas de acordo com as características do grupo e da faixa etária.
Saída	Momento de reencontro com as famílias e troca de informações necessárias.

2.8.8.1 Critérios para organização das turmas

O número de crianças por professor deve possibilitar atenção, responsabilidade e interação com as crianças e suas famílias. Levando em consideração as características do espaço físico e das crianças, no caso de agrupamentos com criança de mesma faixa de idade, recomenda-se de acordo com a Deliberação 02/2014 do CEE-PR, no Art. 9º:

- I - Do nascimento a um ano de idade - até seis crianças por professor;
- II - De um a dois anos de idade - até oito crianças por professor;
- III - De dois a três anos de idade - até doze crianças por professor;
- IV - De três a quatro anos de idade - até quinze crianças por professor;
- V - De quatro e cinco anos de idade - até vinte crianças por professor.

A constituição das turmas obedece às normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, no que se refere ao número de alunos por turma, considerando com as condicionantes inerentes à dimensão das salas de 1,5m² por crianças, cuja lotação permite: Berçário - 12, Creche I – 12, Creche II - 15, Creche III – 15, Pré I – 20 e Pré II - 20.

Na Educação Infantil na faixa de Pré-escola denominada de Pré II- serão matriculadas as Crianças que completem os cinco anos de idade até 31 de março e no Pré I serão matriculadas as Crianças que completem os 4 anos de idade até 31 de março, conforme prevê as DCNIE (2009) Art. 5º, ou ainda admitir-se-á em caráter facultativo por força de decisões judiciais crianças em idades inferiores.

Ainda poderão ser consideradas matrículas para crianças cujos irmãos frequentem a instituição no mesmo horário, ou que dependam do transporte escolar, desta forma favorecendo a permanência dos educandos na instituição. Vagas serão ofertadas dando preferência para crianças que residam próximo, embora não sendo a frequência pré-requisito para o ingresso no ensino é importante uma frequência mínima de 60% de frequência nos dias letivos para a etapa de pré-escola.

III. ELEMENTOS CONCEITUAIS

Tão importante quanto o diagnóstico da realidade situacional da escola é a clareza das concepções que embasam as ações já desenvolvidas e as projetadas como referência do futuro da instituição. Considerando as ideias apontadas no marco conceitual que as categorias de planejamento se materializam no marco operacional, especialmente nas questões curriculares, das concepções decorrem princípios didático-pedagógicos que implicam na organização do trabalho docente: no planejamento, na condução didática e metodológica das aulas. Trata-se de discussão que busca nas ciências amparo filosófico, histórico, sociológico, antropológico, psicológico (pela vinculação com teorias de aprendizagens) e pedagógico, baseada em autores que auxiliem nesta compreensão.

3.1 PRINCÍPIOS

A Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica deve seguir os princípios estabelecidos nas suas diretrizes, os quais são definidos no artigo 6º da LDB e que as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009, p. 2).

São princípios que se complementam e expressam uma formação fundamentada na integralidade do ser humano, que precisa apropriar-se dos sentidos éticos, políticos e estéticos na construção da sua identidade pessoal e social. Esses princípios estão vinculados à Base Nacional Comum Curricular por meio da definição de seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, os quais pretendem assegurar: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se.

3.1.1 Princípios éticos

Os princípios éticos estão relacionados às ações e às relações estabelecidas com e entre as crianças, com e entre os adultos das unidades de Educação Infantil e também com os familiares, com experiências e vivências de responsabilidade, solidariedade e respeito. Nesse sentido, faz-se necessário organizar o trabalho pedagógico, considerando as vivências e conhecimentos de mundo das crianças pequenas, promovendo assim, sua autonomia e a construção de sua identidade, oportunizando a criança conhecer-se e interagir com o outro, aprendendo a respeitar o espaço em que vive, e com isso promover o autocuidado, o respeito ao próximo e ao meio ambiente. Deste modo, o trabalho na educação infantil deve propiciar o respeito à diversidade étnico-racial, cultural, regional, religiosa, dentre outras, respeitando o ser humano e os espaços em que vivem. Na BNCC estes direitos estão expressos como: conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural. Conviver com outras crianças, ampliando o conhecimento de si e do outro.

3.1.2 Princípios políticos

A ideia de cidadania, criticidade e de democracia está relacionada aos princípios políticos, constituídas nas experiências da criança, especialmente no direito de se expressar e participar ativamente das ações cotidianas e no processo educativo. Com isso, faz com que as crianças aprendam desde cedo a ouvir e a respeitar a opinião do próximo, podendo também se manifestar relatando acontecimentos, sentimentos, ideias ou conflitos.

Na BNCC estes direitos aparecem como expressar-se como sujeito dialógico, criativo, e sensível a suas necessidades e emoções. Também como participar ativamente, com adultos e outras crianças tanto do planejamento da gestão, como a escolha das brincadeiras.

3.1.3 Princípios estéticos

A estética remete-se à construção da sensibilidade capaz de apreciar e elevar a imaginação e permitir a criação, capacidades importantes para o desenvolvimento integral da criança. A criança deve vivenciar experiências diversas, que estimulem sua sensibilidade e valorizem seu ato criador. Assim a BNCC expõe que os princípios estéticos estão imbricados aos direitos de brincar e explorar, através de sensações, que devem ser as mais diversificadas possíveis, assim, as crianças desenvolvem sua percepção que conseqüentemente contribui para se tornarem criativas.

O brincar deve permear toda a prática pedagógica com a criança pequena, pois é através dele que a criança se apropria e produz cultura na primeira infância. É preciso considerar que ao brincar a criança explora objetos, aprende sobre as diferentes funções sociais da cultura e desenvolve o controle de conduta, pois realiza as ações de um adulto o imitando em diferentes papéis. É também na brincadeira que a criança descobre como explorar movimento, gesto, som, forma, textura, cores, palavras e emoções. Com isso, os princípios e direitos das crianças só podem ser efetivados nas vivências e experiências que a criança desenvolve se relacionando com os outros e com o mundo, ou seja, nas interações e brincadeiras.

3.1.4 Princípio legal

Os princípios legais da educação infantil estão baseados em legislações como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Atualmente, vigora no Brasil, uma política pública voltada para a construção da cidadania e do cumprimento dos direitos humanos, principalmente no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes. A Constituição Federal de 1988 foi o marco para esta conquista, seguida pelo ECA - Estatuto da Criança e Adolescente que dão à criança o cunho de cidadão de direitos. A Constituição Federal de 1988 estabelece que seja dever dos pais, da sociedade e do poder público diante da educação a garantia dos direitos das crianças, apresentando no Artigo 227 que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão.

Assim, após a promulgação da Carta Magna (1988), os pais, a sociedade, as instituições de atendimento e o governo são obrigados a respeitar os direitos definidos na mesma.

A LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - Lei 9394/96, consolidou estes fatos gradativamente com as modificações a ela incorporada. O Conselho Nacional de Educação mediante Pareceres e Resoluções, redesenham esse novo olhar e posicionamento diante da infância via

Educação Básica. Paralelamente, os Sistemas de Ensino e Conselhos Estaduais ou Municipais de Educação reafirmam estas conquistas. No artigo 3º da LDB reafirma o disposto no artigo 206 da Constituição Federal, estabelecendo que o ensino seja ministrado nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024);
- VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - Garantia de padrão de qualidade;
- VIII - Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) e;
- IX - Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020).

Assim sendo, a educação infantil deve respeitar a dignidade e os direitos das crianças, considerando suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas e religiosas; tornando acessível a todas as crianças elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação.

3.1.5 Princípio filosófico

Os fundamentos filosóficos da educação infantil são os princípios e conceitos que norteiam a forma como essa etapa da educação é concebida e praticada. Sendo essenciais para garantir que as crianças tenham uma formação integral e de qualidade, fornecendo diretrizes para a prática pedagógica, orientando os educadores na criação de um ambiente propício ao desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico das crianças.

Existem diversos fundamentos filosóficos que embasam a educação infantil. Entre os principais, podemos destacar:

1. Humanismo:

O humanismo é um dos fundamentos filosóficos mais importantes da educação infantil. Ele coloca o ser humano no centro do processo educativo, valorizando suas características individuais e respeitando suas diferenças. O humanismo busca desenvolver a autonomia, a criatividade e a capacidade de pensar criticamente nas crianças.

2. Construtivismo:

O construtivismo baseado na ideia do psicólogo Jean Piaget, é outro fundamento filosófico relevante na educação infantil. Ele parte do princípio de que a criança é um sujeito ativo na construção do seu conhecimento. Nesse sentido, o papel do educador é criar situações de aprendizagem que estimulem a curiosidade, a experimentação e a reflexão, permitindo que a criança construa seu próprio conhecimento.

3. Sociointeracionismo:

O sociointeracionismo é um fundamento filosófico que valoriza a interação social como forma de aprendizado. O responsável pelo desenvolvimento do método sociointeracionista no início do século XX, foi o psicólogo soviético Lev Semyonovich Vygotsky. Ele reconhece a importância do contexto social e cultural na formação das crianças, incentivando a colaboração, o diálogo e a troca de experiências entre os alunos. O sociointeracionismo busca desenvolver habilidades sociais e emocionais nas crianças, preparando-as para viver em sociedade.

4. Pedagogia Waldorf:

A pedagogia Waldorf é uma abordagem educacional baseada nos princípios do filósofo austríaco Rudolf Steiner. Ela valoriza a individualidade de cada criança e busca desenvolver todas as suas potencialidades, considerando os aspectos físicos, emocionais, intelectuais e espirituais. A pedagogia Waldorf enfatiza a importância da arte, da imaginação e do brincar na educação infantil.

5. Pedagogia Montessoriana:

A pedagogia Montessoriana, criada pela médica e educadora italiana Maria Montessori, é outra abordagem educacional que influencia os fundamentos filosóficos da educação infantil. Ela valoriza a autonomia e a liberdade da criança, proporcionando um ambiente preparado e materiais pedagógicos adequados para que ela possa explorar e aprender de forma independente.

Os fundamentos filosóficos da educação infantil são de extrema importância para garantir uma formação integral e de qualidade. Eles fornecem diretrizes para a prática pedagógica, orientando os educadores na criação de um ambiente propício ao desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico das crianças. Além disso, esses fundamentos também contribuem para a formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de participar ativamente da sociedade.

6. Pedagogia Reggio Emilia

A pedagogia Reggio Emilia é uma filosofia de educação que tem como objetivo desenvolver as habilidades das crianças, tornando-as independentes, autônomas e confiantes. O método foi criado por Loris Malaguzzi, um pedagogo italiano, que dedicou a construir uma educação que respeitasse o potencial das crianças. Essa filosofia possui princípios de exaltar o protagonismo infantil, praticar a pedagogia da escuta, desenvolver o pensamento crítico e realizar arte e documentação.

3.1.6 Princípio metodológico

Os métodos de ensino na educação infantil servem para guiar a escola na direção dos objetivos de aprendizagem. Eles são estratégias pedagógicas que ajudam os alunos a adquirir conhecimentos e habilidades de forma mais eficaz, considerando as características de cada estudante. Existem diversas metodologias de ensino utilizadas na educação infantil, entre as quais se destacam e que serviram de norte para a realização do processo de ensino aprendizagem do CMEI Dona Laura, que serão citados a seguir:

1. Método construtivista:

É uma das metodologias mais respeitadas na educação infantil. Esse método de ensino baseia-se na teoria construtivista de Jean Piaget que propõe que a aprendizagem ocorre através da interação entre o indivíduo e o ambiente, com o conhecimento sendo construído e reconstruído. Nesse método acredita-se que cada aluno aprende no seu tempo e busca-se desenvolver a criatividade, a curiosidade, a capacidade de reflexão crítica e que a criança entenda a importância do que está sendo ensinado para a vida dela. É baseado na ideia de que o(a) aluno(a) é ativo em seu processo de aprendizagem e deve ser encorajado a construir seu próprio conhecimento a partir de suas experiências. Nessa proposta, o educador é um facilitador, que oferece orientações e recursos para que a criança possa explorar e construir suas próprias ideias e hipóteses. O aprendizado é visto como um processo contínuo, que se desenvolve ao longo da vida do(a) aluno(a) e não apenas durante o período escolar.

2. Método Montessoriana:

Foi criada no começo do século XX, para proporcionar uma educação mais livre e individualizada. Seguindo o caminho contrário das metodologias de ensino mais tradicionais. Essa metodologia é baseada na ideia de que cada criança tem seu próprio ritmo de aprendizagem e o papel do educador é criar um ambiente que incentive a exploração e o descobrimento. Tal concepção pedagógica incentiva à autonomia, a responsabilidade e a independência das crianças, além de oferecer práticas que ajudam no desenvolvimento de habilidades motoras finas, coordenação e concentração. A sala de aula Montessoriana é composta por materiais educacionais específicos, organizados conforme a faixa etária e o interesse das crianças. E o professor fica disponível para auxiliar o aluno dentro do tema definido, mas não interfere nas escolhas dele. Tendo como base seis pilares fundamentais do método Montessori: autoeducação (autodidatismo), educação cósmica, ambiente preparado, adulto preparado, criança equilibrada e educação como ciência.

Autoeducação (autodidatismo): a criança aprende de forma autônoma, descobrindo o conhecimento por meio da exploração ativa e do trabalho com materiais específicos, sem depender diretamente da intervenção do professor.

Educação cósmica: o conceito de que tudo no universo está interconectado, e que a criança deve entender seu papel e responsabilidade dentro dessa grande rede. O objetivo é dar uma visão ampla do mundo e estimular o senso de pertencimento e respeito pela natureza e pelo universo.

Ambiente preparado: o ambiente é organizado de forma que as crianças tenham acesso fácil aos materiais educativos, adaptados ao seu tamanho e habilidades, promovendo independência e liberdade dentro de certos limites.

Adulto preparado: o papel do educador é observar, guiar e auxiliar a criança em seu processo de descoberta, sem interferir diretamente. Ele deve estar preparado para entender as necessidades de desenvolvimento da criança e oferecer suporte conforme necessário.

Criança equilibrada: refere-se ao desenvolvimento holístico da criança, considerando aspectos físicos, emocionais, intelectuais e sociais. O objetivo é que a criança se torne equilibrada, autoconfiante e capaz de fazer escolhas conscientes.

Educação como ciência: a teoria foi baseada em observações científicas rigorosas sobre o desenvolvimento infantil. É um dos métodos de ensino mais flexíveis e pode ser ajustado conforme novas descobertas científicas sobre o comportamento e a aprendizagem da criança.

Esses pilares são integrados e se complementam para criar um ambiente educacional que promove a autonomia, a disciplina interna e o amor pelo aprendizado.

3. Pedagogia Waldorf:

Este método valoriza o primeiro setênio (um período de sete anos) de vida da criança, incentivando a aprendizagem de acordo com as características de cada uma. Diferentemente de outros métodos de ensino, o foco central da educação Waldorf está no desenvolvimento integral da criança, considerando não apenas o aspecto intelectual, mas também o emocional, físico e espiritual. Esta abordagem busca estimular a criatividade, o pensamento crítico e a autonomia dos alunos, e para isso, é utilizado um currículo que inclui diversas atividades artísticas, como música, teatro, pintura e artesanato. O ensino é dividido em fases de desenvolvimento, que levam em conta as necessidades e habilidades de cada idade. Na educação infantil enfatiza o aprendizado através do brincar e da imitação. As crianças são encorajadas a explorar o mundo ao seu redor de forma lúdica, utilizando materiais naturais e participando de atividades que estimulam sua imaginação e desenvolvimento sensorial.

4. Método sociointeracionista:

A teoria sociointeracionista, também conhecida como socioconstrutivismo, considera que o desenvolvimento humano e a aprendizagem são processos indissociáveis e reciprocamente constituídos. Para Vygotsky, a criança é vista como um ser social que constrói seu conhecimento a partir das interações com outras pessoas e com o ambiente ao seu redor. O modelo pedagógico desenvolvido por Vygotsky destaca o papel do professor em promover o avanço dos alunos, explorando a zona de desenvolvimento proximal, como também que o professor é o mediador nesse processo, estimulando a comunicação, a reflexão e o diálogo entre os alunos, e buscando relacionar o conteúdo com a realidade vivida por eles. O método sociointeracionista favorece a construção de um aprendizado mais significativo e colaborativo, contribuindo para seu desenvolvimento social e emocional.

5. Método Reggio Emília:

Um método educacional que insere os pequenos no centro de suas jornadas educacionais. É uma pedagogia focada em desenvolver as habilidades da criança, com um olhar voltado para a escuta, interesses, potencialidades e habilidades, criando um sujeito independente, autônomo e confiante em sua capacidade de ser um líder, independente dos caminhos que escolha na vida. As crianças podem e devem ser protagonistas de seus próprios processos de aprendizagem. A abordagem Reggio Emília tem as seguintes características: o conteúdo é trabalhado de forma interdisciplinar, o aluno é incentivado a buscar informações e refletir criticamente; as dinâmicas são elaboradas de acordo com a faixa etária da criança; o ambiente educativo é enriquecido com diferentes ambientes e materiais artísticos; o professor aprende enquanto ensina, compreendendo a lógica da aprendizagem da criança e a criança é observada e atendida em sua individualidade.

Os métodos de aprendizagem são estratégias pedagógicas utilizadas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

O que faz a diferença no ensino é a forma como as crianças são ensinadas e as metodologias ativas de ensino na educação infantil utilizadas para ensinar, sendo a melhor metodologia aquela que desenvolva o potencial que acolhe as particularidades que tornam um ser humano único.

3.1.7 Didático pedagógico

As DCNEIs e a BNCC, como documentos bases da organização curricular na Educação Infantil, estabelecem que a aprendizagem seja garantida através de dois eixos centrais, que orientam as práticas pedagógicas desenvolvidas com a criança pequena: as interações e as brincadeiras.

A BNCC complementa esta organização curricular apresentando cinco campos de experiências em que serão desenvolvidas essas práticas pedagógicas: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; e espaços tempos quantidades, relações e transformações.

Os Campos de Experiências “constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2017, p. 38).

A categoria experiência está associada tanto aos saberes e conhecimentos que as crianças trazem como aqueles que estão no currículo escolar. Está, assim, associada diretamente ao fazer pedagógico planejado a partir dos currículos estabelecidos em cada rede ou instituição.

Os campos de experiências não seguem uma ordem de prioridade, são complementares e interligados e devem estar equilibrados no planejamento dos professores.

Para construirmos ações didáticas pedagógicas que respeitem a especificidade do trabalho com crianças pequenas devemos questionar o formato de currículo escolar, organizado por disciplinas nas escolas municipais, modelo adotado também no trabalho da pré-escola.

Assim, faz-se necessário ressaltar que o currículo da educação infantil, baseado nos campos de experiência, extrapola a organização curricular disciplinar, buscando organizar práticas pedagógicas que visam à formação integral das crianças na primeira infância.

O currículo da escola da infância não coincide somente com a organização das atividades didáticas que se realizam na seção e nas interseções, nos diferentes espaços escolares e nos ambientes de vida comum, mas se realiza em uma equilibrada integração de momentos de cuidado, de relação afetiva, e de construção da aprendizagem entre os diferentes sujeitos que compõe este processo, seja criança e criança, criança e adulto, através de ações intencionais e organizadas, com objetivos definidos para garantir determinada experiência que potencialize a descoberta e a construção de novos conhecimentos por parte da criança.

Neste processo, as rotinas são um elemento de regulamentação dos ritmos da jornada educacional e se oferecem com “base segura” para novas experiências e novas solicitações, ou seja, a rotina organiza a prática pedagógica, define tempos e espaços para a construção de ações efetivas no trabalho com crianças pequenas.

Cada campo de experiência oferece um conjunto de objetos, situações, imagens e linguagens, referidos aos sistemas simbólicos de nossa cultura, capazes de evocar, estimular, acompanhar aprendizagens progressivamente mais seguras na educação infantil.

O currículo para crianças pequenas requer o respeito à cultura da infância, construído com base na vida das crianças, das famílias e das práticas sociais e culturais em que estão inseridos, ou seja, um currículo que valoriza a experiência, não na perspectiva do seu resultado imediato, ou que busque antecipar a alfabetização para o ensino fundamental, mas naquela que contenha referências para novas experiências a aprendizagens, para a busca do sentido que considera a dinâmica da sensibilidade do corpo, a observação, a constituição de relações de pertencimento, autonomia, imaginação, a ludicidade, a alegria, a beleza, o raciocínio e o cuidado consigo e com o mundo.

Como disse Malaguzzi (2001) precisamos seguir as crianças e não os planos. São as crianças em suas brincadeiras e investigações que nos apontam os caminhos, as questões, os temas e os conhecimentos de distintas ordens que podem ser por elas compreendidos e compartilhados no coletivo.

O termo experiência nos remete a vida cotidiana, ao contato com a realidade, a uma teorização progressista e não retrógrada. Sendo assim, é necessário que a escola seja um espaço que abriga ações educativas abrangentes, não apenas de conhecimentos sistematizados e organizados por áreas ou campos de experiências, mas também de saberes oriundos das práticas sociais, das culturas populares, das relações e interações, dos encontros que exigem a constituição de um tempo e de um espaço de vida em comum, no qual se possam compartilhar vivências sociais e pessoais.

Assim, os campos de experiências indicam os pontos mais específicos e individuais de competências pelos quais as crianças atribuem significado as atividades desenvolvidas, aprendem e desenvolvem habilidades linguísticas e instrumentais. As atividades são desenvolvidas dentro dos limites e potencialidades das suas fases de desenvolvimento e de maneira ativa e constante.

Os campos permitem ainda pensar em uma perspectiva mais ampla que envolve uma programação pedagógica própria para criança pequena. É possível uma programação a partir de uma pedagogia das relações, ao mesmo tempo em que se possibilita a constituição de um espaço de escuta, de respeito, de valorização da cultura construída pela criança em suas diferenças e de instituição do direito de ser criança (FINCO, 2015).

A partir destas relações compreende-se a criança como sujeito, com potencialidades e competências e, portanto, capaz de participar ativamente da construção do conhecimento e da identidade nas relações que estabelecem nas instituições com os professores e com as outras crianças. Construir ações didáticas pedagógicas na Educação infantil é construir um currículo que enxergue a criança como ativa, construtora de cultura e de experiências peculiares da infância, a qual pertence e que valorize o conhecimento do professor e as decisões pedagógicas construídas coletivamente pela escola, enquanto instituição formativa e humanizadora.

3.1.8 Objetivos da Educação Infantil

Os objetivos para a educação infantil, de acordo com a legislação brasileira, são:

- Desenvolver integralmente a criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, até os 5 anos de idade;
- Complementar a ação da família e da comunidade;
- Garantir o pleno conhecimento das linguagens, em todas as suas formas possíveis;
- Estimular o uso de ferramentas tecnológicas e meios de comunicação de forma ética, crítica e reflexiva e;
- Garantir o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

3.1.9 Direitos de aprendizagem - educação básica

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determina os direitos e objetivos de aprendizagem dos estudantes durante cada etapa da educação básica, e, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/96)

O Parecer CNE/CP nº 15/2017 indica os direitos e objetivos de aprendizagem que os estudantes devem desenvolver e os conteúdos essenciais para sua formação. Esses direitos e objetivos de aprendizagem estão orientados por princípios comprometidos com a formação integral do estudante, considerando-o como sujeito de aprendizagem.

Nesse sentido, o termo “direitos e objetivos de aprendizagem” afirma o compromisso com o princípio legal da educação com qualidade, igualdade e equidade. Refere-se à igualdade como o direito igualitário de acesso, permanência e sucesso escolar, e à equidade como o princípio de superação da exclusão e da desigualdade no âmbito escolar, pressupondo compreender as diferenças de necessidades dos estudantes, na busca da qualidade da aprendizagem.

Os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento também são descritos na BNCC como “competências e habilidades” a serem atingidos nos tempos e etapas da Educação Básica.

É importante compreender que os direitos e objetivos de aprendizagens são comuns, porém, os currículos são diversos, na medida em que esses devem ser elaborados de acordo com a realidade local, social e individual da escola e de seus estudantes.

A BNCC apresenta as Competências Gerais, entendidas, conforme Parecer nº 15/2017 da CNE/CP, como Direitos de Aprendizagem:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

3.2 CONCEPÇÕES

As concepções decorrem princípios didático-pedagógicos que implicam na organização do trabalho docente, na relação com a diversidade dos sujeitos, no uso das tecnologias como meios educativos e na inclusão como princípio educativo. Trata-se de discussão com bases teóricas, em autores que auxiliem a compreensão das realidades apresentadas.

3.2.1 Concepção de infância

Quando pensamos a concepção de criança e infância, fazemos isso com um olhar no passado, e percebemos de um modo geral que estas concepções foram construídas ao longo da história. A ideia de infância apresenta-se de forma heterogênea, em uma mesma sociedade e em diferentes épocas, é uma concepção cultural e historicamente construída.

A construção histórica do sentimento de infância foi assumindo diferentes significados ao longo do tempo, a partir das relações sociais e não apenas em função das especificidades da criança.

O olhar sobre a criança e a infância, não ocorrem e nem ocorreram sempre da mesma maneira, e sim de acordo com a organização social, cultural, política e econômica de cada época. Evidencia-se que a ideia de infância aparece com a sociedade capitalista urbano industrial, quando a sociedade muda o papel social desempenhado pela criança.

Contudo, para compreender a criança enquanto sujeito da história é fundamental pensá-la inserida em práticas sociais da infância, histórica e socialmente determinadas. Em uma compreensão modernista a criança é colocada como o centro das práticas pedagógicas.

A este respeito, Vasconcelos (2018) destaca que nessa perspectiva a criança é “central”, mas não é o “centro”, pois o centro é um universo complexo e intrincado de relações, isto é, a criança é parte de um rico universo de “interações” que a estimulam e ao mesmo tempo a limitam.

A partir da Constituição Federal de 1988 a criança é concebida em sua condição própria de um modo mais abrangente, e passam a ser sujeitos de direitos em pleno desenvolvimento, tendo suas particularidades atendidas por lei.

Art. 227 - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. [...] (BRASIL, 1988, p. 1).

Esta conquista foi resultado de movimentos sociais e trabalhistas, em embates políticos na luta por uma educação de qualidade e acessível a todos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais nos trazem a concepção de criança como sujeito histórico de direitos, que deverá ser compreendida como o centro do planejamento curricular e o ponto principal do processo educativo pelas propostas pedagógicas na educação infantil.

Criança: sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca,

imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentimentos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p.12).

De acordo com Oliveira (2011). Após todo um processo de política e redemocratização vivido no Brasil, a infância passa ser vista com mais atenção, o que significa que a criança passa a ser considerado um ser histórico e cultural, pertencente à sociedade e portadora de direitos e deveres.

Atualmente entendemos que a criança é um sujeito social, que aprende e se desenvolve no processo das interações sociais a que tem acesso. Que tem desejos, ideias, opiniões, capacidades de produzir cultura, que se manifestam desde cedo nos seus movimentos, nas suas expressões.

Conhecer “nossas” crianças é decisivo para a relação da sociedade, como um todo, nas suas contradições e complexidades. Mas é também a condição necessária para a construção de políticas integradas para a infância, capazes de reforçar e garantir os direitos das crianças e a sua inserção plena na cidadania ativa. (SARMENTO, 2018, p.1).

É necessário compreender a criança enquanto sujeito ativo que se desenvolve continuamente, à medida que estabelece relações sociais nas quais há a apropriação e produção de conhecimentos pertencentes ao patrimônio cultural, e a partir desta perspectiva a criança é influenciada pelo meio social a qual pertence, contudo ela apresenta elementos próprios e singulares.

Conscientes que as crianças são produtoras de cultura infantil e que isso se evidencia durante toda a rotina diária, é necessário dar vozes as crianças possibilitando sua participação efetiva na construção dos projetos educativos, assegurando a criança, conhecer-se expressar, participar, explorar, brincar e conviver, por isso enquanto ambiente educativo, a educação infantil deve promover a interação entre os diversos aspectos que as norteiam, como o aspecto físico, emocional, cognitivo entre outros, caracterizando um atendimento integral da criança.

3.2.2 Concepção de desenvolvimento humano

Pensar em desenvolvimento/formação humana integral é pensar e criar um ambiente escolar acolhedor, considerando a criança o centro do processo educativo, atendendo-as em suas necessidades de cuidado e educação complementando a ação da família e da sociedade, responsáveis pela sua formação.

As muitas pesquisas e estudos sobre o desenvolvimento infantil, bem como as mudanças nas práticas de educação e cuidados das crianças pequenas, nos últimos vinte ou trinta anos, incluindo os serviços coletivos de atendimento em creches e pré-escolas, tem-nos remetido a uma noção de criança como ser competente, com necessidades e modos de pensar e agir que lhes são próprios. A criança é intensa em seu jeito de experimentar o mundo, de se expressar e comunicar, de revelar suas curiosidades.

Nas crianças o brincar e aprender são processos recíprocos, que se complementam. Apesar disso, a criança não se preocupa (e nem deveria) com o que aprendeu ao realizar determinada

brincadeira, tampouco o faz por obrigação. Para ela participar de uma brincadeira é uma ação voluntária que envolve o querer brincar. É o que os RCNs (1998, p.21), trazem em sua concepção:

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. E isto através das interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem as relações contraditórias que presenciam, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos.

Portanto, explicitar sobre as finalidades da instituição significa elaborar um plano de trabalho coerente com seu propósito, sua intencionalidade, estabelecendo o sentido de sua ação, o porquê de sua existência. É necessário conhecer o grupo de crianças que serão atendidas e que tipo de formação ela estará oferecendo a este ser que busca sua identidade e autonomia.

Quanto à elaboração dos objetivos gerais, é importante buscar coerência com a finalidade proposta uma vez que os objetivos indicam o que se pretende alcançar, o que se pretende fazer, que direção seguir para que a integridade da criança seja de fato, considerada e trabalhada.

Os objetivos definidos contribuem para a elaboração de estratégias de ação, além de se constituir como referência para o acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas e se os resultados foram alcançados.

Definir os objetivos é fundamental para a ação pedagógica, uma vez que esses objetivos orientam o processo a ser desenvolvido, fornecem elementos para o planejamento cotidiano e permitem concretizar as concepções propostas pelas instituições.

A Formação Humana Integral – acesso aos bens materiais e espirituais, não apenas somente um ou outro – implica em emancipação humana; uma sociedade em que todos tenham igualdade de acesso requer a eliminação da exploração e da dominação. Uma forma de trabalho que está conceituada por Marx (2006) como “Trabalho Associado” ou “Associação Livre dos Produtores Livres”. Todos trabalham conforme as suas possibilidades para suprir as suas necessidades. O trabalho voltado para o atendimento das necessidades humanas e não mais para reprodução do capital é a chave para a possibilidade de Formação Humana Integral.

As finalidades e os objetivos da instituição são atender as crianças, tendo que ser bem definidos e claros onde as metas a serem alcançadas deverão estar pautadas e articuladas nas concepções de educar, brincar, cuidar, de aprendizagem/desenvolvimento, de infância e de criança.

3.2.3 Concepção de educação

Todo espaço é um espaço de educação. Viver é um processo constante e dialógico de educação, de educar e ser educado. O ser humano, nas diversas esferas relacionais no qual participa sejam elas na família, na escola, na igreja, nos clubes, está sempre aprendendo algo, mediada pelos mais variados motivos: aprender para saber, para conviver, para fazer ou mesmo para ser. Sendo assim, vida e educação estão interligadas entre si.

Brandão (1993) pontua a educação como forma de pensar o tipo de cidadão que a sociedade deseja, ajudando a criá-lo, mediante formas de passar adiante saberes e costumes que legitimem determinadas formas de pensar e agir, tais como: valores, crenças, rituais, hábitos etc.

A educação está presente em todas as sociedades humanas, acontece em casa, na escola, nas transferências de saberes de geração para geração e no convívio social.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB – Lei n. 9394/96), a filosofia geral de educação deve ser voltada para a construção da cidadania, o desenvolvimento das potencialidades do educando e a preparação para o trabalho, preservando a legitimidade de definir os objetivos da educação escolar em torno de metas socialmente relevantes.

Sendo assim, a educação é tida em nossa sociedade como uma oportunidade para o desenvolvimento, não só porque permite a apropriação dos conceitos científicos, mas também pela ampliação das redes de relação que proporciona, e por isso deve ser de qualidade. Vale ressaltar que a LDB – Lei n. 9394/96, em seu Título I, Art. 1 concebe a educação como incluindo os processos formativos que perpassam a convivência humana, a vida familiar, o trabalho, as instituições de ensino, organizações da sociedade civil, dentre outras instituições sociais.

Por fim, é fundamental que a educação especificamente a escolar tenha finalidade de formar cidadãos emancipatórios, capaz de tornar-se sujeito de seus conhecimentos. Orientando a formação da personalidade do educando, formando pessoas seguras, criativas, que saibam fazer uso adequado dos conhecimentos construídos, aplicando-lhes nas exigências da vida.

3.2.4 Concepção de ensino e aprendizagem

A aprendizagem é um processo social que se realiza por meio das possibilidades criadas pelas mediações do sujeito nos diversos contextos sócio-histórico de que faz parte. E o desenvolvimento do processo de aprendizagem, considera-se como um processo, no qual o ser humano se apropria da experiência cultural e social produzida e elaborada historicamente pelo homem. Os significados e sentidos que são construídos pelas crianças, é resultado de uma interação de vários elementos, entre os quais está a criança, o conteúdo, o professor, a realidade social em que a criança vive, bem como, os mecanismos e instrumentos utilizados para a aprendizagem.

A criança é elemento ativo na construção de seu conhecimento, através do contato com o conteúdo e da sua interação feita no grupo, transpondo o conhecimento adquirido para a resolução de problemas do seu cotidiano. O conteúdo favorece a apropriação de conhecimentos, despertando na criança reflexão e a análise crítica sobre o mundo que o cerca.

A construção de significados e sentidos é concebida como um aspecto privilegiado no processo de construção da aprendizagem. Esse processo é favorecido pela comunicação interpessoal seguido da construção da subjetividade. Estes processos são fortemente impregnados e orientados pelas formas culturais existentes, sofrendo constantemente modificações.

Ao se tratar do desenvolvimento da aprendizagem, Vygotsky define dois níveis: o real e o potencial. O nível de desenvolvimento real é a capacidade de os sujeitos solucionarem seus problemas. Dito de outra forma, o nível de desenvolvimento real define as funções que já amadureceram e o nível

de desenvolvimento potencial define as funções que possuem as bases necessárias para serem desenvolvidas. Esse processo define o que Vygotsky chama de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é o nível de desenvolvimento potencial determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. Além disso, cada nova criação desses níveis poderá gerar novas conexões, alimentando novos desenvolvimentos potenciais e reais, permitindo novos avanços do indivíduo em níveis superiores do desenvolvimento.

Para Vygotsky o elo central da aprendizagem está na formação dos conceitos. Para ele existem dois conceitos fundamentais para a construção da aprendizagem, os conceitos cotidianos aprendidos espontaneamente a partir da relação das crianças com o cotidiano, e os científicos construídos a partir de situações formais de aprendizagem. A tomada de consciência eleva o pensamento em níveis abstratos e generalizados.

Nesse sentido, o professor é quem atua estimulando, incentivando e elaborando atividades que desafiam a tomada de decisão pela criança, decisões essas que agem na ZDP; Devendo o professor adequar metodologias e recursos para que o objetivo do aprendizado seja atingido, pois é ele o responsável pela aprendizagem da criança, sempre em um clima de respeito mútuo e colaboração; a atividade deve propiciar a criação de sentidos para o conteúdo ministrado.

A relação afetivo-emocional também é um fator importante a ser considerado e, para isso, o professor deverá estar atento às diferenças individuais e às necessidades de cada criança em particular, além de proporcionar o contato, a integração e a interação entre os participantes e seus conhecimentos.

Enfim, aprender é um processo contínuo, de constante elaboração, reelaboração, ressignificação, que inicia desde que o indivíduo nasce e se estende por toda a vida. O conhecimento é relevante para a vida, para a compreensão e ampliação do próprio conhecimento sobre a realidade, fazendo uso do conhecimento intelectual para enfrentar às diversas situações encontradas na prática cotidiana, na escola e na sociedade.

A aprendizagem é a aquisição de conhecimentos e habilidade. É a troca relativamente permanente do comportamento devido da experiência. A aprendizagem é um processo através do qual a criança se apropria ativamente do conteúdo da experiência humana, daquilo que o seu grupo social conhece. Assim, para que a criança aprenda, ele precisa interagir com outros seres humanos, com os adultos e com outras crianças. Desta forma, o papel do educador é fundamental, ele deve estruturar condições para ocorrência de interações de estudo, que levem à apropriação do conhecimento.

Assim, a aprendizagem é um processo integrado que provoca uma transformação qualitativa na estrutura mental daquele que aprende. Essa transformação se dá através da alteração de conduta de um indivíduo e essa se dá por condicionamento operante, experiência ou ambos, de uma forma razoavelmente permanente. As informações podem ser absorvidas através de técnicas de ensino ou até pela simples aquisição de hábitos. Desta forma, a criança tem que querer aprender. Pois o ato ou vontade de aprender é uma característica essencial do psiquismo humano e somente este possui o caráter intencional, ou a intenção de aprender. Dinâmico, por estar sempre em mutação e procurar informações para o processo ensino aprendizagem.

Na concepção de Vygotsky o pensamento verbal não é uma forma de comportamento natural e inata, mas é determinado por um processo histórico-cultural e tem propriedades e leis específicas que não podem ser encontradas nas formas naturais de pensamento e fala.

Uma vez admitido o caráter histórico do pensamento verbal, devemos considerá-lo sujeito a todas as premissas do materialismo histórico, que são válidas para qualquer fenômeno histórico na sociedade humana (Vygotsky, 1993 p. 44).

Sendo o pensamento sujeito às interferências históricas às quais está o indivíduo submetido, entende-se que, o processo de aquisição da ortografia, a alfabetização e o uso autônomo da linguagem escrita são resultantes não apenas do processo pedagógico de ensino e aprendizagem propriamente dito, mas das relações subjacentes a isto.

Assim, essas concepções fazem parte do cotidiano da instituição, a educação formal e informal, os educadores procuram conhecer as crianças para assim utilizar a concepção necessária no processo ensino aprendizagem, pois pensando na escola e especificamente na aula, como o lugar onde se dá a produção da criança e a sua apropriação do conhecimento, a instituição se preocupa em garantir que a ação do professor possibilite a criança construir seus conhecimentos de forma dinâmica, superando a reprodução de modelos prontos e limitados. O professor estimula a criança a mobilizar seu potencial cognitivo, para que possa atribuir significados às suas aprendizagens.

3.2.5 Concepção de currículo

A organização curricular de acordo com os eixos de trabalho tem como objetivo orientar o professor apresentando caminhos para sistematizar as intenções educativas. De acordo com as Diretrizes Curriculares o currículo vem sendo implantado e colocado em prática pelos professores da Educação Infantil e nas escolas do município, considerando os âmbitos Nacionais e Estaduais que asseguram o direito da criança à Educação Infantil de qualidade.

Desta forma entendida como ato que se constrói na coletividade e que envolve todas as experiências desenvolvidas pela escola, o Currículo se constitui no principal objetivo de atuação dos educadores.

O Currículo não é um instrumento neutro, nem pode ser separado do contexto social, uma vez que, ele é historicamente situado e culturalmente determinado.

O currículo deve estar em constante evolução, reflexão, avaliação e reelaboração, sendo um processo de construção do coletivo, em que toda a comunidade da instituição tenha espaço garantido para participar, sejam crianças, famílias e profissionais envolvidos.

A concepção de currículo adotada nesta proposta curricular, objetiva sistematizar os conhecimentos científicos, organizados por campos de experiências, considerando a especificidade da educação infantil e as características do desenvolvimento das crianças desta etapa da educação básica, buscando articular os saberes e experiências das crianças, com experiências significativas embasadas de objetivos que contemplem o desenvolvimento integral da criança.

De acordo com o artigo 3º das DCNEIs, o currículo é:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2010, P.5).

As propostas curriculares para educação infantil no Brasil atravessam grande movimentação e empasse, em que o trabalho está voltado para uma preparação para o futuro, e muitas vezes pensado em um formato organizado por disciplinas. É necessário nos questionarmos sobre as reais necessidades das crianças e pensar num currículo flexível, em permanente construção e inter-relação, deixando sempre um espaço para o imprevisível, onde elas serão percebidas como co-construtoras ao lado de adultos e outras crianças, conforme Malaguzzi:

Precisamos seguir as crianças e não os planos, são as crianças em suas brincadeiras e investigações que nos apontam os caminhos, as questões, os temas. O professor, com seu olhar de quem está com a criança, mas também com os saberes e conhecimentos, realiza a complexa tarefa educacional de possibilitar encontros, de favorecer interações lúdicas, construir tempos e espaços para a experiência das crianças, sem nenhuma garantia de que esta possa acontecer (2001, p.21).

Um currículo para criança pequena exige estar inserido na cultura, na vida das crianças, das famílias, das práticas sociais e culturais, considerando como ponto de partida as experiências e os conhecimentos que estas já possuem, e que atenda as crianças no cuidar e educar de forma indissociável, que oportunize diversas experiências e que respeite a criança como sujeito histórico e de direitos.

Bondioli e Mantovani, (1998) Apontam uma didática do fazer que visa aprofundar as experiências que as crianças vivem diariamente com possibilidade de transformar o ambiente. Segundo os autores esta proposta está pautada em três princípios: Ludicidade, continuidade e significatividade, através de experiências lúdicas e contínuas a criança constrói significados seja compreendendo as experiências vividas ou dando embasamento para os conhecimentos ainda embrionários.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) trazem uma visão de criança como “Centro do Planejamento Curricular”, como sujeito de direitos, que pensa e atribui sentido nas experiências que vivencia. Para colocar isso em prática é necessário um olhar mais atento do professor sobre as crianças, o que elas já sabem, o que pensam, o que gostam, como brincam, ou seja, pesquisar e buscar informações sobre as crianças, para posteriormente planejar, articular e mediar as melhores experiências.

As experiências propostas para as crianças devem envolver tanto os conteúdos relativos aos campos de conhecimentos quanto aos saberes relacionado aos valores, atitudes e procedimentos, respeitando os direitos de aprendizagem das crianças e suas capacidades. O papel social do professor é basicamente criar situações que desafiem o pensamento das crianças e, assim provoquem conflito cognitivo, precisa conhecer as expectativas das crianças para a partir destes, articulados aos objetivos

educacionais, elaborar propostas de trabalho que priorizem a ampliação do repertório cultural infantil, diversificando os materiais, os espaços e o ambiente, oferecendo condições para que as crianças aprendam a conviver, a ser e estar com os outros em uma atitude de aceitação, de respeito e confiança.

O currículo baseia-se em dois eixos como sendo os principais na educação infantil: interações e brincadeiras, e na abordagem de projetos que sustenta a organização do trabalho pedagógico, constituindo um currículo integrado, que engloba tempo, espaço, interações, linguagens e brincadeiras, ou seja, é um currículo que parte não de uma lista de conteúdos isolados em si, mas que integra a intencionalidade pedagógica do professor e a necessidade da criança.

Assim pode-se dizer que o currículo é um caminho a ser seguido, com objetivo de direcionar e organizar o trabalho educativo, um conjunto de experiências culturais de cuidado e educação, relacionados aos saberes e conhecimentos, é um elemento da proposta pedagógica devendo ser norteado pelos pressupostos que orientam esta proposta e se articular com os demais elementos.

3.2.6 Concepção de mundo

A concepção de homem entende-se como sujeito histórico, ou seja, agente e produtor das relações econômicas, sociais, culturais e políticas que o transformam e são transformados pelos conflitos estabelecidos entre as diferentes classes sociais. Este participa do processo educativo, conscientizador, transformador e de luta, pela construção de uma sociedade justa e igualitária.

Na educação o ensino deve incluir a reflexão sobre o mundo em que vive tornando este agente transformador da realidade. O homem enquanto sujeito histórico tem a necessidade de levar em consideração a sociedade, a qual está inserido, que são determinados pelas relações dialéticas, e, para que a criança possa analisar-se enquanto sujeito no convívio social através da ação pedagógica. Consideramos que a leitura crítica da realidade social tem de ser evidenciada, através da Ação Comunicativa.

O homem é um ser natural e social, ele age na natureza transformando-a segundo suas necessidades e para além delas. Nesse processo de transformação, ele envolve múltiplas relações em determinado momento histórico, assim, acumula experiências e em decorrência destas ele produz conhecimentos, relacionado aos seus aspectos físico, emocional, social e cognitivo, em constante interação. Como sujeitos históricos que são as características de desenvolvimento das crianças estão muito relacionadas com seus modos próprios de vida e suas múltiplas experiências culturais e sociais (Moll, 2013, p. 119). Homem e mundo estão entrelaçados. É o entendimento desta instituição, sobre esta temática devendo evidenciar um ideal de homem inserido no mundo.

3.2.7 Concepção de cidadania

Para que haja uma melhor organização social a cidadania é imprescindível. Deixar de ser a educação compensatória, que considera a criança como um ser que precisa apenas de cuidados. Exercendo a cidadania corretamente tendo consciência de seus direitos e deveres, garantido que estes

sejam colocados em prática, percebendo a criança como um sujeito social. Um indivíduo determinado pelos aspectos econômicos, históricos, socioculturais e políticos no meio em que está inserido.

Através da observação e da compreensão das múltiplas linguagens usadas pelas crianças para transmitir conhecimentos, sentimentos e emoções, o educador pode interferir e ajudá-las a descobrir e compreender o mundo.

A cidadania também é uma condição construída historicamente. Compreensões diversas do conceito de cidadania são encontradas em contextos e situações diferentes. Seu sentido mais pleno aponta para a possibilidade de participação efetiva na produção e usufruto de valores e bens de um determinado contexto e para o reconhecimento do direito de falar e ser ouvido pelos outros.

O conceito de cidadania traduz ao mesmo tempo, um direito e o exercício desse direito. Sendo a educação como um dos principais instrumentos de formação da cidadania, deve ser entendida como a concretização dos direitos que permitem ao indivíduo, sua inserção na sociedade.

O grande desafio histórico é dar condições ao povo brasileiro de se tornar cidadão consciente, organizados e participativos do processo de construção político-social e cultural.

Cidadania é, portanto, a consciência plena dos direitos e deveres no exercício da democracia. Para o educador brasileiro, Demerval Saviani, ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres: “Cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida da cidade e, extensivamente, da vida da sociedade”.

3.2.8 Concepção de cultura e trabalho

A nova organização flexível do trabalho coloca em questão os pressupostos tradicionais. Na era das tecnologias de comunicação e informação, o conteúdo qualitativo do trabalho passa a ser privilegiado, transformando-se, assim, sua concepção.

O trabalho passa a ser uma série de aplicações de conhecimento, onde os indivíduos voltam suas capacidades para a programação e o controle, e isto trazem como exigência de se pensar a formação dos indivíduos para o trabalho com base em pressupostos pós-fordistas, sob as quais novas habilidades estão sendo demandadas.

Hoje se tem um aumento das exigências de aptidões para o trabalho, considerando-se uma base de conhecimentos mais amplos, exigências de capacidade para resolução de problemas, exigências para tomada de decisões autônomas, capacidade de abstração e comunicação escrita e verbal.

Somando-se a isto, o trabalhador deve ser polivalente, e com maior nível de escolaridade, capaz de desenvolver e incorporar diferentes competências e repertórios profissionais.

De acordo com SAVIANI (1992, p.19) “Para sobreviver o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano.”

Podemos considerar que, de um ponto de vista antropológico, cultura é tudo o que elabora e elaborou o ser humano, desde a mais sublime música ou obra literária até as formas de destruir-se a

si mesmo e as técnicas de tortura, a arte, a ciência, a linguagem, os costumes, os hábitos de vida, os sistemas morais, as instituições sociais, as crenças, as religiões, e as formas de trabalhar.

3.2.9 Concepção de escola

A escola dever ser igualitária, solidária e inclusiva com mais recursos a fim de que se possam resolver todos os problemas que surgem a todo instante, que seja pautada nos princípios de igualdade, de respeito, de solidariedade e de inclusão, para tratarmos a todos da mesma forma, sem distinção. Um espaço aberto a sociedade civil, em que a administração cria mais situações para diminuir distância entre escola e grupos sociais, como abrir espaço para que esses cooperem com esta tarefa.

Devendo constituir-se em um ambiente em que as crianças possam ter acesso a diferentes experiências socioculturais, ampliando o desenvolvimento de sua capacidade de expressão, pensamento, interação, comunicação. Não apenas, como um período de recreação, cuidados e preparo para etapas futuras.

3.2.10 Concepção de gestão escolar

A Gestão escolar supera a parte administrativa abrangendo uma série de concepções tais como: a democratização da tomada de decisões, a elaboração coletiva do projeto pedagógico, a compreensão do aspecto dinâmico e conflitivo das relações interpessoais, o entendimento de que a escola é uma unidade social que exige a atuação da liderança no sentido de coordenar o esforço simultâneo dos sujeitos envolvidos na busca dos objetivos traçados conjuntamente.

Segundo Buss (2008) a gestão é compreendida como uma inovação no ato de administrar, pois se trata de buscar a participação do coletivo, minimizando a hierarquia e o poder individualizado. Na opinião de Luck (2000, apud Buss, p. 22), “o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos”.

O conceito de Gestão está ligado a outras demandas, tais como a exigência de uma educação de qualidade, a emergência da sociedade do conhecimento, as conquistas políticas educacionais contemporâneas, as pesquisas científicas no campo da administração e gestão da educação escolar. Neste sentido, o gestor (diretor da escola) deverá concentrar seu olhar em três direções sistematicamente que Segundo Buss são:

Gestão pedagógica: é a ação mais importante, institui objetivos para o ensino-aprendizagem, propõe metas para a concretização das propostas pedagógicas e sua avaliação. O articulador é o Gestor Escolar.

Gestão de Recursos humanos: Gestão de pessoas: alunos, professores, comunidade escolar em geral.

Gestão Administrativa: zela pela parte física da escola, burocrática da instituição, direitos e deveres de todos os agentes da unidade e cumprimento do regimento interno escolar. (Buss, 2008, p. 23)

Neste sentido, a ação do gestor vai além dos aspectos administrativos, burocráticos, escriturários. Ele torna-se o principal catalisador, que se compromete com a comunidade em proporcionar um serviço de qualidade, com competências para organizar os trabalhos administrativos burocráticos, liderar politicamente, ou seja, ter a legitimidade da sua função e acima de tudo exercer o trabalho pedagógico.

A gestão escolar integra toda a escola e tem como objetivo aplicar estratégias para melhorar processos e, por consequência, melhorar a qualidade de ensino. O gestor escolar precisa estar preparado para liderar com diferentes áreas de atuação, e estar voltado para atender os seis pilares da gestão escolar que são elas: pedagógica, administrativa, financeira, de recursos humanos, de comunicação e a gestão de tempo.

No exercício da gestão as decisões são coletivas, fato que exige a participação de todos os envolvidos com escola e que permite à sociedade sentir que a escola não é de responsabilidade somente dos governos e autoridades, o que impele a sociedade a deixar de ser indiferente ao que lhe acontece e dispor-se a contribuir para que os princípios da competência e qualidade se efetivem na escola pública.

Por isso a gestão escolar é democrática, com decisões coletivas, onde todos possam ter voz, ou seja, um trabalho em conjunto, com a equipe pedagógica, com os funcionários e com os professores, onde todos possam dar sugestões, fazer críticas construtivas, avaliar e reavaliar o plano de ação, o Projeto Político Pedagógico, as metas e objetivos propostos para a escola e, além disso, sejam responsáveis pelo andamento e o êxito da escola. Tendo a parceria da comunidade escolar, por meio do Conselho Escolar e da APMF, buscando assim uma qualidade do processo de ensino aprendizagem, desenvolvendo a liderança e a autonomia construtiva, pedagógica, administrativa e financeira.

3.2.11 Concepção de tecnologia

De acordo com o Parecer 11/2010 do CNE/CEB a exposição das crianças e adolescentes de todas as classes sociais ficam expostas à mídia e à televisão durante várias horas diárias, o que por sua vez, tem contribuído para o desenvolvimento de formas de expressão entre os alunos que são menos precisas e mais atreladas ao universo das imagens, o que torna mais difícil o trabalho com a linguagem escrita de caráter mais argumentativo, no qual se baseia a cultura escolar. O tempo antes dedicado à leitura perde o lugar para as novelas, os programas de auditório, os jogos irradiados pelo rádio perdem lugar para a internet, tomando a proporção de uma linguagem mais universal.

Nesse sentido novos desafios se colocam, para a escola, que também cumpre um papel importante de inclusão digital dos alunos. Ela precisa valer-se desses recursos e, na medida de suas possibilidades, submetê-los aos seus propósitos educativos.

Há que se considerar que a multiplicação dos meios de comunicação e informação nas sociedades de mercado em que vivemos contribui fortemente para disseminar entre as crianças, jovens

e população em geral o excessivo apelo ao consumo e uma visão de mundo fragmentada, que induz à banalização dos acontecimentos e à indiferença quanto aos problemas humanos e sociais.

É importante que a escola contribua para transformar os alunos em consumidores críticos dos produtos oferecidos por esses meios, ao mesmo tempo em que se vale dos recursos midiáticos como instrumentos relevantes no processo de aprendizagem, o que também pode favorecer o diálogo e a comunicação entre professores e alunos.

Para tanto, é preciso que se ofereça aos professores formação adequada para o uso das tecnologias da informação e comunicação e que seja assegurada a provisão de recursos midiáticos atualizados e em número suficiente para os alunos.

A educação no mundo de hoje tende a ser tecnológica e, conseqüentemente, exige entendimento e interpretação dessas tecnologias. Estas, por sua vez, são complexas, estão a demandar do homem novos elementos constituídos de formação, reflexão e compreensão do ambiente social em que está a sua volta.

Portanto, é a reflexão crítica para indicar caminhos e horizontes para não se afastar da condição humana. No meio das técnicas e tecnologias é preciso aprofundar a permanência dos conceitos e conteúdos, para compreender melhor o mundo técnico, social e cultural.

A relação da educação com a tecnologia desperta para a consciência da existência, das coisas e dos caminhos a serem percorridos o que significa a capacidade de estabelecer distâncias perante as técnicas para torná-las presentes como comportamento do ser humano perante o mundo. É a contexto da reflexão crítica que emerge das práxis, do diálogo permanente com o mundo.

A instituição se propõe a utilizar essas tecnologias para o enriquecimento da prática pedagógica, buscando inicialmente realizar uma reflexão sobre usar adequadamente buscando ampliar o conhecimento das crianças.

3.2.12 Concepção de cuidar e educar

Com a Constituição de 1988, regulamentada pela LDB em 1996, que incluiu o atendimento às crianças em creches e pré-escolas entre os deveres do Estado para com a educação, ficou evidente a necessidade de superar tanto a perspectiva assistencial, voltada exclusivamente para os cuidados básicos, presente nas creches, quanto à visão preparatória que se imprimia às pré-escolas.

Defrontamo-nos, assim, com o desafio de explicitar nossa concepção sobre a articulação entre as ações de educar e cuidar no cotidiano do trabalho institucional com crianças pequenas. Para tal, precisamos refletir a respeito, problematizar estes termos, no sentido de compreender seus significados na atividade educativa, em especial com crianças entre 4 meses e 6 anos.

Na Educação Infantil, o cuidado muitas vezes é visto exclusivamente na perspectiva da realização de atividades básicas, que as crianças não realizam sozinhas e que se relacionam com as necessidades de proteção, nutrição e higiene. De fato, estas são atividades de cuidado específicas da Educação Infantil, mas não são as únicas.

A compreensão do cuidar como atenção para com o outro constitui elemento essencial nas interações com a criança pequena, é a criação e presença de vínculo afetivo. A atitude de cuidado do

professor implica ser solícito com as crianças, estar atento às suas necessidades. Diz respeito a uma ética profissional; afinal, esta atitude contribuirá para educarmos as crianças para que também sejam sensíveis às necessidades e dificuldades dos outros.

A Educação Infantil significa possibilitar o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, cognitivo, social e afetivo. Educar na EI significa propiciar situações que contribuam para o desenvolvimento da imaginação, dos processos criativos e para a apropriação do conhecimento pelas crianças, através das diferentes formas de interação humana – social, afetiva, lúdica e pedagógica.

É necessário que os professores tenham uma visão integral do desenvolvimento infantil e de como propiciar o acesso da criança ao conhecimento social e historicamente produzido, para que a ação educativa possa ser realizada de forma articulada e intencional. É importante lembrar que a brincadeira é uma maneira privilegiada de as crianças se expressarem, representarem, compreenderem e transformarem o mundo.

Portanto, educar crianças pequenas requer que os professores incluam e valorizem na prática pedagógica a brincadeira. No entanto, a aprendizagem e a organização estão nas próprias brincadeiras. Nelas, as crianças criam situações que precisam solucionar, entender, e isso não pode ser menos prezado pelos adultos, principalmente pelos professores, que têm na brincadeira a oportunidade de observar e intervir nas interações, propor novas situações, ensinar novas brincadeiras, potencializar as aprendizagens e ampliar as experiências. Assim, os muitos brincar na Educação Infantil oportunizam a construção de conhecimentos pela criança e o resgate cultural, ampliando sua concepção sobre o mundo. As brincadeiras também revelam contextos nos quais as crianças podem aprender práticas sexistas, hierárquicas e de oposição entre os gêneros (masculino e feminino).

Enfim, educar e cuidar no CMEI significa respeitar e garantir os direitos de todas as crianças ao bem-estar, à expressão, ao movimento, à segurança, à brincadeira, ao contato com a natureza e com o conhecimento, independentemente de gênero, etnia ou religião. Sendo as funções de cuidar e educar indissociáveis na Educação Infantil, é importante que cada instituição reflita sobre a forma como organiza seu trabalho, evitando que haja divisão dessas funções entre os profissionais que lidam diretamente com a criança. Por exemplo, com as crianças pequenas, o ato de higienizar e alimentar se constitui em atividades relativas aos cuidados básicos, mas essencialmente educativas, uma vez que ao realizá-las podemos propiciar o desenvolvimento da autonomia, da corporeidade e dos conhecimentos culturais sobre esses hábitos.

A articulação entre cuidado e educação é necessária para que o CMEI cumpra a responsabilidade de propiciar às crianças a transição do contexto familiar, doméstico, para o contexto da instituição. Para que essa transição seja adequada, não se devem antecipar as rotinas, as metodologias, a sistematização e a formalização escolares, para crianças entre 4 meses e 6 anos de idade, são totalmente artificiais e, portanto, indesejáveis na visão integrada de cuidar/educar na Educação Infantil.

Nessa perspectiva, é fundamental que sejam pensadas formas de organização do trabalho coerentes com as especificidades das crianças dessa faixa etária, que lhes permitam apropriar-se progressivamente de conhecimentos, valores, procedimentos e instrumentos da cultura e, ao mesmo tempo, se sentirem acolhidas nesse espaço coletivo de cuidado/educação.

Além disso, não podemos deixar de falar da ação conjunta dos educadores e demais membros da equipe da instituição, pois é essencial para garantir que o cuidar e o educar aconteçam de forma integrada. Essa atitude é contemplada desde o planejamento educacional até a realização das atividades em si, portanto a partir do momento em que se está trocando ou alimentando uma criança, ao mesmo tempo se está educando/estimulando a mesma.

Na educação infantil o “cuidar” é parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que exploram a dimensão pedagógica. Cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimento e a cooperação de profissionais de diferentes áreas.

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseadas em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades socioculturais” (BRASIL, 1998, p. 25).

É de suma importância que as instituições de Educação Infantil incorporem de maneira integrada as funções de cuidar e educar, não mais diferenciando, nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com crianças pequenas ou àqueles que trabalham com as de mais idade. Portanto, a Educação Infantil, está associada a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção da autonomia.

3.2.13 Concepção de avaliação

A avaliação do desenvolvimento da criança é feita através da observação e registro de forma contínua, mediante o acompanhamento das etapas do seu desenvolvimento em função da oportunidade e qualidade das vivências proporcionadas na escola.

No CMEI o processo de avaliação será realizado, tomando como referência os objetivos estabelecidos, sem objetivo de promoção, classificação, garantindo a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano, a utilização de múltiplos registros realizados tais como: relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.

A continuidade dos processos de aprendizagens para meio de criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/Instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, creche/pré-escola e pré-escola/ensino fundamental); documentação específica que permita as famílias conhecer o trabalho da instituição, junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil.

A avaliação representa um exercício de observação direta do desenvolvimento da criança na aquisição de habilidades no uso das diversas linguagens e na integração com o grupo social.

O processo de avaliação exige reflexão, pois propicia a oportunidade de repensar a metodologia de ensino é diagnosticar ações e decisões a serem tomadas na aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Nesse sentido, os instrumentos de avaliação devem mostrar que a criança aprendeu, evidenciando suas habilidades. Acima de tudo, a avaliação deverá verificar a aprendizagem não a partir do mínimo possível, mas sim, a partir do mínimo necessário para o passo seguinte de sua aprendizagem. Sempre estabelecendo previamente os critérios de acordo com os objetivos planejados.

3.2.14 Concepção de formação continuada

Quando o docente busca uma formação por motivos próprios, pela vontade de saber mais e mais, aprenderá com significado os conhecimentos ali discutidos, analisados, pois caso não tenha nenhum motivo, somente a ação de participar não fará com que suas aprendizagens tenham significância e, por isso, poderá caminhar no sentido da desmotivação e conseqüentemente alienação. Para as professoras tais práticas formativas tem significado e enxergam de forma positiva seu contexto de trabalho. Entretanto, contestam que a formação que participam “é muita teoria e nada de prática”, não atribuindo sentido a esses cursos aligeirados e que se utilizam somente de conteúdos teóricos.

Os processos de formação continuada podem ser valiosíssimos, se conseguirem aproximar os pressupostos teóricos e a prática pedagógica. A formação continuada deve ser capaz de conscientizar o professor de que teoria e prática são “dois lados da mesma moeda”, que a teoria o ajuda a compreender melhor a sua prática e a lhe dar sentido e, conseqüentemente, que a prática proporciona melhor entendimento da teoria ou, ainda, revela a necessidade de nela fundamentar-se.

Uma característica crucial de um processo de Formação Continuada efetivo é contemplar as três dimensões da formação docente: a dimensão científica; a dimensão pedagógica e a dimensão pessoal.

A dimensão científica se ocupa do desenvolvimento e atualização dos conteúdos a serem ensinados e da forma pela qual o ser humano aprende. Os professores precisam estar atualizados com relação ao que ensinam e com relação às descobertas das ciências cognitivas, hoje, bem representadas pelas neurociências. A dimensão pedagógica se ocupa dos métodos, técnicas e recursos de ensino. Sem fim de possibilidades metodológicas se apresentam aos professores em função do avanço da tecnologia em todas as áreas. A atividade de troca de experiências através de oficinas e workshops mostra-se bastante eficaz na concretização dessa dimensão. Por fim, a formação continuada de professores não pode prescindir da dimensão pessoal através de atividades que permitam profundas reflexões sobre crenças, valores e atitudes que permeiam a ação docente.

A dimensão pessoal regula a intenção e a intensidade das atitudes do professor no processo de promoção de aprendizagens. Ao acreditar, por exemplo que um aluno não consegue aprender, as atitudes docentes viabilizam esse resultado. Refletir sobre sua realidade subjetiva ajuda o docente a repensar suas atitudes e ressignificar sua prática.

A formação continuada para os docentes, atendentes e estagiários da instituição é organizada pela Secretária Municipal de Educação visando à capacitação para melhor compreensão das concepções da educação, das fases do desenvolvimento afim aprimorar o conhecimento dos professores e assim promover o desenvolvimento integral das crianças.

3.2.15 Concepção de educação inclusiva e diversidade

Para Vasconcelos (2004), está respaldada no direito em que todas as crianças devem aprender junto o que é possível quando as dificuldades ou diferenças são encaradas enquanto desafio a serem superados.

A proposta pedagógica e curricular oferece condições imprescindíveis para atingir os objetivos e as metas a serem alcançadas numa educação pública que atenda crianças das classes populares e crianças de inclusão que necessitam de atendimentos educacionais especiais.

Os educandos com necessidades educacionais especiais são realizados na mesma sala de aula, onde o professor faz adaptações de materiais com atividades diferenciadas para atender às necessidades do aluno, ainda dependendo do caso encaminha-se para os profissionais especializados. Uma educação eficaz para todos, que satisfaça suas necessidades, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas, sócio econômicas, religiosa ou diferentes etnias, isto é, favorecendo um ambiente educativo onde todos sejam valorizados por igual.

3.2.16 Concepção de educação remota

O distanciamento e o isolamento social impostos pelo combate à proliferação do novo Coronavírus e do COVID-19 fizeram com que mudássemos diversos aspectos da nossa rotina. Quando falamos da área da Educação, a principal mudança foi a transição do ensino presencial para o ensino a distância (EaD) ou aulas remotas, conceitos que possuem suas similaridades e diferenças.

Neste período de quarentena, para que as crianças e jovens tenham o menor impacto possível no seu desenvolvimento escolar e o calendário letivo não seja comprometido, foi inevitável levar o ensino da sala de aula para dentro das casas dos alunos – inclusive mediante orientação e normatização do Ministério da Educação. E para que essa continuidade das atividades presenciais ocorra em ambientes virtuais, é essencial a adoção de tecnologias variadas, permitindo a comunicação, a interação e a avaliação dos estudantes, mesmo eles estando afastados da escola. Entre as possibilidades dessa “virtualização” da Educação estão o ensino a distância e o ensino remoto.

Diferentemente do EaD, o ensino remoto preconiza a transmissão em tempo real das aulas. A ideia é que professor e alunos de uma turma tenham interações nos mesmos horários em que as aulas dos componentes curriculares ocorreriam no modelo presencial. A grosso modo, isso significa manter a rotina de sala de aula em um ambiente virtual acessado por cada um de diferentes localidades.

A instituição de ensino pode, por exemplo, criar turmas específicas desde que seja respeitado todo o planejamento de conteúdo e carga horária contratado. Adaptações podem e devem ser feitas

para adequar a forma de apresentação de cada componente curricular, mas de maneira geral é seguido o que foi pensado para o ensino presencial.

A partir dessas premissas, a demanda tecnológica das aulas remotas é menor, sendo possível adotar aplicativos e serviços abertos e genéricos de comunicação e interação, como Zoom, Skype<Google MEET e Google Hangout – embora existam soluções específicas de salas de aulas virtuais, como é o caso do Google Classroom, que, além das transmissões ao vivo, permite a disponibilização de gravações e atividades complementares.

A partir das premissas que fundamentam o segmento de Educação Infantil e das demandas da instituição é o entendimento de que esse é um dos setores da escola que mais tem exigido esforços por parte de docentes e gestores para encontrar alternativas para as aulas presenciais e viabilizar atividades remotas para a Educação Infantil, neste caso para crianças de 4 e 5 anos de idade.

De acordo com a (BNCC), a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e merece especial atenção, pois é quando se inicia o processo de formação educacional. O ingresso na creche e na pré-escola configura a socialização da criança, visto que possibilita suas primeiras experiências sociais fora do âmbito familiar e a adaptação à realidade.

A BNCC desenvolveu um documento que define o conjunto de aprendizagens fundamentais para que o aluno consiga se desenvolver, enquanto cidadão apto a atuar na sociedade, desde a Educação Básica. As competências necessárias para atingir esse objetivo envolvem conhecimento, pensamento científico, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho, projeto de vida, argumentação, autoconhecimento, empatia e cidadania.

Os eixos estruturais da Educação Infantil são o direito de aprendizagem, o desenvolvimento e os campos de experiências. Para possibilitar a aprendizagem e o desenvolvimento, a criança precisa de interação, convivência, brincar, participar, explorar, se expressar e se conhecer. Os campos de experiências envolvem: o eu, o outro e o nós; o corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Sendo assim, todas as atividades acadêmicas devem seguir esses princípios, mesmo as remotas, que configuram a realidade atual das escolas.

Com base no conceito de ensino a distância, o ensino remoto tem a proposta de manter a rotina de sala de aula em um ambiente virtual acessado por cada um a partir de diferentes localidades.

Considerando que, para estudar longe do ambiente escolar, o aluno precisará de mais motivação e disciplina, as metodologias ativas despertam o interesse pelas atividades, por oferecerem recursos lúdicos e práticos. Entretanto, o ensino remoto permite ao aluno desenvolver habilidades importantes para sua formação, como autonomia, engajamento na aquisição de conhecimento e competências sócio-emocionais. Para desenvolver uma aprendizagem significativa e autônoma, não basta que o aluno aprenda sozinho, ele precisa do acompanhamento do professor e dos colegas, pois são as trocas entre os pares que permitem a aquisição de competências e habilidades.

3.2.17 Concepção ensino híbrido

É a combinação entre ensino presencial e a distância, permitindo ao aluno aprender em sala de aula com a exposição dos conteúdos pelo professor e a interação com os colegas, e estudar sozinho em casa com o auxílio de materiais digitais ou físicos. Essa metodologia torna mais dinâmico o aprendizado, por permitir duas formas de aprender o mesmo assunto e oferecer mais possibilidades de realizar a mesma tarefa.

O Ensino Híbrido, também estimula a participação ativa dos estudantes na construção do próprio conhecimento, já que eles precisam buscar de maneira autônoma a matéria proposta e complementar o que foi dado na escola.

Entretanto, devido ao isolamento social, as atividades a serem realizadas especificamente em casa com metodologias ativas podem ser elaboradas com base nesses dois modelos e com as técnicas que contemplem o método ativo, que são:

- Ludicidade: abordar o tema de estudo através de jogos ou brincadeiras.
- Protagonismo: propor ao aluno buscar por si só o assunto, mas com a orientação do professor.
- Debate: realizar discussões acerca da matéria, em casa com os pais ou virtualmente com os colegas.
- Estudos de caso: interpretar um caso e aplicá-lo à realidade com base em diferentes ideias, podendo discuti-lo com os familiares.
- Pesquisas de campo: buscar informações sobre um tema entrando em contato direto com o objeto de estudo.
- Estudos em grupo: construir conhecimento com a colaboração de outros alunos, através de comunicação virtual.
- Projetos: elaborar um trabalho para solucionar uma demanda.
- Tecnologia: utilizar ferramentas digitais para auxiliar na realização das tarefas.

Como podemos ver, utilizar as metodologias ativas no ensino remoto ajudam a engajar os alunos a continuarem o desenvolvimento da aprendizagem mesmo em casa e ainda estimulam outras habilidades que eles não costumavam exercer na escola com tanta ênfase.

Porém é necessário justificar as limitações e diferentes realidades enfrentadas pelas escolas e estudantes que resultaram em uma diversidade de estratégias para trabalhar os conteúdos a distância. Entre elas, os caminhos analógicos (ou off-line) como televisão, rádio, livro didático e materiais impressos.

3.2.18 Concepção de educação integral

A Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

A Formação Humana é um processo integral. Acontece o tempo inteiro, ao longo de toda a vida e em todos os espaços. É também trajetória social e trilha individual, em que valores, linhas de

pensamento e formas de organização social se fundem com as escolhas, preferências e habilidades de cada um.

A defesa da Educação Integral pressupõe garantir o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural. Para isso, pressupõe também a existência de um projeto coletivo, compartilhado por alunos, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

A Educação Integral enquanto concepção educacional se sustenta por quatro princípios: equidade, inclusão, contemporaneidade e sustentabilidade: A Educação Integral promove a equidade ao reconhecer o direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais.

A Educação Integral é inclusiva porque reconhece a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustenta na construção da pertinência do projeto educativo para todos e todas.

A Educação Integral é uma proposta contemporânea porque, alinhada às demandas do século XXI, tem como foco a formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo.

A Educação Integral é uma proposta alinhada com a noção de sustentabilidade porque se compromete com processos educativos contextualizados, sustentáveis no tempo e no espaço, com a integração permanente entre o que se aprende e o que se pratica.

A Educação Integral vem sendo construída por um movimento brasileiro que ganhou força no final da década de 1990 como uma concepção que propõe a constituição de políticas e práticas educativas inclusivas e emancipatórias. Ao posicionar o aluno e seu desenvolvimento no centro do processo educativo, reconhecendo-o como sujeito social, histórico, competente e multidimensional, a Educação Integral tem contribuído para reconectar o sentido da escola e da educação com sua vida.

A concepção de Educação Integral pressupõe o pleno desenvolvimento das pessoas nas diferentes etapas da vida, a centralidade do sujeito nas propostas educativas e a convicção de que a aprendizagem é fruto das relações do sujeito com tudo que o cerca: o meio, o outro, os objetos de seu conhecimento.

A Educação Integral é, desta forma, uma concepção de educação comprometida com a construção de conhecimentos com sentido e significado por meio de aprendizagens que sejam relevantes, acessíveis, pertinentes e transformadoras para os alunos. Para tanto, as aprendizagens devem ajudar a aprofundar o desenvolvimento da criança e do adolescente, e inversamente, todas as forças propulsoras do desenvolvimento devem ser aproveitadas para estimular e facilitar as diferentes aprendizagens.

As Dimensões do Desenvolvimento Integral são definidas como:

- Dimensão física: relaciona-se à compreensão das questões do corpo, do autocuidado e da atenção à saúde, da potência e da prática física e motora.
- Dimensão emocional ou afetiva: refere-se às questões do autoconhecimento, da autoconfiança e capacidade de auto realização, da capacidade de interação na alteridade, das possibilidades de auto reinvenção e do sentimento de pertencimento.

- Dimensão social: refere-se à compreensão das questões sociais, à participação individual no coletivo, ao exercício da cidadania e vida política, ao reconhecimento e exercício de direitos e deveres e responsabilidade para com o coletivo.
- Dimensão intelectual: refere-se à apropriação das linguagens, códigos e tecnologias, ao exercício da lógica e da análise crítica, à capacidade de acesso e produção de informação, à leitura crítica do mundo.
- Dimensão cultural: diz respeito à apreciação e fruição das diversas culturas, às questões identitárias, à produção cultural em suas diferentes linguagens, ao respeito das diferentes perspectivas, práticas e costumes sociais.

IV. ELEMENTO OPERACIONAL

O Planejamento é um processo contínuo de conhecimento e análise da realidade escolar em busca da solução de problemas no propósito de tomada de decisões. É intrínseco ao planejamento a possibilidade de revisão, a correção e o redirecionamento das ações. O planejamento indica o caminho a seguir antecipando resultados, uma vez que articula objetivos e elementos para atingi-los, como as estratégias, os recursos e os responsáveis. Nesse sentido, definem-se ações, nas perspectivas pedagógica, administrativa e político-social. É o momento de indicar como chegar ao Projeto Político Pedagógico do CMEI.

A organização e/ou reorganização do trabalho educativo deve ser considerada na perspectiva pedagógica e administrativa, apresentando-se em linhas de ações gerais, descrevendo e articulando os procedimentos das ações, que asseguram a racionalização do uso de recursos materiais, humanos, intelectuais e financeiros nos diferentes âmbitos, envolvendo os segmentos da comunidade escolar.

A partir do diagnóstico da instituição de ensino definem-se as linhas de ações em todos os âmbitos: pedagógicas, administrativa e político-social considerando a comunidade escolar e a cultura local, onde a instituição está inserida, permeada às luzes das concepções assumidas no marco

conceitual, a fim de ressignificar a prática pedagógica e a reorganização do trabalho pedagógico escolar.

Planejar consiste em estabelecer metas imediatas e contínuas, as quais devem ser alcançadas gradativamente. Para alcançar os objetivos é necessário um planejamento a ser seguido, adaptado ou modificado.

No início do ano é feito o planejamento de todos os eventos que acontecerão na instituição, desde o planejamento/replanejamento dos conteúdos, as reuniões/decisões administrativas e pedagógicas que serão realizadas no decorrer do ano letivo.

4.1 PLANO DE AÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Dimensão	Frentes de atuação	Objetivos	Meta	Prazo	Ações	Detalhamento das ações	Responsável
		O que queremos alcançar?	Qual resultado atingir?	Em quanto tempo?	O que fazer para chegar onde queremos?	Como desenvolver essas ações?	Quem irá executar?
Redução de faltas e defasagem.	Crianças com um número grande de faltas.	Diminuição das faltas	Reduzir o número de crianças faltosas	O ano todo	Acolher e incentivar as crianças e os pais; Acompanhamento no LRCOM; Busca ativa pela equipe escolar (visita domiciliar); Comunicar a assistente social e equipe multidisciplinar; Conselho Tutelar.	Proporcionar momentos de conversa com os pais em relação ao acompanhamento de seus filhos, com o intuito de a família estar mais próxima do desenvolvimento escolar dos filhos.	Equipe Pedagógica juntamente com os professores.
	Defasagem de aprendizado	O desenvolvimento integral de todas as crianças	Desenvolvimento de todas as habilidades necessárias nas diversas faixas etárias.	O ano todo	Realizar atividades com materiais concretos, procurando atender as necessidades individuais de cada criança.		Equipe pedagógica, juntamente com os professores e família.
Redução de abandono de vagas na faixa etária de creche	Melhorar o contato com responsáveis	Maior participação da família na vida escolar das crianças.	A redução do abandono de vagas, em período em que ainda a criança não está adaptada à rotina do Cmei, realizando um trabalho	O ano todo	Por meio de reuniões, palestras, apresentações.	Proporcionar momentos de conversa com os pais em relação ao acompanhamento de seus filhos e a frequência escolar dos mesmos, por meio de conversas	Equipe pedagógica, juntamente com os professores e família.

			de orientação à família, quanto ao tempo de adaptação escolar.			com os professores, palestras, reuniões entre outros momentos que a escola achar necessário organizar.	
	Acompanhamento dos alunos	Acompanhar a frequência e o desenvolvimento das crianças.	Permanência das crianças no CMEI.	O ano todo	Por meio de reuniões, palestras.	Acompanhar juntamente com as professoras a frequência das crianças	Equipe pedagógica, juntamente com os professores e família.
Melhoria do desenvolvimento e habilidades em as faixas etárias.	Incentivo à Leitura em todas as disciplinas	Um maior gosto pela leitura em todas as etapas da educação infantil	Crianças Leitoras, com prazer em ler.	O ano todo	Contação de história por meio de teatros histórias cantada entre outras atividades que envolvam contação de história.	Realizar atividades de contação de história nas salas com fantoches e outros materiais. Maleta da leitura para as crianças realizarem leitura com a família, para ter interação familiar.	Equipe pedagógica e professores
	Reconhecer textos e imagens nos campos de experiência.	Ajudar as crianças a ler e compreender diferentes tipos de texto, incentivando-os a explorar cada um deles.	Incentivar o gosto pela leitura e tornar as crianças pensantes e reflexivas.	O ano todo	Realizar cronograma de contação de histórias para as crianças.	Em sala de aula com a família e no CMEI.	Equipe pedagógica e professores
	Ações desenvolvidas em outros ambientes da escola.	A construção de um espaço coberto no pátio do CMEI para realizar atividades pedagógicas com as crianças. A aquisição por meio de projetos de um parque infantil e brinquedoteca.	O bem estar das crianças, realização de atividades fora de sala de aula em dias de chuva e muito calor. Aulas passeio para desenvolver habilidades na faixa	O ano todo	Possibilitar a formação permanente e em serviço dos/as profissionais da educação infantil, através da participação em cursos, oficinas, seminários, visitas, passeios para qualificar o trabalho docente, aproximando-os cada vez mais entre si e de outras creches para aquisição de novas experiências em todas as	Em parceria com instituições do município e com a mantenedora, e todos os funcionários do CMEI.	Equipe pedagógica e professores e demais funcionárias.

			etária das crianças.		oportunidades oferecida pela Secretaria Municipal de Educação;		
--	--	--	----------------------	--	--	--	--

- Proporcionar momentos de conversa com os pais em relação ao acompanhamento de seus filhos e a frequência escolar dos mesmos, com o intuito de a família estar mais próxima do desenvolvimento escolar dos filhos. Isto deve acontecer por meio de conversas com os professores, palestras, reuniões entre outros momentos que a escola achar necessário organizar.
- Cumprir seu papel enquanto Órgão Público da administração Municipal a serviço desta comunidade, buscando soluções no coletivo;
- Trabalhar com materiais pedagógicos diversificados procurando atender as necessidades de cada aluno com atendimento individualizado;
- Oportunizar na instituição um espaço catalisador de sugestões e opiniões da comunidade escolar;
- Incentivar os alunos para que se alimentem sentados à mesa, zelando pelo não desperdício da merenda;
- Garantir horários para planejamento e espaços de troca entre os professores da Educação Infantil;
- Tornar o refeitório um espaço educativo e de promoção da cidadania;
- Garantir um ambiente inclusivo e acolhedor, respeitando as individualidades e potencialidades de cada criança;
- Buscar conhecimento através de formações, estudos realizados em encontros pedagógicos para superação das fragilidades encontradas.
- Possibilitar a formação permanente e em serviço dos/as profissionais da Educação Infantil, através da participação em cursos, oficinas, seminários, visitas, passeios para qualificar o trabalho docente, aproximando-os cada vez mais entre si e de outras creches para aquisição de novas experiências em todas as oportunidades oferecida pela Secretaria Municipal de Educação;
- Ampliar a brinquedoteca e biblioteca onde as crianças possam desenvolver atividades fora da sala de aula;
- Desenvolver projetos para adquirir um parque infantil;
- Criar um espaço em forma de ateliê para as aulas de arte.

4.1.1 Plano de ação família e comunidade

A família possui uma função que partilha com a escola, a de ensino aprendizagem, pois as duas instituições esperam contribuições recíprocas para poderem desempenhar com eficácia seus papéis.

A escola, por sua vez, tem tido como função responsabilizar-se pelo percurso escolar dos sujeitos, favorecendo a aprendizagem de conhecimentos sistematizados construídos pela

humanidade e valorizados em um dado período histórico. Caracteriza-se, assim, como uma importante agência educacional e socializadora complementando o trabalho desenvolvido pela família.

A instituição visa fortalecer a integração com o espaço no qual está inserida, visando maior participação das famílias e representantes da comunidade local. O engajamento da comunidade no projeto educativo do Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura contribui para que este assuma, junto com a unidade de ensino, a responsabilidade pelo desenvolvimento integral de sua população, condição necessária para a construção de uma educação voltada para a cidadania, a convivência e os valores democráticos.

Ocorre a articulação das famílias e escola em diferentes momentos: reuniões, palestras, eventos festivos e cívicos, momentos comemorativos, celebrativos, momentos de diálogo, quando se solicita a presença da família na instituição, enfim articulação permanente, parcerias com o envolvimento da família nas ações educativas, como: passeios, eventos, apresentações, enfim todas as atividades que envolvam a família.

4.1.2 Eventos da escola

O CMEI Dona Laura no decorrer do ano letivo desenvolve as seguintes ações e eventos:

MÊS	EVENTO	AÇÃO	PERÍODO
FEVEREIRO	<ul style="list-style-type: none"> Reunião Carnaval 	<ul style="list-style-type: none"> Com toda a comunidade escolar; Elaboração de atividade e divulgação nas redes sociais 	Final do mês
MARÇO	<ul style="list-style-type: none"> Dia internacional da mulher; Dia do zelador; Aniversário do Município; Início do outono; Dia internacional contra discriminação racial Projeto Horta. 	<ul style="list-style-type: none"> Desfile; Elaboração de Projeto para construção da horta; Participar do desfile municipal; Divulgação do trabalho dos alunos nas redes sociais e nos murais do CMEI. 	Mês inteiro
ABRIL	<ul style="list-style-type: none"> Conscientização do autismo; Páscoa Dia dos povos indígenas Tiradentes Descobrimto do Brasil e dia mundial da água; Dia do circo 	<ul style="list-style-type: none"> Cartazes; Atividades relacionadas as datas comemorativas; Caracterizações; Apresentações; Doce compartilhado e; Exposição dos trabalhos em mural e rede sociais. 	Mês inteiro
MAIO	<ul style="list-style-type: none"> Dia do Trabalho; Dia das mães; Promoção das pizzas e; Reunião de pais. 	<ul style="list-style-type: none"> Cantinho de fotos para o dia das mães; Promoção (venda de pizzas); Reunião de pais com entrega de portfólio; Exposição dos trabalhos em mural e rede sociais. 	-Segunda semana de maio -Venda de pizzas no início do mês;
JUNHO	<ul style="list-style-type: none"> Festa Junina; Dia Mundial do Meio Ambiente e; Início do inverno. 	<ul style="list-style-type: none"> Festa aberta ao público; Danças; Exposição dos trabalhos em mural e rede sociais. 	No início do e final do mês.

JULHO	<ul style="list-style-type: none"> • Período de férias e; • Dia dos avós. 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas dos avós no CMEI; • Exposição dos trabalhos em mural e rede sociais. 	Final do mês
AGOSTO	<ul style="list-style-type: none"> • Dia dos pais; • Comemoração do dia do estagiário; • Comemoração ao dia do coordenador pedagógico; • Folclore. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cantinho de fotos; • Atividade com música; • Homenagem; • Exposição dos trabalhos em mural e rede sociais. 	Início e final do mês.
SETEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> • Semana da Pátria; • Independência do Brasil; • Dia da árvore; • Início da primavera e; • Reunião de pais 	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição dos trabalhos em mural e rede sociais; • Plantio de mudas de árvores e; • Reunião de pais com entrega de portfólios. 	Mês inteiro
OUTUBRO	<ul style="list-style-type: none"> • Semana da criança; • Dia do professor e funcionário público e; • Comemoração da merendeira escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Brincadeiras; • Homenagens; • Exposição dos trabalhos em mural e rede sociais. 	Mês inteiro
NOVEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor escolar; • Proclamação da República; • Dia da Bandeira; • Consciência negra; 	<ul style="list-style-type: none"> • Cartazes; • Mural; • Exposição dos trabalhos em mural e rede sociais. 	Mês inteiro
DEZEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> • Confraternização de encerramento 	<ul style="list-style-type: none"> • Comemoração e apresentações; 	No final do período letivo.

A Instituição de ensino desenvolve parcerias com outras instituições (parcerias com a Secretaria de Saúde para desenvolvimentos de projetos na área da saúde, com a secretaria de meio ambiente, com a mantenedora, com a Secretaria de Educação municipal, com a sociedade civil organizada, participação da escola em: desfiles, festas, comemorações, concursos, eventos, parcerias, viagens, bazar, jantar, atividades extraclasse, jogos, gincanas, passeios, etc.); podendo ser em forma de cronograma ou descritivo. Participação em eventos comemorativos, celebrativos e cívicos como: desfile municipal, dia das mães; páscoa; festa junina, dia dos pais, comemorações da semana da pátria, do dia da criança, afinal todas as ações e projetos a serem desenvolvidos no decorrer do ano. Assim a cada ano o plano de ação deverá ser reformulado e aprovado pelas instâncias colegiadas, com registro em ata e assinatura dos membros para dar legalidade em cada ação a ser desenvolvida na instituição.

Programas em parceria com a Secretaria de Saúde (saúde na escola), trabalhando a saúde bucal, com as seguintes ações: distribuição de kits para escovação supervisionada, com auxílio do escovódromo, encaminhamento de prevenção e tratamento dentário. Ainda os profissionais da saúde realizam palestra/treinamento sobre primeiros socorros, no intuito de preparar os funcionários para atuar diante das situações ocorridas.

4.2 AÇÕES DA GESTÃO

Segundo as Diretrizes da Educação Básica a gestão democrática será assegurada em ampla participação dos profissionais da escola, da família, dos alunos e da comunidade local na definição das orientações imprimidas aos processos educativos e nas formas de implementá-las, tendo como apoio um processo contínuo de avaliação das ações, a fim de garantir a distribuição social do conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática igualitária.

Elementos da Gestão Democrática:

- Mobilizar para participação, constituição e atuação no conselho escolar;
- Elaboração da PPP de forma coletiva;
- Definição de mecanismos de fiscalização pela comunidade escolar da aplicação das verbas proveniente do governo Municipal, Estadual, Federal;
- Divulgação e transparência na prestação de contas;
- Avaliação institucional

A Gestão democrática na instituição está pautada no diálogo, as tomadas de decisões que são coletivas, respeitando as diferenças de opiniões e valores. A instituição através do diálogo procura integrar a participação das instancias colegiadas, em momentos de interação família/escola, execução de recursos e decisões administrativas.

4.3 AÇÕES DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS

4.3.1 APMF

A APMF deverá participar diretamente dos eventos escolares, acompanhando, sugerindo e ajudando organizar, contribuindo na organização das promoções para angariar recursos financeiros, além de acompanhar, gestar e prestar contas dos recursos oriundos dos programas municipais e federais, como PDDE Escola, recursos oriundos de promoções. Promove reuniões trimestrais e/ou quando necessário, colaborar com a escola para a organização dos espaços físicos, melhoria e administrativo.

Os registros das reuniões serão feitos em um livro Ata específico para esse fim.

MÊS	EVENTO	AÇÃO	PERÍODO
Março	Promoção	Arrecadar recursos para despesas e compra de necessidades do CMEI.	Início do mês
Abril	Recurso PDDE	Executar recurso do PDDE se houver.	
Maio	---	-----	----
Junho/julho	Festa Junina ou Julina. Recurso do Fundo Rotativo	- Arrecadar recursos para despesas e compra das necessidades do CMEI.	Início e final do mês

		- Executar o recurso do Fundo Rotativo para manutenção do CMEI.	
Agosto/setembro	Promoção	Arrecadar recurso para comemoração/lembranças do dia da criança, funcionários e professores.	Início do mês
Outubro/novembro e dezembro	Recurso PDDE Fundo Rotativo	Executar recurso do PDDE se houver.	Durante o mês

4.3.2 Conselho Escolar

O Conselho Escolar como órgão máximo de deliberação da instituição conforme o que apresenta a Deliberação 02/2018 do CEE- do Paraná, deve contribuir para a criação de um novo cotidiano escolar, enfrentando os desafios e a problemática que se apresentar.

São atribuições do Conselho Escolar acompanhar e aprovar a efetivação do Projeto Político Pedagógico do CMEI, analisar e aprovar o Plano de Ação Anual Do CMEI, articular ações com segmentos da sociedade que possam contribuir para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, aprovar e acompanhar o cumprimento do Calendário Escolar observada à legislação vigente e diretrizes emanadas da legislação.

Juntamente com a direção e professores os membros do Conselho Escolar deverão analisar os indicadores externos, evasão, participação da família na vida escolar das crianças, participação na avaliação institucional.

Também são atribuições do Conselho Escolar acompanhar e aprovar a efetivação do Projeto Político Pedagógico do CMEI, analisar e aprovar o Plano Anual do CMEI, articular ações com segmentos da sociedade que possam contribuir para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, aprovar e acompanhar o cumprimento do Calendário Escolar observada à legislação vigente e diretrizes emanadas da Secretaria de Estado da Educação, dentre outras atribuições.

O Conselho Escolar em colaboração com a equipe escolar definirá ações conjuntas que visem à superação das fragilidades apresentadas e diante delas atuar a fim de garantir o desenvolvimento integral de cada criança, e o bom andamento da instituição.

Uma das funções do CE é de aprovar e acompanhar o cumprimento do que prevê o PPP, garantindo a participação da comunidade na elaboração do mesmo.

Promover relações pedagógicas que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorize a cultura da comunidade local;

Aprovar o calendário escolar a cada ano.

4.3.3 Conselho de Classe

O Conselho de Classe propicia a discussão coletiva sobre o processo de ensino e de aprendizagem, constituindo-se assim num importante momento de reflexão-ação da instituição.

O conselho de Classe ocorre ao final de cada período da organização pedagógica em datas expressas no calendário escolar, em reuniões ordinária e extraordinária sempre que se fizer necessário, momento em que são discutidos o desenvolvimento da criança, juntamente com os professores, coordenação pedagógica e direção da instituição. Os registros dos apontamentos e encaminhamentos dos Conselhos de Classe são realizados em livro de Ata próprio, que fica arquivado na instituição.

Os encaminhamentos das crianças acontecem de acordo com sua necessidade educativa, por meio de relatório descritivo realizado pelo professor regente da turma, destacando as crianças com dificuldades educativas de aprendizagem que serve de levantamento e constitui-se no Pré-conselho.

Assim o conselho de classe deverá se efetivar em 3 (três) momentos distintos sendo:

O Pré-conselho: O momento em que se levantam as dificuldades apresentadas pelas crianças através de registros que foram apurados ao longo do período. A partir das observações e avaliações em sala de aula o professor fará um levantamento sobre as dificuldades da turma, de modo geral e individual, elencando sempre a criança que apresenta maior dificuldade de aprendizagem.

O Conselho: É o momento da reunião, podendo ser coletiva com todas as turmas, ou individual por turma, momento em que são apresentadas as dificuldades observadas tanto com relação as crianças e também com a atuação docente, tudo registrado em livro ata específico contendo o que foi apurado e os encaminhamentos a serem realizados, da qual participam os professores, a direção e coordenador pedagógico.

O Pós-conselho: onde se inicia o trabalho visando a superação do que foi apurado na reunião do CC e a ciência aos pais e ou responsáveis, bem como os encaminhamentos necessários para superar as dificuldades apresentadas.

A instituição realiza o Pré-conselho, conselho e o pós-conselho, ao final de cada trimestre por turma, com todos os educadores, direção e coordenação. Inicialmente o levantamento de dados obtidos através de registro e avaliações. Posteriormente a realização da reunião com discussão das dificuldades encontradas e possíveis encaminhamentos bem como reflexão da prática docente e adequação da metodologia a ser utilizada. Por último a prática das ações definidas no conselho e encaminhamentos necessários.

4.4 AÇÕES DIDÁTICO PEDAGÓGICAS

4.4.1 Programas

Os programas desenvolvidos pela instituição escolar visam a dar respaldo técnico para o aprimoramento de ações que favoreçam o processo de cuidar e educar, amparados na concepção de formação integral da criança e dos mecanismos que contribuem para que os espaços escolares sejam

adequados, alguns dos programas apresentados são desenvolvidos pela própria instituição e outros são através da SMECE.

1. Brigada Escolar:

É uma parceria da Secretaria de Estado da Educação e da Casa Militar da Governadoria – Divisão de Defesa Civil, que visa promover a conscientização e a capacitação da Comunidade Escolar do Estado do Paraná, para ações de enfrentamento de eventos danosos, naturais ou antropogênicos, bem como o enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas. Objetivando: construir uma cultura de prevenção a partir do ambiente escolar; proporcionar as crianças condições mínimas para enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas; promover o levantamento das necessidades de adequação do ambiente escolar; articular os trabalhos entre os integrantes da Defesa Civil Estadual, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar (Patrulha Escolar Comunitária) e dos Núcleos de Educação e; adequar as edificações escolares às normas mais recentes de prevenção contra incêndio e pânico do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná.

2. Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE:

O PDDE consiste na assistência financeira às Escolas Públicas da Educação Básica das Redes Municipais e do Distrito Federal, às Escolas Privadas de Educação Especial mantidas por Entidades sem fins lucrativos, cujo objetivo é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da Educação Básica. Os recursos do Programa são transferidos de acordo com o número de alunos, do censo escolar do ano anterior ao do repasse. Para os CMEI somente vem o livro do professor para as turmas de creche, já para o pré escolar o programa PNLD encaminha livros para escolha.

3. PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE é um programa de assistência financeira suplementar com vistas a garantir no mínimo uma refeição diária aos alunos beneficiários.

O gerenciamento do programa é bastante complexo em virtude de estarem envolvidos diretamente no processo, União, Estados, Municípios, Conselhos e estabelecimentos de ensino. No entanto, o compromisso de gerenciar este recurso de forma transparente e eficaz deve ser uma constante, uma vez que o programa apresenta grande impacto social.

- Melhorar as condições fisiológicas do aluno, de forma a contribuir para a melhoria do desempenho escolar; promover a educação nutricional no âmbito da escola, de forma a reforçar a aquisição de bons hábitos alimentares, entre outros e; reduzir a evasão e a repetência escolar.

Seguir a Resolução nº26 de 17 de junho de 2016, das ações de educação alimentar e nutricional:

Art. 13 Para fins do PNAE será considerada Educação Alimentar e Nutricional – EAN o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo.

As EEx. Poderão considerar ações de EAN, entre outras, aquelas que:

I - Promovam a oferta de alimentação adequada e saudável na escola;
II - Promovam a formação de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a alimentação escolar;
III - articulem as políticas municipais, estaduais, distritais e federais no campo da alimentação escolar;
IV - Dinamizem o currículo das escolas, tendo por eixo temático a alimentação e nutrição;
V - Promovam metodologias inovadoras para o trabalho pedagógico;
VI - Favoreçam os hábitos alimentares regionais e culturais saudáveis;
VII - Estimulem e promovam a utilização de produtos orgânicos e/ou agroecológicos e da socio biodiversidade;
VIII - Estimulem o desenvolvimento de tecnologias sociais, voltadas para o campo da alimentação escolar; e
IX - Utilizem o alimento como ferramenta pedagógica nas atividades de EAN. As ações de educação alimentar e nutricional deverão ser planejadas, executadas, avaliadas e documentadas, considerando a faixa etária, as etapas e as modalidades de ensino.

5. Combate ao abandono escolar:

É um plano de ação destinado a combater o abandono escolar nas instituições de ensino, cujo seu objetivo principal é resgatar estudantes por meio de ações integradas entre a escola e a Rede de Proteção à criança e ao adolescente, para evitar que essas faltas se efetivem como evasão escolar.

6. Saúde na Escola:

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política intersetorial da Saúde e da Educação, voltadas às crianças, da educação pública brasileira para promover saúde e educação integral. O PSE é uma estratégia de integração da saúde e educação para o desenvolvimento da cidadania. O objetivo do programa é contribuir para a formação integral das crianças por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças da rede pública de ensino.

7. Formação continuada:

Com foco no olhar crítico sobre a realidade de cada unidade escolar, suas necessidades, suas especificidades, suas aspirações e, principalmente, suas decisões acerca do processo de ensino-aprendizagem.

A formação continuada é prevista em calendário sendo organizada pela Secretária Municipal de Educação, através de palestras com profissionais que desenvolvem ações sobre temas relacionados a educação infantil.

Nos encontros pedagógicos é reservado momento para estudo/formação com que auxiliam os profissionais em suas dificuldades existentes em sala de aula.

8. Programa de valorização da mulher:

O programa está previsto no Plano estadual de políticas para mulheres com ações nas instituições de educação com objetivos de:

Promover campanha educativa de prevenção a violência doméstica e familiar contra a mulher, voltada ao público escolar; divulgar a Lei Maria da Penha de demais instrumentos de proteção dos direitos humanos das mulheres; utilizar materiais didáticos e paradidáticos no trabalho com as disciplinas do currículo visando que os mesmos não contenham conteúdos sexistas e discriminatórios, mas que favoreçam a promoção de igualdade de renego e valorização das diversidades; promover formação continuada de gestores/as, profissionais da educação, estudantes a respeito da temática entre outros.

O trabalho deverá envolver todas as esferas da comunidade escolar, no seu cotidiano, bem como em datas específicas conforme cronograma de ações.

9. Programa Livro Didático:

O PNLD é uma política pública executada pelo FNDE e pelo Ministério da Educação, destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias de forma sistemática, regular e gratuita, então compete às escolas e às redes de ensino garantir que o corpo docente da escola participe do processo de escolha de modo democrático. Para registrar a participação dos professores sobre a escolha das coleções a qual deve ser documentada por meio da Ata e anexada no sistema PDDE Interativo no endereço eletrônico <http://www.pddeinterativo.mec.gov.br> e seu registro somente pode ser efetuado mediante CPF e senha do diretor(a) da escola. Para os CMEI somente vem o livro do professor para as turmas de creche, já para o pré escolar o programa PNLD encaminha livros para escolha.

4.4.2 Projetos

Serão desenvolvidos pela instituição alguns projetos articulados aos Campos de Experiências, estruturados nos eixos de Interações e Brincadeiras, dentro os quais pode-se citar: Leitura e Contação de histórias, musicalização, movimento, psicomotricidade, cuidados com o trânsito, de resistência as drogas e a violência, cuidados com o meio ambiente e reciclagem, de combate à dengue, a H1N1, Combate à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso, Cultura Afro, e em parceria com outras esferas do governo municipal, e esses projetos serão desenvolvidos tanto pela professora regente como pela Corregente que cobrem os espaços de hora atividade.

Projeto de Literatura:

O projeto de Literatura propõe trabalhar atividades de leitura no espaço escolar, salas de leitura e também em outros espaços, explorando diferentes gêneros textuais com todos os alunos.

O principal objetivo resgatar o gosto pela leitura sendo de suma importância para melhorar a capacidade de aprendizagem dos alunos, pois a leitura estimula o raciocínio, melhora o vocabulário, aprimora a capacidade interpretativa, além de proporcionar ao leitor um conhecimento amplo e diversificado sobre vários assuntos. Ler desenvolve a criatividade, a imaginação, a comunicação, o

senso crítico, e amplia a habilidade na escrita, de forma lúdica e prazerosa. O Projeto de Literatura tem como objetivo elevar o índice de aprendizagem dos alunos.

Tendo vista que esse é o propósito da educação, a leitura e contação de histórias tem como objetivo despertar nos pequenos leitores o prazer pelo hábito de ler. Quanto mais contato e manuseios de livros as crianças tiverem, maior será seu enriquecimento cultural e criativo. Para estimular o hábito e o gosto de ler é importante propor que a leitura seja acessível a todos, com o objetivo de ensinar, aprimorar e fomentar leitores, que eles viagem pelo mundo da imaginação percebendo que a leitura transforma e os qualifica em indivíduos críticos, reflexivos e evoluídos.

São muitas as estratégias e metodologias que favorecem o domínio da habilidade de leitura fluente como:

1. Roda da leitura – é uma atividade realizada diariamente para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, em que alunos e professores escolhem um livro conforme seu gosto e seu interesse. Com seu livro em mãos, é organizada a roda leitura, geralmente em outro espaço que não seja a sala de aula, ou no Cantinho da Leitura;
2. Caixa da leitura – é uma atividade realizada diariamente e no decorrer da semana, quando os alunos que já finalizaram as atividades específicas propostas pelos professores, têm a sua disposição uma caixa de livros de literatura, a qual podem se dirigir e realizar leituras conforme seu interesse, ocupando o tempo entre uma atividade e outra;
3. Contação de histórias – é uma atividade realizada por professores (podendo ser estendida a comunidade escolar, família, contadores de causos), na qual são utilizados vários recursos (livros, fantasias, cenários, tecnologia, etc.) e ambientes (sala de aula, pátio, saguão, biblioteca, quadra, etc.) para a narração e contação de histórias envolvendo toda a escola ou para pequenos grupos, com o intuito de valorizar a importância de ouvir e contar histórias;
4. Dramatização de histórias ou teatro – é uma atividade que poderá ser desenvolvida com os alunos, os quais podem escolher um livro ou história que tem mais afinidade e junto aos professores utilizarão vários recursos para a dramatização da história, compreendendo os conceitos propostos por esta atividade;
5. Gincana literária - proporcionar aos alunos um contato com diversos gêneros e tipologias textuais, aperfeiçoando a leitura e a escrita; além de favorecer a eles uma vivência prazerosa com os livros de literatura, poderá ser criada uma série de questões e atividades realizando uma disputa entre algumas turmas;
6. Sarau Literário - poderá ser realizada uma apresentação cultural em forma de Sarau de poesia, histórias, contos, envolvendo toda a escola;

7. Piquenique Literário – poderá ser realizado um piquenique com algumas turmas, utilizando os espaços da escola que sejam favoráveis para esta atividade, levando além da cesta de alimentos, uma cesta ou caixa de livros com tema a ser definido pela professora.

Desta forma como parte integrante do Componente Curricular de língua portuguesa a Literatura, deve ser explorada de forma muito dinâmica no espaço escolar.

Gincanas Escolares:

As gincanas desenvolver habilidades e capacidades físicas, noções de valores, respeito, cooperação, companheirismo e socialização, qualidades que são imprescindíveis para a formação de cada aluno como pessoa no contexto social.

São também atividades focadas no estímulo das habilidades de motricidade com desenvolvimento psicomotor, gerando aprendizado e momentos prazerosos de felicidade junto aos alunos por ser atividades lúdicas. Os jogos e as dinâmicas são repertórios que enriquecem o aprendizado e o desenvolvimento. Além de promover a colaboração e integração das escolas, dos professores e dos alunos, desde a educação infantil até o 5º ano.

Desta forma a partir de 2023 as escolas e alunos participam de gincanas, jogos e brincadeiras recreativas competindo de forma colaborativa entre si. Assim este momento é de motivar, colaborar e interagir.

Projeto meu município:

No mês de março é comemorado o aniversário do município, assim são planejadas e trabalhadas atividades alusivas a essa importantíssima data histórica. São abordados aspectos econômicos, produção, população, costumes, e a história desde a sua emancipação, são trabalhadas diversas atividades interdisciplinares que durante e ao final do mês são socializadas para todas as turmas no momento cívico no saguão da escola.

Projeto semana da família:

Trabalhado com mais ênfase no mês de agosto, mês dos Pais, a semana da família é organizada para que se possa abordar em sala de aula temas e atividades que valorizem a família que temos. Nesse sentido, é organizada uma tarde onde as famílias assistem apresentações dos filhos sobre o tema.

Projeto Saúde Bucal:

Diariamente, as crianças participam na escola da escovação para prevenir a carie dental. Para os alunos que necessitam de atendimento odontológico, são disponibilizadas fichas semanais para tratamento e prevenção da saúde bucal.

Projeto dia da Criança:

Desenvolvido nos meses de outubro e novembro planejado com o objetivo de comemorar o dia das crianças com atividades recreativas, músicas, desenhos, poesias, danças e jogos para motivar a prática de esportes, desenvolver o espírito de cooperação e desinibir a criança.

4.4.3 Atendimento Educacional Especializado - AEE

Segundo o Parecer 13/2009 CNE/CEB considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, apresentando a flexibilização curricular considerando os estudantes público-alvo da educação especial. O AEE será realizado prioritariamente na sala de recursos multifuncional da própria escola ou em outra escola do ensino regular, no turno inverso da escolarização.

Os estudantes atendidos pelo Serviço de Apoio à Rede Escolarização Hospitalar/SAREH ou atendimento domiciliar quando necessário - (Anexar atestado ou laudo médico contendo o diagnóstico clínico do aluno com a devida justificativa da necessidade do atendimento domiciliar. Este documento deve conter ainda, o período mínimo de afastamento de 90 dias para a liberação para o atendimento educacional domiciliar.) Quando for atestado inferior a 90 dias cabe a família fazer a ponte entre a escola e o educando. No caso de atendimento domiciliar fazer o Relatório Pedagógico da escola com a descrição dos encaminhamentos já realizados com o aluno, através de tarefas domiciliares, reunião com direção, equipe pedagógica, professores e pais, para esclarecer sobre o Atendimento Domiciliar. Registrar em Ata e enviar a cópia da Ata da reunião à SME. Realizar visita in loco (residência da criança), para verificar as necessidades pedagógicas de cada aluno solicitante do atendimento. Encaminhar o processo à SME/ somente nos casos em que o parecer seja conclusivo para disponibilização do professor em domicílio e outras situações que requeiram a flexibilização curricular.

A educação é inclusiva, busca-se sempre incluir os educandos com necessidades educacionais especiais ou distúrbios de aprendizagem para que assim, esses possam ser incluídos no Ensino Fundamental Regular.

Como o capítulo V da Lei 9394/96 prevê que os alunos com necessidades especiais sejam atendidos em classes comuns, a direção e toda a equipe buscam novos posicionamentos diante dos processos de ensino e aprendizagem, para atender a diversidade humana cumprindo assim, o princípio democrático de educação para todos.

A inclusão é um tema que está sendo abordado e considerado na perspectiva de repúdio a qualquer tipo de discriminação visto a escola ser um lugar de promoção do saber e de acesso a todos os cidadãos que dela fazem parte a uma cultura inclusiva onde se promova a inclusão da diversidade de cultura, religião, de gênero de condição socioeconômica, bem como os portadores de necessidades especiais fazem parte das ações desta instituição através de projetos temáticos, palestras, filmes, discussões e integração.

O atendimento para as crianças com necessidades educacionais especiais é realizado na sala de aula regular, onde o professor faz adaptações de materiais com atividades diferenciadas para atender às necessidades da criança, ainda dependendo do caso encaminha-se para os profissionais especializados. Uma educação eficaz para todos, que satisfaça suas necessidades, sejam quais forem

as suas características pessoais, psicológicas, sócio econômicas, religiosa ou diferentes etnias, isto é, favorecendo um ambiente educativo onde todos sejam valorizados por igual.

No que diz respeito à inclusão, esta acontece de forma significativa respeitando as diferenças através da convivência mútua e fraterna, objetivando a igualdade de oportunidade a todas as crianças, o direito a ser respeitado na sua individualidade, proporcionando melhores condições de acesso, permanência e sucesso juntamente com todas as crianças na rede regular de ensino. As crianças com necessidades educacionais especiais são atendidas na sala regular com o apoio de estagiário e ou professor auxiliar se necessário, sendo oferecida atenção especial e atendimento individualizado através das adaptações curriculares, de forma a assegurar condições de acesso ao currículo de crianças com mobilidade reduzida, por meio de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos. Sendo a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Para esse princípio se efetivar há que se prever ações para as exceções – são as flexibilizações curriculares que possibilitam o acesso à educação em casos específicos.

Um dos propósitos do CMEI é oferecer Projeto Político Pedagógico e curricular capaz de garantir as condições para atingir os objetivos e as metas a serem alcançadas numa educação pública que atenda crianças das classes populares e crianças com necessidades educacionais especiais.

4.4.4 Atividades em tempo integral ou atividades complementares em contraturno

Planejar ações educativas pedagógicas é um desafio, ainda mais em tempos de tanto mecanismos e ferramentais de mídias atrativos que estão bombardeando a vida de nossas crianças e adolescentes com informações que muitas vezes não são adequadas a sua formação como cidadão ético e moral.

Sabemos que a criança/aluno deve ser entendida sob uma dimensão de integralidade visando atender os aspectos cognitivos, político-sociais, ético culturais e afetivos que vise à formação integral das crianças, por isso, organizar e ampliar, tempos, espaços escolares e oportunidades de aprendizagens é necessário. Desta forma, busca-se proporcionar atividades que ampliem os conhecimentos curriculares, que estimulem a curiosidade e a comunicação entre as crianças, percebendo um novo mundo a sua volta, aprimorando o universo de experiências e vivências.

No sentido de garantir que todos os alunos possam avançar na aprendizagem são desenvolvidas diferentes ações para que esse direito seja assegurado. Essas são divididas em duas modalidades, àquelas que acontecem dentro da sala de aula e as que são conduzidas fora da sala de aula, em contraturno, através das atividades complementares curriculares.

As atividades complementares curriculares com base na Instrução n° 007/2021 – DEDUC/DPGE/SEED, Instrução n°007/2012- SEED/SUED bem como o Manual de Orientações do Programa de Atividades Complementares Curriculares em Contraturno (2011), que dispõe sobre atividades complementares, vem instruir e orientar quanto aos processos e ações pedagógicas que viabilizam esta oferta. Bem como ressaltar os objetivos para promover a melhoria da qualidade de

ensino, por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas, que vem de encontro com as especificidades e necessidades do interesse da comunidade escolar, outorgada pelos pais ou responsáveis legais. Constitui-se de atividades integradas ao currículo escolar, que oportunizam a aprendizagem e visam a formação do aluno, por meio de atividades pedagógicas complementares, que possibilitem encaminhamentos metodológicos diferenciados e que favoreçam o desenvolvimento humano integral dos estudantes. Cada detalhe será planejado para estimular o desenvolvimento criativo e o potencial dos estudantes.

Nessas atividades complementares são realizadas oficinas de aprendizagem, sendo desenvolvidos em espaços pensados com intencionalidade na formação humana da criança, com práticas que permitam a ela maior desenvolvimento e interação para sua formação integral, valorizando sua cultura e contexto local, articulando teoria e prática. Sendo organizadas as atividades complementares curriculares/contraturno em áreas do conhecimento, seguindo os componentes curriculares em macrocampos que são: iniciação musical, arte e desenvolvimento e contos e contações.

Quanto aos profissionais que atuam no desenvolvimento das aulas nas atividades, são funcionários, professores, técnicos da área, que se identificam com as mesmas. Estes são responsáveis pela organização e seleção de atividades a serem desenvolvidas com acompanhamento da equipe pedagógica.

As crianças atendidas serão de 0 a 5 anos, e as atividades serão organizadas em cronogramas semanais, respeitando o mínimo de 35 horas semanais, dentro dos 200 dias letivos. Ressalta-se que a definição do dia da semana para o funcionamento, dependerá da logística de professores para ministrar esta atividade com turmas compostas de 12 alunos a 16 alunos. Respeitando um cronograma onde estes revezam-se entre as diferentes atividades ofertas no período contrário, sendo manhã das 7:45h às 11:55h, e no período vespertino das 13:00h às 17:10h com intervalo de 10 a 20 minutos em cada período para o lanche dos educandos.

O almoço é ofertado pela escola que em seguida realizam a escovação e se dirigem aos ambientes previamente organizados para o momento do descanso. Sendo que nestes momentos são acompanhados pelos funcionários, diretora e coordenadora pedagógica.

4.4.5 Ações de Formação Continuada

A formação continuada dos professores e demais profissionais também integram a lista de requisitos básicos para uma Educação Infantil de qualidade. Consistem em direito dos docentes no sentido de aprimorar sua prática e sua identidade profissional. Assim as formações estão previstas na legislação e devem fornecer condições aos docentes para refletir sobre sua prática cotidiana em termos pedagógicos, éticos e políticos, contribuindo para melhoria do trabalho docente.

Desta forma a instituição vem garantindo aos seus professores formação constante, ou seja, durante todo o ano com temas que vem ao encontro de suas necessidades considerando a faixa etária da criança e os conceitos a serem estimulados. Portanto as formações acontecem via secretaria de educação e também a equipe da escola organiza momentos de estudos e reflexões, em horas atividades e nos encontros pedagógicos, ou sempre que se fizer necessário repensar e reorganizar o

trabalho pedagógico. Nestes momentos são relacionados à fundamentação e prática, os professores fazem estudo, mas também organizam seu planejamento diário.

A instituição de ensino referente à qualificação do profissional é a implementação de projetos que visem a organizar metodologias do trabalho pedagógico através de grupos de estudos dirigidos e coordenados pela equipe pedagógica. Evidenciando essa metodologia vamos denotar visando implementar ações pedagógicas em prol dos professores tendo um cunho social.

A opção por projetos e sequências didáticas faz-se necessário porque os mesmos consideram questões reais e concretas, contextualizadas, que interessem de fato as crianças. Nesse caso, compreender uma situação-problema é objetivo do projeto. As ações e os conhecimentos necessários para a compreensão são discutidas e planejadas nas observações do educador (a). O projeto didático é uma forma de ação pedagógica que para colocá-lo em prática, é preciso ter um planejamento pedagógico conciso e consistente.

4.5 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A Avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o (a) docente estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos (as) estudantes, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor/conceito.

A avaliação na Educação Infantil deve ser percebida como um mecanismo mediador da aprendizagem nos quais professores e crianças percebem seus progressos e suas dificuldades. Deve ser processual, pois acontece no decorrer do ano letivo. Ser diagnóstica, para analisar o progresso e redimensionar quando da necessidade do educando, bem como as possíveis intervenções.

A avaliação nesta instituição constituir-se-á de momentos e em todas as situações, tem um caráter formativo, investigativo e não classificatório. No decorrer do semestre ocorrerão diversas formas de avaliações como: registro através de desenhos, relatórios, fotografias e álbuns, portfólios e pastas individuais. A sistematização da avaliação é realizada semestralmente através de registros em pareceres descritivos individuais e ficha avaliativa, onde os professores descrevem os avanços significativos das crianças durante o período letivo.

No final de cada trimestre é realizada uma reunião com os pais, onde o professor apresenta os pareceres, a ficha avaliativa e o portfólio, que relatam o desenvolvimento integral de cada criança, sua rotina, os encaminhamentos das aulas e oportuniza aos pais a leitura dos mesmos, onde depois de lidos são assinados e posteriormente são arquivadas na pasta individual de cada criança.

No processo avaliativo do CMEI nossas atenções estão voltadas para o desenvolvimento, aprendizagem e para os avanços. Nesse sentido o professor deve conhecer a trajetória da criança, ou seja, seus conhecimentos prévios.

Esses registros fornecem subsídios acompanhados de portfólios com as atividades desenvolvidas pelas crianças, servirão de apoio para a elaboração dos relatórios que serão enviados aos pais e discutidos nas reuniões de avaliação, bem como para o replanejamento das atividades.

Considera avaliação processual e está incide sobre todo o contexto de aprendizagem, levando em conta as atividades propostas e como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos formados, o material oferecido, o espaço e o tempo garantido para a realização das atividades.

Conhecendo as preferências das crianças, a forma delas participarem nas atividades, seus parceiros prediletos para a realização de diferentes tipos de tarefas, suas narrativas, ajuda o professor a reorganizar as atividades de modo mais adequado ao alcance dos propósitos infantis e das aprendizagens coletivamente trabalhadas.

É importante que em qualquer forma de registro, que a mesma permita captar as peculiaridades vividas pelas crianças e suas vivências, bem como consiga revelar o seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Destaca-se que os registros avaliativos para as turmas de 0 a 3 anos, no sistema SERE serão no período semestral, aliada a frequência terá o indicativo APD (Avaliação através de Parecer Descritivo) na ficha individual e no relatório final a sigla PC (Progressão Continuada). Sendo que em caso de transferência será fornecido um parecer parcial individual da criança de imediato assim que solicitado ao professor.

4.5.1 Intervenção didático pedagógica

As intervenções ocorrem através de:

a) Recuperação da aprendizagem:

Organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didáticos metodológicas, diversificados, diferenciadas e direcionadas à necessidade da criança, com retomada dos conteúdos que estiver apresentado dificuldade, assim oportunizando a aprendizagem de todos os educandos que indica a Recuperação Simultânea feita em sala de aula pela própria professora regente da turma.

Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, proporcionando subsídio para pontuar as conquistas e as defasagens o estudante no Parecer Descritivo.

As informações sobre o desenvolvimento integral do estudante na instituição de Educação Infantil, será repassada através de reuniões/ e ou chamamento dos pais a instituição para dar ciência do desenvolvimento da criança.

b) Conselho de classe:

Funciona como órgão deliberativo para encaminhamentos referente à superação de possíveis dificuldades de aprendizagem ou de desenvolvimento cognitivo, quanto social e maturacional da criança.

O Conselho de Classe constitui-se parte integrante do processo avaliativo, onde todos os sujeitos, de forma coletiva, se posicionam frente ao diagnóstico, analisam e discutem acerca dos dados,

avanços, problemas e proposições, para a tomada de decisões que contemplem encaminhamentos relacionados às metodologias, ações e estratégias que visem à aprendizagem e que levem em conta as necessidades/dificuldades das crianças.

O Conselho de Classe Final é o momento em que o colegiado retoma as ações e registros realizados (Pré-conselhos, Conselhos e Pós-conselhos), para fundamentar, avaliar e definir, dentre as crianças o desenvolvimento da aprendizagem.

I. neste momento, os Conselhos de Classe anteriores e os resultados dos encaminhamentos realizados são referenciais que devem servir para definir parâmetros – que não são quantitativos ou restritivos, mas sim qualitativos;

II. os parâmetros para promoção estão nos critérios definidos em conjunto. O parecer dos docentes sobre os componentes curriculares obrigatórios ou eletivos deve ser equânime, sendo que a situação de cada criança a ser discutida no Conselho Final, passa pela análise pedagógica de todos (as);

III. os professores das Atividades das Oficinas de Aprofundamento ou que compõem a Educação, deverão participar do Conselho de Classe e apresentar o percurso formativo das crianças de forma a contribuir para a consolidação do processo educativo na instituição de ensino.

IV. o registro na Ata final deve expressar a relação entre os parâmetros, as discussões e os encaminhamentos realizados durante o ano/período letivo;

c) Promoção:

A promoção na educação infantil não se caracteriza somente pelo resultado do aproveitamento escolar das crianças, mas concebe-se como um conjunto de habilidades a serem desenvolvidas considerando a faixa etária atendida, aliada à sua frequência.

d) Classificação:

Na educação infantil não há classificação, devido a considerar-se blocos de conteúdos no processo ensino – aprendizagem, entretanto há a necessidade de investigar as causas quando a criança apresentar baixo rendimento.

e) Frequência:

A frequência na Pré-Escola deve ser de no mínimo 60% (sessenta por cento) do total de dias letivos, contados após a matrícula, sem que isto seja impeditivo para o prosseguimento dos estudos da criança.

A instituição de Educação Infantil deverá monitorar a frequência e comunicar ao Conselho Tutelar nos casos de frequência inferior ao estabelecido.

4.6 MECANISMOS DE ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR

Em relação ao abandono escolar o importante papel da escola, pois a criança está diretamente vinculada a ela em seu dia a dia. É necessário, antes de tudo, que a escola tome todas as iniciativas

que lhe cabem, visando a permanência da criança no sistema educacional, conscientizando da importância da educação em sua vida e para seu futuro, mantendo contato frequente e direto com os pais ou responsáveis, enfatizando a responsabilidade destes na educação e na formação dos (as) filhos (as). De acordo com o art. 205, da Constituição Federal de 1988, o “dever de educar” é uma tarefa que deve ser compartilhada entre escola, Poder Público em geral, família e sociedade. Esgotadas as possibilidades internas de reinserção do (a) estudante infrequente, a Instituição deve acionar diretamente a Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da qual também é integrante, para que outras ações destinadas a promover o retorno da criança à escola sejam desencadeadas, a partir da análise das peculiaridades de cada caso. Nesse sentido o município estará instituindo através da adesão com a UNICEF o Programa Fora da Escola Não em que amparado na rede de proteção trabalham no intuito da permanência da criança na instituição.

Cabe aos professores ao constatarem a ausência não justificada nos casos previstos em lei, da criança por 05 (cinco) faltas e/ou dias consecutivos, ou 07 (sete) faltas e/ou dias alternados no período de dois meses (60 dias), comunicar, imediatamente, à equipe pedagógica da escola fazendo registro no LRC no campo anotações e preencher o controle interno de faltas injustificadas.

Cabe à equipe pedagógica, investigar, junto aos pais ou responsáveis legais (pessoa que, não sendo pai ou mãe, é detentora da tutela ou guarda decretados judicialmente), e adotar procedimentos que possibilitem o seu retorno imediato à escola.

Recomenda-se que a equipe pedagógica faça o contato, via telefone, com os pais ou responsáveis legais, convocando os para uma reunião, a fim de verificar se a falta é justificada ou não. Caso a falta seja justificada ou amparada por lei deve-se solicitar aos pais ou responsáveis documentos comprobatórios, para que o mesmo seja arquivado na pasta individual da criança, como declaração ou atestado médico.

No caso de a criança continuar faltando às aulas, sem justificativa da família, será acionado o Conselho Tutelar e em última instância será acionado o Ministério Público, quando esgotadas todas as demais formas de acordo, conforme Programa de Abandono Escolar- Mobilização a Inclusão Escolar e Valorização da Vida.

4.7 CALENDÁRIO ESCOLAR

O Calendário Escolar define o início e o término do ano letivo, férias e recessos escolares, feriados oficiais, semana de planejamento, de capacitação. Segue também calendário semestral da educação infantil.

Atende ao disposto na LDB nº 9394/96 e Legislações Vigentes, garantido um total de 800 horas distribuídas no mínimo de 200 dias letivos.

Para a Educação Infantil em Tempo Integral Turno Único, como para Atividades de Jornada Ampliada seguira o mínimo de 200 dias letivos e carga horária de no mínimo 1.400 horas para cada ano letivo.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



CALENDÁRIO ESCOLAR 2025

Município: Rio Bonito do Iguçu

Instituição de Ensino: Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing

Turno de Funcionamento: Manhã/Tarde/Integral

Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Fevereiro

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	

Março

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

Abril

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

Maio

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

Junho

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

Julho

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Agosto

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

Setembro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

Outubro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Novembro

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

Dezembro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

19 Jan. - Ano Novo	1º Mai. - Dia do Trabalho	2 Nov. - Finados
18 Abr. - Paixão	19 Jun. - Corpus Christi	15 Nov. - Proclamação da República
20 Abr. - Páscoa	7 Set. - Independência	20 Nov. - Zumbi e Consciência Negra
21 Abr. - Tiradentes	12 Out. - N. Sra. Aparecida	25 Dez. - Natal

Feriado Municipal

19/03/25	Emancipação Política
17/04/25	Aniversário do Assentamento
13/06/25	Padroeiro Município
06/08/25	Bom Jesus
08/11/25	Dia do Evangélico

Legenda		Avaliação Trimestral	
Continuidade das férias ano letivo 2025	Feriado	1.º T. - 05/02 a 02/05	54 d.l.
Início e término das aulas	Recesso escolar	2.º T. - 05/05 a 21/08	64 d.l.
Início e término de trimestre	Conselho de Classe Extraordinária 22/12 e Fechamento do Ano Letivo	3.º T. - 25/08 a 19/12	82 d.l.
Estudo e Planejamento	Início das férias ano letivo 2026	Total = 200 dias letivos	
Plano de Abandono 31/03;30/06; 29/09;28/11	Conselho de Classe Noturno 12/05, 29/08 e 19/12		
1º Semestre – 100 Dias Letivos		2º Semestre – 100 Dias Letivos	

Observações

- Os dias destinados ao Estudo e Planejamento para profissionais da Educação não poderão ser computados para cumprimento da exigência legal da carga horária letiva para os estudantes. Deliberação n.º 02/2018 - CEE/PR.
- No dia 7 de agosto se comemora o Dia do Funcionário de Escola.
- No dia 11 de agosto se comemora o Dia do Estudante.
- No dia 15 de outubro se comemora, o Dia do Professor.
- No dia 28 de outubro se comemora o Dia do Servidor Público.
- Previsão de 201 dias. Um feriado municipal não necessita de reposição 06/08.
- Para o feriado de 19/03, será retirado o recesso de 02/05;
- Para o feriado de 13/06, será retirado recesso do dia 20/06;
- Nos meses de maio e setembro ocorrerá a Prova Paraná 2025.

Eliane
ELIANE ANA DAL CASTEL DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Decreto nº 702/2021

Lucy
Lucieli Vargas
Diretora
Portaria Nº 107/2023

Andrius Zanin
ANDRÉIA SALETTE ZANIN
ASSIST. TÉCNICA - NRE LAR DO SUL
Dec 00089 DOE 11/32.05/07/23

NRE/LARANJEIRAS DO SUL - SEF
ESTE CALENDÁRIO ATENDE A
LEGISLAÇÃO VIGENTE
Elaine J. F. de A.
TÉCNICA PEDAGÓGICA
06/12/2024



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



CALENDÁRIO ESCOLAR 2025

Município: Rio Bonito do Iguaçu

Instituição de Ensino: Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowski Schmeing

Turno de Funcionamento: Manhã/Tarde/Integral

Janeiro							Fevereiro							Março						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4							1							1
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	2	3	4	5	6	7	8
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	9	10	11	12	13	14	15
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	16	17	18	19	20	21	22
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28		23	24	25	26	27	28	29
														30	31					
18 dias letivos							18 dias letivos							17 dias letivos						

Abril							Maio							Junho							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
			1	2	3	4	5					1	2	3	1	2	3	4	5	6	7
6	7	8	9	10	11	12	4	5	6	7	8	7	10	8	9	10	11	12	13	14	
13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	
20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	
27	28	29	30				25	26	27	28	29	30	31	29	30						
18 dias letivos							21 dias letivos							19 dias letivos							

Julho							Agosto							Setembro									
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S			
			1	2	3	4	5						1	2				1	2	3	4	5	6
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13			
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20			
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27			
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	28	29	30							
							31																
7 dias letivos (1º sem) 4 dias letivos (2º sem)							19 dias letivos							22 dias letivos									

Outubro							Novembro							Dezembro											
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S					
				1	2	3	4						1							1	2	3	4	5	6
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13					
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20					
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27					
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31								
							30																		
22 dias letivos							18 dias letivos							15 dias letivos											

Feriado Municipal			
19/03/25	Emancipação Política		
17/04/25	Aniversário do Assentamento		
13/06/25	Padroeiro Município		
06/08/25	Bom Jesus		
08/11/25	Dia do Evangélico		

Legenda		Avaliação Semestral	
Continuidade das férias ano letivo 2025	Feriado	1.º S. - 05/02 a 09/07	100 d.l.
Início e término das aulas	Recesso escolar		
Início e término de semestre	Conselho de Classe Extraordinária 22/12 e Fechamento do Ano Letivo	2.º S. - 30/07 a 19/12	100 d.l.
Estudo e Planejamento	Início das férias ano letivo 2026		
Plano de Abandono 31/03;30/06; 29/09;28/11	Conselho de Classe Noturno 09/07 e 19/12		
1º Semestre – 100 Dias Letivos		2º Semestre – 100 Dias Letivos	
Total = 200 dias letivos			

Observações	
1. Os dias destinados ao Estudo e Planejamento para profissionais da Educação não poderão ser computados para cumprimento da exigência legal da carga horária letiva para os estudantes. Deliberação n.º 02/2018 – CEE/PR.	5. No dia 28 de outubro se comemora o Dia do Servidor Público.
2. No dia 7 de agosto se comemora o Dia do Funcionário de Escola.	6. Previsão de 201 dias. Um feriado municipal não necessita de reposição.06/08;
3. No dia 11 de agosto se comemora o Dia do Estudante.	7. Para o feriado de 19/03, será retirado o recesso de 02/05;
4. No dia 15 de outubro se comemora, o Dia do Professor.	8. Para o feriado de 13/06, será retirado recesso do dia 20/06;
	9. Nos meses de maio e setembro ocorrerá a Prova Paraná 2025.

Eliane
ELIANE ANA DAL CASTEL DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Decreto nº 702/2021

Lucinete
Lucinete Vargas
Diretora
Portaria Nº 107/2023

Andréia
Andréia Salete Zamin
ASSIST. TÉCNICA - MRE LAR DO SUL
Dec 00689 DOE 1332 07/01/23

MRE / LARANJEIRAS DO SUL - SEF
ESTE CALENDÁRIO ATENDE A
LEGISLAÇÃO VIGENTE
Sônia
SÔNIA PEDAGOGICA
13/02/2024

4.8 MATRIZES CURRICULARES

4.8.1 Matriz Curricular da Educação Infantil¹

Matriz Educação Infantil 4 Anos - Manhã e Tarde:

		<p align="center">CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA LAURA YAROSLAVA RODOWANSKI SCHMEING RUA JOANITA KRUGER, 144 – LOTEAMENTO DRABECKI RIO BONITO DO IGUAÇU – PR E-mail: apmf.donalaura.rbi@outlook.com</p>	
NRE: 31 - Laranjeiras do Sul		MUNICÍPIO: 2234 - Rio Bonito do Iguaçu	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 469 – CMEI Dona Laura Y Rodowanski Schmeing			
ENDEREÇO: Rua Joanita Kruger, 144 – Loteamento Drabecki, Rio Bonito do Iguaçu - CEP. 85.340-000			
FONE: (42) 3653-1122 Ramal:3137			
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal			
CURSO (nº do código): Educação Infantil 2001			
TURNO: Manhã ou Tarde	C.H. TOTAL DO CURSO: 800		DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2024		FORMA: Simultânea	
OFERTA ² : Infantil 4 e 5 anos		ORGANIZAÇÃO: Infantil 4 anos	
INTERAÇÕES E BRINCADEIRA		CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	
Total de horas relógio semanais³		20 horas relógio (no mínimo)	

¹ De acordo com a LDBEN nº 9.394/96.


² Indicar a oferta de acordo com a faixa etária: Infantil 4 e 5 anos.

³ Serão ofertadas, no mínimo, 4 horas por dia.

Rio Bonito do Iguaçu, 03 de outubro de 2024.

Lucieli Vargas
Diretora
Port. 107/2023 -13/04/2023

Matriz Educação Infantil 5 Anos – Manhã e Tarde:

			CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA LAURA YAROSLAVA RODOWANSKI SCHMEING RUA JOANITA KRUGER, 144 – LOTEAMENTO DRABECKI RIO BONITO DO IGUAÇU – PR E-mail: apmf.donalaura.rbi@outlook.com		
NRE: 31 - Laranjeiras do Sul		MUNICÍPIO: 2234 - Rio Bonito do Iguaçu			
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 469 – C M E I Dona Laura Y Rodowanski Schmeing					
ENDEREÇO: Rua Joanita Kruger, 144 – Loteamento Drabecki, Rio Bonito do Iguaçu - CEP. 85.340-000					
FONE: (42) 3653-1122 Ramal:3137					
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal					
CURSO (nº do código): Educação Infantil 2001					
TURNO: Manhã e Tarde		C.H. TOTAL DO CURSO:800		DIAS LETIVOS ANUAIS: 200	
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2024			FORMA: Simultânea		
OFERTA ² : Infantil 4 e 5 anos				ORGANIZAÇÃO: Infantil 5 anos	
INTERAÇÕES E BRINCADEIRA			CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS		
Total de horas relógio semanais³			20 horas relógio (no mínimo)		

¹ De acordo com a LDBEN nº 9.394/96.


² Indicar a oferta de acordo com a faixa etária: Infantil 4 e 5 anos.

³ Serão ofertadas, no mínimo, 4 horas por dia.

Rio Bonito do Iguaçu, 03 de outubro de 2024.

Lucieli Vargas
Diretora
Port. 107/2023 -13/04/2023

Matriz Educação Infantil 4 e 5 Anos - Manhã (quando as turmas funcionam em uma mesma sala)

			CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA LAURA YAROSLAVA RODOWANSKI SCHMEING RUA JOANITA KRUGER, 144 – LOTEAMENTO DRABECKI RIO BONITO DO IGUAÇU – PR E-mail: apmf.donalaura.rbi@outlook.com		
NRE: 31 - Laranjeiras do Sul		MUNICÍPIO: 2234 - Rio Bonito do Iguaçu			
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 469 – C M E I Dona Laura Y Rodowanski Schmeing					
ENDEREÇO: Rua Joanita Kruger, 144 – Loteamento Drabecki, Rio Bonito do Iguaçu - CEP. 85.340-000					
FONE: (42) 3653-1122 Ramal:3137					
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal					
CURSO (nº do código): Educação Infantil 2002					
TURNO: Manhã e Tarde		C.H. TOTAL DO CURSO:800		DIAS LETIVOS ANUAIS: 200	
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2025			FORMA: Simultânea		
OFERTA ² : Infantil 4 e 5 anos				ORGANIZAÇÃO: Infantil 4 e 5 anos	
INTERAÇÕES E BRINCADEIRA			CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS		
Total de horas relógio semanais³			20 horas relógio (no mínimo)		

¹ De acordo com a LDBEN nº 9.394/96.


² Indicar a oferta de acordo com a faixa etária: Infantil 4 e 5 anos.

³ Serão ofertadas, no mínimo, 4 horas por dia.

Rio Bonito do Iguaçu, 03 de outubro de 2024.

Lucieli Vargas
Diretora
Port. 107/2023 -13/04/2023

Matriz Educação Infantil 4 Anos - Integral:

		<p align="center">CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA LAURA YAROSLAVA RODOWANSKI SCHMEING RUA JOANITA KRUGER, 144 – LOTEAMENTO DRABECKI RIO BONITO DO IGUAÇU – PR E-mail: apmf.donalaura.rbi@outlook.com</p>	
NRE: 31 - Laranjeiras do Sul		MUNICÍPIO: 2234 - Rio Bonito do Iguaçu	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 469 – C M E I Dona Laura Y Rodowanski Schmeing			
ENDEREÇO: Rua Joanita Kruger, 144 – Loteamento Drabecki, Rio Bonito do Iguaçu - CEP. 85.340-000			
FONE: (42) 3653-1122 Ramal:3137			
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal			
CURSO (nº do código): Educação Infantil 2003			
TURNO: Integral	C.H. TOTAL DO CURSO:1400 (no mínimo)	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200	
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2024		FORMA: Simultânea	
OFERTA ² : Infantil 4 e 5 anos		ORGANIZAÇÃO: Infantil 4 anos	
INTERAÇÕES E BRINCADEIRA		CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	
Total de horas relógio semanais³		35 horas relógio (no mínimo)	

¹ De acordo com a LDBEN nº 9.394/96.


² Indicar a oferta de acordo com a faixa etária: Infantil 4 e 5 anos.

³ Serão ofertadas, no mínimo, 7 horas por dia.

Rio Bonito do Iguaçu, 03 de outubro de 2024.

Lucieli Vargas
Diretora
Port. 107/2023 -13/04/2023

Matriz Educação Infantil 5 Anos - Integral:

		<p align="center">CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA LAURA YAROSLAVA RODOWANSKI SCHMEING RUA JOANITA KRUGER, 144 – LOTEAMENTO DRABECKI RIO BONITO DO IGUAÇU – PR E-mail: apmf.donalaura.rbi@outlook.com</p>	
NRE: 31 - Laranjeiras do Sul		MUNICÍPIO: 2234 - Rio Bonito do Iguaçu	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 469 – C M E I Dona Laura Y Rodowanski Schmeing			
ENDEREÇO: Rua Joanita Kruger, 144 – Loteamento Drabecki, Rio Bonito do Iguaçu - CEP. 85.340-000			
FONE: (42) 3653-1122 Ramal:3137			
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal			
CURSO (nº do código): Educação Infantil 2003			
TURNO: Integral		C.H. TOTAL DO CURSO:1400 (no mínimo)	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2024		FORMA: Simultânea	
OFERTA ² : Infantil 4 e 5 anos		ORGANIZAÇÃO: Infantil 5 anos	
INTERAÇÕES E BRINCADEIRA		CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	
Total de horas relógio semanais³		35 horas relógio (no mínimo)	

¹ De acordo com a LDBEN nº 9.394/96.


² Indicar a oferta de acordo com a faixa etária: Infantil 4 e 5 anos.

³ Serão ofertadas, no mínimo, 7 horas por dia.

Rio Bonito do Iguaçu, 03 de outubro de 2024.

Lucieli Vargas
Diretora
Port. 107/2023 -13/04/2023

Matriz Educação Infantil 4 e 5 Anos - Integral: Multiano (agrupadas na mesma sala).

		<p align="center">CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA LAURA YAROSLAVA RODOWANSKI SCHMEING RUA JOANITA KRUGER, 144 – LOTEAMENTO DRABECKI RIO BONITO DO IGUAÇU – PR E-mail: apmf.donalaura.rbi@outlook.com</p>	
NRE: 31 - Laranjeiras do Sul		MUNICÍPIO: 2234 - Rio Bonito do Iguaçu	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 469 - CMEI Dona Laura Y Rodowanski Schmeing			
ENDEREÇO: Rua Joanita Kruger, 144 – Loteamento Drabecki, Rio Bonito do Iguaçu - CEP. 85.340-000			
FONE: (42) 3653-1122 Ramal: 3137			
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal			
CURSO (nº do código): Educação Infantil – 2004 (Multianos)			
TURNO: Integral	C.H. TOTAL DO CURSO:1400 (no mínimo)	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200	
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2025		FORMA: Simultânea	
OFERTA ² : Infantil 4 e 5 anos		ORGANIZAÇÃO: Infantil 4 e 5 anos	
INTERAÇÕES E BRINCADEIRA		CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	
Total de horas relógio semanais³		35 horas relógio (no mínimo)	

¹ De acordo com a LDBEN nº 9.394/96.


² Indicar a oferta de acordo com a faixa etária: Infantil 4 e 5 anos.

³ Serão ofertadas, no mínimo, 7 horas por dia.

Rio Bonito do Iguaçu, 03 de outubro de 2024.

Lucieli Vargas
Diretora
Port. 107/2023 -13/04/2023

Matriz Educação Infantil Creche - 4 meses a 1 ano (Infantil 0 e Infantil 1)

		CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA LAURA YAROSLAVA RODOWANSKI SCHMEING RUA JOANITA KRUGER, 144 – LOTEAMENTO DRABECKI RIO BONITO DO IGUAÇU – PR E-mail: apmf.donalaura.rbi@outlook.com	
NRE: 31 - Laranjeiras do Sul		MUNICÍPIO: 2234 - Rio Bonito do Iguaçu	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 469 – C M E I Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing			
ENDEREÇO: Rua Joanita Kruger, 144 – Loteamento Drabecki, Rio Bonito do Iguaçu - CEP. 85.340-000			
FONE: (42) 3653-1122 Ramal:3137			
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal			
CURSO (nº do código): Educação Infantil – 2005			
TURNO: Manhã/Tarde/Integral	C.H. TOTAL DO CURSO: 800/1400 (no mínimo)	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200	
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2024		FORMA: Simultânea	
OFERTA ² : Infantil 0 meses a 1 ano		ORGANIZAÇÃO: Infantil 0 meses a 1 ano (Infantil 0 e infantil 1)	
INTERAÇÕES E BRINCADEIRA		CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	
Total de horas relógio semanais³		20 horas relógio (no mínimo) ou 35 horas relógio (no mínimo)	

¹ De acordo com a LDBEN nº 9.394/96.


² Indicar a oferta de acordo com a faixa etária: Infantil 4 e 5 anos.

³ Serão ofertadas, no mínimo, 4 hora, ou 7 horas relógio por dia.

Rio Bonito do Iguaçu, 03 de outubro de 2024.

Lucieli Vargas
Diretora
Port. 107/2023 -13/04/2023

Matriz Educação Infantil Creche –EDUC. INF. MULTIANO -4 meses a 1 ano (Infantil 0 e Infantil 1)

		<p align="center">CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA LAURA YAROSLAVA RODOWANSKI SCHMEING RUA JOANITA KRUGER, 144 – LOTEAMENTO DRABECKI RIO BONITO DO IGUAÇU – PR E-mail: apmf.donalaura.rbi@outlook.com</p>	
NRE: 31 - Laranjeiras do Sul		MUNICÍPIO: 2234 - Rio Bonito do Iguaçu	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 469 – C M E I Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing			
ENDEREÇO: Rua Joanita Kruger, 144 – Loteamento Drabecki, Rio Bonito do Iguaçu - CEP. 85.340-000			
FONE: (42) 3653-1122 Ramal:3137			
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal			
CURSO (nº do código): Educação Infantil – 2006 (Multianos)			
TURNO: Manhã/Tarde/Integral		C.H. TOTAL DO CURSO: 800/1400 (no mínimo)	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2024		FORMA: Simultânea	
OFERTA ² : Infantil 0 meses a 1 ano		ORGANIZAÇÃO: Infantil 0 meses a 1 ano – (Infantil 0 / infantil 1)	
INTERAÇÕES E BRINCADEIRA		CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	
Total de horas relógio semanais³		20 horas relógio (no mínimo) ou 35 horas relógio (no mínimo)	

¹ De acordo com a LDBEN nº 9.394/96.


² Indicar a oferta de acordo com a faixa etária: Infantil 4 e 5 anos.

³ Serão ofertadas, no mínimo, 4 hora, ou 7 horas relógio por dia.

Rio Bonito do Iguaçu, 03 de outubro de 2024.

Lucieli Vargas
Diretora
Port. 107/2023 -13/04/2023

Matriz Educação Infantil Creche – Educ. Infantil 2 e 3 ano (infantil 2 e infantil 3)

		CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA LAURA YAROSLAVA RODOWANSKI SCHMEING RUA JOANITA KRUGER, 144 – LOTEAMENTO DRABECKI RIO BONITO DO IGUAÇU – PR E-mail: apmf.donalaura.rbi@outlook.com	
NRE: 31 - Laranjeiras do Sul		MUNICÍPIO: 2234 - Rio Bonito do Iguaçu	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 469 – C M E I Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing			
ENDEREÇO: Rua Joanita Kruger, 144 – Loteamento Drabecki, Rio Bonito do Iguaçu - CEP. 85.340-000			
FONE: (42) 3653-1122 Ramal:3137			
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal			
CURSO (nº do código): Educação Infantil – 2007			
TURNO: Manhã/Tarde/Integral		C.H. TOTAL DO CURSO: 800/1400 (no mínimo)	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2024		FORMA: Simultânea	
OFERTA ² : Infantil 2anos a 3 anos		ORGANIZAÇÃO: Infantil 2 anos a 3 anos – (Infantil 2 / infantil 3)	
INTERAÇÕES E BRINCADEIRA		CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	
Total de horas relógio semanais³		20 horas relógio (no mínimo) ou 35 horas relógio (no mínimo)	

¹ De acordo com a LDBEN nº 9.394/96.


² Indicar a oferta de acordo com a faixa etária: Infantil 4 e 5 anos.

³ Serão ofertadas, no mínimo, 4 hora, ou 7 horas relógio por dia.

Rio Bonito do Iguaçu, 03 de outubro de 2024.

Lucieli Vargas
Diretora
Port. 107/2023 -13/04/2023

Matriz Educação Infantil Creche – Educ. Infantil 2 e 3 ano - MULTIANO (infantil 2 e infantil 3)

		<p align="center">CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA LAURA YAROSLAVA RODOWANSKI SCHMEING RUA JOANITA KRUGER, 144 – LOTEAMENTO DRABECKI RIO BONITO DO IGUAÇU – PR E-mail: apmf.donalaura.rbi@outlook.com</p>	
NRE: 31 - Laranjeiras do Sul		MUNICÍPIO: 2234 - Rio Bonito do Iguaçu	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 469 – C M E I Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing			
ENDEREÇO: Rua Joanita Kruger, 144 – Loteamento Drabecki, Rio Bonito do Iguaçu - CEP. 85.340-000			
FONE: (42) 3653-1122 Ramal:3137			
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal			
CURSO (nº do código): Educação Infantil – 2008 (Multianos)			
TURNO: Manhã/Tarde/Integral		C.H. TOTAL DO CURSO: 800/1400 (no mínimo)	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2025		FORMA: Simultânea	
OFERTA ² : Infantil 2 anos a 3 anos		ORGANIZAÇÃO: Infantil 2 anos a 3 anos – (Infantil 2 / infantil 3)	
INTERAÇÕES E BRINCADEIRA		CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	
Total de horas relógio semanais³		20 horas relógio (no mínimo) ou 35 horas relógio (no mínimo)	

¹ De acordo com a LDBEN nº 9.394/96.

² Indicar a oferta de acordo com a faixa etária: Infantil 4 e 5 anos.

³ Serão ofertadas, no mínimo, 4 hora, ou 7 horas relógio por dia.

Rio Bonito do Iguaçu, 03 de outubro de 2024.

Lucieli Vargas
Diretora
Port. 107/2023 -13/04/2023

4.9 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR PARA À EDUCAÇÃO INFANTIL

Apresentação

Este documento foi construído por profissionais da educação ligados às instituições de educação do município de Rio Bonito do Iguaçu sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação. Não pretende ser um documento acabado, pelo contrário, deve atender as necessidades de cada momento e estar em constante estudo e discussão para efetivar-se como instrumento norteador da ação pedagógica dos professores desta instituição de ensino. Para maior aprofundamento das ações pedagógicas acerca da organização da Educação Infantil na rede municipal de ensino, apresentado neste documento com o intuito de regulamentar os encaminhamentos do processo de ensino e aprendizagem nos CMEIS e escolas municipais.

Partindo desta premissa, consideramos que esta Proposta Pedagógica Curricular atende aos anseios dos professores e desejamos que como tal, possa contribuir para que o trabalho pedagógico do professor se efetive e seja realizado com êxito. Assim, com a ampla participação dos profissionais de educação que atuam na rede municipal de ensino, escrevemos e reformulamos o presente documento.

Introdução

O desafio na elaboração de uma proposta curricular para a Educação Infantil iniciou-se pela necessidade de situar a criança num tempo histórico, onde ao iniciar sua trajetória de vida, as crianças são conhecidas como sujeitos de direito em todas as dimensões humanas e sociais, direito a saúde, amor, aceitação e segurança, pois essas dimensões constituem-se em alicerce para suportar as fases posteriores de desenvolvimento. Visto desta forma a infância vai além da faixa etária de 0 a 6 anos e precisam ser preservados no âmbito das diferentes instituições sociais, família, escola e comunidade.

Assim sendo, surge uma nova concepção de instituição em ambiente de educação e cuidados, que sinaliza para a fundamental importância de que estes espaços, anteriormente direcionado somente aos cuidados para com a criança, atribuem-se também um papel educativo complementar junto às famílias, onde as ações que se complementam.

A Secretaria Municipal de Educação de Rio Bonito do Iguaçu, ao organizar a Proposta Pedagógica Curricular para a educação Infantil tem por objetivo, promover junto aos professores e a comunidade escolar, reflexões acerca da teoria e da prática em busca do aperfeiçoamento na qualidade do processo de ensino e aprendizagem nas escolas e Centros de Educação Infantil. Com implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC as demandas educacionais ampliaram-se e mais do que uma determinação legal de direito das crianças fazer valer a garantia da educação destas no espaço escolar. Partindo desta ideia, a educação, por sua vez, configura-se neste documento, um aspecto cultural entendido como, “por um lado, a transformação que o homem opera sobre o meio e, por outro, os resultados dessa transformação” (SAVIANI 1991 p.40). Transformação possível de perceber por meio do trabalho humano, visto que pela ação exercida sobre a natureza

promove transformação, transformação esta que, configura o mundo humano, o mundo da cultura. Diante do desafio de elaborar um documento que orientasse o trabalho pedagógico nas instituições adequado ao tempo histórico vivido pela sociedade atual, a SMECE organizou etapas para a elaboração deste documento, fundamentado em uma perspectiva de construção coletiva e participativa. Sua elaboração teve início em 2015 quando foi disponibilizado a todos os professores materiais para leituras e estudos sobre a organização da Educação Infantil, sendo que no início do ano de 2019 os estudos continuaram com maiores debates e aprofundamentos.

É importante mencionar que esta Proposta Pedagógica Curricular é sempre o resultado de um momento inicial de estudo coletivo acerca dos passos que a educação desta instituição junto a sua mantenedora e que não é um material pronto e acabado, mas que está adequado a este momento histórico e que precisará ser revisto e aprimorado constantemente, a fim de acompanhar a sociedade que segue em constantes mudanças rumo ao progresso.

Pressupostos filosóficos, psicológicos, pedagógicos e legais

Neste documento são apresentados os pressupostos filosóficos, psicológicos, pedagógicos e legais. Os filosóficos dizem respeito à concepção de homem, de sociedade e à compreensão de educação, e são eles que definem a direção dos demais fundamentos; os psicológicos explicitam uma concepção de desenvolvimento humano e de aprendizagem; os pedagógicos dizem respeito ao método, às metodologias, aos conteúdos e às práticas escolares, ou seja, expressam o modo de pensar o fazer da educação para consolidar os pressupostos filosóficos. Os pressupostos legais referem-se às bases presentes na legislação educacional, que dão sustentação legal à operacionalização da proposta curricular, os quais estão apresentados na parte conceitual da Proposta Pedagógica desta instituição de ensino.

A Educação Infantil

A LDB 9394/96 afirma que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de pesquisa, nos movimentos e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, porém o sistema de ensino define e orienta com base em critérios pedagógicos, sem eliminar a articulação com as áreas da Saúde e da Assistência os elementos necessários ao desenvolvimento pleno das crianças.

Nesse contexto, o Parecer 20 (2009) do CNE apresenta que:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades.

Assim as propostas pedagógicas Curriculares da Educação Infantil, orientadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), estabelecidas pela Resolução nº 5/2009 – CNE/CEB, enfatiza responsabilidades frente ao combate ao racismo, às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas, bem como o compromisso com a construção de identidade, enquanto direito fundamental da criança, respeito as identidades das comunidades indígenas e à sua cultura, com as devidas responsabilidades administrativas e pedagógicas de previsão de oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais das comunidades quando as especificidades.

4.9.1 Eixos Estruturantes

Cabe ainda destacar, que os direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos pela BNCC indica ter como seus eixos norteadores as Interações e a Brincadeira, pois são “experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações, com seus pares e com os adultos, possibilitando aprendizagens, desenvolvimento e socialização” (BRASIL, 2017, p.35). Outra característica presente no organizador curricular é a inclusão de “saberes e conhecimentos” como elementos que, associados aos campos de experiências, aglutinam uma série de objetivos próximos e marcam a intencionalidade das práticas docentes que oportunizam a construção de “sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”. (BRASIL, 2009, p. 1).

4.9.1.1 Interações

Sabe-se que o sujeito se desenvolve na e pelas interações sociais a partir das relações que estabelece com o outro e com o meio em que vive. A interação com diversos sujeitos desde o seu nascimento é fundamental para que a criança atribua significados ao mundo e a si mesma, constituindo-se como um ser histórico e singular.

Ao ingressar na educação infantil as crianças ampliam seus contatos sociais e culturais, sendo mediadas, por seus pares e pelo professor que busca organizar situações que possibilite enriquecer seus repertórios de aprendizagens. Para tanto é necessário organizar espaços e tempos para interações com os objetos, com a natureza, com o conhecimento, enfim, com a cultura.

A educação infantil é ambiente privilegiado de trocas e experiências das crianças possibilitando novas situações de interação. Sendo assim, é essencial que os espaços sejam agradáveis, provocadores, que intensifiquem e ampliem as possibilidades das crianças de cuidar e ser cuidada, de se expressar, por meio de diferentes linguagens, de brincar, imaginar, fantasiar e conviver com seus pares e com os adultos.

Assim considera-se que os direitos, os objetivos apresentam estreitos laços com os princípios éticos, pois se relacionam com as ações e as relações estabelecidas com e entre as crianças, com e entre os adultos das unidades de Educação Infantil e também com os familiares, com experiências e vivências de responsabilidade, solidariedade e respeito. Neste sentido, é preciso intencionalidade na

organização do trabalho pedagógico, partindo de saberes e conhecimentos que garantam a participação e expressão das crianças, de modo a promover a sua autonomia.

Dessa forma, é preciso planejar e organizar espaços, pois ele se configura em um elemento fundamental na educação e cuidado de crianças pequenas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. (DCNEIs, 2009), colocam que:

I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;

V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

X - promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

XII - possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

4.9.1.2 Brincadeiras

Através da brincadeira é possível descobrir, os limites do corpo, afinar a afetividade e lidar com sentimentos como alegrias e frustrações. Quanto mais objetos brinquedos e objetos do cotidiano estiverem acessíveis para ampliar a brincadeira maior será a possibilidade de criar. Assim, a brincadeira deve ser pensada, discutida e valorizada, na prática pedagógica na educação infantil, como linguagem e produção cultural da criança.

Diante do exposto, é fundamental que o/a professor/a planeje intencionalmente a organização do tempo, do espaço, dos brinquedos e outros materiais, de forma a oportunizar uma maior interação entre as crianças, para provocar a fantasia e a imaginação e ampliar o repertório de brincadeiras das mesmas.

Alguns modos de atuação do professor que podem contribuir para ampliar o brincar infantil, dos quais destaca-se:

Organizar tempos espaços e materiais para que o brincar se constitua numa atividade significativa, diversificada e provocadora de imaginação e da fantasia;

Organizar espaços e tempos para que os bebês brinquem com crianças de diferentes idades e com os professores;

Participar das brincadeiras organizadas pelas crianças observando atentamente auxiliando-as sempre que houver necessidade;

Possibilitar o acesso das crianças permanentemente à brinquedos e materiais diversos tais como músicas, filmes, repertórios artísticos e culturais variados, com a intenção de ampliar seus repertórios lúdicos, culturais, imaginários, os quais alimentarão seus repertórios de brincadeiras;

Valorizar os modos como as crianças organizam os brinquedos, materiais, objetos, espaços e considerá-los nos arranjos dos espaços de modo que permitam a elas escolherem, experimentarem e estruturarem suas brincadeiras, mesmo sem a presença direta dos adultos;

Respeitar o tempo necessário à produção e organização das brincadeiras das crianças. Em caso de interrupção da brincadeira, assegurar às crianças sua retomada e continuidade, procurando manter e respeitar a organização dos espaços realizados pelas crianças;

Garantir, às crianças com necessidades especiais, a acessibilidade a espaços, materiais, objetos, brinquedos, de modo a permitir sua condição de sujeitos ativos e a ampliar suas possibilidades de ação nas brincadeiras;

Observar e registrar as experiências de faz de conta das crianças e sempre que possível, compartilhar com elas e suas famílias os registros das explorações, descobertas e brincadeiras das crianças;

Ter uma postura que evidencie valorização, interesse e respeito pelas experiências lúdicas e brincadeiras das crianças, considerando que a Lei brasileira 8.069/90, considera a brincadeira como um direito essencial à vida da criança, enquanto que as teorias psicológicas apontam as contribuições de atividades lúdicas no desenvolvimento infantil. Assim o Currículo da Educação Infantil de ser concebido como:

Um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009, p.1)

4.9.1.3 Direitos de Aprendizagem

No que tange à organização da Educação Infantil, cabe, ainda, destacar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos pela já indicada Resolução CNE/CP nº 2/ 2017, quais sejam os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, os quais estarão devidamente situados no campo da proposta pedagógica específica à educação infantil, reforçadas pela Deliberação CEE/CP nº 03/18, APROVADO EM 22/11/18. A saber, direito de:

1. CONVIVER democraticamente, com outras crianças e adultos, com eles interagir utilizando diferentes linguagens, ampliar o conhecimento, o respeito em relação à natureza, à cultura, às singularidades e às diferenças entre as pessoas. Conviver em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, promovendo o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas, segundo o que expressa em (BRASIL, 2017, p.36).

2. BRINCAR cotidianamente de diversas formas e com diferentes parceiros, interagindo com as culturas infantis, construindo conhecimentos e desenvolvendo sua imaginação, sua criatividade, suas capacidades emocionais, motoras, cognitivas e relacionais.

3. PARTICIPAR, com protagonismo, tanto no planejamento como na realização das atividades recorrentes da vida cotidiana, na escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo linguagens e elaborando conhecimentos.

4. EXPLORAR, movimentos, gestos, sons, palavras, histórias, objetos, elementos da natureza e do ambiente urbano e do campo, interagindo com diferentes grupos e ampliando seus saberes e linguagens.

5. EXPRESSAR com diferentes linguagens, opiniões, sentimentos e desejos, pedidos de ajuda, narrativas de experiências, registros de vivências e de conhecimentos, ao mesmo tempo em que aprende a compreender o que os outros lhe comunicam.

6. CONHECER-SE construído sua identidade pessoal e cultural, bem como uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento nas diversas interações e brincadeiras vivenciadas na instituição de Educação Infantil, por meio de diversas experiências de cuidados e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Os direitos de aprendizagem articulam condições, qualificam as experiências do conviver, do brincar, do expressar, do conhecer-se, do explorar e do participar imprimindo exigências ao trabalho a ser desenvolvido nas instituições escolares, fator que diferencia essas experiências daquelas que ocorrem livremente em outros tempos e espaços. Os direitos de conhecer-se e de conviver relacionam-se aos princípios éticos, já os direitos de se expressar e de participar partem dos princípios políticos, enquanto que os direitos de brincar e de explorar contemplam os princípios estéticos.

No que tange aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a legislação é clara ao definir que os objetivos dessa etapa do desenvolvimento apresentam como requisitos:

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, confiante em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- Desenvolver a imaginação, a curiosidade e a capacidade de expressão;
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca entre adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima

e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;

- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista, interagindo com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente, valorizando atitudes que contribuem para sua conservação;
- Expressar emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- Brincar e movimentar-se em espaços amplos;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- Conhecer algumas manifestações culturais, de interesse, respeito e participação, valorizando a diversidade; ampliando assim permanentemente os conhecimentos sobre natureza e a cultura.

Assim considera-se que os direitos, os objetivos apresentam estreitos laços com os princípios éticos, pois relacionam-se com as ações e as relações estabelecidas com e entre as crianças, com e entre os adultos das unidades de Educação Infantil e também com os familiares, com experiências e vivências de responsabilidade, solidariedade e respeito. Neste sentido, é preciso intencionalidade na organização do trabalho pedagógico, partindo de saberes e conhecimentos que garantam a participação e expressão das crianças, de modo a promover a sua autonomia.

4.9.1.4 Campos de Experiências

O entrelaçamento entre direitos de aprendizagem, princípios, objetivos e os campos de experiências norteadores do trabalho na Educação Infantil, são desafios a serem enfrentados tanto na sistematização curricular, quanto em sua implementação em sala de aula, uma vez que no texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), se efetivou cinco campos de experiências sendo:

O eu, o outro e o nós;

Corpo, gestos e movimentos;

Traços, sons, cores e formas;

Escuta, fala, pensamento e imaginação; e

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Assim os campos de experiências da BNCC estão referendados no Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, os quais foram assumidos neste currículo, com finalidade principal direcionar o professor na organização do trabalho pedagógico em sala de aula.

Os campos de experiências incluem determinadas práticas sociais e culturais de uma comunidade e as múltiplas linguagens simbólicas que nelas estão presentes. Constituem-se forma de organização

curricular adequada da educação da criança de até 6 anos de idade, quando certos conhecimentos, trabalhados de modo interativo e lúdico, promovem a apropriação por elas de conteúdos relevantes.

A experiência é uma vivência, que produz uma impressão emocional interior; experiência como ação construída com relação ao mundo, num movimento que só é compreendido em pleno voo. (CONTRERAS, 2013).

Assim, ao proceder a leitura dos Campos de Experiências há que considerar a idade de 0 a 5 anos 11 meses e 29 dias e os Saberes e Conhecimentos, bem como os objetivos de aprendizagem e Desenvolvimento que integram o trabalho pedagógico, considerando sua abrangência e grau de aprofundamento.

Quanto às idades apresentadas na BNCC indicam como sendo etapas de bebês de zero a um ano e seis meses baseada a aprendizagem na comunicação emocional; crianças bem pequenas de um ano e sete meses a três anos, cuja forma de aprendizagem ocorre por meio de objeto manipulatório e; crianças pequenas de quatro e cinco anos por meio de jogos de papéis (brincadeiras/ludicidade/imaginação/ participação no mundo do adulto).

4.9.1.4.1 O eu, o outro e o nós

As crianças vão se constituindo como alguém com um modo próprio de agir, de sentir e de pensar na interação com outras crianças e adultos. Conforme vivem suas primeiras experiências na coletividade, elaboram perguntas sobre si e os demais, aprendendo a se perceberem e a se colocarem no ponto de vista do outro, a se oporem ou concordarem com seus pares, entendendo os sentimentos, os motivos, as ideias e o cotidiano dos demais parceiros. Conhecer outros grupos sociais, outros modos de vida, por meio de narrativas e de contatos com outras culturas, amplia o modo de perceber o outro e desfaz estereótipos e preconceitos.

Se refere aos saberes e conhecimentos de si mesmo, (sua identidade e autonomia), conhecimento do mundo a sua volta, convívio social e contato com diversas culturas solidarizando-se com os outros. A construção da identidade e da autonomia é um aspecto importante no desenvolvimento infantil e encontra-se diretamente ligada à socialização, o que implica em sentimentos de bem-estar e de segurança.

Ao mesmo tempo em que participam das relações sociais e dos cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado.

De acordo com o Parecer (CNE/CEB nº 20/2009) o conhecimento das crianças em relação ao mundo social, devem proporcionar o incentivo da criança para ter a disposição de observar, ter curiosidade e atitude, investigativa em relação a si mesmo e ao mundo, característica estas que podem ser observadas nas crianças desde os primeiros anos de vida.

O trabalho a ser realizado dentro do eixo Eu, o Outro e Nós, deve reunir de forma integrada temas relacionados ao mundo social vivenciado pelas crianças, construindo a estes “[...] sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que vão se construindo como sujeito se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar”. (PARECER, CNE/CEB, 20/2009). Assim, faz-se necessário respeitar as especificidades das fontes, abordagens e enfoques advindos dos

diferentes campos das Ciências Humanas os quais colaboram com a construção de conhecimentos sobre a diversidade de realidades sociais, culturais, geográficas e históricas, sem que haja a difusão de estereótipos culturais. Diante disso é necessário que as crianças tenham contato com diferentes elementos e acontecimentos do mundo, que sejam incentivadas por questões significativas para observá-los e compará-los, que tenham acesso a modos diferentes de compreendê-los e representá-los. O Parecer do CNE/CEB, (2009) destaca que:

A valorização da diversidade das culturas das diferentes crianças e de suas famílias, por meio de brinquedos, imagens e narrativas que promovam a construção por elas de uma relação positiva com seus grupos de pertencimento, deve orientar as práticas criadas na Educação Infantil ampliando o olhar das crianças desde cedo para a contribuição de diferentes povos e culturas. Na formação de pequenos cidadãos comprometida com uma visão plural de mundo, é necessário criar condições para o estabelecimento de uma relação positiva e uma apropriação das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América, reconhecendo, valorizando, respeitando e possibilitando o contato das crianças com as histórias e as culturas desses povos. (PARECER CNE/CEB,20/2009).

Conhecimentos sociais e culturais difundidos por povos de diversos lugares e de épocas variadas, presente e passado, apresentam diferentes respostas para as perguntas sobre o mundo social, os quais servem de referências para a percepção do mundo que nos cerca.

O conhecimento científico socialmente construído e acumulado historicamente se difere das outras formas de explicação e representação do mundo, visto que apresenta um modo particular de produção de conhecimento de muita importância para o mundo atual.

As ações educativas e práticas cotidianas devem considerar que os modos como a cultura medeia as formas de relação da criança consigo mesma são constitutivos dos seus processos de construção de identidade. A perspectiva que acentua o atendimento aos direitos fundamentais da criança, compreendidos na sua multiplicidade e integralidade, entende que o direito de ter acesso a processos de construção de conhecimento como requisito para formação humana, participação social e cidadania das crianças de zero a cinco anos de idade, efetua-se na inter-relação das diferentes práticas cotidianas que ocorrem no interior das creches e pré-escolas e em relação a crianças concretas, contemplando as especificidades desse processo nas diferentes idades e em relação à diversidade cultural e étnico-racial e às crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Piaget (1994) comenta que enquanto a criança não dissociar o seu eu do mundo físico e social ela não irá cooperar, porque para tornar-se consciente de si, precisará libertar-se da coação exercida pelo adulto desde o seu nascimento, ou seja, o desenvolvimento da sua autonomia a levará a uma condição de cooperação, uma vez que, ao ser respeitada, ela aprende a respeitar e a cooperar com o outro.

Este é, portanto, um campo de experiências que exige a manipulação, a exploração, a movimentação, o uso de elementos da cultura de diferentes grupos, de modo a contemplar a diversidade e contribuir para o enfrentamento de práticas de discriminação racial, de gênero ou mesmo

em decorrência da condição social das crianças e suas famílias. Implica, ainda, na necessidade de que o (a) professor (a) conheça a relação dos demais saberes dentro o próprio campo, em turmas anteriores e posteriores à qual está desenvolvendo o trabalho.

Este é um campo que dialoga com saberes de outros campos, pois, sobretudo no berçário, a comunicação visual, gestual, emocional e o diálogo promovido pelo (a) professor (a) são elementos constituintes dos saberes e conhecimentos dos campos de experiências Corpo, Gestos e Movimentos, bem como Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação. Assim, à medida que interage, que brinca, que vivência, que participa de situações diversas mediadas pela interação dialógica com o (a) professor (a), o qual tem por responsabilidade interpretar e, portanto, significar e atribuir sentidos às diversas experiências, a criança-aluno vai sendo inserida em um universo de experiências sociais e culturais que lhe permite se apropriar, gradativamente, do universo simbólico que a rodeia.

Desta forma, optou-se neste documento por apresentar os incisos correspondentes a cada campo de experiência, para que possibilite a relação da DCNEIs (2009) com os objetivos de aprendizagens definidos pela BNCC e ainda, os objetivos de aprendizagem construídos no Estado do Paraná a qual norteia o trabalho nesta instituição de educação e promovam experiências que:

I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança; [...];

V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade; [...]

XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras

Link de acesso ao Campo de Experiência:

<http://www.referencialcurricularoparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo>

4.9.1.4.2 Corpo, Gestos e Movimentos

O corpo, no contato com o mundo, é essencial na construção de sentidos pelas crianças, inclusive para as que possuem algum tipo de deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. Por meio do tato, do gesto, do deslocamento, do jogo, da marcha, dos saltos, as crianças expressam-se, percebem, interagem, emocionam-se, reconhecem sensações, brincam, habitam espaços e neles se localizam, construindo conhecimento de si e do mundo.

Esse campo das experiências reúne aprendizagens relativas ao corpo. Considera-se que a motricidade e a expressividade da criança são suas formas primordiais de ligação com o mundo e de construção de significações. Essas significações são criadas pela criança, desde o nascimento, graças

à maturação do seu sistema nervoso, que permite a realização de tarefas variadas com diferentes parceiros em situações cotidianas.

O descobrimento do corpo na educação infantil se justifica pela necessidade de enfatizar, a partir de observações, a necessidade da criança de conhecer as funções de seu corpo e estabelecer relações de movimento que pertencem ao indivíduo em sua totalidade, revelando sentimentos, emoções, experiências vivenciadas por ela assim como a importância de criar hábitos e atitudes integradas ao corpo, possibilitando a construção da personalidade e da identidade; em outras palavras, se redescobrir.

O foco principal deste trabalho se volta para o desenvolvimento da descoberta do corpo, no âmbito de investigação da consciência corporal, com o propósito de refletir sobre esse nível de complexidade envolvido no descobrimento do corpo durante a Educação Infantil.

Percebe-se que existe um grande número de crianças com dificuldade para perceber sua identidade corporal e que, além disso, as famílias e muitas vezes as escolas não se preocupam ou não estão preparadas para ensinar ou proporcionar um desenvolvimento corporal satisfatório.

A questão do corpo atravessou séculos e mantém-se ainda hoje como uma das mais importantes discussões diante das atividades corporais, da consciência do próprio corpo, e de suas mobilizações; associada à educação, proporciona o controle e domínio dos movimentos mais complexos.

Uma educação bem conduzida é determinante para o desenvolvimento psíquico, intelectual e psicomotor do aluno. É condição fundamental para a educação e incentiva a propor um conteúdo estruturado e adaptado para a sua aplicação. A motricidade se desenvolve por meio da manipulação de objetos de diferentes formas, cores, volumes, pesos e texturas. Quando ajusta sua postura ao lidar com esses objetos para realizar determinada ação – encaixar objetos, puxá-los, empurrá-los, jogá-los mais distante etc., a criança utiliza complexos mecanismos para orientar o tronco e as mãos e trabalha diversos segmentos corporais com contrações musculares de diferentes intensidades. Seu desenvolvimento global é promovido à medida que ela se locomove, expressa-se por meio de gestos, posturas e vocalizações, e também pela forma como essas ações infantis são ampliadas nas interações que ela estabelece com diferentes parceiros.

As crianças se movimentam desde a vida intrauterina, exploram o ambiente e adquirem, cada vez mais, o domínio de seu próprio mundo. Elas vão gradativamente aumentando as possibilidades de amplitude de seu corpo em interação com o mundo a sua volta.

O movimento é muito mais que simplesmente mexer partes do corpo ou deslocar-se no espaço, visto que a criança o utiliza para expressar-se, bem como agir de maneira cada vez mais independente sobre o mundo à sua volta, desenvolvendo a sua autonomia. Constitui-se em uma linguagem que permite à criança crescer nessa interação - meio físico e social - ao brincar, jogar e dançar; enfim, criando e imitando ritmos, a criança está se apoderando da cultura corporal da sociedade que se encontra inserida.

A comunicação entre os corpos que se relacionam e o mundo, por sua vez, propicia o diálogo em que interpretações e respostas são expressas por meio do “se movimentar” desses corpos, constituindo novos significados. De acordo com o Referencial Curricular do Paraná, (2018, p. 49)

“diferentes linguagens são manifestadas por meio do corpo, onde a criança revela sua compreensão de mundo, sentimentos, necessidades”. Muitas crianças têm receio em interagir nas atividades com colegas do sexo oposto e, ao iniciar as atividades, geralmente se encontram grupos de meninos brincando separados das meninas. Isso se torna explícito no “se movimentar” das crianças que, por meio da atividade de movimento, manifestam seus sentidos/significados em relação à atividade

O movimento infantil está presente em toda a manifestação da criança, mesmo quando está quieta, parada, ela comunicando-se com o mundo. Diante disso, é imprescindível que ela possa vivenciar a sua mobilidade, desfrutando da sua linguagem corporal e capacidade motora através de brincadeiras, jogos, danças, atividades esportivas, demonstrações de afeto, reproduções e imitações comportamentais, etc.

A criança se expressa e se comunica com o mundo, primeiramente, por meio do seu próprio corpo. É por meio da imitação, da mímica, da interação e expressão do seu corpo em movimento que ela interage com o outro.

Para a motricidade da criança, a aquisição da capacidade de andar representa uma grande conquista; o andar propicia grande independência pois ela passa a explorar e a pesquisar o mundo a sua volta com mais liberdade e amplitude.

As brincadeiras que se encontram presentes no universo infantil e que variam de uma cultura para outra apresentam-se como oportunidades privilegiadas para desenvolver habilidades no plano motor como pular amarelinha, soltar pipa, jogar bola, atirar com estilingue etc.

O movimento faz parte do brincar das crianças. Um brincar que vai revelando e construindo as suas identidades culturais e corpóreas. Com o corpo a criança estabelece contato com o que está ao seu redor. Sendo assim, para descobrir o mundo que a envolve, ela mexe, arrasta, rola, engatinha, anda, corre, dança, canta, gira, salta, etc. Este é o movimento. de busca, de encontros, desencontros e descobertas.

Ao longo da história, a música, o teatro, as brincadeiras, as danças, os jogos e outras práticas foram introduzidos em instituições educativas, como forma de controle e a disciplina das crianças. Crianças sentadas, filas para entrar e sair, hora para beber água ou ir ao banheiro. Separação entre corpo e mente e entre razão e emoção. Produziu-se assim, uma relação em que o corpo e sua expressividade foram totalmente desconsiderados como fonte de prazer, cultura e aprendizagem.

A música, a dança, o teatro, são linguagens que precisam ser apropriadas pela Educação Infantil em sua potencialidade para expressão do corpo, dos movimentos e dos gestos das crianças. Algumas vezes, a música, por exemplo, é utilizada no cotidiano da educação para controle do corpo como sentar, ficar em silêncio ou lavar as mãos e comer o lanche. Brito (2003, p. 28) apresenta que “[...] a Música é linguagem, é expressão, é sentimento que reflete a consciência, o modo de perceber, pensar e sentir dos indivíduos, da comunidade, das culturas e das religiões em seu processo sócio-histórico.” Assim as músicas, a dança, o teatro e outras manifestações culturais constituem-se em ricas formas de experimentação do mundo, de compartilhamento corporal de conhecimentos, memórias e valores. Ao reconhecer as danças, as músicas, o gesto, enfim o “movimentar-se humano” conforme apresenta o mesmo autor, é promotora de construções sociais, dessa forma incluí-las de modo intencional no cotidiano da escola torna-se uma necessidade, porém é preciso, critérios na escolha do

repertório, pois algumas danças e músicas que entram nas creches, pré-escolas, por vezes, têm um apelo erótico e estimulam o consumo.

A educação infantil como espaço de ampliação de repertório cultural e da criação da autoria infantil, precisa refletir, questionar práticas pedagógicas que muito pouco oferece às crianças.

O espaço da instituição coletiva de educação precisa ser um local de valorização e conhecimento de danças, ritmos e outras formas de expressão que estão presentes nas diferentes regiões de nosso país e que, muitas vezes, são esquecidas e desvalorizadas, associado ao movimento infantil encontra-se a linguagem musical, presente em todas as culturas, nas mais diversas situações, integrando aspectos lúdicos, afetivos, estéticos e cognitivos e contemplando aspectos motores através das danças ou rituais.

Ao longo da história, a música, o teatro, as brincadeiras, as danças, os jogos e outras práticas foram introduzidos em instituições educativas, como forma de controle e a disciplina das crianças. Crianças sentadas, filas para entrar e sair, hora para beber água ou ir ao banheiro. Separação entre corpo e mente e entre razão e emoção. Produziu-se assim, uma relação em que o corpo e sua expressividade foram totalmente desconsiderados como fonte de prazer, cultura e aprendizagem.

É evidente, portanto, a importância da exploração de espaços para a prática de movimento, nos quais a criança estabelece diferentes sentidos/significados para suas ações. Esses espaços precisam possibilitar a exploração de movimentos de lançamento de preensão, de deslocamento, de atividades de orientação espacial por meio do percorrer trajetos, por exemplo, com a intencionalidade de promover a progressiva autonomia nos movimentos e a autoconfiança em relação ao movimentar-se pelos espaços, experienciando-se. Nesse campo, integram-se muitos conceitos essenciais às aprendizagens que se fortalecerão com as demais experiências advindas dos outros campos de saberes, dentre eles Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações e Traços, Sons, Cores e Formas, tendo o corpo como referência em diferentes espaços e contextos.

Link de acesso ao Campo de Experiência:

<http://www.referencialcurriculardoparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo>

4.9.1.4.3 Traços, Sons, Cores e Formas

É o campo que se refere aos saberes e conhecimentos, bem como a expressão por meio das diferentes linguagens (visual, musical, cênica) das manifestações artísticas e culturais e de recursos tecnológicos, favorecendo o desenvolvimento do senso estético e crítico, da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal. As crianças constituem sua identidade pessoal e social nas interações com diversos atores sociais, aprendendo a se expressar por meio de múltiplas linguagens no contato com manifestações culturais locais e de outros países. Daí ser importante que, desde bebês, as crianças tenham oportunidades de explorar diferentes materiais, recursos tecnológicos e de multimídia, realizando suas produções com gestos, sons, traços, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, de modo singular, inventivo e prazeroso, desenvolvendo sua sensibilidade.

Torna-se necessário que as instituições de educação infantil disponham de um espaço inicial e deflagrador para o desenvolvimento das diferentes linguagens expressivas, tendo em vista que as crianças pequenas iniciam o conhecimento sobre o mundo por meio dos cinco sentidos (visão, tato, olfato, audição, gustação), do movimento, da curiosidade em relação ao que está a sua volta. Assim, o desenvolvimento dos sentidos é um fator fundamental para o trabalho com as linguagens expressivas, sendo necessário iniciá-lo no trabalho realizado no berçário, em situações em que os professores explorem a curiosidade dos bebês em relação ao mundo físico à sua volta. É a partir desse período que eles iniciam o conhecimento de que existem diferentes texturas, formas, cores, linhas, consistências, volumes, tamanhos e pesos, conhecimento que vai se constituindo por intermédio da manipulação de diversos materiais, da exploração dos ambientes, do movimento e do contato orientado com recursos pedagógicos diversos.

Reconhecer a expressão e criação das crianças é compreender a importância da autoria em seu processo criador. No entanto, pintar, desenhar, colar, esculpir, modelar, construir não é um dom ou um talento que recebemos ao nascer, mas são atividades que exigem conhecimentos da ordem sensível e inteligível. Para que as crianças produzam nas linguagens da arte é preciso que elas tenham experiências significativas com ela.

Dessa forma, torna-se necessário que a educação infantil seja um espaço que considere, incentive, cultive e expanda as produções culturais locais e globais música. Ouvir diferentes estilos musicais, observar quadros de diversos pintores, ouvir e recitar poesias, brincar com os instrumentos e materialidades da linguagem artística- cultural, são práticas que ampliam o repertório das crianças, tornando-as capazes de apreciar, cada vez mais e melhor, as diferentes manifestações artísticas. É preciso lembrar, que é nas relações que as crianças estabelecem com as materialidades e com as *linguagens plásticas* (desenho, pintura, escultura, colagem, construção) que o processo expressivo e criativo se constitui. Nesse percurso, uma mediação comprometida, ética e sensível dos adultos é fundamental!

Sabemos que é função do professor que trabalha na educação infantil, ampliar as experiências estéticas, os repertórios artístico-culturais, e as vivências lúdicas das crianças.

Quando o (a) professor (a) se interessa por experiências estéticas, ele amplia seus próprios repertórios e conseqüentemente constrói subsídios para mediar seu trabalho junto aos pequenos. Ninguém pode dar ao outro aquilo que não tem ou que não conhece. Por isso é preciso abrir-se ao novo, à escuta, ao olhar e aos movimentos sensíveis.

A organização de situações no cotidiano da educação infantil, com excessivo direcionamento do adulto, pode limitar as possibilidades do exercício da autonomia e criatividade da criança. Por exemplo, quando todos cantam a mesma música e fazem os mesmos gestos ensinados pelo adulto, quando todos colorem os desenhos mimeografados, quando os bebês pintam com tinta e os adultos direcionam sua produção para apenas carimbos de mãos e dedos. Para a ampliação das linguagens da arte, é preciso que as crianças tenham possibilidade de criar e construir seus percursos de autoria e criação.

Traços

Os traços ou desenho da criança é uma narrativa visual. Quando desenha, ela estabelece relações com suas memórias sensações, experiências em diálogo contínuo com sua imaginação. Cada desenho é único, singular e por isso possui valor em si mesmo. Diante disso cabe questionarmos: Que sentidos são atribuídos aos desenhos das crianças na Educação Infantil? Quais os materiais e em que tempos-espacos as crianças desenharam? Que tipo de vivências com desenho tem sido priorizada na Educação Infantil? Com que finalidade vêm sendo empregadas?

As crianças nos primeiros anos de vida observam suas manipulações, imprimem traços e marcas no papel. Seus rabiscos e pinturas são produzidos pelo prazer do encontro com o novo, com a novidade de experimentar materiais pelas primeiras vezes. Um pouco mais tarde, as crianças percebem que o desenho pode ser uma forma de representação. Marcas que elas deixam a partir de sua relação com o mundo, em diálogo permanente com seu imaginário artístico, que desde cedo sofrem influências da cultura. Mesmo assim, é possível identificar espontaneidade e autonomia na exploração e no fazer artístico das crianças, pois, seus trabalhos revelam o local e a época histórica em que vivem, suas oportunidades de aprendizagem, suas ideias ou representações sobre o trabalho artístico que realizam e a produção de arte à qual têm acesso, assim como seu potencial para refletir sobre ela.

Cores/ imagens

As cores nas artes visuais devem ser concebidas como uma linguagem que tem características próprias no âmbito prático e reflexivo cuja aprendizagem se dá através dos seguintes aspectos: fazer artístico, apreciação e reflexão.

Antes de saber representar graficamente o mundo visual, a criança necessita associar, identificar e reconhecer diferentes objetos e funções. Para isso, ela precisa vivenciar, apreciar e aprender ludicamente o que a arte lhe proporciona em termos de desenvolvimento global.

Segundo Rangel e Cunha (2007, p.116) “as imagens ajudam a construir um repertório de imagens mentais.” A imagem, portanto, torna-se uma importante ferramenta pedagógica no processo de significação do meio social, ajudando não somente as crianças a visualizar o que não se pode trazer para a sala de aula, mas também criar um maior acervo visual de representações, a partir das interações feitas com a imagem, sejam elas artísticas, realistas ou simbólicas, vindas da ciência ou demais áreas do conhecimento.

Para Vygotsky (2005) a criança nasce em um universo cultural e aos poucos ela vai incorporando aspectos desta cultura e da sua realidade, portanto a criança sente a necessidade de representar seu mundo e criar símbolos (imagens mentais), para os conhecimentos que já “internalizou” (VYGOTSKY, 2005).

A imagem invade a Educação no Brasil, porém não é aproveitada de maneira significativa deixando de lado todo o seu potencial informativo e comunicativo. Em muitos livros didáticos as imagens aparecem como meras decorações, acabando com a sua função Pedagógica de acordo com Bouro (2002), porém podem ser ótimas ferramentas pedagógicas se forem utilizadas de maneira adequada e exploradas de modo a não causar falsas percepções sobre a realidade. Afinal não se pode esquecer que a imagem é o mundo real dentro de um quadro, que não necessariamente é idêntico à realidade.

Para realizar o trabalho nesse campo algumas sugestões estão apresentadas:

- Disponibilizar diversos suportes materiais para as produções das crianças; oportunizando desenhos, pinturas, colagens em suportes pequenos (como caixinhas de fósforo) ou grandes (como muros, chão);
- Explorar a transparência com vidros, plásticos, embalagens plásticas, água e a opacidade, a luz, a sombra e as diferentes cores;
- Disponibilizar materiais variados, em quantidade e qualidade suficientes colocando-os ao alcance das crianças;
- Conversar com as crianças sobre as histórias presentes em suas produções;
- Valorizar as produções das crianças fixando-as nas portas, janelas e paredes da instituição. Lembrar que as crianças são pequenas, seus trabalhos devem estar à altura de seus próprios olhos;
- Planejar momentos para que as crianças possam expressar-se com liberdade desenhando, colando, pintando, esculpindo o que quiserem e quando quiserem;
- Organizar rodas de apreciação e discussão sobre as produções das crianças compartilhando ideias e sugestões;
- Propiciar as crianças oportunidades para a apreciação da natureza, de objetos, de obras artísticas, passeios nos arredores da instituição, visita a museus, parques, exposições diversas;
- Oportunizar as crianças participarem de oficinas que permitam a exploração de diferentes materiais respeitando a combinação e iniciativa das próprias crianças.

Desta forma, mais do que proporcionar o ensino de técnicas de pintura, recorte, colagem ou modelagem, trabalhar com as linguagens da arte e com as cores implica em garantir as crianças tempos, espaços e vivências que agucem o olhar, a escuta e movimentos sensíveis e ampliem seus acervos de imagens, sons, cores e movimentos. A Educação Infantil precisa ser um espaço privilegiado de desenvolvimento da imaginação, de apropriação e produção culturais de crianças e adultos.

Organizar um espaço com acesso a livros, imagens, filmes, fotografias, cenários naturais, pinturas, colagens, esculturas, formas arquitetônicas e desenhos diversos. Lembre-se que quanto mais amplo e qualificado for o repertório das crianças, maior e melhor será sua base para criação e mais elementos elas terão para enriquecerem suas próprias produções.

Música

A música exerce grande influência sobre a criança e dessa forma, os jogos ritmados, próprios dos primeiros anos, devem ser trabalhados e incentivados. O desafio é o de planejar atividades que envolvam músicas de diferentes povos, de diferentes épocas, de diferentes formas, de diferentes compositores, e oportunizar o acesso a vários gêneros musicais. Educar musicalmente é promover atividades em que haja a percepção, a produção e a fruição dos sons, sejam eles musicais ou não para

com eles interagir a fim de expressar-se e comunicar-se. Esses encaminhamentos servem como ponto de partida e são ideias a serem questionadas e enriquecidas pelas vivências em sala de aula, por meio do: ouvir/perceber, analisar, reproduzir, utilizar, reelaborar. Na educação auditiva, a receptividade sensorial é expressa por meio de diversas formas, como: movimentos, gestos, linguagem, entre outras e evolui de forma muito significativa nos primeiros anos da criança. Pela percepção auditiva se propõe a descobrir os interesses musicais, a conhecer outros ritmos e a desenvolver sua capacidade expressiva, favorecendo, dessa forma, sua capacidade imaginativa e criativa. Assim, torna-se imprescindível o uso de materiais alternativos que possibilitam a produção de diferentes sons e/ou da banda rítmica, os quais devem ser explorados com as crianças para que observem à vontade e façam suas primeiras tentativas com todo o material sonoro de que se possa dispor. Para que a criança surda usufrua dessa mesma educação musical, faz-se necessário adequar o ambiente para que ela possa sentir as vibrações dos ritmos musicais.

Link de acesso ao Campo de Experiência:

<http://www.referencialcurricularoparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo>

4.9.1.4.4 Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação

É o campo de experiências que se refere aos saberes e conhecimento do uso social da fala e da escrita, possibilitando expressar ideias, desejos e sentimentos por meio da fala, do desenho e das tentativas espontâneas de escritas, de modo a inserir a criança em diferentes experiências e vivências com diferentes suportes de gêneros do discursivo. Nesse campo de experiências encontram-se os saberes e conhecimentos que visam familiarizar a criança com os livros, ensinando-a a diferenciar a ilustração da escrita, bem como a perceber a direção da própria escrita, distinguindo letras e números de outros sinais gráficos utilizados na linguagem escrita. Envolve um universo de experiências que insere a criança na oralidade (escuta e fala) e, portanto, em processos de interação mediados de forma intencional, visando a construção de saberes essenciais à apropriação da linguagem escrita.

O Referencial Curricular do Paraná (2018, p. 49), preconiza a defesa da convivência “com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar”, possibilitando às crianças, por meio de experiências, a diversidade de linguagens como forma de expressar suas ideias e sua cultura. O trabalho com as linguagens implica na compreensão da leitura, enquanto fundamento que permeará todas as linguagens, estando elas imbricadas, pois se revela na interpretação dos sentidos presentes nos gestos, nos gêneros do discurso, suporte e portadores, na plástica, na Literatura Infantil, no uso social da escrita e nos ícones. Portanto, ao se referendar cada uma das linguagens, parte-se do pressuposto de que não será possível trabalhá-las desvinculada da ação intencional de ler, interpretar e confrontar sentidos.

Desde o nascimento, as crianças são atraídas e se apropriam da língua materna em situações comunicativas cotidianas com pessoas de diferentes idades com quem interagem em diversificadas situações. A gestualidade, o movimento exigido nas brincadeiras e nos jogos corporais, a aquisição da linguagem verbal (oral e escrita) ou da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) potencializam tanto a comunicação quanto a organização do pensamento das crianças e sua participação na cultura. Na

pequena infância, a aquisição e o domínio da linguagem verbal estão vinculados à constituição do pensamento, à fruição literária, sendo também instrumento de apropriação dos demais conhecimentos.

A educação infantil, como primeiro espaço de educação coletiva do ser humano, tem o compromisso de inserir a criança no mundo da cultura. Nesse sentido, é fundamental que esses espaços favoreçam as trocas interpessoais e as múltiplas linguagens das crianças. Quanto mais variadas forem as interações das crianças com as linguagens, maiores suas possibilidades de construir conhecimentos sobre o mundo que a cerca.

Vygotsky (1984), coloca que a linguagem oral e outras formas de linguagem – os gestos e o jogo simbólico; as imagens e o desenho; as cantigas ou canções – que constituem o simbólico, o imaginário e o emocional da criança pequena fazem parte do desenvolvimento necessário anterior à construção da linguagem escrita.

As crianças descobrem a linguagem escrita muito antes de aprenderem a ler e escrever, como também elaboram hipóteses sobre como ela “funciona” (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985). O desejo de compreender e se apropriar do sistema de escrita está relacionado a presença constante da escrita nas experiências cotidianas das crianças. As informações escritas contidas nas placas de trânsito, outdoors, logomarcas, rótulos, embalagens e tantas outras ressaltam a forte presença dessa linguagem em nossa cultura.

A linguagem está relacionada diretamente com a capacidade do ser humano em criar símbolos. A linguagem humana simboliza, dá sentido e significado ao mundo que nos rodeia. É ela que possibilita ao homem a expressão e comunicação de ideias, pensamentos e sentimentos. Desta forma, as linguagens são imprescindíveis para a construção e compartilhamento de significados no coletivo, nas relações que permeiam nossa vida.

A criança constrói suas linguagens, a partir das interações que vivência em seu meio social. Ao nascer, o bebê é recebido e acolhido no mundo pelos adultos e outras crianças que se expressam e se comunicam com ele. O grito, o choro, o movimento são as primeiras ações do bebê. Na interação com os outros, sentidos e significados vão sendo construídos, transformando essas ações em linguagem. Por exemplo, quando o bebê chora e o adulto, atribui esse choro a fome e oferece-lhe uma mamadeira, ele interpreta e dá sentido ao choro do bebê. Nesse ato, o adulto significa o choro como uma linguagem, ou seja, como uma forma de expressão e comunicação com os outros.

Portanto, é fundamental que os adultos se comuniquem com os bebês: conversando, cantando, contando histórias, escutando e repetindo os sons produzidos pelas crianças, nomeando partes de seu corpo e objetos. Embora, num primeiro momento, os bebês não compreendam a linguagem na mesma lógica dos adultos, vão percebendo os diferentes significados atribuídos aos sons e às palavras que produzem. Cagliari, (1985, p. 52) contribui para essa reflexão, afirmando que as crianças aprendem uma língua e não um amontoado de sons. O autor explicita que “aprender a falar é, sem dúvida, a tarefa mais complexa que o homem realiza na sua vida. É a manifestação mais elevada da racionalidade humana. As crianças de todos os lugares do mundo, de todas as culturas, de todas as classes sociais realizam isso de um e meio a três anos de idade. Isso é uma prova de inteligência”. Fica claro que a comunicação entre as pessoas é a primeira função da fala e, portanto, deve estar presente na prática

da Educação Infantil, pois a apropriação do conhecimento pressupõe a interação humana, por meio da qual ocorre troca de ideias, valores e opiniões

A linguagem está estritamente relacionada a imaginação e a capacidade humana de inventar, pensar, criar ideias, fantasiar e sonhar. Mas, ainda encontramos em nossa sociedade, assim como nos contextos de Educação Infantil, a forte ideia, por exemplo, de que a imaginação não é tão importante para os processos de constituição do humano.

Não percebemos as inúmeras relações entre imaginação, apropriação e produção de conhecimentos. Segundo Vygotsky (2009, p. 14) “a imaginação é a base de toda atividade criadora [...] todo o mundo da cultura, é produto da criação e da imaginação humana”. Dito de outra forma, não há produção artística, científica ou técnica que não passem necessariamente pelo imaginário, pelos processos criativos, pelo sensível. O encontro das crianças “com sons, cores, sabores, texturas, odores, toques, olhares, tornam-se fundamentais porque são uma necessidade cognitiva: um faro para a inteligibilidade das coisas e seu sentido para a existência.” (PARECER CNE/CEB, 20/2009).

Reconhecer a linguagem como algo fundamental na organização de práticas pedagógicas, implica oferecer – em termos de organização de tempos, espaços e linguagens – a ampliação das experiências das crianças, através das interações sociais, da brincadeira e das mais variadas formas de linguagem e contextos comunicativos. Pois é nas e pelas linguagens que as crianças “compreendem o mundo e produzem mundos: expressam sensações, ideias, sentimentos e compartilham as produções pessoais com os demais, constroem a vida coletiva”. (PARECER CNE/DEB, 20/2009)

Para compreender o mundo e expressá-lo aos outros é preciso conhecer e se apropriar de sistemas simbólicos, expressivos, científicos e tecnológicos já anteriormente organizados na cultura.

A música, a dança, e o teatro são linguagens que precisam ser apropriadas pela Educação Infantil em sua potencialidade para expressão do corpo, dos movimentos e dos gestos das crianças. Algumas vezes, a música, por exemplo, é utilizada no cotidiano da educação para controle do corpo como sentar, ficar em silêncio ou lavar as mãos e comer o lanche.

Link de acesso ao Campo de Experiência:

<http://www.referencialcurricular.doparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo>

4.9.1.4.5 Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações

É o campo de experiências que se refere aos saberes e conhecimentos da ocupação de espaços, da natureza, da ciência, e da matemática, promovendo experiências, observações, exploração, e investigação como meio de ampliação de conhecimentos sobre o ambiente físico, social e cultural, e sobre o modo como as pessoas se organizam para ocupar e transformar o espaço, de acordo com as relações que mantêm com a natureza, de modo coletivo e individual, e, conforme as relações de poder instituídas na sociedade, expressas por meio da organização no mundo do trabalho.

O ponto de partida para trabalhar a compreensão dos espaços social e cultural é a realidade do aluno e do seu grupo familiar e social. Portanto, a observação, o relato, as comparações e as vivências sensoriais são encaminhamentos que auxiliarão nessa compreensão, assim como, a elaboração dos conceitos de próximo e distante, do eu e do outro, das relações que se estabelecem

entre os integrantes dos diferentes grupos e dentro de um mesmo grupo, pois ao reconhecer-se e perceber-se na relação com o outro e com o espaço, o conhecimento do ambiente físico, social e cultural, bem como das relações e transformações neles presentes, vão se formando, dessa forma, evidencia-se a relação com os saberes e conhecimentos dos demais campos de experiências. Nesse contexto, referenda-se o compromisso da instituição com os conteúdos clássicos, aqueles que se firmaram no tempo, impondo à organização pedagógica extrair do currículo e do tempo escolar as comemorações específicas que diluem o tempo de ensino dos conteúdos essenciais.

As crianças são curiosas e buscam compreender o ambiente em que vivem, suas características, suas qualidades, os usos e a procedência de diferentes elementos com os quais entram em contato, explicando o “como” e o “porquê” das coisas, dos fenômenos da natureza e dos fatos da sociedade. Para tanto, em suas práticas cotidianas, elas aprendem a observar, a medir, a quantificar, a estabelecer comparações, a criar explicações e registros, criando uma relação com o meio ambiente, com a sustentabilidade do planeta, com os conhecimentos tradicionais e locais, além do patrimônio científico, ambiental e tecnológico.

Ressalta-se que é por meio das experiências ou situações do cotidiano da criança, nas experiências vividas no seu universo cultural e, sobretudo, naquelas proporcionadas pelos atos de ensino promovidos pelo (a) professor(a), que os processos mentais básicos para as aprendizagens da correspondência (ato de estabelecer a relação “um a um”); da comparação (ato de estabelecer diferenças e semelhanças) da classificação (ato de separar por categorias de acordo com semelhanças ou diferenças); da sequenciação (ato de fazer suceder a cada elemento um outro sem considerar a ordem entre eles); da seriação (ato de ordenar uma sequência segundo um critério); da inclusão (ato de fazer abranger um conjunto por outro) e da conservação (ato de perceber que a quantidade não depende da arrumação, forma ou posição), vão corroborando para a construção do conceito de número. Assim é que o trabalho com esses conceitos não se constitui momento estanque ou específico, mas se encontra presente numa diversidade de atividades, podendo e devendo ser explorado em todos os campos de experiências e de forma simultânea.

As crianças participam desde cedo de situações em que precisam recorrer a conhecimentos disponíveis para solucionar problemas diários. Isso fica evidente em situações em que elas lidam com quantidades, exploram grandezas e medidas, espaço e tempo e têm os primeiros contatos com a noção de número.

Um grupo de situações que costumam atrair as crianças é o que envolve contagem e uso de numerais: mostrar com os dedos a idade que tem, escolher o canal favorito de TV, marcar o resultado de um jogo, comparar distâncias para identificar o ganhador de uma disputa, repartir figurinhas entre os colegas, contar a quantidade de brinquedos que está em uma caixa, discar um número telefônico, dizer o número da camisa do jogador de futebol favorito etc. A regularidade com que essas situações são apresentadas às crianças e as interações que elas estabelecem com o professor, o monitor e outras crianças possibilitam construir essas capacidades.

Outro grupo de aprendizagens valiosas é o que envolve o uso de grandezas e a realização de medidas. A curiosidade para comparar elementos a fim de perceber o valor relativo das coisas pode ser estimulada desde cedo. Em situações de uso de grandezas e medidas, as crianças podem aprender

a medir e a comparar diversos objetos, áreas e pessoas; podem aprender a manusear dinheiro em brincadeiras de compra e venda de objetos; a identificar marcas da passagem do tempo ao destacar datas importantes e eventos (aniversários, festas, aulas passeio, banho de chuveiro especial etc.).

A orientação espaço-temporal também deve ser alvo de atenção dos educadores na Educação Infantil. A participação em brincadeiras de deslocamento de objetos e a exploração dos próprios movimentos ajudam as crianças, desde bebês, a estabelecer relações com os objetos e com o espaço. Elas podem aprender a identificar e a reproduzir trajetórias por meio de brincadeiras, identificar pontos de referência na localização de objetos e de pessoas, apontar algumas características de certas figuras e corpos geométricos. Em relação ao tempo, desde cedo as crianças podem ser ajudadas a perceber a sequência de eventos diários que ocorrem na instituição de Educação Infantil.

As noções matemáticas estão presentes na vida das crianças desde muito cedo. Em seu cotidiano ouvem e falam sobre números, comparam, agrupam, separam, ordenam, resolvem pequenos problemas envolvendo as operações, acompanham a marcação do tempo feita pelos adultos, exploram e comparam diferentes tamanhos, percorrem diferentes espaços e distâncias etc.

É preciso pensar os processos de aprendizagem dessa área de conhecimento na Educação Infantil, como um direito das crianças de se apropriarem, brincarem e construir significados com seus códigos. É importante ressaltar que isso não significa, por exemplo, momentos de exercícios repetitivos de traçado numéricos; ligar os pontos para no final “aparecer” um numeral, uma letra ou um desenho. Mas, a ensinar e aprender matemática na educação infantil.

O ponto de partida é considerar os conhecimentos matemáticos que as crianças já possuem. Eles resultam de diferentes experiências vividas pelas crianças, fazem parte de seu cotidiano e por isso, devem ser considerados pelos adultos. Dessa forma, “as situações pedagógicas precisam ser criteriosamente planejadas, a fim de remeterem aos conhecimentos prévios das crianças, possibilitando a ampliação de repertórios e estratégias no que se refere as noções matemáticas” (MONTEIRO, 2010). Assim, é preciso propostas pedagógicas que ajudem as crianças a construir conceitos matemáticos e o pensamento lógico, nas quais os números e sua escrita, as figuras geométricas, a noção de conjunto, se façam presentes de forma significativa para elas.

A exploração e ampliação de conceitos e relações matemáticas se desenvolvem a partir de experiências de: fazer perguntas, procurar soluções, experimentar, errar, analisar corrigir, estabelecer relações, comprovar.

Quando propomos situações que envolvam o conhecimento matemático por meio da resolução de problemas, as crianças poderão desenvolver sua capacidade de generalizar, analisar, sintetizar, formular hipótese, deduzir, refletir e argumentar. O encontro das crianças pequenas com a linguagem matemática e a lógica não acontece de forma fragmentada ou isolada. Ele acontece por meio de outras linguagens, tais como música, dança, artes, teatro, entre e diversas outras.

As crianças pequenas não construíram ainda o conceito de número, e não se pode ensinar a elas como fazê-lo. Este conceito vai sendo construído aos poucos em situações cotidianas em que as crianças realizam operações aritméticas: ao fazer cálculos para a compra de balas na venda, por exemplo, ao conferir o troco na compra de figurinhas na banca de jornal.

A etapa pré-escolar deve, no entanto, oferecer às crianças pequenas situações em que elas possam pensar em questões que as levem progressivamente à construção desse conceito. Estas questões pertencem à Aritmética, que é a parte da Matemática que investiga as propriedades mais simples dos números inteiros e fracionários. O professor pode colocar as crianças em situações, onde elas façam quantificações (contar quantos elementos há numa determinada coleção), façam operações entre quantidades (como “maior do que”, “menor do que”, “igual a”) e realizem operações simples entre as quantidades (como adição, subtração, divisão e multiplicação, contar de um em um, dois em dois, dez em dez,). Cabe à pré-escola organizar atividades onde as crianças quantifiquem, registrem, comparem, enfim, operem com as quantidades. É necessário conhecer o que cada criança já sabe, aquilo que ela já construiu em sua experiência aritmética prévia, anterior. “[...] partindo também da sua própria experiência aritmética, o professor pode localizar-se em relação à Aritmética enquanto objeto de conhecimento e verificar em que ponto da construção deste conhecimento as crianças estão” (KAMII, 1994, p.60). Registrar, observar e brincar com as crianças nos ajudam a pensar, proposições que partam dos seus conhecimentos matemáticos prévios.

Desde pequenas, as crianças estão imersas em um universo do qual os conhecimentos matemáticos são parte integrante. Elas participam de diversas situações em seu cotidiano, envolvendo números, relações entre quantidades, noções sobre o tempo e o espaço, e utilizando muitas vezes recursos próprios e não convencionais na resolução de problemas, tais como: conferindo objetos (tampinhas, figurinhas), contando pontos em jogos, repartindo balas, manipulando dinheiro, descobrindo caminhos, etc.

Não se trata, simplesmente, de lidar com números e fazer contas, pois aprender matemática é um processo contínuo de abstração no qual as crianças atribuem significados e estabelecem relações com base nas observações, experiências e ações que fazem, desde cedo, sobre o ambiente físico e sociocultural.

As atividades desenvolvidas na Educação Infantil devem constituir um contexto favorável para estimular a criança a começar a construir seu conhecimento, aproximando-se das noções matemáticas. A vivência e a manipulação de material concreto, bem como a estruturação do pensamento lógico, devem superar a preparação e o simples treino para os conhecimentos futuros. O professor, como mediador desse processo, deve fornecer situações práticas significativas que permitam à criança ter esta aproximação. A integração desse processo possibilitará às crianças modificarem seus conhecimentos prévios, ampliá-los ou diferenciá-los; considerando os recursos de que dispõem.

De acordo com Fiorentini (1995, p.35), “o conhecimento matemático é também um saber historicamente em construção que vem sendo produzido na escola e pelas relações sociais.” Daí a necessidade de uma apropriação gradativa, interativa e reflexiva, pois o conhecimento relevante é aquele que é capaz de desenvolver as capacidades cognitivas da criança.

Um dos objetivos da matemática, na Educação Infantil, é lidar, de forma compreensiva, com situações matemáticas, estabelecendo aproximações entre o cotidiano e as noções matemáticas, pois sabemos que a fonte do conhecimento da criança é a própria variedade de situações que ela vivencia.

A instituição de Educação Infantil pode ajudar as crianças a organizarem melhor as suas informações e estratégias, bem como proporcionar-lhes condições para aquisição de novos conhecimentos matemáticos.

CARRAHER (1995, p.29) nos mostra que, “no modelo cognitivo de conhecimento, a educação precisa começar onde a criança se encontra, ” tratar os erros da criança como hipóteses, além de procurar selecionar problemas que estimulem o raciocínio em vez de sobrecarregar a memória.

O pensamento lógico-matemático é um dos atributos do desenvolvimento cognitivo de cada pessoa. Pode ser construído por meio de objetos externos instigantes, com os quais as crianças possam interagir, construir, manipular e pensar. A criança vai estabelecendo relações entre os objetos – “mais, menos, mesmo tanto, diferentes, iguais, pesado” – e coordenando essas relações de forma cada vez mais complexas. As construções internas não são espontâneas, mas provocadas; não são inatas e sim desenvolvidas por princípios.

Portanto, o trabalho com a Matemática pode contribuir para a formação de cidadãos autônomos capazes de pensar por conta própria, sabendo resolver quaisquer problemas, sejam eles de ordem numérica ou não, proporcionando momentos que permitam as crianças que “recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaços temporais”. (PARECER CNE/CEB nº 20/2009).

Link de acesso ao Campo de Experiência:

<http://www.referencialcurricularparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo>

4.9.1.5 Metodologias e estratégias de ensino

As práticas pedagógicas devem recorrer de forma não fragmentada, possibilitando a criança de viver experiências, “na sua compreensão de mundo feita na totalidade dos sentidos” (PARECER CNE/CEB, 2009), pois é no conhecimento que se constrói uma relação intrínseca entre a razão e a emoção, expressão corporal e verbal experimentação através da prática, que favorecem elaboração de conceitos, onde seja abolida procedimentos que não reconheçam a atividade criadora e o protagonismo da criança, ou “que promovam atividades mecânicas e não significativas para as crianças.” (PARECER CNE/CEB 2009).

Nesse sentido cabe ao docente criar oportunidades para que as crianças se apropriem de elementos da cultura, como saberes que garantam a apropriação de novos conhecimentos, através das linguagens se inter-relacionam, como a criação de comunicação por meio de diferentes formas de expressão, tais como imagens, canções e música, teatro, danças movimento, assim como a língua escrita e falada.

As crianças precisam brincar em pátios, quintais, praças, bosques, jardins, praias, e viver experiências de semear, plantar e colher os frutos da terra, permitindo a construção de uma relação de identidade, reverência e respeito para com a natureza. Elas necessitam também ter acesso a espaços culturais diversificados: inserção em práticas culturais da comunidade, participação em apresentações musicais, teatrais, fotográficas e plásticas, visitas a

bibliotecas, brinquedotecas, museus, monumentos, equipamentos públicos, parques, jardins.

[...]direito a ter acesso está a linguagem verbal, que inclui a linguagem oral e a escrita, instrumentos básicos de expressão de ideias, sentimentos e imaginação. A aquisição da linguagem oral depende das possibilidades das crianças observarem e participarem cotidianamente de situações comunicativas diversas onde podem comunicar-se, conversar, ouvir histórias, narrar, contar um fato, brincar com palavras, refletir e expressar seus próprios pontos de vista, diferenciar conceitos, ver interconexões e descobrir novos caminhos de entender o mundo. É um processo que precisa ser planejado e continuamente trabalhado. (PARECER CNE/CEB 20/2009).

Diante do que apresenta o Parecer CNE/CEB 20 (2009), também a linguagem escrita é objeto de interesse pelas crianças. Vivendo em um mundo onde a língua escrita está cada vez mais presente, as crianças começam a se interessar pela escrita muito antes que os professores a apresentem formalmente. Contudo, há que se apontar que a escrita deve ser tratada adequadamente nessa fase da escolarização, não podendo ser uma prática meramente mecânica desprovida de sentido e centrada na decodificação do escrito.

Sua apropriação pela criança se faz no reconhecimento, compreensão e fruição da linguagem que se usa para escrever, mediada pela professora e pelo professor, fazendo-se presente em atividades prazerosas de contato com diferentes gêneros escritos, como a leitura diária de livros pelo professor, a possibilidade da criança desde cedo manusear livros e revistas e produzir narrativas e “textos”, mesmo sem saber ler e escrever. (PARECER CNE/CEB 20/2009).

As atividades que desenvolvam expressão motora e modos de perceber seu próprio corpo, devem ser trabalhados de modo que possibilitem construir, criar e desenhar usando diferentes materiais e técnicas, ampliar a sensibilidade da criança à música, à dança, à linguagem teatral, abrem ricas possibilidades de vivências e desenvolvimento para as crianças.

Experiências que promovam o envolvimento da criança com o meio ambiente e a conservação da natureza e a ajudem elaborar conhecimentos, por exemplo, de plantas e animais, devem fazer parte do cotidiano da unidade nas turmas de Educação Infantil. Experiências que envolvam contextos e conhecimentos matemáticos, características básicas do conceito de número, medida e forma, assim como a habilidade de se orientar no tempo e no espaço.

Os recursos tecnológicos também deverão estar a disposição para oportunizar o manuseio de gravadores, projetores, computador e outros recursos midiáticos.

Dinâmicas de atividades em um grupo, lidar com conflitos e entender direitos e obrigações, que desenvolvam a identidade pessoal, sentimento de autoestima, autonomia e confiança em suas próprias habilidades, e um entendimento da importância de cuidar de sua própria saúde e bem-estar, devem ocupar lugar no planejamento curricular.

Para ser compreendida em seu processo de desenvolvimento, neste período de 0 a 5/6 anos de idade, a criança precisa ser situada no contexto econômico, político, social e cultural que prevalece no meio geográfico em que está inserida culturalmente. Assim, ter como referência a atividade dominante, é reconhecer que neste período elas se constituem enquanto atividade de comunicação

emocional direta, atividade objetual-manipulatória e atividade jogo de papéis sociais, as quais apresentam implicações diretas à organização das situações de ensino que visam promover o desenvolvimento humano.

Considerando a Atividade de comunicação emocional direta, que abarca de 0 a 1 ano, aproximadamente, Lazaretti e Mello (2018) destacam que ao assumir a comunicação como o principal elemento impulsionador do desenvolvimento infantil é dela que se extrai elementos para organizar a ação didática e, portanto, a prática pedagógica. Nessa direção, cabe destacar a importância de uma comunicação entre adultos e crianças enriquecida por gestos, olhares, toques, falas, expressões faciais, tons de voz, que significam, que acolhem, que provoquem, que criem vínculos, que direcionem a atenção, que retirem os bebês das costumeiras cenas de passividade em que são colocados. “As intervenções nesse primeiro ano de vida devem ter como objetivo, associado a suprir necessidades básicas de cuidado, expandir o repertório de experiências comunicativas que são mediadas por signos e concomitantemente, por experiências expressivas e instrumentais, que produzem novos motivos de agir sobre os objetos que a circundam.” (LAZARETTI e MELLO, 2018, p. 123). É preciso recuperar que o significado cultural dos objetos não será apropriado pelo simples contato, é necessária a ação de intervenção, de mediação intencional por parte do professor, de modo que a criança se aproprie do acervo disponibilizado. Não basta manipular livremente, é necessário que os conteúdos/conceitos científicos sejam apropriados. Assim, ao definir o que será ensinado (conteúdo), é imprescindível delimitar o porquê será aprendido (objetivo), para fins de que o professor tenha condições de identificar os percursos necessários para alcançar os fins que se propôs atingir.

A atividade objetual manipulatória, abrange o período de 1 a 3 anos e inclui período de crise e transformações importantes no desenvolvimento do psiquismo infantil.

É um período caracterizado por imensas possibilidades de desenvolvimento se conduzidas com responsabilidade teórico-prática. A ampliação de possibilidades de movimentos, de comunicação, via linguagem, enriquece e, ao mesmo tempo, exigem que sejam disponibilizadas experiências de aprendizagem que insiram a criança em situações de uso social, conversando com a criança de modo a expressar com clareza as palavras, estabelecendo vínculos visuais, utilizando vocabulário variado, rico em possibilidades e ampliado em termos de manutenção de uma sequência lógica na exposição das ideias. Situações essas que se aprendem, exercitando, fazendo junto com o outro mais experiente, nesse caso, o professor.

A Atividade Jogo de Papeis Sociais, incide no período de 3 a 6 anos, aproximadamente, e caracteriza-se pelo interesse em fazer o que o adulto faz, evidenciando que a criança percebe o adulto em suas funções, em suas ocupações, em suas vivências. No jogo de papéis sociais atribui-se sentido transfere-se significados e decorrem aprendizagens importantes, dentre elas, acatarem ordens, controlarem desejos imediatos em razão de cumprir um papel assumido numa brincadeira em que representa o outro.

Conforme evidenciado é possível concluir que a Educação Infantil está alicerçada por uma concepção de homem e de sociedade que carrega em si uma dimensão histórica em tempo e espaço, determinados pela dinamicidade da relação dos homens com o meio natural e social. Portanto, é tarefa docente possibilitar o acesso aos elementos culturais historicamente acumulados, por intermédio do

ensino, para que as crianças apreendam os conteúdos escolares, bem como assimilem as experiências das gerações anteriores.

4.9.1.6 Avaliação e estratégia de avaliação

A Educação Infantil, a avaliação da aprendizagem é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca, pelo professor, de melhores caminhos para educar e cuidar, conforme os elementos que podem contribuir ou dificultar as possibilidades de expressão da criança, sua aprendizagem e seu desenvolvimento.

Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades. (PARECER, CNE, 20/2009).

A avaliação, hoje, se inclui na preocupação em garantir o direito da criança a uma Educação Infantil de qualidade. Sua finalidade é incluir as crianças no processo educacional e assegurar a elas êxito em sua trajetória, onde os critérios devem refletir uma expectativa, um padrão de desempenho estabelecido a partir dos objetivos e conteúdos propostos. Esta forma a Deliberação 02/2014 do CEE-Pr no Artigo 17, reitera que: “A avaliação na Educação Infantil tem dimensão formadora, com o acompanhamento do processo contínuo de desenvolvimento das crianças e da apropriação de conhecimentos, como suporte para a ação formativa.”

Nessa etapa, a avaliação é destinada a auxiliar no processo de aprendizagem, sendo que o papel do professor é o de compartilhar com as crianças as observações que sinalizam seus avanços e as possibilidades de superação de eventuais dificuldades. No que se refere às crianças, a avaliação deve permitir que elas acompanhem suas conquistas. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, artigo 31).

A avaliação constitui um processo contínuo e abrangente que considera a criança em sua integralidade. É parte inerente do processo de formação e, portanto, deve ser parâmetro para o desenvolvimento de todo o trabalho pedagógico na Educação Infantil, assim:

A observação sistemática, crítica e criativa do comportamento de cada criança, de grupos de crianças, das brincadeiras e interações entre as crianças no cotidiano, e a utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.), feita ao longo do período em diversificados momentos, são condições necessárias para compreender como a criança se apropria de modos de agir, sentir e pensar culturalmente constituídos. (PARECER CNE/CEB 20/2009)

Desta forma os instrumentos devem favorecer uma análise apurada, pois devem ser o reflexo dos critérios estabelecidos de forma a favorecer analisar os resultados.

Os múltiplos resultados deverão versar sobre os instrumentos como atividades individuais e coletivas, dramatizações, experimentações, desenhos, maquetes, reprodução, álbuns, fotos, portfólios, entre outros de forma a favorecer ao professor uma análise apurada do desenvolvimento de cada educando a qual será expressa Através de Parecer Descritivo (APD). Portanto o parecer deve conter os diferentes aspectos do desenvolvimento e da aprendizagem dos educandos, explicitando os diferentes aspectos a serem elaborados a cada período pedagógico trimestral. Tendo como focos da avaliação:

I) Do Processo de ensino e aprendizagem

Nesse sentido, a construção de indicadores do que se entende por uma Educação Infantil de qualidade, processo do qual devem também participar as famílias das crianças, pode dar pistas importantes para a avaliação do ponto de vista institucional.

Indicam-se, a seguir, alguns pontos que podem nortear a avaliação do trabalho pedagógico.

a) – Quanto às atividades:

- Quais foram propostas e como foram realizadas?
- Que material foi oferecido e como as crianças o utilizaram?
- Quais foram os espaços e o tempo garantidos para a realização das atividades?
- Todas as crianças participam ao mesmo tempo da mesma atividade ou há espaço para a ocorrência de atividades diversificadas?
- Quais as atividades preferidas das crianças?
- A partir de que idade as crianças se alimentam sozinhas?
- Em que tipo de brincadeiras as crianças se envolvem? Como elas ocorrem?
- Quais campos de experiências são mais trabalhados com as crianças?
- Qual é o tempo diário dedicado às atividades de brincar, ler histórias, pintar e cantar?

b) – Quanto às interações:

- Que instruções e apoios foram oferecidos às crianças individual e coletivamente?
- Como o professor respondeu às manifestações e às falas das crianças?
- Qual foi a dinâmica dos agrupamentos que as crianças formaram?
- As interações infantis caminharam para o alcance das aprendizagens?
- Com base nas informações extraídas do processo avaliativo, o professor ou o monitor poderá sentir-se seguro quanto à forma como as situações de aprendizagem foram organizadas ou perceber a necessidade de modificá-las.

II) Do processo de cuidados

Conhecer as preferências de cada criança, a forma de ela expressar sentimentos e realizar as atividades, escolher os parceiros prediletos para a realização de diferentes tipos de tarefa etc. pode ajudar o professor a encontrar formas de interagir com ela e de flexibilizar a organização das atividades

do modo mais adequado a favorecer o alcance de seus propósitos e as aprendizagens, considerando que:

Educar de modo indissociado do cuidar é dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras (manipulando materiais da natureza ou objetos, observando, nomeando objetos, pessoas ou situações, fazendo perguntas etc.) e construir sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar. Isso requer do professor ter sensibilidade e delicadeza no trato de cada criança, e assegurar atenção especial conforme as necessidades que identifica nas crianças. (PARECER CNE/CEB 20/2009)

As experiências motoras de aprendizagem contidas na Proposta Curricular também devem orientar a elaboração de um registro do desenvolvimento da criança pelos profissionais envolvidos. Os professores, nos mais variados momentos, devem registrar suas observações a partir das situações cotidianas e dos comportamentos de cada criança, bem como as brincadeiras e as interações estabelecidas no dia a dia. Esse registro pode ser feito por meio de relatórios, portfólios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.

O portfólio, ou álbum são tarefas de suma importância para as crianças, pois as coloca constantemente em contato com sua aprendizagem. Nele, as crianças registram, de maneira concreta, o seu caminho ao longo da escolaridade. Ele funciona, assim, como “*um baú de memórias*”. No fim do período de organização pedagógica, ou do ano, a criança terá um dossiê de sua trajetória e contará com um acervo valioso para auxiliá-la nas próximas etapas de ensino. Para as crianças menores, o professor pode organizar esse material, possibilitando que a memória dessa trajetória não se perca e possa ser acessada pela própria criança em diferentes momentos da vida escolar, por constituir-se, tanto para as crianças quanto para os professores, em uma coleção dos trabalhos que conta a história de seus esforços, progressos, desempenho, criações, dúvidas etc. Assim, o portfólio pode ser considerado um instrumento de registro importante para a avaliação dos processos.

Vale destacar que aliado a frequência, o Parecer também será registrado Avaliação através de Parecer Descritivo - APD, na Ficha Individual no sistema SERE a cada período, para as turmas de 4 e 5 anos. Ao final do ano letivo no Relatório Final haverá o registro de Progressão Continuada com a sigla PC para os concluintes do ano letivo.

No que refere-se ao atendimento educacional especializado às crianças com necessidades educacionais especiais, será proporcionado a flexibilização curricular para que sejam removidas as barreiras que impedem a aprendizagem e promovam a participação mais efetiva dos educandos no processo de aquisição do conhecimento, bem como, a avaliação será de acordo com as necessidades individuais, cabendo ao professor adaptar o sistema de avaliação, modificar os instrumentos ofertando prazo maior para a resolução das atividades propostas, ou ampliando a fonte, de forma que possibilite a expressão da criança segundo o grau de compreensão.

Por fim, além de servir como instrumento de autoavaliação e de registro da memória dos processos, o portfólio pode ser um instrumento de comunicação com os pais e/ou responsáveis.

Como dispõem as DCNEIs (2009), a documentação referente às observações, bem como os dados sobre a aprendizagem da criança ao longo de sua trajetória na Educação Infantil, deve ser

entregue por ocasião de seu ingresso no Ensino Fundamental, para garantir que se mantenha atenção continuada ao processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança e compromissada em apontar possibilidades de avanços.

III) Das adaptações curriculares e inclusivas

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõe que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização de ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno.

Assim a avaliação deve, pois, contemplar as Adaptações Curriculares que são os ajustes e modificações que devem ser promovidos nas diferentes instâncias curriculares, para responder às necessidades de cada aluno, e assim favorecer as condições que lhe são necessárias para que se efetive o máximo possível de aprendizagem. São providências que devem ser implementadas para atender às necessidades educacionais de cada aluno, inclusive às necessidades educacionais especiais, de forma a favorecer - lhes o acesso ao conhecimento e seu uso funcional, na administração de sua própria vida, e no processo de transformação da sociedade.

O currículo para uma escola inclusiva, entretanto, não se resume apenas a adaptações feitas para acomodar os alunos com deficiências ou demais necessidades especiais. A escola inclusiva demanda uma nova forma de concepção curricular, que tem que dar conta da diversidade do seu alunado. adaptações de currículo constituem criar condições físicas, ambientais e materiais para o aluno, na sua unidade escolar de atendimento; propiciar os melhores níveis de comunicação e interação com as pessoas com as quais convive na comunidade escolar, favorecer a participação nas atividades escolares; propiciar o mobiliário, equipamentos específicos necessários e salas adaptadas; fornecer ou atuar para a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos necessários: próteses auditivas, treinadores da fala, software educativo, entre outros; adaptar materiais de uso comum em sala de aula: slides, cartazes, entre outros; adotar a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (no processo ensino-aprendizagem e avaliativo), além de material escrito e computador.

Adaptações curriculares de modo geral envolvem modificações organizativas, nos objetivos e conteúdos, nas metodologias e na organização didática, na organização do tempo e na filosofia e estratégias de avaliação, permitindo o atendimento às necessidades educativas de todos os alunos em relação à construção do conhecimento. (OLIVEIRA & MACHADO apud, GLAT, 2007).

Um currículo que leve em conta a diversidade deve ser, antes de tudo, flexível, e passível de adaptações, sem perda de conteúdo. Deve ser desenhado tendo como objetivo geral a “redução de barreiras atitudinais e conceituais”, e se pautar em uma “ressignificação do processo de aprendizagem na sua relação com o desenvolvimento humano”. (OLIVEIRA & MACHADO apud, GLAT, 2007).

Nessa perspectiva esta instituição estará atenta para realizar as adaptações curriculares promovendo a inclusão de cada estudante segundo suas necessidades.

4.9.2 Ampliação de Jornada Escolar com Atividades Curriculares complementares – Turno Regular Mais Contraturno (Curso 3024).

Justificativa

A Ampliação de Jornada Escolar em contraturno, propõe ações de caráter educacional, cultural, social e recreativo, além do período de aula regular, com o objetivo de atender a comunidade escolar e com atividades complementares de qualidade.

A oferta da Educação Integral com Ampliação de Jornada Escolar é o período que acontece fora do horário normal de atividades da base comum, com a oferta de atividades extracurriculares. Seu objetivo é estimular o desenvolvimento de novas habilidades, bem como a socialização e o bem-estar dos alunos. Garantindo assim que as crianças/alunos, tenham acesso um trabalho diversificado e mais dinâmico.

Na educação regular mais o contraturno temos uma educação escolar integral de jornada ampliada em suas funções e o seu fortalecimento como instituição. Nessa instituição de Educação em Tempo Integral, as atividades Pedagógicas serão apresentadas em macrocampos, conforme a Instrução Nº 0013/2023 – DEDUC/DPGE/SEED que são para a educação infantil:

- Explorar e Expressar;
- Conviver, brincar e Expressar;
- Conviver, Participar e Expressar-se;
- Explorar e Conhecer
- Conhecer-se e Expressa-se

As instituições de ensino com oferta de Educação em Tempo Integral, sendo a jornada ampliada devem privilegiar o aproveitamento qualitativo do tempo educativo, na perspectiva de que o horário estendido represente uma ampliação de oportunidades e situações capazes de promover aprendizagens significativas, conforme o Referencial Curricular do Paraná:

Deve-se pensar o currículo para além dos conteúdos organizados, sistematicamente, reconhecendo outros saberes e as experiências dos estudantes/crianças para que possa fortalecer suas práticas e vivências individuais e sociais, em função de uma consciência cidadã capaz de instigar as mudanças sociais. Assim, reconhecemos o importante papel da escola na construção de ações que assegurem os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento imprescindíveis à formação humana, considerando, também, o papel social da escola como agente de articulação e transformação da realidade social e ambiental (Paraná, 2018, pag. 12). O Referencial Curricular do Paraná propõe o desenvolvimento integral dos estudantes, dando condições de acesso aos conhecimentos historicamente construídos por meio de diferentes linguagens para agir com determinação, respeitando os princípios éticos, democráticos, inclusivos, estéticos e políticos. (Paraná, 2018, pag. 13).

A Proposta Pedagógica Curricular das Atividades da Educação Integral com Jornada Escolar ampliada, configura-se como a organização do trabalho pedagógico, a partir dos conhecimentos do universo de experiências socioculturais, esportivas, científicas, tecnológicas e da preservação do meio ambiente, articuladas às disciplinas, aos componentes curriculares ou às áreas do conhecimento.

A oferta da Educação Integral com Jornada Ampliada em contraturno escolar, é o período que acontece fora do horário normal de atividades, com a oferta de atividades extracurriculares. Seu objetivo é estimular o desenvolvimento de novas habilidades, bem como a socialização e o bem-estar dos alunos. Garantindo assim que as crianças/alunos dos anos que não estarão na jornada de tempo integral, tenham também ao acesso a um trabalho diversificado.

Sendo assim, será ofertado para os alunos, a possibilidade de atendimento no formato de atividades complementares em contra turno, sendo estas mantidas pela Secretaria Municipal de Educação, em diferentes áreas do conhecimento. Respeitando os 200 dias letivos e o mínimo de 35 horas semanais.

4.9.2.1 Macrocampos e atividades da Educação Infantil

4.9.2.1.1 Explorar e expressar (546) -

Os estímulos a criatividade, ao senso crítico, aos sentimentos, modo de ver, agir e imaginar o mundo, essas linguagens são necessárias para que o indivíduo/criança promova a reflexão nas vivências diárias na sociedade em que vive.

Ao vivenciar e participar dessas linguagens artísticas, serão oportunizados diferentes momentos de atividades coletivas e individuais, para desenvolver a capacidade inventiva e a de criação estética, efetuando novas descobertas e assimilação de novos conhecimentos aos educandos. Por isso, nas interações envolvendo musicalidade, criações artísticas e contações de histórias, a criança imagina, explora e se expressa conhecendo o mundo em que vive.

No CMEI a prática pedagógica referindo-se ao cunho artístico deve partir do entendimento que a arte está presente nas relações sociais e na forma de perceber o mundo e de como as criações artísticas estão inseridas no contexto considerando aspectos de fruição, produção e função das concepções artísticas. Assim segue as atividades que serão ofertadas para o trabalho pedagógico no referido macrocampo:

- iniciação musical;
- arte e desenvolvimento e;
- contos e contações.

Sendo este trabalho realizado e executado por um profissional/monitor.

Atividade referente à: Iniciação Musical

Objetivos:

- Favorecer a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, dramática e musical;
- Promover o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música e dança;
- Proporcionar aos educandos o desenvolvimento de todos os seus domínios do comportamento humano, ou seja, comportamentos motores, afetivo-social, físico, psicológico de forma lúdica e harmoniosa, contribuindo para a formação de estruturas corporais e de movimentos simples ao complexo, associando movimentos, música e ritmo, levando ao desenvolvimento da expressão e expressividade dos sentimentos;
- Oferecer práticas pedagógicas com eixos norteadores, através de brincadeiras e experiências;
- Proporcionar aos educandos experiências com os diversos tipos de sons, de Musicalização, pois musicalizar é oferecer ferramentas básicas para a compreensão e utilização da linguagem musical;
- Levar a criança a construir seu conhecimento musical por meio da escuta, da exploração do som e/ou um instrumento musical e suas qualidades e;
- Possibilitar através da música o acesso a um mundo desconhecido, sabe-se que é da própria natureza musical, que nos encantamos com grandes fantasias e imaginações, isso acontece pelo simples fato de ouvir, ou aprender um instrumento, proporcionando a educação da criança, no aspecto musical, realizando escolhas de repertório e atividades de acordo com as necessidades e interesses de cada momento e do seu meio cultural, respeitando assim o seu processo de desenvolvimento e imitativo.

1. Iniciação Musical

Saberes e conhecimentos a serem desenvolvidos:

Atividade	Iniciação musical
Objeto do conhecimento	- Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente
Objetivos de Aprendizagem	- Explorar o próprio corpo, os sons que emite e outras possibilidades corporais; - Experienciar sons com o corpo: bater palmas, bocejar, espirrar, bater os pés, chorar, gritar, rir, cochichar, roncar; - Explorar possibilidades vocais, como produzir sons: agudos e graves, fortes e fracos, longos e curtos; - Perceber sons do ambiente e na manipulação de objetos; - Explorar músicas de diferentes melodias, ritmos e estilos e; - Vivenciar histórias e brincadeiras cantadas e dramatizadas.
Habilidades	- Linguagem sonora; - Percepção auditiva; - Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre e; - Estilos musicais; - Sons do corpo, dos objetos; - Melodia e ritmo; - Diversidade musical e; - Paisagem sonora: sons naturais, humanos, industriais ou tecnológicos.

Diversificação Curricular	
---------------------------	--

Atividade	Iniciação musical
Objeto do conhecimento	- Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber o som de diferentes fontes sonoras presentes no dia a dia: buzinas, despertador, toque do telefone, sino, apito, dentre outros; - Conhecer e reconhecer sons de diferentes animais por meio de reprodução de áudios; - Perceber os sons e explorar diferentes instrumentos convencionais ou não, acompanhando brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias; - Perceber sons graves, agudos, fortes e fracos, curtos e longos de diferentes fontes sonoras; - Escutar músicas de diferentes estilos e em diferentes suportes; - Experimentar ritmos diferentes produzindo gestos e sons; - Perceber vozes gravadas de pessoas conhecidas; - Responder virando em direção ao som quando há mais de um estímulo sonoro presente; - Apreciar produções audiovisuais como musicais, brinquedos cantados, teatro de fantoches; - Escutar cantigas e músicas folclóricas da região paranaense e outras regiões; - Escutar e dançar músicas de diferentes culturas e; - Imitar e reproduzir sonoplastias.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Linguagem musical, corporal e dramática; - Sons do corpo, dos objetos e da natureza; - Ritmos; - Músicas e danças; - Instrumentos musicais convencionais e não convencionais; - Recursos tecnológicos e midiáticos que produzem e reproduzem músicas; - Diversidade musical de várias culturas, locais, regionais e globais; - Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre e; - Paisagem sonora: sons naturais, humanos, industriais ou tecnológicos.
Diversificação Curricular	
Atividade	Iniciação musical
Objeto do conhecimento	- Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Produzir, ouvir e imitar sons com o corpo: bater palmas, estalar os dedos, bater os pés, roncar, tossir, espirrar, chorar, gritar, rir, cochichar, etc.; - Explorar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais; - Perceber sons do ambiente e na manipulação de objetos; - Ouvir, imitar e produzir sons de alturas e durações variadas com o corpo, com instrumentos musicais convencionais ou não materiais diversos; - Imitar, inventar e reproduzir criações musicais ou explorar novos materiais buscando diferentes sons para acompanhar canções que lhes são familiares; - Buscar adequar os sons produzidos com os diferentes objetos ou instrumentos ao ritmo da música; - Conhecer e manipular instrumentos musicais, objetos ou canções que são típicos da cultura local e regional; - Escutar músicas da sua cultura local e de diferentes culturas; - Completar músicas conhecidas com palavras, onomatopeias e outros sons; - Explorar possibilidades vocais e instrumentais, como produzir sons, agudos e graves, fortes e fracos, longos e curtos; - Perceber sons da natureza: barulho de água, chuva, canto de pássaro, ruídos e sons dos animais, dentre outros;

	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber o som de diferentes fontes sonoras presentes no dia a dia: buzinas, despertador, toque do telefone, sino, apito, dentre outros sons; - Perceber sons do entorno e estar atento ao silêncio; - Perceber sons graves e agudos, fortes e fracos, curtos e longos, produzidos pelo corpo, objetos, instrumentos musicais convencionais ou não; - Manipular e perceber os sons de instrumentos musicais diversos; - Ouvir músicas de diferentes ritmos e estilos; - Ouvir, cantar, dançar músicas de diversas culturas; - Participar de brincadeiras cantadas do nosso folclore; - Explorar possibilidades vocais ao cantar; - Apreciar produções audiovisuais como musicais, brinquedos cantados, teatro de fantoches; - Ouvir a própria voz ou de pessoas conhecidas por meio de gravações; - Produzir sonoplastias; - Conhecer instrumentos ou manifestações culturais que são típicas de sua cultura, região ou de outras culturas e; - Escutar e perceber músicas de diversos estilos musicais, por meio da audição de CDs, DVDs, rádio, MP3, computador ou por meio de intérpretes da comunidade.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Percepção e produção sonora; - Audição e percepção musical; - Execução musical (imitação); - Sons do corpo, dos objetos e da natureza; - Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre; - Melodia e ritmo; - Diferentes instrumentos musicais convencionais e não convencionais; - Diversidade musical e; - Canto.
Diversificação Curricular	

Atividade	Iniciação musical
Objeto do conhecimento	- Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer e explorar materiais, objetos e instrumentos musicais; - Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais; - Reconhecer e diferenciar sons dos objetos sonoros e dos instrumentos musicais; - Buscar adequar os sons produzidos com os diferentes objetos ou instrumentos ao ritmo da música; - Ouvir, imitar e produzir sons de alturas e durações variadas com o corpo, com instrumentos convencionais ou não e materiais diversos para acompanhar diversos ritmos de música; - Participar da construção de instrumentos musicais, utilizando-os para execução musical; - Explorar possibilidades vocais e instrumentos para produzir sons agudos e graves, fortes e fracos, longos e curtos; - Conhecer instrumentos musicais, objetos ou canções que são típicos da cultura local e regional; - Ouvir e conhecer produções artísticas de diferentes culturas; - Perceber e identificar os sons da natureza e reproduzi-los; - Completar músicas conhecidas com palavras, onomatopeias e outros sons e; - Explorar diversos objetos e materiais sonoros, compreendendo que os mesmos produzem sons, sentindo a vibração de cada material.
	<ul style="list-style-type: none"> - Percepção e produção sonora; - Audição e percepção musical; - Execução musical (imitação); - Sons do corpo, dos objetos e da natureza;

Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre; - Melodia e ritmo; - Diferentes instrumentos musicais convencionais e não convencionais e; - Canto.
Diversificação Curricular	

Atividade	Iniciação musical
Objeto do conhecimento	- Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber sons do entorno e estar atento ao silêncio; - Perceber sons da natureza: barulho de água/ chuva, canto de pássaro, ruídos e sons dos animais, dentre outros; - Explorar e identificar possibilidades sonoras de objetos de seu cotidiano ou de instrumentos musicais; - Perceber o som de diferentes fontes sonoras presentes no dia a dia: buzinas, despertador, toque do telefone, sino, apito dentre outros; - Ouvir a própria voz em gravações ou em músicas interpretadas pelo grupo e identificar-se; - Ouvir vozes gravadas de pessoas conhecidas cantando; - Participar de canções e brincadeiras cantadas apresentadas pelo professor(a) ou seus colegas; - Reproduzir sons ou canções conhecidas e usar em suas brincadeiras; - Conhecer objetos, canções, instrumentos ou manifestações culturais que são típicas de sua cultura, região ou de outras culturas; - Ouvir canções de diferentes culturas buscando cantar e imitar gestos característicos; - Explorar possibilidades musicais para perceber diferentes sons, melodias e ritmos; - Reconhecer cantigas de roda e suas formas de brincar; - Participar de brincadeiras cantadas do nosso folclore; - Apreciar produções audiovisuais como musicais, brinquedos cantados, teatro de fantoches; - Escutar e perceber músicas de diversos estilos musicais, por meio da audição de CDs, DVDs, rádio, MP3, computador ou por meio de intérpretes da comunidade; - Perceber sons graves e agudos, fortes e fracos, curtos e longos, produzidos pelo corpo, objetos, instrumentos musicais convencionais ou não; - Imitar e reproduzir sonoplastias e; - Explorar possibilidades vocais ao cantar.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Audição e percepção de sons e músicas; - Linguagem musical, corporal e dramática; - Sons do corpo, dos objetos e da natureza; - Ritmos; - Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre; - Músicas e danças; - Instrumentos musicais convencionais e não convencionais; - Recursos tecnológicos e midiáticos que produzem e reproduzem músicas; - Diversidade musical de várias culturas, locais, regionais e globais; - Paisagem sonora: sons naturais, humanos, industriais ou tecnológicos; - Apreciação e produção sonora; - Canto; - Manifestações culturais e; - Melodias diversas.
Diversificação Curricular	

Atividade	Iniciação musical
Objeto do conhecimento	- Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Brincar com materiais, objetos e instrumentos musicais; - Perceber e criar sons com o próprio corpo e na manipulação de objetos; - Ouvir e produzir sons com materiais, objetos e instrumentos musicais; - Perceber e reconhecer os sons da natureza e elementos naturais que podem produzir sons; - Explorar os sons produzidos pelo corpo, por objetos, por elementos da natureza e instrumentos, percebendo os parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre; - Produzir sons com materiais alternativos: garrafas, caixas, pedras, madeiras, latas e outros; - Reconhecer e diferenciar sons dos objetos sonoros e dos instrumentos musicais; - Explorar possibilidades vocais a fim de perceber diferentes sons; - Explorar novos materiais buscando diferentes sons para acompanhar canções que lhes são familiares; - Imitar, inventar e reproduzir criações musicais; - Conhecer instrumentos musicais, objetos ou canções que são típicos da cultura local e regional; - Reconhecer as partes do corpo nomeando-as e realizar registros gráficos do próprio corpo e dos demais; - Ouvir e conhecer produções artísticas de diferentes culturas e; - Explorar diversos objetos e materiais sonoros, compreendendo que os mesmos produzem sons, sentindo a vibração de cada material.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Percepção e produção sonora. - Audição e percepção musical. - Execução musical (imitação). - Sons do corpo, dos objetos e da natureza. - Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre. - Melodia e ritmo. - Diferentes instrumentos musicais convencionais e não convencionais. - Canto. Música e dança.
Diversificação Curricular	

Atividade	Iniciação musical
Objeto do conhecimento	- Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Ouvir a própria voz ou de pessoas conhecida em gravações; - Explorar e reconhecer sons familiares; - Escutar e perceber sons do entorno e estar atento ao silêncio; - Explorar e identificar possibilidades sonoras de objetos de seu cotidiano ou de instrumentos musicais; - Manipular e perceber os sons de instrumentos sonoros diversos identificando-os pela escuta; - Ouvir e explorar instrumentos musicais convencionais e não convencionais buscando acompanhar ritmos variados; - Perceber sons graves e agudos, curtos e longos produzidos pelo corpo, objetos e instrumentos musicais; - Perceber o som de diferentes fontes sonoras presentes no dia a dia: buzina, despertador, toque do telefone, sino, apito dentre outros; - Reproduzir sons ou canções conhecidas e usar em suas brincadeiras; - Escutar canções e participar de brincadeiras cantadas apresentadas pelos professores(as) ou seus colegas;

	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer objetos, canções, instrumentos ou manifestações culturais que são típicas de sua cultura, região ou de outras culturas; - Participar, reconhecer e cantar cantigas de roda; - Participar de brincadeiras cantadas do folclore brasileiro; - Participar de situações que desenvolvam a percepção das rimas durante a escuta de músicas; - Vivenciar jogos e brincadeiras que envolvam música; - Ouvir e cantar músicas de diferentes ritmos e melodias e de diferentes culturas; - Perceber diferentes estilos musicais; - Dar sequência à música quando a mesma for interrompida; - Escutar e perceber músicas de diversos estilos musicais, por meio da audição de CDs, DVDs, rádio, MP3, computador ou por meio de intérpretes da comunidade; - Conhecer fontes sonoras antigas como: som de vitrola, fita cassete e outros; - Participar e apreciar apresentações musicais de outras crianças /ou de grupos musicais como orquestras, corais, bandas etc.; - Explorar as possibilidades vocais ao cantar e; - Ouvir poemas, parlendas, trava-línguas e outros gêneros textuais.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Linguagens musical, corporal e dramática; - Estilos musicais diversos; - Sons do corpo, dos objetos e da natureza; - Ritmos; - Músicas e danças; - Instrumentos musicais convencionais e não convencionais; - Recursos tecnológicos e midiáticos que produzem e reproduzem músicas; - Diversidade musical de várias culturas locais, regionais e globais; - Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre; - Paisagem sonora: sons naturais, humanos, industriais ou tecnológicos; - Apreciação e produção sonora; - Canto; - Manifestações folclóricas; - Melodias diversas e rimas.
Diversificação Curricular	

2. Arte e Desenvolvimento

Saberes e conhecimentos a serem desenvolvidos:

Atividade	Arte e desenvolvimento
Objeto do conhecimento	- Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Manusear e explorar diferentes materiais e superfícies desenvolvendo as sensações, com diferentes possibilidades percebendo as texturas; - Produzir marcas gráficas em diferentes suportes; - Rabiscar e pintar à sua maneira; - Explorar e reconhecer diferentes movimentos gestuais ao produzir marcas gráficas em diferentes suportes; - Explorar, observar, misturar e descobrir cores; - Manipular e explorar obras de arte, percebendo seus elementos visuais como: forma, espaço, cor, textura, linhas, ponto e outros, por meio da mediação do(a) professor(a) e; - Experimentar com tintas e materiais típicos da região como folhas, sementes, flores, terras de diferentes texturas e cores etc.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Linguagem gráfica; - Elementos da linguagem visual: texturas, cores, superfícies, volumes, linhas, espaços, formas etc.; - Suportes, materiais e instrumentos das Artes Visuais; - Estratégias de apreciação estética e; - Obras de Arte.
Diversificação	

Curricular	
------------	--

Atividade	Arte e desenvolvimento
Objeto do conhecimento	- Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Manusear argila e massa de modelar espontaneamente; - Manusear objetos tridimensionais com argila e massa de modelar a partir de seu próprio repertório, explorando diferentes elementos, como forma, volume, textura, planos e outros; - Manipular jogos de encaixe e de construção, explorando cores, formas, texturas, planos e volumes; - Manipular materiais de diferentes texturas: lisas, ásperas, macias e outras; - Explorar superfícies com texturas tridimensionais diversas: pedrinhas, sementes, algodão, argila e outros; - Apreciar obras de arte tridimensionais; - Participar da criação de objetos tridimensionais com materiais diversos: caixas, embalagens, tecidos, tintas, tampinhas, argila, massa de modelar e outros; - Conhecer objetos, obras de arte e materiais que são típicos da região, comunidade ou cultura local e; - Vivenciar situações de cuidado com sua própria produção e a dos colegas.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Elementos da linguagem visual: texturas, cores, superfícies, volumes, espaços, formas, etc.; - Propriedade dos objetos; - Suportes, materiais e instrumentos das Artes Visuais e seus usos; - Estratégias de apreciação estética; - Obras de arte; - Órgãos dos sentidos e sensações; - Propriedades dos objetos: formas e tridimensionalidade; - Produção de objetos tridimensionais e classificação;
Diversificação Curricular	
Atividade	Arte e desenvolvimento
Objeto do conhecimento	- Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Manipular diversos materiais das Artes Visuais e plásticas explorando os cinco sentidos; - Explorar as formas dos objetos percebendo suas características; - Conhecer objetos e materiais que são típicos da região, comunidade ou cultura local; - Experimentar diversas possibilidades de representação visual bidimensionais e tridimensionais; - Participar da criação de objetos tridimensionais com materiais diversos: caixas, embalagens, tecidos, tintas, tampinhas, argila, massa de modelar e outros; - Criar objetos tridimensionais com argila e massa de modelar a partir de seu próprio repertório, explorando diferentes elementos, como forma, volume, textura, planos e outros; - Participar da criação de objetos tridimensionais com materiais diversos: caixas, embalagens, tecidos, tintas, tampinhas, argila, massa de modelar e outros; - Explorar superfícies tridimensionais com texturas diversas: pedrinhas, sementes, algodão, argila e outros; - Manipular materiais de diferentes texturas: lisas, ásperas, macias e outras; - Manipular jogos de encaixe e de construção, explorando cores, formas e texturas; - Apreciar diferentes imagens e elementos tridimensionais (objetos, revistas, fotos, produções coletivas e obras de arte) e;

	- Cuidar e apreciar a sua própria produção e a dos colegas.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Suportes, materiais, instrumentos e técnicas das Artes Visuais e seus usos; - Elementos da linguagem visual: texturas, cores, superfícies, volumes, espaços, formas, etc.; - Órgãos dos sentidos; - Propriedade dos objetos: formas e tridimensionalidade; - Estratégias de apreciação estética e; - Obras de arte.
Diversificação Curricular	

Atividade	Arte e desenvolvimento
Objeto do conhecimento	- Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Manipular diversos materiais das Artes Visuais e plásticas explorando os cinco sentidos; - Manipular materiais de diferentes texturas: lisas, ásperas, macias e outras; - Observar e manipular objetos e identificar características variadas como: cor, textura, tamanho, forma, odor, temperatura, utilidade, entre outros classificando-os; - Explorar formas variadas dos objetos para perceber as características das mesmas; - Conhecer objetos e materiais que são típicos da região, comunidade ou cultura local; - Experimentar diversas possibilidades de representação visual bidimensionais e tridimensionais; - Experimentar possibilidades de representação visual tridimensional, utilizando materiais diversos: caixas, embalagens, tecidos, tampinhas, massa de modelar, argila e outros; - Criar produtos com massa de modelar ou argila a partir de seu próprio repertório, explorando diferentes elementos, como: forma, volume, textura etc.; - Explorar e aprofundar suas descobertas em relação a procedimentos necessários para modelar e suas diferentes possibilidades de manuseio a partir de sua intencionalidade; - Experimentar e explorar superfícies tridimensionais com texturas diversas: pedrinhas, sementes, algodão, argila e outros; - Cuidar e apreciar a sua própria produção e dos colegas; - Manipular jogos de encaixe e de construção, explorando cores, formas e texturas, planos e volumes e; - Apreciar e oralizar sobre diferentes obras de arte tridimensionais.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Suportes, materiais, instrumentos e técnicas das Artes Visuais e seus usos; - Elementos da linguagem visual: texturas, cores, superfícies, volumes, espaços, formas etc.; - Órgãos dos sentidos e sensações; - Propriedades dos objetos: formas e tridimensionalidade; - Estratégias de apreciação estética; - Obras de Arte; - Produção de objetos tridimensionais e classificação;
Diversificação Curricular	

3. Contos e contações

Saberes e conhecimentos a serem desenvolvidos:

Atividade	Contos e contações
-----------	--------------------

Objeto do conhecimento	- Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.
Objetivos de Aprendizagem	- Ouvir a história e observar seus elementos; - Ampliar a capacidade de seleção de sons e direcionamento da escuta; - Perceber os diferentes sons; - Participar de situações que envolvam a leitura de textos, onde utiliza-se diferentes suportes; - Explorar as histórias, observando o adulto-leitor nos momentos de segurar o portador e de virar as páginas; - Imitar comportamentos do professor ou de seus colegas ao explorar livros e; - Escutar histórias lidas, contadas com fantoches, representadas em encenações, escutadas em áudios e outras situações.
Habilidades	- Patrimônio cultural, literário e musical; - Escuta, observação e respeito à fala do outro e textos literários e; - Sensibilidade estética em relação aos textos literários.
Diversificação Curricular	

Atividade	Contos e contações
Objeto do conhecimento	- Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor.
Objetivos de Aprendizagem	- Observar e manusear livros com imagens, apontando fotos, figuras ou objetos conhecidos em ilustrações; - Observar e identificar personagens, elementos e cenários nas narrativas; - Interagir a estímulos do(a) professor(a), no decorrer das contações de histórias; - Ampliar o conjunto de palavras conhecidas fazendo uso destas ao oralizar sobre as histórias; - Conhecer e formar um repertório de histórias preferidas e; - Conhecer livros com imagens típicas de seu território que são adequados para a faixa etária.
Habilidades	- Personagens e cenários; elementos das histórias e vocabulário;
Diversificação Curricular	
Atividade	Contos e contações
Objeto do conhecimento	- Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos, ao ler histórias e ao cantar.
Objetivos de Aprendizagem	- Reproduzir sons e gestos realizados por outras crianças e professor(a), durante leitura de histórias ou ao cantar músicas; - Responder a estímulos sonoros realizados durante a contação de história ou ao cantar músicas desenvolvendo reações como assustar-se, entristecer-se, alegrar-se, dentre outros; - Vocalizar em resposta aos estímulos das histórias e músicas; - Perceber os sentimentos dos personagens: tristeza, alegria, medo, dentre outros; - Comunicar-se por meio da vocalização, gestos ou movimentos nas situações de leitura de histórias e ao cantar músicas; - Brincar com enredos, objetos ou adereços, tendo como referência histórias conhecidas e; - Observar e imitar entonações, gestos, movimentos ou expressões ao participar de situações de leitura de história, explorações de livros e ao cantar.
Habilidades	- Escuta, fala e expressões da língua; - Entonação de voz; - Linguagem oral e gestual e; - Vocabulário.
Diversificação Curricular	

Atividade	Contos e contações
Objeto do conhecimento	- Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.
Objetivos de Aprendizagem	- Participar de variadas situações de comunicação, escutando as narrativas de histórias e acontecimentos; - Reconhecer personagens das histórias, cenários e identificar alguns acontecimentos; - Responder perguntas referentes à história apontando para personagens e cenários; - Oralizar o nome de alguns personagens das histórias contadas; - Identificar a história pela capa do livro; - Formular hipóteses e perguntas simples, a seu modo, sobre fatos, cenários e personagens e; - Identificar características dos personagens das histórias.
Habilidades	- Linguagem oral; - A língua portuguesa falada, em suas diversas funções e usos sociais; - Gêneros discursivos orais, suas diferentes estruturas e tramas; - Fatos da história narrada e; - Características gráficas: personagens e cenários.
Diversificação Curricular	

Atividade	Contos e contações
Objeto do conhecimento	- Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.
Objetivos de Aprendizagem	- Ouvir e nomear objetos, pessoas, personagens, fotografias e gravuras; - Identificar histórias a partir de imagens; - Oralizar histórias contadas, a seu modo e; - Participar de situações em que é convidado a contar histórias com o apoio de imagens, fotos ou temas disparadores.
Habilidades	- Criação e reconto de histórias; - A língua portuguesa, em suas diversas funções e usos sociais; - Relação entre imagem e narrativa e; - Repertório de textos orais que constituem o patrimônio cultural literário.
Diversificação Curricular	

Atividade	Contos e contações
Objeto do conhecimento	- Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).
Objetivos de Aprendizagem	- Ouvir, visualizar e apreciar histórias, bem como outros textos literários: poemas, parlendas, contos, literaturas, lendas, fábulas, músicas etc.; - Manusear diferentes portadores textuais e ouvir sobre seus usos sociais; - Participar de momentos de contação de histórias com base em imagens; - Observar as ilustrações dos livros buscando identificar sua relação com o texto lido; - Fazer uso de diferentes técnicas, materiais e recursos gráficos para produzir ilustrações e; - Participar de momentos de leitura de textos em que o(a) professor(a) realiza a leitura apontada percebendo que palavras representam ideias.
	- Escrita e ilustração;

Habilidades	- Direção de leitura: de cima para baixo, da esquerda para a direita; - Patrimônio cultural e literário; - Escuta, observação e respeito à fala do outro e textos literários; - Sensibilidade estética em relação aos textos literários; - Aspectos gráficos da escrita; - Portadores textuais e gêneros textuais.
Diversificação Curricular	

Atividade	Contos e contações
Objeto do conhecimento	- Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.
Objetivos de Aprendizagem	- Expressar-se verbalmente em conversas, narrações e brincadeiras, ampliando seu vocabulário e fazendo uso de estruturas orais que aprimorem suas competências comunicativas; - Participar de situações de conversas em grandes e pequenos grupos ou duplas, relatando suas experiências pessoais e escutando os relatos dos colegas; - Recontar histórias ouvidas, filmes e/ou peças de teatro identificando seus personagens e elementos; - Assistir a filmes, peças teatrais e ouvir histórias compreendendo as mensagens principais; - Compreender o conteúdo e o propósito de diferentes mensagens em diversos contextos; - Relatar acontecimentos vividos para outras crianças ou familiares para ampliar sua capacidade de oralidade e; - Pedir e atender pedidos, dar e ouvir recados.
Habilidades	- Vivências culturais: histórias, filmes e peças teatrais; - Expressividade pela linguagem oral e gestual; - A língua portuguesa falada, suas diversas funções e usos sociais; - Palavras e expressões da língua e sua pronúncia; - Relação entre imagem ou tema e narrativa e; - Organização da narrativa considerando tempo e espaço.
Diversificação Curricular	

Estratégias de ensino:

Dessa maneira a iniciação musical, será desenvolvida através de ensaios e apresentações no CMEI e em outros espaços bem como atividades diversificadas, para desenvolver a oralidade e musicalidade, com ensino e orientação quanto à ritmos, canto, entre outros. Essas atividades são responsáveis por estimular pensamentos, ideias e os sentimentos e emoções mais intrínsecos da criança trabalhando o emocional e o afetivo.

Será trabalhado com grupos de crianças com o profissional que vai ensinando e orientando quanto, postura, cuidados com a voz, educação auditiva, apreciação musical, entonação, timbres, ritmos, as atividades desenvolvidas podem ser as seguintes:

- Atividades individuais e em dupla;
- Atividades em grupo;
- Ensaios;
- Fluência e;
- Tempo.

Na atividade de **arte e desenvolvimento** serão utilizados diferentes recursos, como: pincéis, tintas guache, giz de cera, lápis de cor, materiais não estruturados, entre outros, sendo atividades individuais e coletivas, envolvendo amassar e colar, bem como realização de experiências utilizando elementos da natureza e produção de tintas com terra, erva, beterraba, etc., buscando desenvolver a criatividade e diferentes maneiras de expressão através da arte. As atividades trabalhadas pelo profissional poderão ser expostas em mural/varal no saguão do CMEI, para apreciação de todas as turmas. Ao final do ano letivo serão expostas as produções para a comunidade escolar em reunião de pais.

Nos momentos de **contos e contações de história** o profissional desenvolverá seu trabalho pautado em leitura e contação dentro da sala de aula e no espaço coletivo do CMEI, com cronograma organizado pela equipe pedagógica, estimulando a criatividade, pensamento e imaginação.

Avaliação:

Para avaliar as atividades práticas realizadas durante todo o processo é necessário um trabalho contínuo de observação do aluno, no individual e no coletivo, sempre considerando a individualidade de cada um, comparando seu resultado consigo próprio e não em relação aos outros.

A avaliação dar-se a por meio de frequência, participação, apresentações e portfólio. Ao final do semestre o profissional participará do conselho de classe, tratando sobre o avanço do desenvolvimento de cada criança. Os saberes e conhecimentos referentes a cada aluno serão representados na ficha avaliativa por cor, sendo da seguinte maneira:

Verde	Autonomia – tem domínio
Azul	Em desenvolvimento – está se apropriando
Laranja	Com auxílio do adulto
Amarelo	Deveria ter se apropriado dessa habilidade, porém, ainda observa-se que necessita de muito auxílio.
Vermelho	Não foi possível avaliar devido o aluno não ser frequente.

Desta forma os alunos serão avaliados mediante observação do professor sobre o desenvolvimento aluno, seus avanços e conquistas, que serão representados conforme a legenda acima.

REFERÊNCIAS

FREINET, C. **Pedagogia do bom senso**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MENEZES, Mara. **Avaliação em Educação Musical: construção e aplicação do Programa de Avaliação em Música (PAM)**. Salvador 2008.

OLIVEIRA, FREIRE, GLAUCIA. **Avaliação do aprendizado musical de crianças com transtorno do espectro do autismo em aulas de percussão**. BELÉM-PA, 2015.

4.9.2.1.2 Conviver, participar e expressar-se (547)

Na atualidade observamos uma ampliação da consciência sobre a diversidade cultural, que visa contribuir para que as novas gerações entendam a matriz histórica brasileira de uma maneira respeitosa e crítica. No decorrer no ano letivo, serão realizados esforços no que se refere essa temática, explorando datas comemorativas, visando superar essas desigualdades existentes na sociedade e favorecer para que as crianças entendam a riqueza do legado de variados povos existentes em nosso país, convivendo uns com os outros.

Assim, de acordo com a BNCC, “na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas”.

Dessa maneira é importante oferecer práticas pedagógicas que favoreçam a diversidade em meio as demandas existentes, quando bebês e crianças pequenas estão estabelecendo seus primeiros contatos com o meio social e cultural, diversidade de costumes, práticas culturais e modos de vida.

Exemplos de atividades que podem ser desenvolvidas com as crianças:

- Identificação de imagens de que representam a diversidade étnica racial em diferentes impressos;
- Seleção de imagens para confecção de cartazes de construção coletiva;
- Roda da conversa;
- Vídeos educativos de conscientização racial;
- Brincar de faz de conta com bonecas de diferentes características (cor/cabelo/olho);
- Teatro com fantoches/deboches;
- Trabalhar a cultura indígena (imagens/artesanato indígena/erva medicinais);
- Músicas;
- Experimentação de tintas naturais com terra, cenoura, beterraba e urucum;
- Desenhos, pinturas e colagens;
- Jogos (quebra cabeça, memória);
- Gráficos (com as fotos das crianças) e;
- Mural com fotos da família (descendência familiar).

Atividade referente a: Diversidade, memória cultural e história

Objetivos:

- Possibilitar vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;
- Propiciar a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;
- Conhecer através de atividades lúdicas a história cultura afro brasileira e seus costumes;
- Desenvolver empatia, consciência social e de responsabilidade;

- Conhecer o que é respeito sobre a diversidade cultural;
- Compreender que não existe uma única forma de ver o mundo;
- Ver beleza no que é diferente;
- Identificar diferentes traços físicos em pessoas a sua volta;
- Valorizar as diversas características físicas existente no grupo;
- Reconhecer que existem diversos modos de vida e culturas entre as pessoas;
- Trabalhar interação entre família e escola;
- Auxiliar a criança a desenvolver noções sobre si e sobre o outro, expressando e valorizando suas características físicas e;
- Oportunizar que as crianças compreendam que a diversidade de características físicas humanas se constitui basicamente pela descendência familiar.

Atividade	Diversidade, memória cultural e história
Objeto do conhecimento	Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Interagir por meio de diferentes linguagens com professores(as) e crianças, estabelecendo vínculos; - Conhecer e relacionar-se com profissionais e outros indivíduos da instituição; - Reconhecer seus familiares; - Perceber as consequências de suas ações com o outro em situações de amizade e conflito; - Demonstrar quando suas ações podem gerar conflitos ou afinidades; - Participar de atividades que envolvam cooperação, respeito e solidariedade com o outro e; - Vivenciar experiências que envolvam o nome próprio das pessoas que fazem parte de seu círculo social para ampliar o repertório social.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Valores para a vida em sociedade; - Respeito à individualidade e à diversidade de todos e; - Família e escola.
Diversificação Curricular	

Atividade	Diversidade, memória cultural e história
Objeto do conhecimento	- Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Compartilhar brinquedos em suas atividades de explorações, investigações ou de faz de conta; - Participar de situações de interações e brincadeiras agindo de forma solidária e colaborativa; - Buscar colegas para iniciar uma brincadeira; - Manter interações que gradativamente tenham uma maior duração; - Brincar de faz de conta junto com outras crianças; - Brincar coletivamente em diversos espaços; - Utilizar e organizar diferentes espaços da instituição; - Participar progressivamente de brincadeiras coletivas compartilhando objetos; - Manifestar curiosidade e autonomia ao explorar objetos e espaços; - Respeitar as regras dos espaços: banheiro, refeitório, sala de aula, conhecendo a função de cada um e; - Identificar seus pertences demonstrando cuidados com os mesmos e com os de seus colegas.
Habilidades	- Convívio e interação social e;

	- Normas de convivência.
Diversificação Curricular	

Atividade	Diversidade, memória cultural e história
Objeto do conhecimento	- Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber o próprio corpo e o do outro; - Reconhecer a representação do próprio corpo e das demais crianças da turma por meio de registros gráficos e fotos; - Identificar progressivamente suas características físicas, reconhecendo diferenças com as de seus colegas; - Reconhecer a si mesma e ao outro como seres sociais com características próprias que convivem em grupos; - Brincar de faz de conta assumindo diferentes papéis e imitando ações e comportamentos de seus colegas, expandindo suas formas de expressão e representação; - Relacionar-se com outras crianças respeitando suas formas diferentes de agir e; - Demonstrar afeto e respeito ao outro.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Próprio corpo e do outro; - Características físicas; - Afetividade nas convivências sociais; - Outras pessoas, tempos e culturas e; - Corpo humano.
Diversificação Curricular	

Atividade	Diversidade, memória cultural e história
Objeto do conhecimento	- Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Resolver os conflitos relacionais com ajuda do(a) professor(a) em situações de brincadeira; - Desenvolver ações, gradativamente para resolver conflitos; - Reconhecer o(a) professor(a) como apoio para ajudar a resolver conflitos nas brincadeiras e interações com outras crianças; - Expressar suas emoções em situações de conflitos, como, por exemplo, aceitar ajuda e conseguir acalmar-se com o apoio do(a) professor(a) ao vivenciar um conflito relacional; - Perceber o diálogo como recurso para resolver conflitos; - Realizar a escuta do outro, respeitando suas escolhas e desejos e; - Saber desculpar-se quando sua atitude desrespeitar o outro, percebendo que suas atitudes geram consequências positivas ou negativas.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento e respeito às diferenças e; - Procedimentos dialógicos para a resolução de conflitos.
Diversificação Curricular	

Estratégias de ensino:

A metodologia de ensino será pautada através de atividades lúdicas e práticas que promovam o conhecimento sobre a diversidade, memória cultural e histórica, valorizando as diferenças e visando o enfrentamento de questões acerca de atitudes desiguais.

As atividades serão desenvolvidas pelo professor monitor em todas as turmas, envolvendo a família e profissionais da escola, sendo em grupos, coletivas e individuais, envolvendo teatro, músicas, brincadeiras, vídeos, imagens, experimentos, entre outros buscando enriquecer a prática pedagógica.

Avaliação:

A avaliação dar-se a por meio de frequência, participação, apresentações e portfólio. Ao final do semestre o profissional participará do conselho de classe, tratando sobre o avanço do desenvolvimento de cada criança. Os saberes e conhecimentos referentes cada aluno serão representados na ficha avaliativa por cor, sendo da seguinte maneira:

Verde	Autonomia – tem domínio
Azul	Em desenvolvimento – está se apropriando
Laranja	Com auxílio do adulto
Amarelo	Deveria ter se apropriado dessa habilidade, porém, ainda observa-se que necessita de muito auxílio.
Vermelho	Não foi possível avaliar devido o aluno não ser frequente.

Desta forma os alunos serão avaliados mediante observação do professor sobre o desenvolvimento aluno, seus avanços e conquistas, que serão representados conforme a legenda acima.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC. 2017. Data do acesso: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Data do acesso: 25/08/2023.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana": uma conversa com historiadores. Estudos históricos (Rio J.) [online]. 2008, vol.21, n.41, pp. 5- 20.

AMÂNCIO, I.M da Costa. Lei 10.639/03, cotidiano escolar e literaturas de matrizes africanas: da ação afirmativa ao ritual de passagem. In AMÂNCIO, I.M da Costa; GOMES, Nilma & JORGE, M.L dos Santos. Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

4.9.2.1.3 Explorar e conhecer (551)

As atividades a serem desenvolvidas no âmbito do CMEI, estarão relacionadas com a natureza e com diversos elementos, como: a terra, gravetos diversas plantas, sementes, mudas de frutas, flores

e verduras, vídeos, imagens, entre outras. Atividades essas sendo alusivas para a preservação do meio ambiente, influenciando assim na transformação de pensamento de futuros serem agentes na sociedade.

Nos tempos atuais requer atitudes urgente no que tange a preservação ambiental, pois observa-se desastres oriundos da falta de cuidado da natureza. Sendo assim desenvolver atividades conscientes que tragam sustentabilidade, onde os seres humanos sejam capazes de sobreviver e preservar ao mesmo tempo.

Exemplos de atividades que podem ser desenvolvidas com as crianças:

- Processo de germinação de sementes (observação diária);
- Horta escolar;
- Conceitos e práticas em educação ambiental na escola (vídeos, imagem e campanhas publicitárias);
- Conhecer uma propriedade rural;
- Viveiro de ervas medicinais;
- Pomar caseiro (família e escola);
- Canteiros de flores (ajardinamento);
- Passeio/trilhas na natureza.

Atividades referente a: Educação ambiental e Desenvolvimento sustentável

Objetivos:

- Promover a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais.
- Incentivar a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza.
- Desenvolver oportunidades de sensibilização para o tema da produção e do consumo consciente e sustentável;
- Conscientizar crianças e professores para a importância da alimentação saudável e do cultivo de alimentos em hortas.
- Realizar vivências que busquem fortalecer e consolidar os vínculos de família, de amizade, de companheirismo, os laços de solidariedade humana, da tolerância e do respeito recíproco;
- Incentivar a utilização de jogos dinâmicos e vivências grupais na construção de conhecimento.

Saberes e conhecimentos a serem desenvolvidos:

Atividade	Diversidade, memória cultural e história
Objeto do conhecimento	- Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).
	- Perceber os elementos da natureza explorando os espaços externos da instituição; - Observar fenômenos da natureza como chuva, vento, luz solar e sombra;

Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Observar a chuva, seu som e outras sensações características (cheiro e vibrações), bem como do fenômeno trovão e suas características; - Vivenciar e reconhecer os fenômenos atmosféricos: chuva, sol, vento, nuvem, etc.; - Fazer observações para descobrir diferentes elementos e fenômenos da natureza, como: luz solar, chuva, vento, dunas, lagoas, entre outros; - Realizar investigações de como os fenômenos naturais ocorrem e quais suas consequências; - Ouvir músicas e histórias que envolvem a temática fenômenos da natureza e; - Reconhecer a importância da água para os seres vivos, bem como a necessidade de seu uso racional.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Relação espaço-temporal; - Preservação do meio ambiente; - Fenômenos naturais: luz solar, vento, chuva; - Tempo atmosférico; elementos da natureza e água.
Diversificação Curricular	

Atividade	Diversidade, memória cultural e história
Objeto do conhecimento	- Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber-se enquanto parte integrante do meio ambiente; - Conhecer plantas e acompanhar seu crescimento; - Experimentar em diferentes momentos o contato com elementos naturais em hortas e jardins e; - Participar de situações do cuidado com o meio ambiente: preservar as plantas.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Plantas, suas características e habitat; - Preservação do meio ambiente; - Transformação da natureza; - Elementos da natureza e; - Ouvir músicas e histórias que envolvem as temáticas plantas e meio ambiente.
Diversificação Curricular	

Estratégias de ensino:

A conscientização para a preservação ambiental é uma necessidade urgente nos dias atuais, diante disso se faz necessário trabalhar no ambiente escolar desde os primeiros anos de vida desenvolvendo a consciência ambiental de forma crítica, de maneira que utilize os recursos de forma/manejo adequado.

A metodologia utilizada pelo professor monitor poderá utilizar diferentes espaços, como pátio para ajardinamento (canteiro de flores), solário para viveiros suspensos de ervas medicinais, canteiros na horta de diferentes hortaliças e chás, distribuição de mudas para as famílias, visitaçao de uma propriedade rural, passeio trilha (parceria com a UFFS), bem como através de vídeos, confecção de cartazes, contação de histórias, teatro e músicas que incentivem a preservação do meio ambiente e da água.

Avaliação:

A avaliação é um processo contínuo que se dará através frequência, participação das atividades propostas, onde os registros serão através de fotos, para confecção do portfólio. Ao final do semestre o profissional participará do conselho de classe, tratando sobre o avanço do desenvolvimento de cada

criança. Os saberes e conhecimentos referentes a cada aluno serão representados na ficha avaliativa por cor, sendo da seguinte maneira:

Verde	Autonomia – tem domínio
Azul	Em desenvolvimento – está se apropriando
Laranja	Com auxílio do adulto
Amarelo	Deveria ter se apropriado dessa habilidade, porém, ainda observa-se que necessita de muito auxílio.
Vermelho	Não foi possível avaliar devido o aluno não ser frequente.

Desta forma os alunos serão avaliados mediante observação do professor sobre o desenvolvimento aluno, seus avanços e conquistas, que serão representados conforme a legenda acima.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC. 2017. Data do acesso: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Data do acesso: 25/08/2023.

BARBIERI, J.C. Desenvolver ou Preservar o Ambiente? São Paulo: Cidade Nova, 1996.

TRAVASSOS, Edson Gomes. A prática da educação ambiental nas escolas. Porto Alegre, RS: Editora Mediação, 2.ed., 2006.

4.9.2.1.4 Conviver, brincar e expressar (550)

Objetivos:

- Utilizar o espaço da brinquedoteca, para explorar os brinquedos e jogos individuais, em dupla e no coletivo;
- Realizar atividades lúdicas e recreativas que se caracterizam em diferentes formas e estruturas de organização e desenvolvimento: em círculo, em linha, em fileiras, zig zag, entre outras;
- Encaminhar brincadeiras cantadas e de expressão corporal, que trabalham práticas corporais construídas historicamente, bem como atividades rítmicas e expressivas, as parlendas, os jogos de dramatizações e mímicas e as cantigas de roda;
- Promover a socialização e convivência, o cuidado e a partilha de brinquedos e jogos;
- Estimular o faz-de-conta através de brinquedos e brincadeiras já conhecidas pelas vivências familiares e institucional;
- Compreender através de jogos, que existem regras e combinados;
- Oportunizar espaços voltados para a recreação, onde as crianças possam se desenvolver integralmente através das relações uns com os outros e;
- Expressar-se em jogos e brincadeiras corporais.

Atividades referentes a: Recreação (brinquedoteca e jogos)

Saberes e conhecimentos a serem desenvolvidos:

Atividade	Recreação (brinquedoteca e jogos)
Objeto do conhecimento	- Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.
Objetivos de Aprendizagem	- Explorar espaços e objetos de uso coletivo; - Vivenciar situações coletivas de brincadeiras com seus pares e professores(as); - Brincar com brinquedos e objetos em pequenos grupos considerando suas funções sociais; - Explorar coletivamente em diferentes momentos: fantasias, acessórios como lenços, chapéus, entre outros, brincando de faz de conta; - Interagir com colegas para iniciar uma brincadeira ou compartilhar brinquedos em suas atividades de explorações, investigações ou de faz de conta; - Explorar e compartilhar instrumentos e objetos de nossa cultura: óculos, chapéus, pentes, escovas, telefones, caixas, painéis, instrumentos musicais, livros, rádio, gravadores, etc.; - Brincar livremente com crianças da mesma faixa etária e adultos estabelecendo relações e; - Manter interações que gradativamente tenham maior duração, intenção de continuidade e complexidade de relações nas suas brincadeiras e jogos de exploração.
Habilidades	- Patrimônio material e imaterial; - Recursos tecnológicos e midiáticos; - Convívio e interação social e; - Atributos físicos e função social dos objetos.
Diversificação Curricular	

Atividade	Recreação (brinquedoteca e jogos)
Objeto do conhecimento	- Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.
Objetivos de Aprendizagem	- Brincar livremente com o outro estabelecendo relações; - Participar de situações de brincadeira buscando compartilhar enredos e cenários, usando expressões faciais como forma de expressar suas ideias, sentimentos e emoções por meio da dança, da música ou da arte e; - Participar de situações de brincadeiras de faz de conta que incentivem a comunicação entre as crianças.
Habilidades	- Sensações, emoções, percepções e sentimentos.
Diversificação Curricular	

Atividade	Recreação (brinquedoteca e jogos)
Objeto do conhecimento	- Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.
Objetivos de Aprendizagem	- Participar de interações e brincadeiras coletivas; - Vivenciar situações de compartilhamento de objetos com a mediação do(a) professor(a); - Interagir com as crianças e professor(a) percebendo situações de conflitos e suas soluções e; - Reconhecer o(a) professor(a) como apoio para ajudar a resolver conflitos nas brincadeiras e interações com outras crianças.
Habilidades	- Reconhecimento e respeito às diferenças; - Brincadeiras de cooperação, solidariedade e respeito e;

	- Procedimentos dialógicos para a resolução de conflitos.
Diversificação Curricular	

Estratégias de ensino:

Sabendo da importância dos jogos e brincadeiras na educação infantil, principalmente na faixa etária de zero a três anos para o desenvolvimento integral das habilidades da criança, serão realizadas atividades direcionadas para ampliar a agilidade, a concentração, coordenação motora, sensorial e expressiva, socialização, etc.

Para realizar as atividades propostas, o profissional monitor, poderá utilizar diferentes espaços, sendo: brinquedoteca, parquinho, saguão, pátio, passeios, etc., a fim de enriquecer a sua metodologia de ensino.

Os jogos e brincadeiras representam papéis sociais, ao protagonizarem personagens da vida cotidiana, precisam obedecer às regras de ação. Com isso, as crianças passam a desenvolver o autocontrole da conduta, uma vez que existem regras sociais a serem seguidas na interpretação dos personagens e na execução dos jogos de papéis.

Avaliação:

A avaliação é um processo contínuo que se dará através frequência, participação das brincadeiras e jogos individuais e coletivos, onde os registros serão através de fotos, para confecção do portfólio. Ao final do semestre o profissional participará do conselho de classe, tratando sobre o avanço do desenvolvimento de cada criança. Os saberes e conhecimentos referente a cada aluno serão representados na ficha avaliativa por cor, sendo da seguinte maneira:

Verde	Autonomia – tem domínio
Azul	Em desenvolvimento – está se apropriando
Laranja	Com auxílio do adulto
Amarelo	Deveria ter se apropriado dessa habilidade, porém, ainda observa-se que necessita de muito auxílio.
Vermelho	Não foi possível avaliar devido o aluno não ser frequente.

Desta forma os alunos serão avaliados mediante observação do professor sobre o desenvolvimento aluno, seus avanços e conquistas, que serão representados conforme a legenda acima.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC. 2017. Data do acesso: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Data do acesso: 25/08/2023.

Projeto Político Pedagógico (PPP). Prefeitura do Município de Maringá – Secretaria de Educação – Currículo da Educação Municipal de Maringá: Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental.

4.9.2.1.5 Conhecer-se e Expressar (549) - Saúde, bem-Estar e Alimentação

A infância é de fundamental importância para o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças, pois ambos estão ligados entre si. A promoção da saúde e do bem-estar desde os primeiros anos de vida contribui para a formação de hábitos saudáveis que perdurarão ao longo da vida. A escola por sua vez é um ambiente privilegiado para a educação em saúde, onde os professores podem influenciar positivamente as crianças, ajudando-as a compreender a importância de cuidar de si mesmas e dos outros, no que se refere a alimentação saudável e hábitos de higiene.

Promover hábitos corretos nesta fase de vida pressupõe qualidade de vida, que perdurará ao longo da vida e contribuirá para tornar-se um adulto saudável que se desenvolverá integralmente suas habilidades e potenciais.

A alimentação saudável é uma necessária, pois esta proporciona inúmeros benefícios, como: Melhoria do sistema imunológico, melhora a capacidade de concentração e fornece disposição para as atividades diárias e enfrentamentos dos desafios diários.

Atividade: Saúde, bem-estar e alimentação

A atividade será desenvolvida com ênfase na formação integral dos alunos por meio de ações que promoverão conhecimentos sobre saúde, bem como prevenção de doenças, estimulação de hábitos de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento, sendo necessário pautar ações/atividades, como aspectos voltados, para:

- Alimentação Saudável;
- Identificação características dos alimentos;
- Funcionamento do corpo;
- Cuidado bucal e corporal;
- Promoção de hábitos alimentares saudáveis, alimentos nutritivos;
- Hábitos de higiene;

Objetivo:

- Despertar os hábitos de uma boa alimentação, ingerindo alimentos saudáveis bem como ampliar conhecimento das crianças sobre a importância da nutrição, bem como ter contato através de experiência sensorial, gastronomia nacional, estimulando a preparação de receitas, proporcionando o desenvolvimento de atitudes positivas frente aos diferentes tipos de alimentos.

Saberes e conhecimentos a serem desenvolvidos

- Alimentação saudável;
- Nutrição dos alimentos;
- Saúde e bem estar;
- Hábitos alimentares;

- Origem dos alimentos;
- Estados físicos dos alimentos;
- Os 5 sentidos (paladar, tato, olfato, visão e audição);
- Processamentos e alteração dos alimentos;
- Origem das receitas;
- Comidas e receitas típicas locais e regionais;
- Habilidades motoras;
- Cooperação/socialização.

Estratégia de ensino:

Sabendo da importância da promoção saúde e bem estar, é necessário abordagens ativas e participativas, onde as crianças serão incentivadas a aprender por meio da prática e da interação. As atividades serão desenvolvidas através de práticas envolvendo: Jogos, dinâmicas em grupo, oficinas de culinária e momentos de reflexão (vídeos, material interativo e impresso), conversas em que as crianças poderão expressar suas opiniões e sentimentos sobre os temas abordados. A ideia é criar um ambiente acolhedor e estimulante, onde as crianças se sintam a vontade para explorar e aprender.

Este tema Também será abordado no momento das refeições das crianças, principalmente no horário do almoço onde as mesmas realizam a rotina da alimentação momento este em que elas comem, este é um momento muito importante pois serão estimuladas, incentivadas e orientadas com relação a autonomia de se alimentarem sozinhas, um processo gradativo e natural que acontece nesta faixa etária. Na sequência vem higienização da parte corporal, trocas, lavagem das mãos, rosto e escovação dental, seguindo então para o momento do descanso soninho. Acompanhado por profissional habilitado que fará orientação e acompanhamento a todo o momento das crianças neste processo, auxiliando, cuidando, zelando pelo bem-estar das mesmas.

Avaliação:

A avaliação será realizada de forma contínua, através da frequência, envolvimento e participação das atividades propostas durante o desenvolvimento das atividades do professor monitor.

Ao final do semestre o profissional participará do conselho de classe, tratando sobre o avanço do desenvolvimento de cada criança. Os saberes e conhecimentos referentes a cada aluno serão representados na ficha avaliativa por cor, sendo da seguinte maneira:

Verde	Autonomia – tem domínio
Azul	Em desenvolvimento – está se apropriando
Laranja	Com auxílio do adulto
Amarelo	Deveria ter se apropriado dessa habilidade, porém, ainda observa-se que necessita de muito auxílio.
Vermelho	Não foi possível avaliar devido o aluno não ser frequente.

Desta forma os alunos serão avaliados mediante observação do professor sobre o desenvolvimento aluno, seus avanços e conquistas, que serão representados conforme a legenda acima.

REFERÊNCIAS

BORIN, J. **Jogos e resolução de problemas**: uma estratégia para as aulas de matemática. 3.ed. São Paulo: IME/USP, 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Matemática. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular. Educação Infantil e Ensino Fundamental**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc20dez-site.pdf>

_____. Cadernos Pedagógicos: **Territórios educativos para a Educação Integral a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola**. Ministério da Educação (MEC): Brasília: agosto, 2010. LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

Cronograma de aplicação das atividades:

As atividades são previstas para serem desenvolvidas em no mínimo três dias da semana, respeitando os 200 dias letivos e o mínimo de 35 horas semanais, nos períodos matutino e vespertino totalizando um mínimo de 1400 horas anuais. Os alunos participam das atividades, seguindo uma organização de horário. Neste será computado o horário do almoço, higienização e repouso onde as crianças serão acompanhadas por um profissional, diretor/coordenador e profissional monitor. No período vespertino a alimentação será lanche/fruta e jantar, conforme o cronograma abaixo:

Dia da semana –manhã	Contraturno - horário	N° de participantes
Segunda-feira Quarta-feira Sexta-feira	7:45 às 8:45	De 15 a 20
	8:45 às 9:45	De 15 a 20
	9:45 às 10:45	De 15 a 20
	10:45 às 11:45	De 15 a 20
Almoço	Adaptado conforme a faixa etária	

Dia da semana –Tarde	Contraturno - horário	N° de participantes
Segunda-feira Quarta-feira Sexta-feira	12:50 às 13:50	De 15 a 20
	13:50 às 14:50	De 15 a 20
	15:00 às 16:00	De 15 a 20
	16:00 às 17:00	De 15 a 20
Jantar	Adaptado conforme a faixa etária	

CMEI DONA LAURA			
DIAS DA SEMANA	TURMAS		
	Berçários	Creche I	Creche III
Segunda-feira	Iniciação Musical (02) Contos e contações (02) Saúde, bem-estar e alimentação (01)	Educação ambiental e desenvolvimento Sustentável (02) Diversidade memória cultural e história (02) Saúde, bem-estar e alimentação (01)	Arte e desenvolvimento (02) Recreação, brinquedoteca e jogos (02) Saúde, bem-estar e alimentação (01)
Terça-feira	Regular Campos de experiências da base comum	--	--
Quarta-feira	Arte e desenvolvimento (02) Recreação, brinquedoteca e jogos (02) Saúde, bem-estar e alimentação (01)	Iniciação Musical (02) Contos e contações (02) Saúde, bem-estar e alimentação (01)	Educação ambiental e desenvolvimento Sustentável (02) Diversidade memória cultural e história (02) Saúde, bem-estar e alimentação (01)
Quinta-feira	Regular Campos de experiências da base comum	--	--
Sexta-feira	Educação ambiental e desenvolvimento Sustentável (02) Diversidade memória cultural e história (02) Saúde, bem-estar e alimentação.	Arte e desenvolvimento (02) Recreação, brinquedoteca e jogos (02) Saúde, bem-estar e alimentação (01)	Iniciação Musical (02) Contos e contações (02) Saúde, bem-estar e alimentação (01)

4.10 CONCLUSÃO

A Proposta Pedagógica Curricular desta instituição de ensino, resulta do processo de recontextualização das escolhas assumidas em relação ao currículo a ser implementado nesta unidade educativa. Constitui-se em texto que continuará a ser adaptado no processo de elaboração de materiais didáticos, de organização dos componentes curriculares e na prática pedagógica cotidiana.

Ressalta-se a importância de se explicitar os sentidos assumidos pelos diferentes discursos combinados nesta proposta, afinal, parece da maior relevância para o campo do currículo enfrentar as questões que diferentes discursos foram aglutinados no âmago da BNCC, de modo a torná-los aparentemente tão significativos para os professores quanto para estudantes, considerando a atual demanda social, formação para o exercício da cidadania e preparação para o mundo do trabalho.

Com relação à forma de tratamento da diversidade e da pluralidade cultural por meio dos Temas Sociais Contemporâneos e das Legislações apresentadas na sequência deste documento que circundam a vivência social, pode-se inferir que, tendo a BNCC assumido tamanha centralidade na

produção das propostas curriculares das instituições de educação, tenham também a incumbência de serem abordadas em espaço de discussões na organização prevaiente dos componentes curriculares e conteúdos de ensino, pois considera-se que toda e qualquer proposta pedagógica e curricular deve ser voltada para o aprimoramento intelectual, social e educacional dos estudantes, levando em consideração suas necessidades, primando por uma continuidade desde a educação infantil até as demais etapas de escolarização, numa perspectiva linear, articulada com as diferentes fases de ensino onde, o término de uma fase atenda ações de articulação da próxima, constituindo-se num todo orgânico, evitado rupturas drásticas, favorecendo a permeância do estudante na escola sem deixar de considerar as diferentes etapas do desenvolvimento humano e acadêmico. Assim é preciso haver uma sintonia constantemente e engajamento de cada um com o projeto coletivo, apresentado e reconstruído sempre com a consciência de estar contribuindo para a transformação tão almejada da educação.

Pensar o PPP acompanhado da Proposta curricular, como visto neste documento, é pensar a escola – o que está longe de ser somente uma atividade burocrática. É a partir do entendimento do PPP “vivo” da PPC desmembrada em conteúdos de estudo, amplamente articulado com as etapas da educação que oferta, com a comunidade onde está inserida, articulada com a cultura e com as legislações é que é possível fortalecê-lo como expressão do coletivo da escola. Essa articulação é uma tarefa que envolve toda a comunidade escolar, sendo processual torna-se mais palpável e facilitada à medida em se experiência o diálogo e as ações conjuntas. Nessa perspectiva, é importante que o coletivo da escola sempre esteja atento ao propósito de articular-se vinculando ações que colaborem para a oferta de um ensino de qualidade, num processo dinâmico de ensino e aprendizagem de sucesso para todos os envolvidos.

4.11 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional deve constar no Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino, considerando que a avaliação institucional “é um processo sistemático de identificação de méritos e de valores, de fatos e de expectativas; é uma atividade complexa que envolve: múltiplos instrumentos; diferentes momentos; diferentes agentes” (INEP/CONAES 2006). Sua finalidade maior é promover o desenvolvimento e a consolidação das instituições, elevando a qualidade de suas ações e produtos.

Segundo os órgãos normativos da educação, a avaliação instituição, é realizada para verificar o desempenho em atendimento às exigências legais estabelecidas pelo Sistema de Educação, obedecendo às exigências legais reiteradas pelo Conselho Estadual de Educação- Pr (CEE/Pr), órgão regulador do Estado.

As informações coletadas, em todas as instâncias e setores serão analisadas de forma a proporcionar mecanismos de intervenções com vistas a superar as fragilidades detectadas.

A avaliação institucional deverá ser realizada anualmente envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, com o objetivo de avaliar ações pedagógicas, administrativas e sociais

desenvolvidas na instituição de ensino e para dimensionar o processo educativo com vistas à melhoria da qualidade da educação. Com a principal função de inventariar, harmonizar, tranquilizar, apoiar, orientar, reforçar e de integrar a ação de formação, permite, assim, a identificação de possíveis problemas e ações para soluções dos mesmos.

A avaliação institucional para a educação pública deve fundamentar-se na avaliação qualitativa, utilizando também aspectos quantitativos, tendo por objetivo a construção de um processo de avaliação coletiva, flexível, transparente e consistente. Em suma, entendendo-se que avaliação institucional deve ser conduzida como um processo global, orgânico, sistêmico e contínuo, em que a responsabilidade por sua consecução é atribuída aos sujeitos participantes da escola. A avaliação está, portanto, vinculada à qualidade, podendo possibilitar que a comunidade educacional desenvolva uma cultura de avaliação pautada e articulada no PPP.

a) a avaliação institucional é realizada anualmente envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar com o objetivo de avaliar ações pedagógicas desenvolvidas na instituição de ensino para redimensionar o processo educativo com vistas à melhoria na qualidade da educação.

b) para a realização da avaliação institucional pressupõe-se a delimitação de indicadores e instrumentos, em consonância com a legislação vigente e orientações regulamentadas pela mantenedora, articulados com o Projeto Político-Pedagógico.

4.12 PERIODICIDADE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino deve ser revisto anualmente face ao planejamento periódico das ações e tomadas de decisões coletivas no âmbito da escola, considerando que expressa à autonomia e a identidade da instituição de ensino sendo estão amparadas pelas legislações vigentes, pelas necessidades históricas da escola pública e pelos direitos garantidos constitucionalmente a toda população.

Constitui-se nos fundamentos legais, conceituais, filosóficos, ideológicos, metodológicos e operacionais das práticas pedagógicas à luz da função precípua da escola pública como via de acesso ao conhecimento.

Sempre que ocorrer alguma mudança na organização da instituição o documento será reformulado de forma a atender a demanda a que se destina.

Deve ser elaborado com a participação da comunidade escolar/local e atualizado sempre que necessário, sendo, obrigatoriamente, revisado a cada cinco anos. A elaboração, reelaboração ou atualização do PPP deve ser objeto de análise e aprovação pelo Conselho Escolar, deverá ser analisado pela Secretaria Municipal de Educação – SME, para que seja emitida Declaração de Legalidade, posterior envio ao NRE para apreciação e emissão do Parecer de Legalidade. Por fim, caberá à SME, homologar, por meio de Ato Administrativo.

4.13 LEGISLAÇÃO VIGENTE

A instituição desenvolve seu trabalho regulamentado no PROCESSO nº1265/14, DELIBERAÇÃO Nº 02/14, seguindo normas e princípios para a Educação Infantil no Sistema de Ensino do Estado do Paraná e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Com objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

A instituição trabalha cada uma das temáticas de forma interdisciplinar envolvendo os conteúdos do planejamento, com foco maior nas datas comemorativas.

4.13.1 Constituição da República Federativa do Brasil 1988 - Direito de imagem

A imagem é a própria individualização figurativa de uma pessoa. O retrato da pessoa faz as vezes de verdadeira senha a identificar de pronto o indivíduo, distinguindo-o dos demais. Daí por que confere a seu titular todos os meios de defesa e composição contra-ataques ou divulgações não-autorizadas, injustas ou distorcidas. A imagem se exterioriza pelos sinais identificadores naturais e artificiais. Os primeiros dizem respeito ora à contextura psíquica, ora à corporal ou física do indivíduo. São os caracteres morfológicos e cromáticos que, em suma, exteriorizam a individualidade da pessoa.

O direito à imagem é, pois, expressão do direito à individualidade. O atual Código Civil, na esteira da Constituição Federal, disciplina, em seu artigo 20, a proteção específica do direito em análise ao ressaltar que a divulgação da imagem só poderá ser feita com o consentimento de seu titular, prevendo, por outro lado, a possibilidade de indenização quando violado.

No momento da matrícula e da renovação da matrícula os pais/ responsáveis assinarão uma concessão de uso da imagem para fins pedagógicos, em sites da mantenedora, redes sociais da escola e dos professores.

4.13.2 Lei Federal nº 9.503/97 - Educação para o trânsito.

O texto da referida lei apresenta no Art. 76 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que:

A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação (Brasil), Lei 9.503/97, Art. 76).

Assim a referida lei apresenta que “a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito” torna-se uma normativa legal.

Educação para o trânsito deve ser definida como ação para desenvolver no ser humano a capacidades de uso e participação consciente das vias terrestres urbanas e uma vez que, ao circular, os indivíduos estabelecem relações sociais, compartilham espaços e fazem opções de circulação que

interferem direta ou indiretamente na sua qualidade de vida e na daqueles com quem convivem no trânsito. Portanto, ações de Educação para o Trânsito, terão como principal meta proporcionar às crianças um processo de ensino-aprendizagem que lhes permita desenvolver a consciência da cidadania e da ética, de forma que possam construir, durante o processo educativo, hábitos, comportamentos seguros e serem cidadãos no trânsito. Esse processo deve concentrar mecanismos adequados para que a faixa etária envolvida tenha respeitado seu nível de desenvolvimento e grau de conhecimento.

Será realizado um trabalho voltado para a realidade local, com atividades, sobre os cuidados com a segurança no transporte escolar, de acordo com a faixa etária dos alunos também serão utilizados diversos materiais para explicar a Educação para o Trânsito como vídeos educativos, palestras, cartazes, folders entre outros.

4.13.3 Lei Federal nº 9.795/99 - Educação Ambiental e Lei Estadual nº 17505/2013 Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental

Os referidos documentos normativos apresentam que:

[...] A Política Estadual de Educação Ambiental deve:

- I - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na preservação e conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- II - Promover e desenvolver a educação ambiental de maneira integrada, interdisciplinar e transversal no currículo escolar, bem como integrá-la como prática e princípio educativo contínuo e permanente, em todos os níveis e modalidades do ensino formal;
- III - Promover ações de educação ambiental integradas aos programas de preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente [...].

A Educação Ambiental surge como uma necessidade das sociedades contemporâneas, na medida em que as questões socioambientais têm sido cada vez mais discutidas e abordadas na sociedade, em decorrência da gravidade da degradação do meio natural e social. Desta forma, a sistematização destas discussões na escola, é uma maneira de oportunizar ao educando uma reflexão crítica da realidade a qual pertence, desde o nível local ao global. É necessário que a criança conheça primeiro a sua realidade para que possa depois compreender o que está além dela. Nesse sentido, a escola deve se organizar de forma a proporcionar oportunidades para que o aluno possa utilizar o conhecimento sobre Meio Ambiente para compreender a sua realidade e atuar sobre ela.

Nesse sentido nossa instituição terá ações de combate à degradação dos recursos naturais por meio de palestras, vídeos, cartazes e vivências reflexivas, estando atenta para o combate a proliferação do mosquito da dengue "Aedes Aegypti", uso correto dos recursos naturais (ar, água, solo), cuidados com a exposição à radiação solar com o uso de protetor solar, priorizando pelo uso racional do solo, bem como cuidados com pesticidas e inseticidas quando usados no plantio.

4.13.4 Lei Federal nº 10.639/2003 - História e Cultura Afro-Brasileira e Lei Federal nº 11.645/2008 - História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Para nortear o cumprimento da legislação, o Conselho Nacional de Educação aprovou em 2004 e o Ministério da Educação (MEC) homologou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para educação das relações étnico-raciais. Pelas diretrizes, o ensino deve ter três princípios: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. Os princípios se desdobram em diversas ações e posturas a serem tomadas pelos estabelecimentos de ensino.

A legislação apresenta que: "Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas da disciplina de Arte e de Literatura e História[...]", diz o parágrafo 2º da lei 11.645, sem prejuízo das demais disciplinas ou eixos de conteúdos, "[...] em atividades curriculares, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares".

As diretrizes sugerem ainda, por exemplo, que no ensino da história afro-brasileira esteja compreendida a história dos quilombos; na história da África, as civilizações e organizações políticas pré-coloniais e da cultura africana.

O trabalho das escolas deve partir de três princípios básicos:

- O princípio da consciência política e histórica da diversidade – que conduz à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e histórias próprias igualmente valiosas, e que em conjunto constroem, na nação brasileira, a sua história;

- O princípio do fortalecimento de identidades e de direitos – que devem orientar o desencadeamento do processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida, e o combate à privação e à violação de direitos e;

- Finalmente, o princípio de ações educativas de combate ao racismo e às discriminações - que encaminha a criação de condições para professores e alunos pensarem, decidirem e agirem, assumindo a responsabilidade pelas relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos e contestações, e valorizando os contrastes das diferenças.

Esta Instituição de ensino oferecerá os conteúdos referentes a história afro-brasileira e dos povos indígenas de forma articulada, aos campos de experiências, observando as características culturais presentes nas leituras, músicas, teatros, exposições, imagens, brincadeiras durante todo o processo de ensino.

É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas. Em novembro será dado ênfase por ocasião do dia da Consciência Negra em consonância com a Lei.

4.13.5 Lei Federal nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso – Educação para o envelhecimento saudável

A Lei 10.741, de 03 de outubro de 2003, dispõe sobre a instituição do Estatuto do Idoso, assegurando os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, e atribuindo à família, à comunidade, à sociedade e ao Poder Público, o dever de efetivar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (art. 3º).

A Política Nacional do Idoso foi instituída em 1994 em âmbito nacional, Em 1997, com a Lei Estadual nº 11.863, de 03 de outubro de 1997, o estado do Paraná consolida a sua Política Estadual do Idoso. Em ambas as leis são delegadas atribuições para a educação, o que foi mantido também no Estatuto do Idoso de 2003, com a mesma redação para a tarefa educacional, em seu Artigo 22, que determina: “Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.”

Hoje, uma porcentagem considerada da população idosa é responsável pela sobrevivência familiar. Nossa cultura valoriza muito a juventude, pelo histórico de país jovem e, sobretudo, por conta dos recentes estudos que apontam o grande potencial de consumo dos adolescentes.

O preconceito contra o idoso está presente nessa sociedade e, com frequência, é manifestado pela falta de sensibilidade e de solidariedade, numa atitude em que torna depreciativo o destino inevitável de todos nós: sermos testemunhas do tempo. Envelhecer é o exercício de viver, tanto que nas sociedades orientais é entendido como sabedoria. De forma oposta, no ocidente, é notado pela alteração de algumas funções orgânicas. O próprio adjetivo “velho” nos dicionários figura como: obsoleto, antiquado e gasto pelo uso, mas esquecemos que na linguagem coloquial “meu velho” traduz camaradagem, confiança, amizade e companheirismo – este é o real significado do envelhecimento. Ver o idoso como problema é ter uma visão míope do próprio futuro.

Será aprofundado o tema do estatuto por motivo do dia dos avós em julho com debates, palestras, reflexões de textos, atividades, vídeos educativos, cartazes e homenagens.

4.13.6 Lei Federal nº 12.764/2012 - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

A lei é vista por especialistas como mais um reforço na luta pela inclusão. O texto estabelece que o autista tem direito de estudar em escolas regulares, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Profissionalizante, e, se preciso, pode solicitar um acompanhante especializado. Ficam definidas, também, sanções aos gestores que negarem a matrícula a estudantes com deficiência. A punição será de três a 20 salários-mínimos e, em caso de reincidência, levará à perda do cargo. “Recusar a matrícula já é algo proibido por lei, a medida reforça isso e estabelece a punição.”

A inclusão não deve ser apenas um desafio do professor, mas sim de toda a escola e da rede de ensino. Os educadores têm de entender o autismo, compreender que aquele aluno processa as informações de maneira diferente, tem resistência a mudanças, pode ser mais sensível ao barulho.

Cada uma dessas especificidades exige adaptações na rotina. É preciso, então, criar uma rede de apoio em que o professor da turma regular, o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o coordenador pedagógico atuem em conjunto. Há que se mobilizar, também, diretores, funcionários, pais e alunos, de modo a envolvê-los em um projeto de escola inclusiva, na qual as diferenças são respeitadas e utilizadas em prol da aprendizagem.

Para que a inclusão ocorra, portanto, é preciso mais do que a aprovação de uma lei. Deve-se rever as políticas públicas atuais de modo a garantir aos educadores os conhecimentos, o tempo e a formação necessária para que os alunos não só sejam matriculados, mas também tenham garantido seu direito de aprender. Na Lei Federal nº 12.764/2012 apresenta no artigo 3º:

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.
Art. 4º A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

Parágrafo único. Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, observar-se-á o que dispõe o art. 4º da Lei nº10.216, de 6 de abril de 2001.

Art. 5º A pessoa com transtorno do espectro autista não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição de pessoa com deficiência, conforme dispõe o art. 14 da Lei nº9.656, de 3 de junho de 1998.

Art. 6º (VETADO).

Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.

§ 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurada o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

§ 2º (VETADO).

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

As crianças e os adolescentes que convivem com o autismo precisam lidar com desafios constantes. O ingresso na vida escolar, no entanto, pode ser uma experiência enriquecedora, tendo em vista as possibilidades existentes.

A permanência bem-sucedida desses alunos depende de uma série de fatores responsáveis pelo resultado final: um percurso pedagógico repleto de conquistas e aprendizados. Nesta Instituição será trabalhado com o tema através de vídeos, textos e reflexões com todas as turmas.

4.13.7 Lei Federal nº 13.006/2014 - obrigação em exibir de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica

A lei que obriga as escolas de Educação Básica a exibir filmes brasileiros aos alunos por, no mínimo, duas horas por mês. A lei 13.006 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e foi publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de junho de 2014. Segundo a redação, “a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, duas horas mensais”.

De acordo com os dados do Censo Escolar as escolas da Educação Básica existentes no País, mais de 74% delas têm aparelho de DVD e 77% contam com televisão.

O texto determina que a exibição dos filmes seja um componente curricular complementar e integre a proposta pedagógica da escola. Para fazer cumprir a lei, prefeituras e governos mobilizam recursos para incluir a linguagem audiovisual no processo de ensino da educação básica. No entanto, será necessário cuidado na seleção dos filmes e no planejamento das aulas. A escolha dos títulos deve ser discutida de forma coletiva entre secretaria e unidades escolares para contemplarmos as necessidades e especificidades das escolas.

Nesta Instituição os filmes serão utilizados como material complementar ou de apoio pedagógico e didático.

4.13.8 Lei 11.696/2008 e Parecer CNE/CEB nº 12/2013 - Ensino de música na educação básica

O debate sobre o papel da Arte na Educação Básica, em especial do conteúdo Música, ganha evidência na atualidade com a aprovação da Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Essa normativa altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com vistas a dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de Música na Educação Básica. Para tanto, acrescenta ao art.26 da LDB, que trata da base nacional comum e da parte diversificada do currículo da Educação Básica, o § 6º, estabelecendo a Música como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, tratado no § 2º desse mesmo artigo. Com a redação dada pela Lei nº 12.287/2010 (que altera a Lei nº 9.394/96, no tocante ao ensino da Arte), o referido § 2º dispõe que o ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Sendo assim, o Parecer do CNE (12/2013) apresenta que a presença da Música no currículo escolar favorece o funcionamento das capacidades cognitivas, uma vez que ela:

- Educa a atenção;
- Promove a interação social;
- Forma circuitos no cérebro que são base para outras atividades humanas;
- Forma conexões que são relacionadas à sintaxe da escrita e da matemática, cria representações mentais no cérebro e, eventualmente, cria memórias destas representações mentais que podem ser acionadas em aprendizagens várias, inclusive da leitura;
- Desenvolve o pensamento geométrico e a aprendizagem de sequências lógicas.

Música, portanto, é importante fator de identidade pessoal e expressão da cultura, que abrange a diversidade de experiências e historicidade de um povo, constituindo - se, dessa forma, em componente de cidadania.

O Brasil possui uma riqueza cultural e artística que precisa ser incorporada, de fato, no seu projeto educacional. Isso só acontecerá se escola e espaços que trabalham com educação começarem a valorizar e incorporar, também, conteúdos e formas culturais presentes na diversidade da textura social. Trata-se de um momento importante para se pensar em projetos educacionais inovadores e condizentes com nosso tempo.

O ensino das Artes incorporado em projetos dessa natureza vem ao encontro de propostas inovadoras, em que a expressão cultural e artísticas são reconhecidas como dimensões insubstituíveis e, portanto, únicas nos sentidos de promover o desenvolvimento humano.

A proposta que se preconiza não fecha em conteúdos pré-estabelecidos, mas antes, reconhece que a diversidade cultural deve ser considerada ao se elaborar os projetos. Isso significa que os valores simbólicos das culturas locais devem estar presentes juntamente com aqueles conhecimentos que fazem parte do patrimônio musical que é um legado da humanidade. Dessa forma, a Lei favorece que se abra esse espaço tanto para uma discussão sobre o que se pode fazer para melhorar a educação brasileira como, também, possibilita que se planeje essa inserção no sistema educacional brasileiro. Nesse sentido é que as práticas musicais se mostram como um fator potencialmente favorável para a transformação social dos grupos e indivíduos.

Para esta Instituição a Música é importante para a integração das crianças, estimula o bom convívio social, a harmonia, o desenvolvimento da fala, da respiração, da autoestima e o desenvolvimento cognitivo, por tanto a música serão trabalhados em vários momentos em todas as turmas e nos diversos componentes curriculares.

4.13.9 Lei Estadual nº 18.447/2015 - Instituição da Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas - combate à violência contra a mulher

No Paraná temos uma legislação específica que destaca a importância desse trabalho de prevenção desenvolvido na escola, a Lei Estadual nº 18.447/2015 que institui a Semana Maria da Penha nas Escolas. Essa legislação surge como uma resposta ao nosso contexto social que ainda é marcado pela violência contra as mulheres. A publicação dessa lei estadual reforça a necessidade de problematizarmos o tema com toda a comunidade escolar. A escola é parte fundamental no processo educacional para uma cultura preventiva e não violenta.

A Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, é um dispositivo legal que visa aumentar o rigor das punições sobre crimes domésticos, é normalmente aplicada aos homens que agredem fisicamente ou psicologicamente a uma mulher ou à esposa, o que é mais recorrente.

O objetivo principal de conscientizar os educandos e comunidade escolar acerca da lei nº 11.340 promovendo explicações e reflexões através de palestras às famílias, e trabalhos voltados à temática em questão. As propostas curriculares abordarão a importância da conscientização das famílias e da sociedade para o tema da violência contra a mulher, e a questão da impunidade por falta de denúncias.

A escola, espaço de produção do conhecimento e formação do sujeito, apresenta através do currículo oculto, configurado pelos depoimentos/relatos dos/as educandos/as a realidade presente no contexto familiar, das várias formas de violência inclusive contra as mulheres (mãe, irmãs, primas, tias, avós). Deste modo se percebe o desafio em educar sujeitos para cultura de respeito e equidade de gênero.

Para reflexão a respeito do conhecimento sobre as Políticas Públicas de proteção as mulheres, em particular a Lei 11.340/06 conhecida como “Lei Maria da Penha” que ganhou este nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que por vinte anos lutou para ver seu agressor preso.

É preciso que compreender que a escola e instituições educacionais são locais capazes de fazer a diferença no enfrentamento a todas as formas de violência praticadas, especialmente, contra o público com maior vulnerabilidade social e individual (mulheres, idosos, homossexuais, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, entre outros), na construção de uma cultura para equidade de gênero e de paz. Assim a Lei Maria da Penha também se aprende na escola, e favorece a toda sociedade, em especial às mulheres, uma consciência crítica e de utilização desta política pública no enfrentamento a violência doméstica e familiar.

Nesta Instituição vamos trabalhar a conscientização dos alunos através de filmes educativos, palestras, leitura, cartazes e interações com as famílias.

4.13.10 Deliberação CEE/PR 04/2006, artigo 6º- Formação de equipes multidisciplinares

Para atender as Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino públicas e privadas que atuam nos níveis e modalidades do Sistema Estadual de Ensino no Paraná.

Uma equipe multidisciplinar pode ser definida como:

[...] um grupo de indivíduos com contributos distintos, com uma metodologia compartilhada frente a um objetivo comum, cada membro da equipa assume claramente as suas próprias funções, assim como os interesses comuns do coletivo, e todos os membros compartilham as suas responsabilidades e seus resultados. (ZURRO, FERREROX e BAS, 1991, p. 29).

Dentro dessa perspectiva concebemos a equipe multidisciplinar integrada por diversos profissionais de áreas diferentes, com um objetivo comum, voltados para as necessidades do aluno, cada um dentro de sua área trazendo contribuições para a resolução das necessidades de cada educando.

É necessário que os profissionais tenham a capacidade de trabalharem numa visão de totalidade, sem anular o seu saber individual diante do saber coletivo.

O combate ao racismo e às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas deve ser objeto de constante reflexão e intervenção no cotidiano da Educação Infantil.

As ações educativas e práticas cotidianas devem considerar que os modos como a cultura medeia as formas de relação da criança consigo mesma são constitutivos dos seus processos de construção de identidade. A perspectiva que acentua o atendimento aos direitos fundamentais da criança, compreendidos na sua multiplicidade e integralidade, entende que o direito de ter acesso a processos de construção de conhecimento como requisito para formação humana, participação social e cidadania das crianças de zero a cinco anos de idade.

Por considerar que os conteúdos referentes à educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e Indígena devem estar presentes em todos os espaços do ambiente escolar, ou seja, salas de aulas, laboratórios, biblioteca, áreas de esporte e lazer, e até mesmo nas dependências administrativas, com a disseminação de conhecimentos para os profissionais que atuam nesses espaços.

Nesta perspectiva, o professor pode realizar atividades que discutam, sob a ótica cultural das populações africanas e afro-brasileiras, o estudo da vida, dos fenômenos naturais, dos animais, das plantas, das relações entre formas vivas e não vivas, da saúde, da produção de alimentos, entre outros. Também é possível ensinar sobre a importância de conhecimentos das comunidades tradicionais afro-brasileiras e ameríndias sobre ervas e plantas medicinais na descoberta de princípios ativos e novos medicamentos, no contexto científico contemporâneo. Desta forma, abre-se espaço para aprender sobre conhecimentos tradicionais, simbolicamente codificados em mitos, lendas e ritos de passagem.

Aproximar o convívio e o respeito entre as dimensões científica e tradicional de herança cultural brasileira que possibilita compreender a importância simbólica das plantas para combater doenças e pragas nos ambientes domésticos, como por exemplo, explicar que a arruda, uma planta de origem africana foi muito utilizada pelos africanos para evitar a presença de moscas nas suas moradias. Tal procedimento foi apropriado pelo não-africano para higienizar suas residências, e assim, ressignificar o conhecimento sanitário preventivo de doenças, ratificando o saber tradicional africano.

O docente também poderá realizar uma comparação entre a palavra Ciência e Ciência Natural, para explicar a importância da presença dos elementos da natureza (água, ar, fogo, animais, terra) para consolidar o conhecimento tradicional e prática cultural africana.

Assim a instituição deverá compor sua equipe multidisciplinar para tratar de todas as questões que envolvam qualquer tipo de discriminação tanto étnica, social, ou religiosa, trabalhando na perspectiva de uma sociedade igualitária de respeito.

A instituição deverá compor sua equipe multidisciplinar para tratar de todas as questões que envolvam qualquer tipo de discriminação tanto étnica, social, ou religiosa, trabalhando na perspectiva de uma sociedade igualitária de respeito. Nessa perspectiva a equipe multidisciplinar que atende a escola está organizada em nível de Secretaria Municipal de Educação.

4.13.11 História e cultura Paranaense

A deliberação 07/06 do Conselho Estadual de Educação institui a inclusão dos conteúdos de História do Paraná nos currículos da Educação Básica apresentando.

Art. 1º A presente Deliberação institui a inclusão dos conteúdos de História do Paraná nos currículos da educação básica, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, objetivando a formação de cidadãos conscientes da identidade, do potencial e das possibilidades de valorização do nosso Estado.

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino poderão ofertar a disciplina História do Paraná na parte diversificada do currículo, em mais de uma série ou distribuir os seus conteúdos em outros componentes curriculares, baseados em bibliografia especializada.

§ 1º Para a aprendizagem dos conteúdos curriculares, as escolas deverão oferecer atividades por diversas abordagens metodológicas, promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, com o estudo das comunidades, municípios e regiões do Estado.

A aprendizagem dos conteúdos curriculares deverá oferecer abordagens e atividades promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, partindo dos estudos das comunidades, municípios e microrregiões do Estado.

Deverão ser incluídos o reconhecimento da Bandeira, do Escudo e do Hino do Paraná, os símbolos paranaenses como a Araucária, a gralha azul, a erva mate, aliados aos respectivos costumes paranaenses como meio promoção da cultura do estado.

O hasteamento da Bandeira do Estado e o Canto do Hino do Paraná se constituirão atividades semanais regulares e, também nas comemorações festivas na instituição de ensino. Por ocasião de valorização da cultura dar-se-á ênfase no mês de agosto em comemoração ao dia do Folclore, como forma de valorização da cultura local.

4.13.12 Direitos humanos

A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais: primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, e não menos importante, que ou esta educação é compartilhada por aqueles que estão envolvidos no processo educacional – os educadores e os educandos - ou ela não será educação e muito menos educação em direitos humanos. Tais pontos são premissas: a educação continuada, a educação para a mudança e a educação compreensiva, no sentido de ser compartilhada e de atingir tanto a razão quanto a emoção.

A instituição velará para que os direitos dos cidadãos sejam sempre observados, através de sua prática cotidiana baseada na cidadania, na tolerância e no respeito mútuo.

4.13.13 Lei Federal nº 8.096/1990- Estatuto da Criança e do Adolescente - trata dos direitos das crianças e dos adolescentes

A escola é um dos principais locais para a criança e o adolescente terem acesso às informações sobre seus direitos e se desenvolverem como cidadãos. É fundamental que a educação para o exercício de direitos comece cedo, para contribuir com a consolidação da cidadania das crianças, que poderão compreender, disseminar e exigir seus direitos.

A Constituição de 1988 em seu Artigo 227 estabelece:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência,

discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Art. 3º do ECA:

Criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando -se- lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º do ECA: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A transversalidade do tema nas atividades pedagógicas cotidianas deve prevalecer, além de aprofundamento em projetos específicos na semana da criança no mês de outubro, inserindo o universo do direito no dia-a-dia das crianças, adolescentes, professores e familiares.

Essa temática será trabalhada nesta instituição através de palestras, leitura, vídeos educativos, trabalhos, cartazes e atividades de acordo com a faixa etária e a turma onde o aluno está matriculado, dinâmicas envolvendo os alunos e os familiares.

4.13.14 Lei Estadual nº 17482/2013 - Peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados do Estado do Paraná.

Art. 1º O peso bruto máximo do material escolar em bolsas, mochilas ou similares, a ser transportado por alunos do pré-escolar e do ensino fundamental de estabelecimentos de ensino públicos e privados do Estado do Paraná não poderá ultrapassar os seguintes percentuais:

I - 5% (cinco por cento) do peso do aluno com até dez anos de idade;

II - 10% (dez por cento) do peso do aluno com mais de dez anos de idade.

Art. 2º Ficará a cargo da coordenação dos estabelecimentos de ensino públicos e privados, a definição do material escolar a ser transportado diariamente.

§ 1º O material que exceder o peso bruto máximo permitido deverá ficar guardado no estabelecimento de ensino, em armários individuais ou coletivos.

§ 2º Fica vedada a cobrança de taxa por parte dos estabelecimentos de ensino públicos e privados pela guarda do material a que se refere o § 1º deste artigo

4.13.15 Lei Estadual nº 17.335/2012 - Programa de Combate ao Bullying

No Estado do Paraná há a Lei nº 17.335/2012, que institui o Programa de Combate ao Bullying, por meio de equipe interdisciplinar, para a promoção de atividades didáticas, informativas, de orientações e prevenção.

O bullying é uma forma de violência que ocorre na relação entre pares, sendo sua incidência maior entre os estudantes, no espaço escolar. É caracterizado pela intencionalidade e continuidade das ações agressivas contra a mesma vítima, sem motivos evidentes, resultando danos e sofrimentos e dentro de uma relação desigual de poder, o que possibilita a vitimação. É uma forma de violência gratuita em que a vítima é exposta repetidamente a uma série de abusos, por meio de constrangimento, ameaça, intimidação, ridicularização, calúnia, difamação, discriminação, exclusão, dentre outras formas, com o intuito de humilhar, menosprezar, inferiorizar, dominar.

Pode ocorrer em diversos espaços da escola ou fora dela, como também em ambientes virtuais, denominado bullying virtual ou cyberbullying, onde os recursos da tecnologia de informação e comunicação são utilizados no assédio.

O trabalho de combate ao bullying se dará de forma articulada, onde os professores trabalharão conversas, vídeos educativos, imagens, leitura de livros de literatura voltados ao tema, levando os educandos a refletirem sobre seus comportamentos e suas ações como também evitem que esse tipo de ação aconteça.

4.13.16 Lei Federal nº 12.031/2009 - obrigatoriedade de execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de ensino fundamental e Lei Federal nº 12.472/2011 incluindo os símbolos nacionais

A proposta da lei, é incentivar o civismo em escolas públicas e particulares de todo país por meio da prática reiterada da execução do Hino Nacional. A lei, sancionada deve facilitar o canto do hino corretamente, já que em grande parte das escolas a prática desse está esquecida. Para a maioria dos especialistas, a inclusão do hino na rotina das escolas é uma forma de estimular e consolidar o civismo, que também anda esquecido no Brasil. Aprender o Hino Nacional é importante. Pois ele desenvolve nas pessoas um sentido de pertencimento à nação brasileira. Também de acordo com o professor, é importante que se conheça e entenda as palavras, muitas vezes difíceis, que compõem o Hino Nacional.

Em relação ao ato cívico, alunos acreditam ser uma demonstração de amor, respeito e submissão ao Brasil. Mas para isso, cantar não é suficiente. Para os professores, a execução do Hino Nacional nas escolas vai muito além disso. É necessário que as escolas trabalhem a letra em sala de aula desenvolvendo a questão do civismo. Aprendendo a ter mais amor pela Pátria os alunos também aprendem sobre patriotismo e tiram do ambiente escolares lições que levarão para toda a vida.

Portanto, o hasteamento das Bandeiras do Brasil, Estado, Município bem como o Canto dos Hinos Nacional, Estadual e Municipal se constituirão atividades semanais regulares e, também nas comemorações festivas na instituição de ensino, como forma de valorização da cultura local.

4.13.17 Lei Federal nº 13.085/2015- Dia nacional de atenção à dislexia

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Atenção à Dislexia, a ser comemorado no dia 16 de novembro de cada ano.

Parágrafo único. O Dia Nacional de Atenção à Dislexia será comemorado com eventos sociais, culturais e educativos destinados a difundir informações sobre a doença, conscientizar a sociedade e mostrar a importância do diagnóstico e tratamento precoces.

Nesta Instituição será comemorado com eventos sociais, culturais e educativos destinados a difundir informações sobre a doença, conscientizar a sociedade e mostrar a importância do diagnóstico e tratamento precoces. Orientação aos pais e profissionais para o atendimento de crianças com diagnóstico de dislexia.

4.13.18 Lei Federal nº 13722/18 - Lei Lucas

Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil.

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino de educação básica da rede pública, por meio dos respectivos sistemas de ensino, e os estabelecimentos de ensino de educação básica e de recreação infantil da rede privada deverão capacitar professores e funcionários em noções de primeiros socorros.

§ 1º O curso deverá ser ofertado anualmente e destinar-se-á à capacitação e/ou à reciclagem de parte dos professores e funcionários dos estabelecimentos de ensino e recreação a que se refere o caput deste artigo, sem prejuízo de suas atividades ordinárias.

§ 2º A quantidade de profissionais capacitados em cada estabelecimento de ensino ou de recreação será definida em regulamento, guardada a proporção com o tamanho do corpo de professores e funcionários ou com o fluxo de atendimento de crianças e adolescentes no estabelecimento.

§ 3º A responsabilidade pela capacitação dos professores e funcionários dos estabelecimentos públicos caberá aos respectivos sistemas ou redes de ensino.

Art. 2º Os cursos de primeiros socorros serão ministrados por entidades municipais ou estaduais especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial à população, no caso dos estabelecimentos públicos, e por profissionais habilitados, no caso dos estabelecimentos privados, e têm por objetivo capacitar os professores e funcionários para identificar e agir preventivamente em situações de emergência e urgência médicas, até que o suporte médico especializado, local ou remoto, se torne possível.

§ 1º O conteúdo dos cursos de primeiros socorros básicos ministrados deverá ser condizente com a natureza e a faixa etária do público atendido nos estabelecimentos de ensino ou de recreação.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino ou de recreação das redes pública e particular deverão dispor de kits de primeiros socorros, conforme orientação das entidades especializadas em atendimento emergencial à população.

Art. 3º São os estabelecimentos de ensino obrigados a afixar em local visível a certificação que comprove a realização da capacitação de que trata esta Lei e o nome dos profissionais capacitados.

Art. 4º O não cumprimento das disposições desta Lei implicará a imposição das seguintes penalidades pela autoridade administrativa, no âmbito de sua competência:

I - Notificação de descumprimento da Lei;

II - Multa, aplicada em dobro em caso de reincidência; ou

III - em caso de nova reincidência, a cassação do alvará de funcionamento ou da autorização concedida pelo órgão de educação, quando se tratar de creche ou estabelecimento particular de ensino ou de recreação, ou a responsabilização patrimonial do agente público, quando se tratar de creche ou estabelecimento público.

Art. 5º Os estabelecimentos de ensino de que trata esta Lei deverão estar integrados à rede de atenção de urgência e emergência de sua região e estabelecer fluxo de encaminhamento para uma unidade de saúde de referência.

Art. 6º O Poder Executivo definirá em regulamento os critérios para a implementação dos cursos de primeiros socorros previstos nesta Lei.

Art. 7º As despesas para a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, incluídas pelo Poder Executivo nas propostas orçamentárias anuais e em seu plano plurianual.

4.13.19 Decreto nº 177/2024 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira, africana e dos povos indígenas, no Município de Rio Bonito do Iguaçu/PR.

CONSIDERANDO a necessidade de promover a conscientização sobre igualdade racial e inclusão social, com foco na diversidade social e na urgência em prevenir e combater a reprodução da discriminação racial nas Instituições de Ensino Municipais e fora delas, resolve;

Art. 1º. Fica instituída a obrigatoriedade do ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" em todas as Instituições de Ensino da Rede Municipal de Rio Bonito do Iguaçu/PR.

Art. 2º. Os conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-brasileira e Indígena serão integrados de forma transversal e interdisciplinar em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme previsto na Lei Federal nº 10.639/2003, modificada pela Lei Federal nº 11.645/2008, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Art. 3º. A formação continuada dos professores e demais profissionais da educação incluirá conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, bem como abordará o Estatuto da Igualdade Racial e demais legislações pertinentes.

Art. 4º. Serão desenvolvidas ações de conscientização sobre igualdade racial e inclusão social, com enfoque na diversidade social, que visem à conscientização dos problemas gerados pelas práticas discriminatórias.

§ 1º. A Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena deverão ser compreendidas como um processo que redimensione as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas e os procedimentos de ensino.

§ 2º. A Educação das Relações Étnico-Raciais será desenvolvida por meio de conteúdo, saberes, atitudes e valores voltados para o desenvolvimento de uma escola laica e intercultural, que valorize a diferença e a diversidade humana.

§ 3º. A Educação das Relações Étnico-Raciais será desenvolvida com base nos princípios de liberdade e solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento das crianças e estudantes, em seu preparo para o exercício da cidadania em uma sociedade multicultural e pluriétnica.

Art. 5º. Serão implementadas medidas para prevenir e combater a reprodução da discriminação racial e social nas Instituições de Ensino Municipais e fora delas, através de ações de discussão e combate à discriminação racial, bem como de fomento à igualdade racial e inclusão social.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições contrárias.

4.13.20 Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023 - Política Nacional de Educação Digital

Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003.

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED), estruturada a partir da articulação entre programas, projetos e ações de diferentes entes federados, áreas e setores governamentais, a fim de potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para as populações mais vulneráveis.

Em 11 de janeiro de 2023, foi sancionada a Lei nº 14.533 no Brasil, que instituiu a Política Nacional de Educação Digital (PNED). Seu objetivo é aprimorar não só o acesso da população brasileira aos recursos e ferramentas digitais como também as boas práticas no ambiente digital. A nova lei também trouxe alterações para as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.448/1996), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Lei nº 9.448/1997), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Lei nº 10.260/2001), e a Política Nacional do Livro (Lei nº 10.753/2003).

Com uma preocupação constante com o uso e as possibilidades de interação digital por parte das populações mais vulneráveis, incluindo crianças, adolescentes, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, a PNED foi estruturada em quatro eixos:

- A inclusão digital;
- A educação digital escolar;
- A capacitação e especialização digital e, por fim,
- A pesquisa e desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

No eixo da inclusão digital, a ideia é desenvolver competências digitais, informacionais e midiáticas a partir de treinamentos direcionados aos cidadãos. A educação digital escolar, por sua vez, visa garantir que essa temática seja incluída nos ambientes escolares, em diversos níveis e modalidades, incluindo o pensamento computacional, mundo e cultura digital, direitos digitais e tecnologias assistivas.

Dentro do tema da educação digital, cujo objetivo se concentra na garantia da inserção da educação digital nas escolas, o intuito é permitir a promoção da cultura digital no aprendizado dos alunos, promovendo um ambiente mais consciente e democrático, na busca de uma análise crítica e responsável por parte do corpo discente, que, inclusive, terá maior noção de seus direitos digitais, como a proteção de seus dados pessoais.

No que tange ao eixo da capacitação e da especialização digital, a política traz como proposta o fornecimento de capacitação objetivando o desenvolvimento de competências digitais para inserção da população brasileira em idade ativa no mercado de trabalho.

No eixo da pesquisa e do desenvolvimento das TICs, a ideia é buscar ampliar a sua infraestrutura digital e conectividade em prol do desenvolvimento de TICs acessíveis e inclusivo.

Contemplando os artigos:

Art. 2º O eixo da inclusão digital deverá ser desenvolvido, dentro dos limites orçamentários e no âmbito de competência de cada órgão governamental envolvido, de acordo com as seguintes estratégias prioritárias:

Art. 3º O eixo Educação Digital Escolar tem como objetivo garantir a inserção da educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, a partir do estímulo ao letramento digital e informacional e à aprendizagem de computação, de programação, de robótica e de outras competências digitais, englobando:

Art. 4º O eixo Capacitação e Especialização Digital objetiva capacitar a população brasileira em idade ativa, fornecendo-lhe oportunidades para o desenvolvimento de competências digitais para a plena inserção no mundo do trabalho.

Art. 5º O eixo Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação tem como objetivo desenvolver e promover TICs acessíveis e inclusivas.

Art. 6º No âmbito da Política Nacional de Educação Digital, a implementação dos seguintes eixos habilitadores constituirá dever do poder público, observadas as incumbências estabelecidas nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

4.14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho consistiu em elaborar/ reformular o Projeto Político Pedagógico (PPP) como instrumento de reflexão da escola e da comunidade. Assim, constatamos que os conceitos de PPP, de comunidade e de escola são dissociáveis na prática. Pensar a escola como comunidade e lançar um olhar diferenciado para o PPP constituem questões importantes para refletir na e com a escola. As afirmações de que o PPP é visto apenas pelo viés burocrático não se confirmou, diante do trabalho que realizamos. Atribuir a ele não só seu caráter democrático, mas normatizador e diretivo foi o grande desafio. ;

Desse modo, o nosso intento de reformular o PPP a partir de uma perspectiva democrática foi importante porque, pelo menos, tentamos lançar um olhar diferente e enxergar a sua importância na

constituição da escola como comunidade. Essa questão levantou a hipótese de que a comunidade não é dada a priori, ela é constituída colaborativamente. Foi importante, também, para tocar questões adormecidas e conceitos e preconceitos cristalizados (BEZERRA, 2011). Apesar de finalizar este trabalho, enfatizamos a necessidade de outras possibilidades de reflexões para compreender a escola como comunidade e a importância do PPP na comunidade escolar. Desse modo, delinea-se a importância do documento elaborado no qual possibilita a compreender a escola e suas múltiplas formas de organização e funcionamento.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, L. E. **A gestão da educação: seu significado a partir de propostas pedagógicas institucionais**. Texto apresentado no III Congresso Latino-Americano de Administração da Educação – 21-25 de julho de 1997. Unicamp – São Paulo, Brasil.

ALMEIDA, Milton J. **Imagens e sons: a nova cultura oral**. São Paulo, Editora Cortez. 1992.

ARIÉS, Philippe. **A história social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARROYO, Miguel. **Escola Plural: proposta político-pedagógica**. 2.ed. Belo Horizonte: Rede Municipal de Educação, 1995.

BRASIL- MEC- **Postura do Gestor**. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/57851/a-postura-do-gestor-escolar-na-busca-pela-qualidade-da-educacao#ixzz4GIAFxtci> Acesso em 13/02/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Gestão da educação escolar. Brasília: UnB, CEAD, 2004 vol. 5. p. 25).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Gestão da educação escolar. Brasília: UnB/ CEAD, 2004.

CARVALHO, L. G. **A atividade lúdica no processo na Educação Infantil**. . 3ª. Ed. Editora Unijuí: RGS, 2009.

COSTAA. P. LOPES C. **Aprender...sim, mas como??**. ed. Porto Alegre : Artes Médicas, 1992.

FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GARCIA, M. **Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas** F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 1994.

HADJI, Charles. **A avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 4ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

MORAIS, A. G.; LEITE, T.S. **Como promover o desenvolvimento das habilidades de reflexão fonológica dos alfabetizandos?** In MORAIS, A.; ALBUQUERQUE, E. e LEAL, T. Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

PORTO, Juan Ignacio. **Teorias cognitivas da aprendizagem**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

REGO, L. L. B. **Literatura infantil: uma nova perspectiva da alfabetização na pré-escola**. São Paulo: FTD, 1986.

ROCHA, Rita de Cássia. **A Relevância da Afetividade na Educação Infantil** Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev03-04.pdf>. Acesso em 23/01/2017.

SEVERINO, A. J. **Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos da interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 1989.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1996.

ZORZI JL. **O que devemos saber a respeito da linguagem escrita e seus distúrbios: indo além da clínica**. In: Andrade, C. R. F.; Marcondes, E. (Org.). Fonoaudiologia em pediatria. São Paulo, 2003, v. 1, p. 120-132.

ZURRO, A. M.; FERREROX, P.; BAS, C. S. **A equipe de cuidados de saúde primários: manual de cuidados primários**. Lisboa: Farmapress, 1991.

Referências utilizadas na Proposta Pedagógica Curricular

BOURO, A. B., Olhos que pintam: a leitura de imagens e o ensino da arte, São Paulo, SP: Educ./Fapesp.; Cortez, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Resolução 05/09. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 20/2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 11 nov. 2009.

BRITO, T. A. de. Música na educação infantil. São Paulo: Petrópolis, 2003.

BROUGÈRE, G. Brinquedo e cultura. Tradução de Maria Alice de Sampaio Dória. São Paulo: Cortez, 1995. 110p.

CARRAHER, Terezinha. CARRAHER, David. SCHLIEMANN, Analúcia. Na vida dez, na: escola zero. São Paulo: Cortez, 1995.

FERREIRO, Emília e TEBEROSKI. A representação da linguagem escrita e o processo de alfabetização. In: Cadernos de Pesquisa, n.º 52, SP, 1985, p. 07-17.

FIORENTINI D. Alguns modos de ver e conceber o ensino de Matemática no Brasil. Revista Zetetikê, Ano 3, nº 4, Unicamp, Campinas / São Paulo: 1995.

KAMII, Constance. A criança e o número. Campinas Papyrus, 1994.

MONTEIRO, Priscila. As crianças e o conhecimento matemático: experiências de exploração e ampliação de conceitos e relações matemáticas. Disponível em Portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6669-ascriancaseoconhecimentomatematico&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em 24/02/2019.

PIAGET, J. O juízo moral na criança. Tradução Elzon L. 2. ed. São Paulo: Summus, 1994.

RANGEL, S. e CUNHA, V., *Pedagogia da Imagem*. In: DORNELLES, V. L.; SARMENTO, M. J., et. al. *Produzindo Pedagogias Interculturais na Infância*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VIGOTSKY, L. S. *O papel do brinquedo no desenvolvimento*. In: *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VIGOTSKY, L.S., LURIA, A.R. e LEONTIEV, A.N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo, Ícone, 1994.

VYGOTSKY, Lev S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 3ª Ed., 2005. Tradução Jefferson Luiz Camargo.

VYGOTSKY, Lev. *Imaginação e criação na infância*. São Paulo: Ática, 2009.

CONTRERAS, J. *Investigar a experiência*. Madrid: Morata, 2013.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica*. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. *RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 (*) Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum*.

CAGLIARI, L. C. *O príncipe que virou sapo: considerações a respeito da dificuldade de alfabetização das crianças na alfabetização*. *Cadernos de Pesquisa*, 55. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nov. 1985, p. 50-62.

LAZARETTI, Lucinéia Maria; MELLO, Maria Aparecida. *Como ensinar na Educação Infantil? Reflexões sobre a didática e o desenvolvimento da criança*. In: PASQUALINI, Juliana Campregheer; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO; Marcela de Moraes. (Org.) *Pedagogia Histórico-Crítica: legado e perspectivas*. Uberlândia, MG. Navegando, 2018.

PARANÁ, *Deliberação nº 03/18 de 23/11/18, do CEE/PR- Referencial Curricular do Paraná.: princípios, direitos e orientações*. PIRES, C. C.;

PARANÁ, *Deliberação nº 02/14 de 03/12/14, do CEE/PR- VI. ATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PELO CONSELHO ESCOLAR*

VI. ATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLITICO-PEDAGOGICO PELO CONSELHO ESCOLAR

Ata nº 01/2024

Ao primeiro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se no Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing, localizada na Rua Joanita Kruger, 144, no município de Rio Bonito do Iguçu, estado do Paraná os membros do Conselho Escolar abaixo nominados, para análise e aprovação do Projeto Político Pedagógico da referida instituição de ensino. Após a exposição pela diretora Lucieli Vargas da importância do referido documento para nortear todas as ações a serem realizadas pela instituição, vislumbrando um ambiente democrático e de aprendizagens, zelando pelo bem estar físico, emocional, cognitivo, zelando pela garantia do acesso e permanência do educando, promovendo o desenvolvimento integral e o preparo para o exercício pleno da cidadania, bem como por apresentar-se também uma aplicação flexível sem perder de vista seus objetivos, apresentou-se o Projeto Político Pedagógico desta instituição para aprovação de todos os membros do Conselho Escolar. Com algumas reorganizações, melhoras acrescentadas, como: reorganização da parte estrutural e pedagógica das Atividades de Jornada Ampliada da Educação em Tempo Integral, os macrocampos e suas respectivas "atividades" e avaliação semestral. Após a explanação dos encaminhamentos apresentados no Projeto Político Pedagógico, passou-se a votação sendo aprovado por todos os presentes. Para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os membros do Conselho Escolar:

Diretora/presidente:

Titular: Lucieli Vargas

Representante da coordenação pedagógica:

Titular: Rosemeri Immich

Representante da equipe técnico – administrativo:

Titular: Angelita Maria B. de Azevedo

Representante do grupo operacional:

Titular: Tereza de Fatima T. dos Anjos

Suplente: Ivonete Alves Fernandes

Representante de professores:

Titular: Denise Demenech

Suplente: Glaci da Conceição de Brito Cunha

Representante de pais:

Titular: José Sobrinho Ferreira

Suplente: Maria Luci do Nascimento Burato

Titular: Ana Eduarda Berno

Suplente: Alessandra Fernanda Taborda

Representantes da APMF:

Titular: Kassia Caroline Moretti

Suplente: Josiane Dahmer Ferreira

Representante da comunidade local:

Titular: Edineia Bieseche

Suplente: Joseane Teodoro de Oliveira Rocha

Titular: Josimari P. Gonçalves de Oliveira

Suplente: Amanda Caroline Hilgemann

(Handwritten signatures and names on lines)

Lucieli Vargas

Rosemeri Immich

Angelita Maria B. de Azevedo

Tereza de Fatima T. dos Anjos
Ivonete Alves Fernandes

Denise Demenech

Glaci da Conceição de Brito Cunha

José Sobrinho Ferreira
Maria Luci do Nascimento Burato
Ana Eduarda Berno
Alessandra Taborda

Kassia C. Moretti
Josiane Dahmer Ferreira

Edineia Bieseche

Josimari P. Gonçalves de Oliveira
Amanda Caroline Hilgemann

6.1 LISTA DE VERIFICAÇÃO DO PPP – CHECKLIST - CONSELHO ESCOLAR

1. Identificação:

NRE	Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul
MUNICÍPIO	Rio Bonito do Iguaçu
INSTITUIÇÃO	Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing
ESPECIFICIDADE	() campo () rural (x) urbana

Marque sim ou não em cada um dos itens, conforme o que o estabelecimento oferta:

OFERTAS	SIM/ NÃO
Educação Infantil Fase de Creche	Sim
Educação Infantil Fase de Pré Escola	Sim
Ensino Fundamental Anos Iniciais	Não
Educação Especial	Não
EJA	Não
Educação em Tempo Integral em Turno Único	Não
Atividades de Ampliação de Jornada Escolar	Não

TURNOS	QUANTIDADE DE TURMAS	QUANTIDADE DE ALUNOS
Manhã/parcial	2	23
Tarde/parcial	3	44
Noite	-	-
Integral	5	76

ORGANIZAÇÃO	MARQUE COM X	AVALIAÇÃO	MARQUE COM X	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	MARQUE COM X
Ano		Bimestral		Componente curricular	
		Trimestral			
Ciclo		Bimestral		Componente curricular	
		Trimestral			
Faixa Etária	x	Semestral	x	Campos de experiências - Macrocampos	x

2. Elementos situacionais (diagnóstico):

Marque sim ou não sobre os itens que constam no PPP:

	SIM	NÃO
A caracterização da escola	x	
O histórico da instituição	x	
A organização dos tempos, espaços e a gestão de sala de aula	x	
Descrição da população que frequenta a escola e da comunidade em que está inserida	x	
Indicadores educacionais observados nas avaliações externas (IDEB/SAEP/SAEB/Prova Paraná)		x
Dados do rendimento escolar (Aprovação/ Reprovação/ Abandono)	x	
Aborda as questões sobre a frequência dos estudantes na instituição	x	

3. Elementos conceituais:

Marque sim ou não sobre os itens que constam no PPP:

ITENS	SIM	NÃO
Infância	X	
Ensino e Aprendizagem	X	
Concepções (homem, sociedade, ...)	X	
Avaliação	X	
Princípios	X	
Competências Gerais – Referências Curricular do Paraná	X	
Objetivos	X	

4. Elementos operacionais:

Plano de ação:

ITENS	SIM	NÃO
Objetivos/frente de atuação	X	
Ações e detalhamento das ações	X	
Meta/prazo	X	
Responsável	X	

5. Proposta pedagógica curricular:

Marque sim ou não para os itens presentes na organização curricular da Educação Infantil, caso oferte essa etapa da Educação Básica:

ITENS	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná. (Campo de Experiência, Saberes e Conhecimento, Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento), correspondentes às idades das crianças	X	
Estratégias de Ensino (Interações e Brincadeiras)	X	
Avaliação	X	
Referências	X	
Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental	X	

Marque sim ou não para os itens presentes em cada um dos Componentes Curriculares do Ensino Fundamental:

ITENS	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná. (Campos de atuação e Práticas de Linguagens – em Língua Portuguesa, Unidade temática – demais componentes, Objetos de conhecimento/conteúdos, Objetivos de aprendizagem.	X	
Estratégias de ensino.	X	
Avaliação e recuperação de estudos	X	
Referências	X	
Transição do 5º para o 6º ano	X	

6. Outros:

ITENS	SIM	NÃO
Avaliação da implementação do PPP	X	
Avaliação Institucional	X	
Legislações pertinentes às etapas que oferta	X	

VII. DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO/PROPOSTA PEDAGÓGICA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

E-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br - www.riobonito.pr.gov.br - CNPJ: 95.587.770/0001-99
Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - CEP: 85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - PR - Telefax (42) 3653 1122

DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº 003/2024 - SME DE RIO BONITO DO IGUAÇU

ASSUNTO: Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político Pedagógico.

CMEI Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing apresenta o Projeto Político Pedagógico elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

A Secretaria Municipal de Educação de Rio Bonito do Iguaçu emite a presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do Projeto Político Pedagógico da referida Instituição.

O presente Projeto Político Pedagógico atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como do Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR.

É a Declaração.

Rio Bonito do Iguaçu, 29 de novembro de 2024.

Secretaria Municipal de Educação de Rio Bonito do Iguaçu.

Eliane Ana Dal Castel de Oliveira
Secretária Municipal de Educação

VIII. PARECER DE LEGALIDADE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO/PROPOSTA PEDAGÓGICA – NRE LARANJEIRAS DO SUL

IX. ATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2023 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ePROTOCOLO



Documento: **PPDONALAURA.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira (XXX.429.889-XX)** em 03/02/2025 12:46 Local: LDS223400469.

Inserido ao protocolo **23.435.729-8** por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira** em: 03/02/2025 12:43.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
665c189c61007fb95e4bd8f4c39d283a.

Ata nº 01/2024

Ao primeiro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se no Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing, localizada na Rua Joanita Kruger, 144, no município de Rio Bonito do Iguaçu, estado do Paraná os membros do Conselho Escolar abaixo nominados, para análise e aprovação do Projeto Político Pedagógico da referida instituição de ensino. Após a exposição pela diretora Lucieli Vargas da importância do referido documento para nortear todas as ações a serem realizadas pela instituição, vislumbrando um ambiente democrático e de aprendizagens, zelando pelo bem estar físico, emocional, cognitivo, zelando pela garantia do acesso e permanência do educando, promovendo o desenvolvimento integral e o preparo para o exercício pleno da cidadania, bem como por apresentar-se também uma aplicação flexível sem perder de vista seus objetivos, apresentou-se o Projeto Político Pedagógico desta instituição para aprovação de todos os membros do Conselho Escolar. Com algumas reorganizações, melhoras acrescentadas, como: reorganização da parte estrutural e pedagógica das Atividades de Jornada Ampliada da Educação em Tempo Integral, os macrocampos e suas respectivas "atividades" e avaliação semestral. Após a explanação dos encaminhamentos apresentados no Projeto Político Pedagógico, passou-se a votação sendo aprovado por todos os presentes. Para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os membros do Conselho Escolar:

Diretora/presidente:

Titular: Lucieli Vargas



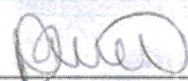
Representante da coordenação pedagógica:

Titular: Rosemeri Immich



Representante da equipe técnico – administrativo:

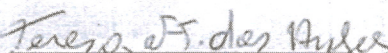

Titular: Angelita Maria B. de Azevedo



Representante do grupo operacional:

Titular: Tereza de Fatima T. dos Anjos

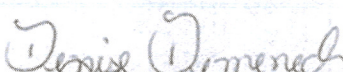

Suplente: Ivonete Alves Fernandes

Representante de professores:

Titular: Denise Demenech

Suplente: Glaci da Conceição de Brito Cunha




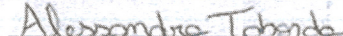
Representante de pais:

Titular: José Sobrinho Ferreira

Suplente: Maria Luci do Nascimento Burato

Titular: Ana Eduarda Berno

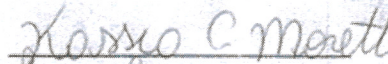

Suplente: Alessandra Fernanda Taborda

Representantes da APMF:

Titular: Kassia Caroline Moretti

Suplente: Josiane Dahmer Ferreira

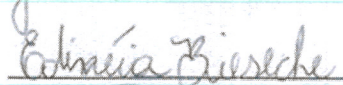



Representante da comunidade local:

Titular: Edineia Bieseche

Suplente: Joseane Teodoro de Oliveira Rocha

Titular: Josimari P. Gonçalves de Oliveira

Suplente: Amanda Caroline Hilgemann



ePROTOCOLO



Documento: **AtaCMEIDL.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira (XXX.429.889-XX)** em 03/02/2025 12:46 Local: LDS223400469.

Inserido ao protocolo **23.435.729-8** por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira** em: 03/02/2025 12:43.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
b107cb9209aedf130e8c07b525165bb0.

6.1 LISTA DE VERIFICAÇÃO DO PPP – CHECKLIST - CONSELHO ESCOLAR

1. Identificação:

NRE	Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul
MUNICÍPIO	Rio Bonito do Iguaçu
INSTITUIÇÃO	Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing
ESPECIFICIDADE	() campo () rural (x) urbana

Marque sim ou não em cada um dos itens, conforme o que o estabelecimento oferta:

OFERTAS	SIM/ NÃO
Educação Infantil Fase de Creche	Sim
Educação Infantil Fase de Pré Escola	Sim
Ensino Fundamental Anos Iniciais	Não
Educação Especial	Não
EJA	Não
Educação em Tempo Integral em Turno Único	Não
Atividades de Ampliação de Jornada Escolar	Sim

TURNOS	QUANTIDADE DE TURMAS	QUANTIDADE DE ALUNOS
Manhã/parcial	2	23
Tarde/parcial	3	44
Noite	-	-
Integral	5	76

ORGANIZAÇÃ O	MARQUE COM X	AVALIAÇÃO	MARQUE COM X	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	MARQUE COM X
Ano		Bimestral		Componente curricular	
		Trimestral			
Ciclo		Bimestral		Componente curricular	
		Trimestral			
Faixa Etária	x	Semestral	x	Campos de experiências - Macrocampos	x

2. Elementos situacionais (diagnóstico):

Marque sim ou não sobre os itens que constam no PPP:

	SIM	NÃO
A caracterização da escola	x	
O histórico da instituição	x	
A organização dos tempos, espaços e a gestão de sala de aula	x	
Descrição da população que frequenta a escola e da comunidade em que está inserida	x	
Indicadores educacionais observados nas avaliações externas (IDEB/SAEP/SAEB/Prova Paraná)		x
Dados do rendimento escolar (Aprovação/ Reprovação/ Abandono)	x	
Aborda as questões sobre a frequência dos estudantes na instituição	x	

3. Elementos conceituais:

Marque sim ou não sobre os itens que constam no PPP:

ITENS	SIM	NÃO
Infância	X	
Ensino e Aprendizagem	X	
Concepções (homem, sociedade, ...)	X	
Avaliação	X	
Princípios	X	
Competências Gerais – Referências Curricular do Paraná	X	
Objetivos	X	

4. Elementos operacionais:

Plano de ação:

ITENS	SIM	NÃO
Objetivos/frente de atuação	X	
Ações e detalhamento das ações	X	
Meta/prazo	X	
Responsável	X	

5. Proposta pedagógica curricular:

Marque sim ou não para os itens presentes na organização curricular da Educação Infantil, caso oferte essa etapa da Educação Básica:

ITENS	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná. (Campo de Experiência, Saberes e Conhecimento, Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento), correspondentes às idades das crianças	X	
Estratégias de Ensino (Interações e Brincadeiras)	X	
Avaliação	X	
Referências	X	
Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental	X	

Marque sim ou não para os itens presentes em cada um dos Componentes Curriculares do Ensino Fundamental:

ITENS	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná. (Campos de atuação e Práticas de Linguagens – em Língua Portuguesa, Unidade temática – demais componentes, Objetos de conhecimento/conteúdos, Objetivos de aprendizagem.	X	
Estratégias de ensino.	X	
Avaliação e recuperação de estudos	X	
Referências	X	
Transição do 5º para o 6º ano	X	

6. Outros:

ITENS	SIM	NÃO
Avaliação da implementação do PPP	X	
Avaliação Institucional	X	
Legislações pertinentes às etapas que oferta	X	



ePROCOLO



Documento: **6CHECKLISTDonaLaura.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira (XXX.429.889-XX)** em 03/02/2025 12:46 Local: LDS223400469.

Inserido ao protocolo **23.435.729-8** por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira** em: 03/02/2025 12:43.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
28507e06f3bc0c11556ecb82629a6047.



DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº 003/2024 - SME DE RIO BONITO DO IGUAÇU

ASSUNTO: Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político Pedagógico.

CMEI Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing apresenta o Projeto Político Pedagógico elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

A Secretaria Municipal de Educação de Rio Bonito do Iguaçu emite a presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do **Projeto Político Pedagógico** da referida Instituição.

O presente Projeto Político Pedagógico atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como do Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR.

É a Declaração.

Rio Bonito do Iguaçu, 29 de novembro de 2024.

Secretaria Municipal de Educação de Rio Bonito do Iguaçu.

Eliane Ana Dal Castel de Oliveira
Secretária Municipal de Educação



ePROCOLO



Documento: **DecalracaoLegalidadeDonaLaura.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira (XXX.429.889-XX)** em 03/02/2025 12:46 Local: LDS223400469.

Inserido ao protocolo **23.435.729-8** por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira** em: 03/02/2025 12:44.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
44815fe73fd0de6eaa327318bee30323.

Ata nº02/2024

Aos vinte sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se no Centro Municipal de educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing, localizado na Rua Joanita Kruger, município de Rio Bonito do Iguaçu, estado do Paraná os membros do Conselho Escolar, pais e professores, para análise e dicução da proposta da Educação em Tempo Integral e/ou Jornada Ampliada nesta referida instituição de ensino, visto que está já acontece, somente foi reorganizada a carga horaria na matriz e escrita a proposta das atividades. A intencção é oferecer maior oferta de atividades diversificadas melhorando e ampliar o repertório trabalho com as crianças/alunos, favorecendo no seu desenvolvimento integral, visto que estas ficam o dia todo na escola de segunda a sexta. A Educação Integral em Tempo Integral ou Jornada Ampliada acontecerá de forma gradativa, conforme a organização da manantenedora com atividades voltadas para: Explorar e Expressar, Conviver, brincar e Expressar, Conviver, Participar e Expressar-se, Explorar e Conhecer, Conhecer-se e Expressa-se. Após a exposição da importância e dos beneficios desta organização para todo o processo de ensino aprendizagem, vislumbrando um ambiente democrático e de aprendizagens, zelando pelo bem estar físico, emocional, cognitivo, zelando pela garantia do acesso e permanência do educando, promovendo o desenvolvimento integral e o preparo para o exercício pleno da cidadania, bem como por apresentar-se também uma aplicação flexível sem perder de vista seus objetivos, apresentou-se o a proposta da Educação Integral em Tempo Integral e/ou Jornada Ampliada desta instituição para aprovação de todos os presentes. Após a explanação passou-se a votação sendo aprovado por todos os presentes. Para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os presentes.

Lucieli Vargas Prosenneri, Immacil Teresza Et. des Anjos
Edineia Bielecki, Kássio C. Moratti, Sarcidete Pelreos
Fernandes, Digna Fatima Lucas, Jônia, Lebatian Zoliti
Almeida, Maria Fernanda de Liori, Teresza Et. des Anjos
Rodamir U. de Oliveira, Genise Demerck, Dosi Brito
Kora Maria de Souza Bonfante, Margarete, Fudila Marli Udele
do Souza, Francieli P. de Freitas, Luciane P. de Andrade, Prudencio N. Abada
Rosângela B. de Oliveira, Valter, Tereza da Trindade, Selange Dalmore
Ana Paula Sabotini, Eril. Alves de Deus e Denece Fdo. Diassis
Mara Lúcia de V. Bento



ePROCOLO



Documento: **Atareuniao.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira (XXX.429.889-XX)** em 03/02/2025 12:47 Local: LDS223400469.

Inserido ao protocolo **23.435.729-8** por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira** em: 03/02/2025 12:44.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
56facdf422a34dba8c550b65fcc8c47f.



**NÚCLEO REGIONAL DE LARANJEIRAS DO SUL
DONA LAURA Y RODOWANSKI SCHMEING, CMEI**

Protocolo: 23.435.729-8
Assunto: SEGUE O PPP DO CMEI DONA LAURA PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS.
Interessado: CMEI DONA LAURA YAROSLAVA RODOWANSKI SCHMIENG
Data: 03/02/2025 12:45

DESPACHO

Segue o protocolado para providências.



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_1.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira (XXX.429.889-XX)** em 03/02/2025 12:47 Local: LDS223400469.

Inserido ao protocolo **23.435.729-8** por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira** em: 03/02/2025 12:45.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
b653bc2529594fba3bbbe75030a47c2d.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA
EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DE LARANJEIRAS DO SUL



PARECER Nº 11/2025 - NRE/SEED

ASSUNTO: Parecer de Legalidade do Projeto Político Pedagógico

O **Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing**, apresenta o Projeto Político Pedagógico elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, emite o presente Parecer que resulta da verificação da **Declaração de Legalidade nº 003/2024**, emitida pelo **Conselho Escolar** da referida instituição de ensino, situada no município de **Rio Bonito do Iguaçu** e mantida pela Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu.

O presente **Projeto Político Pedagógico** atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96, da Deliberação nº 02/2018 - CP/CEE/PR, da Deliberação nº 03/2018 – CP/CEE/PR e da Deliberação nº 04/2021 CP/CEE/PR – que versam sobre o Referencial Curricular do Paraná para a Educação Infantil, bem como do Parecer Normativo nº 01/2019 – CEE/CP/PR e o parecer Normativo nº 13/2021 – CP/CEE/PR.

É o Parecer.

Laranjeiras do Sul, 03 de fevereiro de 2025.

Assinado eletronicamente
Adriane Schio de Almeida
Chefe do NRE de Laranjeiras do Sul
Decreto nº 0069 DOE 11332 05/01/2023



ePROTOCOLO



Documento: **ParecerPPP2024CMEIDONALAURA.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Sonia Terezinha Fabro (XXX.207.379-XX)** em 03/02/2025 13:09 Local: SEED/LDS/SEF, **Adriane Schio de Almeida (XXX.408.789-XX)** em 03/02/2025 14:07 Local: SEED/LDS/CH.

Inserido ao protocolo **23.435.729-8** por: **Sonia Terezinha Fabro** em: 03/02/2025 13:09.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
1a3972c6846b6eacde27bdc53c3bf559.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LARANJEIRAS DO SUL**

Protocolo: 23.435.729-8

Interessado: NRE/LDS/SEF

Assunto: PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO 2024

Destinatário: CMEI DONA LAURA– RIO BONITO DO IGUAÇU

Encaminhamos o protocolo para que seja anexado o **Ofício e o Ato de Homologação da Mantenedora, para o PPP – 2024.**

Depois disto, encaminhar a este setor para prosseguimento.

Laranjeiras do Sul, 03 de fevereiro de 2025.

(Assinatura Eletrônica)
Sonia Terezinha Fabro
Técnica Pedagógica - SEF



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHOPPPDONALAURA.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Sonia Terezinha Fabro (XXX.207.379-XX)** em 03/02/2025 15:04 Local: SEED/LDS/SEF.

Inserido ao protocolo **23.435.729-8** por: **Sonia Terezinha Fabro** em: 03/02/2025 15:04.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
fb91fe255e9c6684c6f329002b409cc9.



Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

E-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br - www.riobonito.pr.gov.br - CNPJ: 95.587.770/0001-99
Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - CEP: 85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - PR - Telefax (42) 3653 1122



ATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025 - SME

A **Secretaria Municipal de Educação de Rio Bonito do Iguaçu**, mantenedora do **Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing**, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações nº 02 e 03/2018 CP/CEE/PR e pelo Parecer de Legalidade nº /2024 - NRE de Laranjeiras do Sul.

HOMOLOGA

Art. 1º - O **Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Dona Laura Yaroslava Rodowanski Schmeing** do município de Rio Bonito do Iguaçu, com a oferta de: **Educação Infantil**.

Art. 2º - O **Projeto Político Pedagógico** homologado por este Ato Administrativo entra em vigor a partir do início do ano letivo de 2025, ficando revogado o Ato Administrativo e Parecer anteriores a esta data e disposições em contrário.

Rio Bonito do Iguaçu, 31 de janeiro de 2025.

Eliane Ana Dal Castel de Oliveira
Secretária Municipal de Educação



ePROCOLO



Documento: **AtoAdmDonaLaura.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira (XXX.429.889-XX)** em 26/02/2025 14:59 Local: LDS223400469.

Inserido ao protocolo **23.435.729-8** por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira** em: 26/02/2025 14:56.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
38ae1c07a122d4e55448557f84e71a51.



**NÚCLEO REGIONAL DE LARANJEIRAS DO SUL
DONA LAURA Y RODOWANSKI SCHMEING, CMEI**

Protocolo: 23.435.729-8
Assunto: PPP 2024
Interessado: CMEI DONA LAURA YAROSLAVA RODOWANSKI SCHMIENG
Data: 26/02/2025 14:58

DESPACHO

Para providências.



ePROCOLO



Documento: **DESPACHO_3.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira (XXX.429.889-XX)** em 26/02/2025 14:59 Local: LDS223400469.

Inserido ao protocolo **23.435.729-8** por: **Eliane Ana Dal Castel de Oliveira** em: 26/02/2025 14:58.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
75de3869fecae74039b61b2a03d9aae2.